

S. F. N.

NVMMVS

NVMMVS



VOL. VIII

VOL. VIII



NVMMVS

NUMISMÁTICA — MEDALHÍSTICA — ARQUEOLOGIA

BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

SUBSIDIADO PELO INSTITUTO DE ALTA CULTURA



N.^{os} 26-27

VOL. VIII-1 e 2

DEZEMBRO 1965

PORTO

NVMMVS

BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMATICA
SUBSIDIADO PELO INSTITUTO DE ALTA CULTURA

N.ºs 26-27

VOL. VIII-1 e 2

DEZEMBRO 1965

P O R T O

A memória do

PADRE FRANCISCO MANUEL ALVES

ABADE DE BAÇAL

*Sacerdote virtuoso
e Sábio eminente*

*Homenagem da Sociedade Portuguesa de Numismática
no centenário do seu nascimento.*



PADRE FRANCISCO MANUEL ALVES
ABADE DE BAÇAL

CARTAS DO ABADE DE BAÇAL
ao
PROF. JOSÉ MANUEL LANDEIRO

(ANOTADAS PELO DESTINATÁRIO)

1965

ET INTROIBO...

Sem receio de errar, tenho a certeza que neste ano do Senhor de 1965, em que se vai comemorar o centenário do nascimento do Padre Francisco Manuel Alves — o imortal Abade de Baçal — a Igreja e a Ciência «embandeirarão em arco» para homenagear a memória do Sacerdote virtuoso e a do Sábio eminente. A Igreja e a Ciência saberão digna e justamente exaltar Aquele que foi um dos seus membros, e dos mais ilustres e virtuosos. A humilde freguesia de Baçal, que lhe foi berço e de cujo rebanho cristão ele foi pastor zelosíssimo, e a cidade de Bragança, onde ele acumulou tanta ciência que encontrou através das suas terras, hão-de neste ano jubilar cantar, em uníssono, hosanas laudatórias e recitar hinos de louvor em homenagem à memória santa d'Aquele para quem eles — Baçal e Bragança — foi o seu mundo e todo o seu amor.

É tão impossível, mesmo impossível, desligar o nome do Pastor e do Sábio dos nomes de Baçal e Bragança, como desligar Cristo Sacramento das espécies do pão, na Hóstia Consagrada.

Nós, que tivemos no Abade um grande amigo e um mestre sapientíssimo, não podíamos e nem devíamos deixar passar este centenário do seu nascimento, sem ofertar à sua memória veneranda uma prenda de anos. A melhor, a mais prática e a mais adequada prenda que lhe podemos oferecer, é passar a letra de forma as cartas que Ele nos escreveu em vida. São frutos do seu espírito e que nós queremos que sirvam também para alimentar outros espíritos ansiosos de ciência e de virtude.

O Abade escreveu muito, pois ele sabia que escrever é semear, e, desta sementeira, toda a semente caiu em boa Terra, ela nascerá, crescerá como o grão de mostarda do Evangelho.

Aqui fica, pois, a nossa prenda de anos para o saudoso Amigo e querido Mestre, e temos a certeza de que Ele do Além nos dirá! «Landeiro, amigo! Prezado confrade! Bem hajas!».

Aldeia do Bispo, das Terras de Penamacor, 1 de Abril de 1965.

José Manuel Landeiro

O NOSSO PRIMEIRO ENCONTRO

Quando demos à estampa o nosso primeiro livro «O Concelho de Penamacor na História, na Tradição e na Lenda», já conhecíamos o Abade de Baçal através da «Monografia de Alfândega da Fé» do nosso colega João Vilares, de Sambade e de outras obras histórico-monográficas de outros autores. Com grande prazer, ofertamos ao Padre Francisco Manuel Alves um exemplar daquele nosso trabalho.

Como agradecimento, o Mestre enviou-nos a seguinte carta:

«Ex.^{mo} Sr.

Que agradável surpresa a de O Concelho de Penamacôr!

Tam elegante gráfica e intelectualmente! Como lhe agradecerei a gentileza da oferta autógrafa? Emfim: bem haja; Deus lhe pague, como se diz nesta minha terra, desde já, a audácia de aproveitar para o termo de confrontações, nos meus estudos remeter parte da etnografia tratada no seu valioso trabalho, e a franqueza de aplaudir calorosamente a sua iniciativa. Oh! seria outra a historiografia do nosso Portugal, se os estudos monográficos como os de V. Ex.^a se realizassem em todos os concelhos e freguesias! Os párcos e os professores primários é que estão em melhores condições de os realizar, mas nemo nos conducit, e do público letrado e do público em condições económicas, fracos incentivos vêm. Emfim, a sua iniciativa é bela e nessa beleza moral está a recompensa.

Avante pois e creia-me consócio nas labutas, grato e admirador,

*P.^e Francisco Manuel Alves
Baçal - Bragança»*

23-1-1939

Se é certo que esta carta confunde grandemente a modéstia de um autor principiante, no seu baptismo de escritor, e, para mais, «consócio nas labutas» do Mestre, certo é, também, que as suas generosas palavras vieram servir de incentivo para novas empresas nos domínios de publicações e, tanto assim, que, passados vinte e seis anos, já demos à estampa publicitária, vinte e seis trabalhos!

*

* * *

Quando em 1940, ano comemorativo das «bodas de prata» do Seminário da Guarda que nos educou, quisemos dar ao mesmo seminário uma prenda de anos, concebemos a publicação do nosso segundo trabalho monográfico com

o título «*Diocese da Guarda com a sede em Idanha-a-Velha (Egitânia) Penamacor e GUARDA — O Arciprestado de Penamacor*», rogamos, quase de mãos em ogiva, já então ao Amigo e Mestre para nos apadrinhar neste nosso trabalho. Em resposta aos nossos rogos, enviou-nos a seguinte carta, que mais uma vez, nos veio confundir, mas que nós aproveitamos para valorizar este nosso segundo trabalho, cujo produto transformámos em pão material a ser partido e distribuído no seminário por aqueles que foram a ocupar o lugar que deixamos vago, em 1923:

«*Ex.^{mo} Sr.*

Grande honra seria para mim prefaciar um livro do autor de «O Concelho de Penamacôr», suculenta monografia cheia de interesse historográfico-etnográfico, mas, infelizmente, não posso; ando adoentado; primeiro um ataque reumático, que me consumiu com dores em mês e meio, e depois outro apopléctico, é já o segundo e com 70 anos...! que me impossibilita de trabalhos mentais, aliás proibidos pelos médicos.

Para matar o tempo e as saudades, vou limando aos poucos vários trabalhos que já tinha prontos e vão saindo na imprensa.

Mas quem se afirma por forma tam marcante como V. Ex.^a no campo literário dispensa de prefaciadores.

Os príncipes, quando eram armados cavaleiros, tomavam eles mesmos as armas do altar, sem ser preciso que outrém lhas cingisse, e V. Ex.^a é já, por direito de reconquista, nobre no campo das letras.

Prescinda, pois de apresentantes e creia-me

*De V. Ex.^a
venerador e admirador
Francisco Manuel Alves
Abade de Baçal
Bragança»*

29-1-1940

*
* *
*

Após esta carta, as nossas relações amistosas foram aumentando progressivamente, e o mesmo aconteceu com o nosso abuso imperdoável em incomodar o Abade nos ensinamentos que lhe requeríamos e que tiveram sempre deferimento. O P.^o Francisco Manuel Alves foi para nós um autêntico mestre, não só na ciência que nos transmitiu, mas também como guia em todo o nosso caminhar na vida publicitária. Cremos mesmo que um dos seus grandes prazeres era ensinar-nos, em desfazer dúvidas quando estas se nos deparavam pela frente.



Nem todos os mestres assim são. Há-os até que se amofinam quando um aluno, que eles mesmo apresentaram à luz da publicidade, progride na senda desta, às vezes, com mais valores e brilho que eles...

De tudo temos experimentado.

O Abade de Baçal soube ouvir e pôr em prática o *mandatum* do Divino Mestre: *Ite et docete omnes gentes!*...

Que alma franciscana a do Padre Francisco Manuel Alves!

Não se julgue que nós, ao publicar em o nosso «*Diocese da Guarda...*» esta sua carta de 29-1-1940, o fizemos sem a sua autorização, pois o bom amigo, com data de V-2-1940, enviou-nos o seguinte postal:

«*Ex.^{mo} Amigo.*

Entendo que o melhor seria deitar ao cesto dos papeis inúteis a minha carta: todavia pode fazer dela o uso que quizer.

Saudações afectuosas e paz de espirito lhe deseja o seu admirador

P.^o Francisco Manuel Alves

Baçal

Bragança»

V-2-1940

— Como não podia deixar de ser, após a publicação de «*Diocese da Guarda...*», oferecemos um exemplar ao querido amigo. No dia 15 de Junho de 1940, enviou-nos a carta seguinte:

«*Ilustre amigo:*

Graças pela Diocese da Guarda e que Deus lhe perdoe o incentivo à minha vaidade pelas referências e honras que me dá. Um abraço de felicitações, que bem o merece. Da satisfação com que o li, faz ideia no que digo na carta que publicou e pelo seguinte escrito há anos no Tomo X, pág. 660 das minhas «Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança», chamando o clero e professores primários para os estudos etnográficos:

«*Clero paroquial, quão fácil te é, em razão do contacto com o povo, prestares incomensuráveis serviços às belas letras e, conseqüentemente à Acção Católica, sem mais trabalho do que algo de curiosidade intelectual para observar e registar as manifestações folclóricas! Não te prendas com a explicação das lendas: isso qualquer erudito o faz no sossego do seu gabinete; o que ele não faz, porém, ou só em condições muito excepcionais e deficitárias, devido à necessidade de visitas com demora das variadas terras, é fazer a colheita,*

e nela é que está o grande serviço. Anda, entra na labuta e vcrás a incalculável satisfação que te proporciona.

Professores primários rurais, vós também estais em admiráveis condições de laborar no mesmo sentido, vindo, e um dia a Ciência e a Humanidade reconhecida, bendirá vossos nomes e trabalhos».

Vedes, meu Landeiro, já eras meu confrade, e, portanto amigo, amigo, antes de o ser, Éreis amigo in potencia como se diz no latim. Temos cá já muito boa gente. Vede o Abel Viana, vosso colega no professorado, e o João Vilares. (1)

Por tanto novo abraço do vosso confrade

Baçal, 15-6-1940

*P.º Francisco Manuel Alves
Abade de Baçal
Bragança»*

P. S. — Com fins folclóricos — *Correm aqui umas quadras cantáveis ao desafio entre um rapaz e uma rapariga desses sítios, que descambam em realismos vermelhos, e a alturas tantas diz-lhe ela:*

*Tu és de Penamacor
E és cantador de fama
Beija-me aqui no cu três vezes
E volta cá p'ra Semana.*

Também li algures uma versalhada atribuída a Bocage, mas suponho não será dele, dirigida a uma freira que lhe pergunta curiosa, quando ele estava mijando a uma parede, tendo previamente tirado as luvas com todos os vagares:

Ó Bocage, diz-lhe ela, donde é, donde vem, que ofício tem e quanto lhe custaram as luvas?

*— Venho daqui e vou p'ra ali,
Sou de Penamacor.
O meu ofício é surrador
Surro as moças e dou-lhe uma côr.
Mas a Vós, Senhora, freira,
Hei-de surrar-vos, pela dianteira:
Da barriga até às curvas.
Doze vinténs me custaram as luvas».*

(1) Já ambos faleceram.

O Abade de Baçal era a etnografia personificada. As coisas — dizia ele — devem-se anotar, como se ouvem e como elas são: Pão-pão; queijo-queijo. Ele mesmo o recomendava. Na clareza é que está o valor do estudo da etnografia, faltando ela, não presta, por não ter valor algum.

A tradição diz que um dia alguém encontrando Bocage, e, apontando-lhe uma pistola, pergunta-lhe: «Quem és? Donde vens? E para onde vais? Ao que Bocage respondeu: «Sou o poeta Bocage; venho do Nicola e vou para o outro mundo se disparar a pistola.»

*
* *
*

O nosso desejo curioso de estudo deu-nos ensejo a organizar uma biblioteca de muitas centenas de volumes. O facto de vivermos longe das bibliotecas e arquivos, contribuíram também para o mesmo fim. Necessitados também de possuir alguns volumes da colossal obra do Abade de Baçal «*Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*».

Não era propriedade sua, mas creio que ou da Câmara Municipal de Bragança ou uma Comissão Editora. Pedimos ao Abade que nos dissesse quais os volumes que mais nos interessariam e como conseguí-los.

O bom Amigo, em resposta, disse-nos:

«Ilustre Confrade,

A fúria da natureza ainda mais brava que os anglo-germano-italicos e o vendaval do dia 15, introduziram-me a balbúrdia e de maneira que nem acho a sua carta para responder à letra.

De um modo geral digo: Para Arqueologia pròpriamente dita o que lhe deve interessar mais das minhas publicações são os volumes IX e X das «Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança. Os volumes anteriores estão esgotados devido a qualquer valor da obra, mas o intuito da propaganda da Comissão Editora, e nem mesmo sei se esta Comissão tem ainda exemplares dos volumes IX e X. Se os houver e V. Ex.^o quiser algum, diga, que verei se lhos posso arranjar, com os descontos que a Comissão me dá.

*Saúde e Paz
Francisco Manuel Alves
Baçal
Bragança»*

12-3-1941

Na verdade o bom amigo conseguiu-nos os volumes IX e X deste seu importantíssimo trabalho que nós consultamos muitas vezes.

*
* *
*

Quando em 1941, o S. N. I. abriu concurso de monografias locais, concebemos a ideia de concorrer com uma monografia de Linhares da Beira, antiga Vila do Concelho de Celorico da Beira. Novamente incomodámos o sábio e amigo para prefaciá-lo este nosso novo trabalho. A resposta ao nosso pedido, o franciscano de Baçal respondeu-nos da seguinte maneira e que mais uma vez nos veio a confundir:

«Amigo Landeiro:

*Ando muito adoentado dos olhos: não posso ler, os olhos choram logo e ardem como fogo. Escrevo um pouco ao acaso com os olhos semicerrados. Não há que pensar no prefácio para o vosso novo livro, nem o precisa, nem lho haveis escrito por outrem. Vós e só vós fazei tudo. Tendes competência para vos apresentar, e cotação suficiente para vos impor ao público. Linhares vêm dos terrenos semeados de linho ou capazes de o produzir. Nem o caso admira. Há muitas povoações em Portugal, talvez mais de quinze, com os nomes de Linhares ou equivalentes aonde entra o nome Linhares, e há muitíssimos nomes de sítios de termos de povoações com o referido nome e todos em terrenos baixos, fundos, regadios capazes de produzir linho. Na Espanha sucede o mesmo. Canaveses teve a mesma origem proveniente de Canave, linho em latim, alcanave no *Elucidário de Viterbo*. Não tenho à mão agora a fotografia do meu focinho, mas vou mandar-vos dois jornais onde aparece regularmente as duas variadas posições que correm nos periódicos nos *Anais da Academia* e no *Dicionário Universal de Literatura*. E como tenho vários pedidos, como o vosso, vou pedir para a fotografia duas ou três dúzias e lá vos aparecerá. Tende saúde e cautela com os olhos em abundância de leitura principalmente depois de comer não vos suceda como a mim.*

Vosso dedicado.

*P.º Francisco Manuel Alves
Baçal*

Bragança»

25-V-1941

P. S. — O linho foi cultura importantíssima em Portugal, donde a frequência no onomástico geográfico. A nossa estúpida mania pelo estrangeirismo

deixou-se perder engodada pela lambugem do algodão. O mesmo sucedeu à nossa apicultura e cana do açúcar e as nossas crias medievais com ar estrangeiras. Daqui a nossa melhoria económica».

Que bela lição esta nos transmitiu o mestre num simples postal!

Aqui o Amigo fala-nos numa sua fotografia. É verdade que nós lha pedimos para ilustrar um artigo de uma *pseudo-crítica* ao seu «*Cistas de Provesende*» que ele, Mestre, com a sua humildade franciscana, pede ao aluno. Sobre a fotografia pedida, o Mestre, depois de uma nossa nova lembrança, disse-nos em postal:

«Prezado Colega monografista.

Não estava esquecido do retrato, mas só agora consegui a fotografia que remeto pelo correio. Eu queria mandar-lhe outra em que estava de perfil, por ser a mais vulgarizada nos jornais e nos livros — Anuário da Academia, Dic. de Literatura de Perdigão e Almanaque Bertrand e no do Lelo, etc., mas, apesar de eu gostar menos dela, por apresentar um focinho atrevido, um nariz como que a meter-se em tudo, mas não a consegui, enviando, por isso, esta, menos atrevida, aplastrada, como se lhe tivesse dado com uma tábua nas ventas, para me reprimirem as audácias atrevidas. Parece-me mais conforme à minha psicologia tímida crismada de modéstia pela lisonja que pretende ser amiga ou fingir que o é.

VALETE

8-7-1942

*Francisco Manuel Alves
Abade de Baçal
Bragança»*

A fotografia de que fala o Mestre é a mesma que ilustra este trabalho, que o Amigo nos enviou com a seguinte dedicatória: *Ao ilustre monografista José Manuel Landeiro oferece amistosamente Francisco Manuel Alves, Abade de Baçal — 8-7-942.*

*
* * *

Um dia incomodámos o Mestre para nos informar sobre desenhos e ornamentos em pedra, etc. que encontrámos na igreja de Santiago de Penamacor. O Mestre, às nossas solicitudes, respondeu-nos da seguinte maneira, na sua carta de 18-3-1947:

«Landeiro amigo:

Devolvo a carta com o desenho da fachada e torre da igreja que podeis aproveitar para outras consultas. Por (mim), não me atrevo a formar juízo pelo desenho. A fachada parece-me moderna, obra de arte contemporânea que pelos anos de 1807 começou a regressar aos estilos antigos, românico, gótico, renascença clássica, barroca, rocóco [manuelino — João Smith (?)] entre nós dando-lhe grito de feição local (?).

Mas na fachada não há motivo característico de estudo, apenas algum jeito de imitação por estela antiga característica.

A argola na base do gigante (esporão ou contraforte) seria para nos dias de festa prender uma corda que abrangia o Templo com roupas, calabros, etc. Ver se no outro gigante há vestígios de outras argolas. A janela do balcão da sacada por cima da porta principal é moderna, mas no estilo românico, no gótico e no renascença houve vista.

A torre separada da igreja indica grande antiguidade.

Sob esta vossa indicação a gorgula por onde se escoavam as águas pluviais reunidas pelos três canos, cremos que deve haver nas portas e eram muito ornamentadas.

Os fustres de colunas de que falais seriam de outra igreja mais antiga sobre as ruínas da qual reconstituíram esta. O telhado antigo só se pode determinar por escavações em volta da igreja onde certamente hão-de aparecer restos de telha de reborte provávelmente.

O óculo que tinha uma cruz de ferro, não seria a de Cristo mas a de Santiago, é a janela (rosácea) que havia nas fachadas das igrejas românicas, góticas e renascença.

No século 16 por vezes as formas rosáceas destas janelas deram-lhe a forma de aro simples sem copiarem qualquer cruz de ordem religiosa. Em conclusão: não ouse afixar cousas feitiças. A fachada parece-me moderna, mas ajeitada a obra antiga. Esta fachada não indica estilo architectónico definido.

Mais conjecturas poderia apresentar, mas nada adoptado como é visto quadragessimal e com suas publicações que trás a informar não posso mais

Saúde e Paz

18-3-1947

P.^o Francisco Manuel Alves»

P. S.— Só agora dei pela carta, em que escrevi em duas folhas diferentes.

Para nos ilucidar sobre este assunto respeitante à igreja de Santiago de Penamacor, enviámos ao Abade um desenho da fachada da mesma igreja. Quando da restauração desta igreja, ao desmoronarem a fachada, apareceram as pedras do óculo e a cruz, em ferro, da ordem de Santiago.

— Quando há anos quisemos fazer um trabalho sobre «*Cataventos e sua origem*», pedimos ao M. P.^o Francisco Manuel Alves a indicação de algumas obras para consulta. Dispensou-nos a sua boa amizade de tal trabalho, enviando-nos o que era do seu saber e conhecimento sobre tal assunto, na sua carta de 12-12-1946, os que juntámos.

No subscrito, no lugar reservado ao remetente, o Mestre escreveu:

«*Os coros nas igrejas começaram a usar-se no estilo românico, mas as igrejas até terem a forma das basílicas romanas o triforiun que coresponde casa à casa. Esta nota está escrita em letra a menos de um milímetro de superfície. Custa a decifrar:*

«*Colega Landeiro.*

O Galo nos cataventos das casas, torres de igrejas, chaminés, etc. — como é o símbolo da vigilância quadra admiravelmente para chamar ao trabalho, à vigilância sobre as almas e campos.

Que o galo tem este símbolo ou melhor que o símbolo da vigilância é representado pelo galo consta das mais antigas escrituras. Assim Cicero chama-lhe nocturnus vigil (Livro 2 de Divinatura). Plínio chama-lhe nostri vigiles (História Natural) e diz que parece tê-la creado Providências para Despertar os homens e animá-los ao trabalho. São Joaquim, Santo Ambrósio e Eliano dizem que pelo cantar do galo se entendem os homens sábios, prudentes.

O rabi Moisés comentando os Provérbios (Lira-Bíblia) diz que o canto do galo à meia noite e depois de três em três horas, é para chamar os homens aos louvores de Deus.

Nós, os padres, temos na reza de Laudes nos domingos os estrofes de Santo Ambrósio que dizem:

*Suregamus ergostrenue
Gallus jacentes excitat
E sumnolentos inorepat
Gallus negantes arguit
Gallo canentes, spes redil.*

Fica pois liquido que o galo vem considerado desde a alta antiguidade como simbolo da vigilância prudente e intelectual.

Porque canta à meia noite?

Diz a Fábula, e Ovídio metrificou nas metamorfoses que Marta tinha por confidente dos seus amores com Venus um mancebo chamado Galo, lembrando-lhe muito que não perdesse de vista o Sol, por ser o descobridor dos segredos.

Galo adormeceu-se, o Sol veio e deu por conta das folganças de Marte e Venus, avisou Vulcano, marido desta que envolveu os adúlteros na metálica rede patenteando assim aos deuses o crime adúltero.

Venus fugiu envergonhada para Chipre, e Marte furioso converteu o Galo em galo.

É por isso que não rebate do aparecimento do Sol no nosso horizonte e do seu avanço e aproximação.

Até aqui o galo como simbolo de vigilância prudente e inteligente a chamar os homens ao trabalho ficou tido. Agora o galo, por isso mesmo que é simbolo da luz, opõe-se às trevas, que simbolizam a ignorância, a maldade, o reino dos maus espíritos, assim como aquele o reino dos bons espíritos, sendo, portanto, o precursor da luz, o afugentador das trevas e, conseqüentemente, dos maus espíritos.

Na crença popular, as feiticeiras, bruxas, lobis-homens só podem exercitar os seus malefícios até ao cantar do galo (ver Tomo IX pág. 364 das minhas «Memórias Arqueológico-Históricas») onde apresento vários casos da lenda crendeira popular.

Daqui surgiu naturalmente o conceito de amuleto contra malefícios ligados ao galo. Aqui em Baçal, dizem que a galinha livra dos maus ares que tolhem a gente, isto é, se estiver ao pé da gente uma galinha, quando vem o mau ar, dá na galinha, e a pessoa fica livre.

Portanto nos cataventos e chaminés o galo, além de indicar a corrente do vento, é simbolo de vigilância, serve de amuleto para livrar a casa e moradores de malefícios, bruxedos e feiticarias.

O mesmo significado tem a cruz que, para nós os cristãos, é simbolo de redenção e arma contra malefícios do demónio. Por isso não admira que apareça associada ao amuleto galinheiros, sabendo-se, além disso, que a cruz já antes do cristianismo, era simbolo religioso de virtudes mágicas (ver «Memórias» acima citadas, volume IX, pág. 314, 360, 372, 439, 445, 558 e 630).

Nem só a antiguidade clássica, nem os antigos doutores da Igreja, nem só a literatura erudita e profana celebravam o galo, também a nossa seguiu o mesmo encaixo. Eis como António de Monforte o dignifica:

*São o relógio do pobre
Os galos madrugadores,
Que ainda a noite nos cobre
Já eles andam de amores.*

*Receia-os tanto o Diabo
Como ao cruzeiro da Igreja
Não leva as obras a cabo
Logo que um galo o preveja.*

*Ave leal e sagrada
As sombras teem-lhe medo
Por sua causa a alvorada
Desperta sempre mais cedo.*

*Por isso os homens rendidos
À vigilância dos Galos
Nos campanários erguidos
Costumam sempre arvorá-los.*

Adeus, Saudações afectuosas e aos vossos com

Baçal, 12-12-1946

Saúde e Paz

*P.º Francisco Manuel Alves
Baçal
Bragança»*

Que lição tão magistral o Mestre nos dá! Que grande proveito tirámos dela! Só a ciência, a bondade, as paciências beneditina e franciscana do amigo no-la podia ministrar;

Bem hajas, Mestre e Amigo!

O bom Amigo e Mestre enviou-nos mais cartas, mas com a nossa saída de Penamacor para Montijo, perderam-se.

Uma tínhamos que, entre outras, nos contava a maneira como decorreu a consagração que o Governo, a Igreja, a sua Paróquia, o Distrito de Bragança lhe prestaram. Igualmente nos contava a sua chegada ao portão do edifício da Academia de Ciências, onde ele teve a sua cadeira de número, a sua ida a Belém a agradecer ao Marechal Carmona a condecoração com que o distinguira nos seus méritos científicos e outras coisas mais.

*
* * *

Neste ano de 1965 passa, em 9 de Abril, o centenário do seu nascimento.

Do que se for passando àcerca deste grande homem da ciência e zeloso pastor de almas, neste ano dos seus cem anos, será registado na imprensa e em outras publicações, em homenagem às suas virtudes científicas e morais para que os vindouros tenham nele um modelo vivo a imitar.

FINIS LAUS DEO!

UMA BARBUDA DE CRUZ LISA

ACHEGAS AO ESTUDO DA NUMISMÁTICA FERNANDINA

PELO ENG.º AGR.º VALDEMAR CORDEIRO

Em qualquer campo da actividade humana, a pesquisa e o trabalho metódico, paciente e teimoso tiveram sempre um enorme papel, cuja relevância na evolução das ciências e artes seria insensato diminuir.

Mas também o acaso, a casualidade, as forças ponderosas do Destino têm, desde sempre, contribuído poderosamente para o causalismo de muitas importantes descobertas e de muitos e largos passos do progresso e da ciência.

Na nossa incipiente e breve ainda vida de numismata, tem sempre merecido a nossa maior veneração a figura enorme de sábio, de filósofo e de sacerdote, que foi o Abade de Baçal, até porque foi à leitura de uma de suas inspiradas cartas que ficámos devendo o impulso que nos levou ao mundo apaixonante da Numismática.

Este homem de ciência, que o foi no grande e magnífico sentido da palavra, constituía como que um elo entre o conhecimento profundo das coisas e a força miraculosa do acaso. Pesquisador incansável, regionalista extremo e único nos palpitantes campos da arqueologia e da etnografia, calcurreou, a pé e a cavalo, os mais reconditos lugares do seu bem amado distrito, alguns ainda hoje pouco acessíveis, indiferente ao tempo e às comodidades, mas sempre atento a tudo quanto representasse conhecimento antigo ou matéria de estudo. E não eram só os olhos que pesquisavam brejos e valados, fojos e serranias; por detrás daqueles olhos estava um mundo de sabedoria, de experiência, de sensibilidade — que ditavam o reconhecimento exacto de uma simples pedra, de uma inscrição apagada, de uma velha peça de olaria que o Acaso, esse servo dos fortes, lhe fazia encontrar a cada passo e que aos olhos comuns tinham durante séculos passado despercebidos.

É a nossa grande admiração pelo Padre Francisco Manuel Alves, Abade de Baçal, que nos leva a oferecer à sua memória a modesta descoberta que realizámos, mercê das forças do Destino que também o ajudaram, mas na minguada da sabedoria que lhe sobrava e a nós nos falta.

O numisma a que vamos fazer referência, foi achada em Olmos, Macedo de Cavaleiros, distrito de Bragança, em Outubro de 1964, pelo signatário, durante a demolição, meramente casual, de uma parede velha e inçada de silvas, dada como inútil e embaraçosa. Surgiu então um lote de 14 moedas, em bastante mau estado e dos reinados de D. Afonso III, D. Diniz e D. Fernando. Treze dessas moedas tinham muito reduzido interesse numismático. Porém a décima quarta despertou o nosso interesse, não só pelo seu relativo bom estado, como pelas características pouco comuns da sua cunhagem.

E assim chegámos à posse de uma barbuda de cruz lisa.

Todos os que nos lêem sabem, bem melhor que nós, quanto a numismática deve ao nosso rei D. Fernando. À simplicidade do reinado anterior, segue-se uma brusca evolução de cunhagem, que surge esplendorosa, reflexo lídimo da arte gótica, atingindo limites de beleza nunca antes ultrapassados. E a evolução não se refere só à beleza dos numismas, mas também à enorme gama de tipos, de ligas e de valores — que se por um lado constituem valiosa fonte de atractivos, exprimem também a evolução caótica do sistema monetário nacional e a interferência visível e constante da inflação.

Do morabitino e do dinheiro, que constituíam a base de troca dos reinados precedentes, passa-se, batidas nas mais diversas oficinas, dentro e fora do território nacional, às dobras pé-terra e dobras gentis, aos reais e torneses, aos graves e pilartes, mantendo-se os dinheiros, mas agora enriquecidos por um requinte de cunhagem até então desconhecido.

À capacidade criadora e imaginativa do rei, juntavam-se ainda determinantes de ordem política e económica, que forçaram constantes reajustamentos de valores e ainda o capricho dos artistas, que se permitiam a introdução de variantes nas moedas de sua cunhagem.

De todos estes factores resultou uma numária extremamente rica e variada, de grandes encantos para o coleccionador. Resultou belo e valioso conjunto numismático nacional, conjunto cujo estudo, infelizmente, ainda não foi completado, sendo até possível que cunhagens tenha havido que ainda hoje sejam desconhecidas.

Na realidade a investigação das amoedações fernandinas implica todo um vasto estudo histórico e um profundo conhecimento das leis monetárias do tempo e da flutuação dos valores dos padrões metálicos, estando portanto fora das possibilidades de grande parte dos nossos numismatas, sem acesso fácil aos meios de segura informação.

Deliberadamente, na sumária enumeração das cunhagens fernandinas feitas atrás, omitimos as barbudas, meias barbudas e quartos de barbuda, as duas últimas submúltiplo da primeira, que agora nos interessará especialmente.

As barbudas foram cunhadas e circularam sòmente no reinado de D. Fernando. Eram moedas de prata baixa (bolhão), como os tornezes, aos quais sucederam para fazer face às enormes despesas a que as empresas bélicas de D. Fernando arrastaram o país. Assim as barbudas foram lavradas de forma a que um marco de prata de 11 dinheiros dava 195 barbudas, cada uma com o valor de 20 soldos, produzindo para o erário real um bom lucro de 168 libras da época e por marco.

No fim da guerra com Castela as barbudas desvalorizaram-se, passando a ter o valor de 14 soldos, mesmo assim muito exagerado em relação ao seu valor metal.

Todas as circunstâncias apontadas e que eram por nós conhecidas, tinham-nos familiarizado com a moeda barbuda no seu aspecto mais comum, isto é, busto do rei vestido de armadura no anverso; escudete sobreposto sobre a cruz no reverso e castelos nos quatro quadrantes, também no reverso.

Na primeira apreciação do nosso achado, estranhámos logo a ausência do escudete sobre a cruz do reverso e a alternância de escudetes e castelos na mesma face. Isto trouxe-nos à memória uma nota de Pedro Batalha Reis (in, «Cartilha da Numismática Portuguesa»), nota que tem o seguinte texto:

«Há uma curiosa variante, cujo paradeiro ignoramos, descrita por D. Guilhermina de Jesus no seu catálogo de 1902 e caracterizada por ter a Cruz sem ter o escudo sobreposto e contornada por dois escudetes e dois castelos».

Pertence a este tipo a moeda do nosso achado, uma barbuda de cruz lisa, possuindo as seguintes características mais relevantes:

Anverso: ... REX: PORTVGALI: ALGA.

No campo, busto do rei vestido de armadura e coroado, escudete gótico sobre o busto e a letra P à direita.

Reverso: ✠ FERNANDVS : RX: PORTVGALI : ALG:

No campo, cruz lisa, dois castelos e dois escudetes, estes no segundo e quarto quartel. (Fig. 2).

A barbuda do achado difere da constante do catálogo de 1902, tanto pela legenda como pela distribuição dos castelos e escudetes.

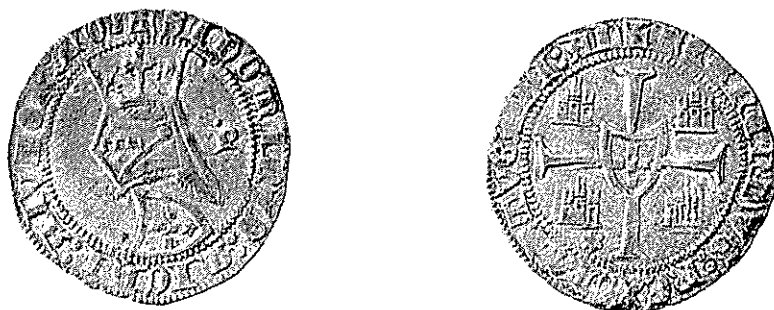


Fig. 1

Anverso e Reverso do tipo de Barbuda mais comum
Módulo = 27 mm — Peso = 4,01 grs

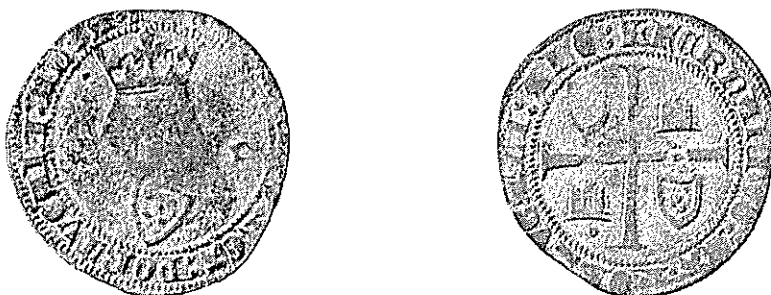


Fig. 2

Anverso e Reverso da Moeda do Achado
Módulo = 26,8 mm — Peso 3,62 grs

A barbuda inclusa no catálogo citado é, segundo Ferraro Vaz, a única «manifestação de barbudas com semelhante reverso». Em conformidade, este autor, a quem enviamos decalque do nosso achado, escreve-nos o seguinte:

«Está de parabéns. A sua barbuda é um monumento de numária de D. Fernando e vale bem uma dobra gentil.

Uma peça destas ficaria em relevo em qualquer dos nossos museus de Numismática, principalmente no do Porto.

Até agora só se conhecia mal um reverso de um exemplar diferente».

Julgamos assim ter trazido à luz do dia um numisma completamente impar, pois apenas encontramos, em consultas bibliográficas feitas, insuficientes referências de uma peça idêntica. Mesmo a moeda mencionada no leilão de 1902, não tem actualmente paradeiro conhecido, apenas existindo reprodução fotográfica do reverso.

Quantas e quantas raridades numismáticas não existirão ainda em mãos ignorantes, escondidas em paredes, expostas ao tempo entre montões de pedras ou sob a Terra, tesouros ocultos que o Acaso porá talvez um dia, miraculosamente, na mão dos que saibam ver o seu valor e estimar a sua raridade! E quantas não se perderão, após séculos e séculos de espera, nos locais mais inesperados e mais recônditos...

ENSAYO SOBRE LA EVOLUCIÓN COMERCIAL Y MONETARIA EN BYZANCIO

(Continuación del numero 25 — Vol. VII)

POR ANTONIO MANUEL DE GUADAN Y LÁSCARIS COMNENO

La decoración mural religiosa se mueve dentro de un grupo de composiciones fijas, entre las cuales destacan por su importancia, el *Ciclo del Antiguo Testamento*, ya utilizado en los siglos V y VI, el *Apocalíptico* que se desarrolla extraordinariamente en una serie de composiciones muy características: la «Hétimasia» que simboliza el trono preparado para Cristo y donde vendrá a sentarse el día del Juicio final ⁽¹⁾; la «Déisis», en la qual Jesucristo como Juez Supremo está representado entre la Virgen y el Pródromos intercediendo ambos por la Humanidad ⁽²⁾ y sobretudo la colosal escena del Juicio Final, que se transforma desde la bucólica composición del siglo VI en San Apolinar el Nuevo, separando el pastor sus ovejas, hasta la imagen imponente de Jesus apareciendo entre las nubes, sentado en Majestad en su Trono y rodeado de apóstoles, para juzgar a los vivos y a los muertos, a los que despierta la trompeta del Arcangel. ⁽³⁾; *el Ciclo evangelico* tambien muy extenso y evolucionado, interrumpiendo el orden cronologico de las escenas que ha caracterizado la época anterior al siglo VI, destacando unas sobre otras, y dando preferencia a las que corresponden a las grandes fiestas del año liturgico ⁽⁴⁾, cambiando la escena de la transfiguracion, y creando el tipo nuevo de Jesus desnudo y muerto en la Cruz, por completo desconocido en el Arte Bizantino con anterioridad al siglo IX ⁽⁵⁾. La Resurrección tambien se modifica, no volviendose mas a representar la escena de las santas mujeres en la tumba,

(1) Durand. Etude sur l'Étimasia. Chartres - 1867. passim.

(2) Kizpicnikof. — La deisis en Oriente y en Occidente (en ruso). 1893. pass.

(3) Voss. — Das jüngste Gericht. Leipzig. 1884. passim.

(4) Millet. Recherches sur l'Iconographie de l'Évangile. passim.

(5) Brehier. — Les origines du crucifix dans l'Art religieux. Paris 1904.

sino en su lugar la hermosa composición de la Anastasis o descendimiento al limbo, que aparece también en el mismo siglo antes citado. Por último el *Ciclo de la Vida de la Virgen*, que bajo la inspiración directa de los evangelios apócrifos, crea uno de los temas más bellos del Arte Bizantino y que sobretodo a partir del siglo XI, pasa a formar parte de las decoraciones habituales en los edificios sagrados. Uno de sus episodios sobretodo, el de la «Dormition» o muerte de la Virgen es de una maravillosa belleza, con su armonioso reparto de masas y su delicada simbolización; el contraste que muestra la alta figura de Jesús con la línea horizontal de la Virgen tendida y las líneas inclinadas de la muchedumbre de asistentes, mirando el lecho mortuario es índice de la inspiración de un artista realmente genial ⁽¹⁾.

Más relación con la iconografía monetaria de este segundo período artístico, tienen los trabajos de gliptica y metalisteria, que alcanzan una extrema perfección. Los bajos relieves en esteatita ⁽²⁾ con representaciones de Santos, e incluso las doce grandes fiestas de la Iglesia, son de una gran belleza y demuestran una depurada habilidad en los trabajos de estos talleres, casi siempre los mismos que trabajaban los marfiles, con técnicas muy similares y con el mismo destino religioso muchas veces. La gliptica nos ha dejado abundantes muestras de su perfección en representaciones de Cristo, la Virgen o los Santos, en zafiros, jaspes u ofitas, como la del Monasterio de Xéropotamon en el Monte Atos, la obra maestra de su época, con la figuración de una Virgen Orante en el centro e dos bandas concéntricas con figuras de la Hétimasia, ángeles y diaconos, que comprenden en su conjunto toda la Divina Liturgia, como se representaba también en los frescos de las Iglesias Bizantinas ⁽³⁾.

Un último período artístico, dentro de este segundo grupo, nos queda por reseñar siquiera muy brevemente, el llamado Segundo Renacimiento de los siglos XIV al XVI, fenómeno realmente extraordinario por el pobre estado del país después de la pérdida de Constantinopla en 1204 y las continuas campañas guerreras. Y a pesar de estas dificultades, y las económicas subiguientes se presenta un renacer artístico, que ya iniciado en los años del Imperio de Nicea, que posiblemente fue su germen, como la lucha iconoclasta lo fue del primer Renacimiento Macedónico, se extiende y amplía en siglos sucesivos hasta fundirse con el Renacimiento Occidental o Clásico siglos más tarde.

A tono con la pobreza del Imperio se abandonan los trabajos en metales

⁽¹⁾ Sinding. — *Mariae Tod und Himmelfahrt*. Christiana, 1903. passim.

⁽²⁾ Schlumberger. *Deux bas-reliefs byzantins de stéatite*. Piot. IX. 1903.

⁽³⁾ Kondakof. Athos, página 225 y siguientes.

nobles, en piedras finas, marfiles y esmaltes, limitandose a las pinturas al fresco, a la Arquitectura y a la iconografia modesta. Un caracter comun y muy interesante señala estas nuevas producciones artisticas Byzantinas; ya no tienen la grandeza severa de los siglos XII y XI, pero en cambio las inspira un arte nuevo, vivo y sincero, lleno de movimiento y de expresion, realista y veraz.

Sus artistas no tienen ya la inmovilidad tradicional sino que comienzan a representar tipos individuales con una elevacion de estilo y una tecnica de la composicion realmente insospechadas, apreciando cualidades hasta entonces no tenidas en cuenta, y dando al conjunto una vitalidad, colorido y tecnica, que hacen considerarlo como la tercera edad de oro del Arte Byzantino.

Mucho se ha escrito sobre las posibles causas de este anomalo Renacimiento, dividiendose los comentaristas en considerarlo como una influencia Occidental o bien Oriental especialmente Siria, aunque realmente ninguna de ambas hipotesis sean por completo fundadas. Para Th. Schmidt ⁽¹⁾, este arte, que no considera ni mejor ni peor que los anteriores, debe su novedad a la mezcla de dos tradiciones opuestas, combinando la perspectiva inversa de claro origen Oriental con la perspectiva directa de pura raigambre helenistica. Contra esta tendencia tambien hubo fuertes razonamientos estudiados por Brehier ⁽²⁾ y el estado actual de la cuestion parece resuelto a favor de los que consideran este Renacimiento como una faceta del vivo sentimiento de patriotismo helenico que con el ejemplo de los Emperadores de Nicea, cundió en todo el Imperio, y se fortalecio aun mas, cuanto mayor era el peligro que le amenazaba por todas partes, fomentando todas sus energias intelectuales y artisticas.

En la pintura es donde con casi exclusividad puede ser estudiado este novisimo arte Byzantino de los siglos XIV al XV, pues aunque los frescos que han llegado hasta nosotros no son absolutamente uniformes, la elección de temas, la tecnica y el estilo, hace ver que son concepciones identicas, tendencias semejantes y anhelos parecidos, los que han dado espiritu y unidad a esta gran escuela del arte pictorico universal.

Su principal caracteristica es que la pintura propiamente dicha monopoliza las paredes y techos de las Iglesias, eliminando los marmoles, mosaicos y demas elementos ornamentales; pinturas al fresco de arriba abajo, cubren todos los espacios vacios que la Arquitectura ha dejado, y siempre con una misma ordenacion sistematica, que partiendo de los Monasterios del Monte Atos, es respetada en todas partes. El trabajo se distribuye en zonas paralelas,

⁽¹⁾ Th. Schmidt. — La renaissance de la peinture au XIV siècle. RA. 1912. II 127/142.

⁽²⁾ Bréhier. Une nouvelle théorie de l'Art Byzantin. Jour. d. Sav. Mars, 1914.

casi siempre en número de cinco, separadas unas de otras por una simple raya de color pardo rojizo, pero en estos grandes conjuntos las composiciones simbólicas ocupan la parte que antes tenían las imágenes aisladas, que quedan a su vez relegadas a la banda inferior de las paredes, disminuyendo también en tamaño las composiciones, pero ganando extraordinariamente en variaciones de tema y finura de estilo.

La iconografía muy compleja se desarrolla por completo en el siglo XIV ocupándose de muchos temas secundarios, que antes no se utilizaban, y procurando llenar las lagunas que median pictóricamente entre los grandes ciclos evangélicos clásicos, como por ejemplo en variados momentos de la infancia y de la Pasión de Jesús, así como en múltiples detalles de la vida de la Virgen. En el *Bautismo*, se aumenta el grupo alrededor de la escena central, formando así un verdadero cuadro de género; en el *Día de Ramos*, se agregan a la escena grupos de niños, que juegan y riñen sin preocuparse de la entrada de Jesús, naciendo así una composición clásica, que más tarde se copia en Peribleptos o San Nicolás de Lavra; la *Resurrección de Lázaro*, sufre una transformación análoga, aumentando el grupo de presentes, con un paisaje al mismo tiempo grandioso y solemne; la *Crucifixión*, crea tipos nuevos, como Jesús rehusando beber, la preparación de la Santa Cruz, La virgen caída al pie de la Cruz, el cuerpo del Salvador curvado sobre el madero, etc. etc. y la escena del *Descendimiento*, que no aparece hasta el siglo XII, y que se traduce en la desgarradora escena de la Virgen en su desesperación.

Como es lógico para todas estas variantes no bastan los Evangelios, y se buscan fuentes en los apócrifos, o en los mismos sermonarios que detallan los sufrimientos de Cristo o los Dolores de María, así como en homilias dramáticas que escenifican casos concretos de la Historia Sagrada. Y no solo hay estas modificaciones de temas con raigambre conocida, sino tipos en absoluto nuevos, creación de la época, tales como «La Enseñanza de los Tres Doctores», reproduciendo una visión aparecida a un contemporáneo de Alejo Comneno; la «Deisis» de la Virgen-Reina en traje Imperial a la derecha de Cristo, o la transformación en imágenes pictóricas de Hymnos u Oraciones (1).

Se han buscado los orígenes de estas revolucionarias imágenes, en la obra de los teólogos coetáneos, y así en efecto, la figuración de la Virgen Reina está claramente definida en un pasaje de Gregorio Palamas (2) y las escenas de la desesperación y dolor de la Virgen, en un relato de Máximo Planades, pero hay que añadir la influencia Italiana de la pintura del «400»

(1) Tafrafi. *Iconographie de l'hymne Acatiste*. Bucarest. 1915. *passim*.

(2) Millet. — *Byzance et non l'Orient*. 1908. Tomo I. *passim*.

que es muy grande en este siglo, y notoriamente visible en los frescos de Peribleptos de Mistra, en Duccio y en el tema del descendimiento (1).

Para terminar hagamos mención a lo que para Millet, es lo esencial de este periodo «...colocar las figuras en su cuadro natural, en su lugar, en medio de otros hombres, como en la vida corriente» (2).

Esta tercera edad de oro pictórica, no ha rozado siquiera la Numismática del periodo, pues si bien algunos temas de los Paleólogos pueden considerarse con antecedentes en pintura y otros de claro modelo Occidental, el conjunto se resiente de una falta de originalidad tan grande y de una técnica tan deficiente, que es muy difícil llegar a explicarse los motivos de ello. Porque esta limitación a la pintura, del renacimiento Paleólogo, y en cambio la absoluta falta de cuidado y atención al grabado y arte monetario? Cuando la Numismática de los Paleólogos se haya conocido mejor de lo que se conoce actualmente, es posible que haya modo de contestar a esta pregunta (3).

2—ASPECTO NUMISMÁTICO DEL SEGUNDO PERIODO ARTÍSTICO

Ya hemos hecho mención de las escasísimas fuentes que nos restan del periodo artístico de los siglos VII y VIII, pues casi son las monedas lo único superviviente de esta época. Por ellas se puede apreciar que continúan eliminándose tipos en los cuños durante los reinados de Tiberio II, Mauricio y Focas, hasta llegar a Heraclio (610-641) con la particularidad de presentar un único tema en sus emisiones, ya que la figura de la Victoria en el otro conocido, es probablemente anterior al reinado personal de Heraclio (4). Por primera vez que se ve en este periodo un símbolo Cristiano puro, sin tradición romana, ocupar el reverso íntegro de una moneda y formar por tanto un tema independiente de la propia imaginería Imperial (5), con la Cruz que se hallaba en el Foro de Constantinopla erigida por el mismo Constantino (6).

El cuño monetario la representa sobre unas gradas, más frecuentemente en número de tres, cantidad simbólica y ya prescrita en el ceremonial

(1) Véase el estudio de Fiocco—La pittura Toscana del quattrocento. Novara 1941—páginas V a XXX.

(2) Millet. Art Byzantin. II, página 942.

(3) El Dott. Bertelé de Roma, tiene en preparación un interesantísimo Corpus de la Numismática de los siglos XIV y XV Bizantinos, que de publicarse será a buen seguro el inicio de muy interesantes aclaraciones sobre estos temas.

(4) Wroth. B.M.C. I, lámina XXIII, figura 1.

(5) Tiberio II, (578-582), véase De Saulcy op. cit. lám. III, 6.

(6) Preger.—Script. rerum. Constant. I. 31.—II, 160.

Byzantino ⁽¹⁾, y que luego forma parte de casi todas las emisiones del siglo VII como simbolo de la idea de Tiberio II de renovar la tradicion Constantiniana por lo que ademas, agregó a su nombre propio el de Constantino.

A este primer tema numismatico propio, se agrega despues bajo Justiniano II el de la imagen historica de Cristo, ocupando en el reverso de las monedas el lugar hasta entonces reservado a las representaciones simbolicas. Su duracion fué escasa, pues solo se utilizo en los dos reinados de Justiniano II, y fue eliminado por sus sucesores inmediatos y naturalmente por los iconoclastas; reaparece despues en el año 843, a consecuencia de esta misma lucha, y ya no abandona mas la numismatica Byzantina hasta el año 1453 ⁽²⁾.

El Imperio Ortodoxo que por primera vez en el siglo VIII introduce pasajes de la Biblia en la redaccion de sus leyes, y donde los Emperados hacen de la Santa Cruz, del «mandylion» y de la efigie de la Virgen, verdaderos «palladia» del Imperio, utiliza en Numismatica estos simbolismos tan alejados ya de los de pura tradicion Romana, y que han de constituir tipos fundamentales; el mismo Emperador al declararse «servus Christi» hace obligatoria la representacion de Jesus bajo las rasgos fisicos que anteriormente hemos estudiado.

Las leyendas que encuadran la Cruz sobre gradas son VICTORIA AUGUSTI, o bien VICTORIA AUGUSTORUM, con la sola excepcion de VICTOR TIBERIAG de Tiberio II ⁽³⁾ por lo que resulta un equivalente de los antiguos simbolismos con las mismas leyendas, ya que esta demostrada la identidad del concepto de Victoria con la Cruz para los Emperadores Byzantinos.

El acto de Justiniano II de hacer grabar en el reverso de sus monedas una imagen de Cristo es realmente revolucionario para la época, porque de esta manera rompe con todas las tradiciones Romanas anteriores. Los dos tipos de Cristo, ya antes estudiados, son hermosas muestras de arte Byzantino ⁽⁴⁾.

Se puede apreciar el sentido que quiso dar el Emperador a esta representacion del Salvador, con la simple leyenda de la moneda «IHS CRISTO(S) REX REGNANTIUM» ⁽⁵⁾, puesto que al poner de relieve la calidad de Rey de Reyes de Jesus, Justiniano II liga este icono a la idea central de la

⁽¹⁾ De Cerim. II, 19. Paginas 609-610.

⁽²⁾ Wroth. B.M.C. I. lamina XLIX, 16, 18.

⁽³⁾ Wroth. B.M.C. lam. XIII, 20 y Ratto, Cat. 1930, n. 921 y siguientes.

⁽⁴⁾ Vease Cat. Ratto, 1930, numeros 1682 y siguientes.

⁽⁵⁾ Con algunas variantes en la forma. Vease Ratto, Cat. 1930, 1682, ss.

Iconografía Imperial de la época Cristiana, estableciendo al mismo tiempo un estrecho lazo de unión con las monedas de reverso crucífero antes citadas, en donde la Cruz es el sustituto de la figura de Cristo.

Como ya hemos explicado antes, la época Iconoclasta marca una decidida evolución en el Arte Bizantino, y no puede menos de dejar su clara huella en la iconografía Numismática, favoreciendo el desarrollo del Arte Imperial. Al desaparecer la imagen de Cristo, los retratos imperiales ocupan siempre el anverso y reverso de las monedas con tipos de León III, Constantino V, Artavasdus, León IV y Constantino IV e Irene ⁽¹⁾, substituyendo a la Cruz monumental que también se utiliza a veces, y en otras ocasiones los cuños presentan tipos arcaicos ya olvidados en el siglo VII, como el lábaro llevado por el Basileus (Teofilo), los dos Emperadores correinantes, sentados en un mismo Trono común (Constantino V y León IV) o la mano de Dios que desciende del cielo para bendecir a los soberanos (Constantino V).

La sustitución de la Cruz sobre gradas por otra efigie Imperial, es para Grabar ⁽²⁾ de análogo significado a lo efectuado por Constantino V. al cambiar una serie de imágenes de los concilios Ecuménicos por una escena del Hipódromo, pues consiste en variar la simbolización personal Cristiana ⁽³⁾ por otro tipo del ciclo Imperial, ya que las escenas del Hipódromo han tenido casi siempre el carácter simbólico de temas de Victoria.

Las leyendas que acompañan siempre a las pocas emisiones que conservan la Cruz sobre gradas, durante esta época Iconoclasta, son siempre como símbolo triunfal Constantiniano, as decir un tema Imperial también, bien sea el de IHSUS XRISTUS NIKA o el de VICTORIA AUGUSTI, o aun el de «Signo de San Constantino» como se puede apreciar por comparación con el fresco de Sinnasos en Capadocia, citado por Millet ⁽⁴⁾. Por todo ello parece fundamentado asegurar que la política de los Emperadores Iconoclastas en materia religiosa, fue más bien una vuelta a la autocracia de Constantino o de Justiniano, y antetodo a una política de autoridad plena Imperial en materia de fé.

La victoria de la Ortodoxia en el año 843, con el renacimiento de los temas religiosos iconográficos, también tuvo una importancia decisiva en el Arte monetario coetáneo. Los Emperadores iconódulos de los siglos IX al XII

⁽¹⁾ Wroth. B.M.C. II, láminas XLII a XLVI.

⁽²⁾ Grabar. Op. cit. página 169.

⁽³⁾ Migne. P. G. Vitae S. Stephani Junioris. 100. col. 1172.

⁽⁴⁾ Millet. B.C.H. XXXIV, 1910. pag. 96 y siguientes.

aunque vuelven a representar graficamente las figuras religiosas humanas, no por eso abandonan los temas ornamentales iniciados por los Iconoclastas, y la fusión de estas tendencias da mayor variedad a los temas monetarios. Se emplean cada vez con mayor profusion imágenes de Santos y esta formula nueva constituye la característica específica de la Numismática de la Segunda Edad de Oro del Arte Bizantino; se vuelve a utilizar el tema de la Tyché de una Ciudad presentando al Emperador el modelo de un edificio ⁽¹⁾, pero sobre todo se confía a un Santo protector de la Ciudad esta misma misión ⁽²⁾ y por ultimo se esboza por primera vez la teoría dual de concordia y cooperación entre el Emperador y el Patriarca, suavizando los simbolismos que hasta esta época solo habían consistido en la glorificación del Emperador y su Victoria en todas las manifestaciones artísticas.

El Imperio de Nicea continua el mismo molde en su Numismática, pues su Santo Patron, San Trifon es figura obligada de muchas de sus emisiones, hasta llegar a la reconquista de Bizancio. Con ella la escena varia en conjunto; los Emperadores ponen todo su empeño en buscar temas nuevos, y las figuraciones angelicas toman el lugar de los Santos Patrones en muchos casos. Una ola de arcaismo atraviesa el arte Monetario Bizantino, en clara contraposición al maravilloso renacer pictórico, y pocos son los tipos monetarios de los Paleólogos que pueden considerarse con influencia pictórica o monumental; acaso unicamente el de Miguel VIII arrodillado, presentado por el Arcángel Miguel a Cristo en su Trono, que lo corona ⁽³⁾, y otro con el Emperador a caballo reaparece bajo Manuel II ⁽⁴⁾, como antecedente de muchas de las emisiones últimas del Imperio de Trebizonda.

Ultimamente han sido publicadas varias monedas inéditas de los últimos Paleólogos, con tipos desconocidos, por ejemplo: 1) — Una de plata de Andronico II con el retrato del Profeta Achias, coronado y vestido como el Emperador, el primer caso del retrato de un profeta en la Numismática Bizantina. 2) — Bronces de Andronico II Paleólogo con el águila bicefala, analoga a la de uso en Trebizonda años más tarde. 3) — Monedas de Andronico II y III con la leyenda TIS MAKEDONIAS, que según Gerassimov ⁽⁵⁾, pudieron ser acuñadas después de la reconciliación de ambos en el año 1325.

⁽¹⁾ Jerphanion. Egl. Rup. de la Cappadoc. pag. 57.

⁽²⁾ Emisiones de Teodoro Angelo de Salónica, por ejemplo.

⁽³⁾ Wroth. B.M.C. II, lamina LXXIV, 1-4.

⁽⁴⁾ Wroth. B.M.C. II, lamina LXXXVII, 3.

⁽⁵⁾ Gerassimov. Monedas inéditas de los Paleólogos (en búlgaro). Sofía 1949. páginas 23 a 44.

4) — Monedas de Andronico III con la Virgen analoga a las halladas en Olynthus ⁽¹⁾.

Por lo demas el Arte monetario decae tan rapidamente que estas ultimas emisiones de los Paleologos, nada tienen de comun con lo que se puede denominar acuñacion Byzantina ni menos aun acuñacion artistica.

C) — *RESUMEN*

Como hemos visto la historia milenaria del Arte religioso en Byzancio y sus derivaciones numismaticas, presentan una cierta alternativa de altos y bajos, epocas de produccion original intensa y periodos estériles. Sin embargo se ha abusado demasiado de las expresiones «edad de oro» y «renacimiento» al hablar de unas y de «decadencia» al hablar de otras; es muy posible que ciertos periodos hasta ahora conocidos como decadentes, no lo sean mas que por la falta de restos historicos y fuentes originales, como sucedia hasta hace pocos años con la epoca del Renacimiento Paleologo en Pintura, totalmente desconocida hasta este siglo.

A juzgar por las imagenes monetarias la tecnica del grabado sigue una marcha ascendente en las llamadas primera y segunda edad de oro Byzantinas faltando en absoluto en la tercera, y ciertos aspectos del arte iconoclasta pueden tambien ser considerados como excelentes en cuanto a potencia de expresion y realidad efectista, aunque su conjunto sea algo grotesco.

En los primeros diez años a partir del triunfo de la Ortodoxia se observa en cambio una fuerte influencia clasica y arcaizante, sobretodo en las monedas de Leon VI, para anunciar ya en los reinados de Basilio I y de Miguel III la evolucion ulterior de estilo y de tecnica, el dibujo geometrico suave, la factura lineal, y la ligera modelacion que proporciona una mejor impresion plastica, tan necesaria a todo buen cuño monetario. Y este refuerzo del plasticismo continua evolucionando hasta el siglo XI, en donde puede considerarse realizada la unidad perfecta de tecnica y de estilo, para continuar en la epoca de los Comnenos, Lascaris y primeros Paleologos, sin variaciones notables.

La decadencia de las tecnicas de lujo fue sin duda la causa de la degeneracion de los ultimos siglos y su Numismatica se deja influenciar fuertemente por las corrientes Orientales y Occidentales de la época, con su debilitacion artistica y sus tipos ajenos por completo a las clasicas concepciones Byzantinas de todos los tiempos.

(1) Robinson. Excavations at Olynthus. III. 1931. pag. 120. n. 966.

CAPITULO QUINTO

*LA DEVALUACION DEL PATRON ORO EN BYZANCIO
Y SUS CONSECUENCIAS ECONOMICAS*

En los Capítulos anteriores hemos procurado, enfocandolo desde diferentes puntos de vista, esbozar el complejo y difícil panorama de la evolución económica, fiscal y monetaria de Bizancio durante toda su larga Historia. Nos resta pues como complemento de lo expuesto, tratar de las consecuencias que tuvo la devaluación del hyperpero a partir del siglo XIV y de los factores de enseñanza económico-social que pueden derivarse de ello. En realidad este problema económico tiene perenne actualidad y en el mundo moderno se desoyen muchas veces los consejos de la Historia, que como en el presente caso, nos ha dejado vívidos detalles de lo que significa para un país, por rico y poderoso que haya sido, abandonar la política de sana moneda.

Ante todo hay que hacer constar que entendemos por moneda no solo el dinero corpóreo, de estilo apolíneo (la moneda acuñada) sino también el dinero Occidental, dinero de relación faústico-dinámico en frase de Spengler, constituido por unidades de crédito, tan diferente del anterior como lo puede ser la ciudad-Estado de Atenas, del Imperio Universal. (1).

Épocas de depresión en la historia Antigua, hay habido muchas, pero concretándonos a la Grecia clásica por razones de analogía y a Roma, conviene apuntar algunos detalles de estas crisis salvadas la mayor parte de las veces por reformas conducentes a la política de revalorización monetaria. Así en el período de 130 años que sigue a Alejandro, se distinguen tres períodos diferentes en cuanto a los precios:

- 1) — Hacia el año 300 precios muy elevados y múltiples fluctuaciones sin control de las mismas.
- 2) — Desde el 300 hasta el año 250, baja general de precios, muy considerable en algunos aspectos, debido sin duda alguna a la movilización de las reservas monetarias que lleva consigo la expansión colonial.
- 3) — Desde el año 250 al 190 aproximadamente, alza constante e ininterrumpida hasta llegar al mismo nivel del año 300 antes citado.

(1) Spengler. La decadencia de Occidente. IV, página 313.

Esto demuestra que cuando el dinero tiene inversiones seguras y movimiento, el coste de la vida disminuye, puesto que el alza del año 300 se detuvo por las reservas que se pusieron en circulacion, debidas en su mayor parte al ahorro de los ciudadanos, ya que las aportaciones individuales hacian el papel de los creditos bancarios de la edad moderna; pero en cambio Byzancio limitada en el siglo XIV a la Capital casi unicamente, no podia tener inversiones faciles y el alza de los precios era irreparable al devaluarse la moneda ⁽¹⁾.

El oro durante los ultimos siglos del Imperio Romano y bajo los barbaros se desplazo hacia el Oriente como ya antes hemos reseñado, consecuencia natural de la direccion del comercio, cuyo centro, Constantinopla era el unico mercado de caracter mundial, pero ya en la época Carolingia la economia Occidental de cambio habia sido desplazada por una economia de consumo ⁽²⁾. La economia domestica cerrada, característica de este periodo, hacia que los productos de cada país bastasen para las necesidades muy restringidas de una sociedad rústica, y en estas condiciones el empleo del oro era casi superfluo para los reducidos cambios del comercio local. Por el contrario en otras regiones como la Rusia Meridional, los países escandinavos y bálticos, las relaciones frecuentes con los comerciantes Byzantinos y Arabes, hacian necesaria una circulacion monetaria mas activa, y los hallazgos de oro Byzantino en estos países, marcan, «... como con un punteado de oro» ⁽³⁾ la direccion de las vias de comercio. En el occidente Pirenne, nota la existencia de algunas pequeñas amonedaciones locales de oro, precisamente en las regiones y puertos de mas activo comercio, y sobretodo en el sur de Italia, donde el contacto con Byzancio y el mundo arabe no ha sido nunca interrumpido del todo. Y siempre hay una relacion directa, entre la presencia del oro amonedado y la de las mercancías orientales en la época que marca el apogeo de la economia natural en Europa Central y Occidental, por la sencilla razon de que es el Oriente el que ha conservado una moneda de caracter y alcance universal, un verdadero «patron oro» a las actuales teorías sobre el dinero, partiendo del signo de valor e de la materia con que se hacen los medios de pago, en lugar de la forma de pensar economico, tan diferente entre ambos periodos historicos, y mucho mas importante que la materialidad del metal empleado en la acuñacion, puesto que el dinero, es como el número o el derecho una categoria del pensamiento.

Cierto es que los Arabes acuñaron tambien desde el siglo VII sus

⁽¹⁾ E. Cavaignac. *L'éconm. grecque*. Paris 1951. pagina 131-139.

⁽²⁾ H. Pirenne — *Les villes au Moyen Age*. pagina 45.

⁽³⁾ Niederle. *Manuel de l'Antiquité slave*. II. Paris 1926, paginas 235/36.

dinares de oro y sus «dirhems» de plata, cuyo empleo se extendió a todo el Norte de Africa y a España, pero no tenían la garantía del prototipo Bizantino, ni su fuerza psicológica, limitándose a ser simples y serviles imitaciones del Bezante, hasta el extremo de conservar la efigie del Emperador y la leyenda griega mas o menos deformada (1).

Se ha creído durante mucho tiempo que el peso y la aleación del Bezante no había sufrido mas que variaciones minimas en la Historia del Imperio; nada mas lejos de la realidad como hemos podido apreciar en capitulos anteriores, pero el respeto que ha causado esta moneda en todos los mercados mundiales hasta el siglo XIV, de un doble caracter psicológico, por un lado y financiero por otro, ha sido causa de textos como el de Procopio (2), que encontraba monstruoso que el Rey de los Francos tuviese la osadía de colocar su efigie en monedas de oro, cuando ni el mismo Rey de los Persas se había atrevido a hacerlo, ya que solo la moneda con la efigie del Emperador Romano, como unico Emperador Universal, podía tener una circulación Universal tambien (3). Y esta moneda Universal de la Edad Media, tenía su bolsa, si entendemos por Bolsa el organo mental de una economía monetaria perfecta (4) en Bizancio, como en otras épocas lo pudo tener en Babilonia, Tebas, Roma o Bagdad, y modernamente lo tiene en Londres, Paris o Nueva York.

Las conclusiones a que ha llegado Andreades en relacion con las rentas publicas de Bizancio, son igualmente de aplicación a su moneda «... cuando se habla del Imperio Bizantino se olvida con frecuencia su larga duración y sus diversos periodos. Al decir esto no me refiero concretamente a la época de los Paleólogos, cuando el Imperio no era mas que una sombra, su superficie estaba limitadísima y sus ingresos mas limitados todavia a consecuencia de las franquicias aduaneras concedidas a los extranjeros. El peligro de la generalización existe tambien, para el periodo anterior a la IV Cruzada» (5).

Ya hemos hablado anteriormente de los cambios del aureo al solido al nomisma y al hyperpero y de las últimas alteraciones que hicieron perder a esto todo su valor. En el año 1334, el viajero arabe Ibn Batoutah menciona al hablar de Constantinopla «... el oro del país que llaman alberberah (sic)

(1) Igual hicieron luego los Reyes de Sicilia, como puede apreciarse en la obra de Engel ya citada.

(2) De bello gothico. III. pagina 33.

(3) Diehl. Justinien et la civ. Byzant. au VI siècle. 1901. pagina 545.

(4) Spengler. Op. cit. pagina 324, nota 3. Tomo IV.

(5) Le montant du budget de l'Empire byzantin. Rev. Et. Grec. XXXIV, 1921 pag. 54.

no es bueno», y de sus valores relativos ya queda señalado que si aun valia 12 o 13 francos de 1910 antes del año 1204, y unos 11,20 francos en la época de los Láscaris, en el año 1374 no valia mas que la mitad de un ducado veneciano, o sea aproximadamente 5 francos del mismo año 1910 (1).

Y que el peligro de generalizar puede aplicarse tambien a la época anterior a los Paleologos, lo demuestran las variaciones por la crisis monetaria del siglo VI (2) y del siglo IX (3), y las del ultimo cuarto del siglo XI bajo Niceforo Botaniatés. El año 1090 se redujo el valor del nomisma 2/3 o sea que en lugar de 12 miliaresion debia de tener solo 4, pero en cambio los impuestos solo sufrían una reduccion de la mitad, quedando el beneficio a favor del Estado (4). Estas fueron solo crisis pasajeras ciertamente, pues despues de la del siglo XI, Alejo Comneno volvió a acuñar moneda de oro al tipo normal del Bezante, y Juan Comneno continuó con la misma politica, pero nos enseñan en cambio estas alzas y bajas del patron oro y estos intentos de iniciar la facil politica de la depreciacion, que hasta el siglo XI los Emperadores por regla general tuvieron una clara vision economica sobre los problemas de su Estado.

Tres grandes figuras ademas de Justiniano, cuyos problemas financieros tenian soluciones diferentes, merece destacar en el Imperio:

Niceforo I. (802-811)

El reformador fiscal, profundo conocedor de todos los resortes de la Administracion, ya que procedia de ella, y que providencialmente sucedio al dispendioso reinado de Irene.

Juan II Comneno (1118-1143)

Heredó las buenas cualidades de su padre y restableció de nuevo la politica de la moneda firme con clara comprension de todos los problemas, no solo economicos sino tambien politicos y religiosos, hasta el extremo de constituir su reinado un caso excepcional, puesto que ni una sola rebelion estallo en todo su decurso y la posteridad lo conoce por «kalojoanes».

(1) Diehl. La colonie Venitienne a Constant, a la fin du XIV siec. pag. 249.

(2) Diehl. Une crise monétaire au VI siècle. R.E.G. XXXII 1919. pag. 158 y seg.

(3) Andreadés. Deux livres récents sur les financ. Byzantines. Byz. Zeits. 1928. pagina 317. nota.

(4) G. Ostrogorsky. op. cit. pagina 66.

Juan III Ducas Vatatzes (1222-1255)

El Santo para la Iglesia Griega, que tuvo la habilidad y talento necesarios para rehacer la economía de un estado empobrecido y débil como el de Nicea, y preparó el camino para la posterior reconquista de la Ciudad.

Estos son los únicos pilares firmes que sostuvieron las finanzas Bizantinas durante cerca de cinco siglos, las curvas positivas del gráfico. Las negativas desgraciadamente abundaron más, pero nunca con la continuidad permanente de los hombres de las dinastías Angelos y Paleólogos, entre los que no se puede destacar ni una sola figura que se diera cuenta de los problemas económicos y de cómo poder resolverlos.

Por otra parte el pueblo Bizantino procuraba interpretar las leyes a su estilo y no eran precisamente facilidades las que encontraban los Emperadores para la aplicación de las disposiciones oficiales, si estas tenían algún punto débil. Como ejemplo basta citar lo sucedido con la conocida reforma de Nicéforo Botaniatés; como antes hemos apuntado el nomisma quedó reducido a 4 miliaresias únicamente, pero la ley la interpretaban que se refería solo a las cantidades enteras, pero no para las fracciones de las que no se hablaba, y que por lo tanto debían de seguir el régimen anterior. Resultado práctico que se pagaba más por la parte que por el todo, ya que por un nomisma entero se pagaban 4 miliaresias, pero por un medio nomisma se pagaban 6 (la mitad de 12 según la anterior proporción) o sea volviendo a reducirlo a la nueva moneda 1 nomisma entero y dos miliaresias. A no ser porque el Emperador dictó una disposición aclaratoria, el pago de impuestos en pequeñas cantidades, hubiera disminuido en vez de aumentar como se perseguía ⁽¹⁾.

Cuando comienza claramente la depreciación monetaria y no se trata ya de fenómenos pasajeros como los señalados anteriormente, es a partir de los últimos años del siglo XIII en adelante. Stein, Andreadés y Bratianu han dedicado muy interesantes estudios a esta época financiera y sus conclusiones coinciden en lo más fundamental ⁽²⁾.

El primer testimonio, ordenándolos cronológicamente, es el de Guillermo de Rubruk, misionero franciscano enviado por San Luis en el año 1253 a la corte del Khan de Mongolia, y su primer encuentro con los tartaros de Crimea le deja un recuerdo muy interesante, «... cuando nuestros criados vieron los hiperperos, los frotaron con sus dedos y luego los llevaron a la nariz, para

⁽¹⁾ F. Chalandon. *Essai sur le règne d'Alexis I. Comnène*. 1900. pag. 307.

⁽²⁾ Bratianu. *L'hyperpere Byzantin*. Paris 1938. *passim*. y también *Recherches sur le commerce génois dans la mer Noire*.

comprobar por el olor si eran o no de cobre». (1); esto demuestra por lo menos desconfianza en la moneda, y con seguridad se trataba de hyperperos de Juan III Ducas, que como se sabe rebajó la cantidad de oro como medida de urgencia ante las dificultades en la balanza comercial del Imperio de Nicea.

La moneda depreciada sin embargo, tiene aparentemente el mismo curso legal que la mas antigua de peso y titulo mejor, lo que demuestra dos cosas: *primero* que la rebaja no era grande al coexistir ambas en el mercado, sin que por ley economica natural, se acapare la buena y circule solo la depreciada, puesto que en la Edad Media no existian los procedimientos actuales de considerar la antigua sin valor y retirarla de la circulacion, y *segundo* que hacia poco tiempo que circulaba la moneda depreciada, pues a la larga la pequeña diferencia no dejaria de notarse, e inexorablemente la moneda enferma desplaza a la sana del mercado. El que ambas coexistian se puede apreciar facilmente por los documentos Venecianos como son las actas del 7 de Mayo y del 13 de Abril de 1255, que estipulan que un censo que debia de ser pagado en Constantinopla durante la ocupacion latina, lo fuese en hyperperos de «un peso perfecto» (2).

Bien conocida es la nota de Pachimeras sobre la mezcla que ordenó hacer Juan III y no vamos a insistir sobre ella, pero hay tambien un documento coetáneo, el de la tasacion hecha el año 1250 por el banquero Alfonso de Poitiers, para enviar a los Santos Lugares una cierta cantidad de monedas de oro y en donde se demuestra esta desconfianza en el Bezante, que se inicia en el siglo XIII. «...su representante las comprobaba por peso, y su precio equivalente en monedas de plata, variaba segun la clase de moneda que se comprase, debido a su real contenido en metal fino. Las mas caras eran los «anfous» castellanos, herederos de los marabutinos, despues venian los augustales y en lo mas bajo de la escala los bezantes» (3).

Despues de la reconquista de Constantinopla, Miguel VIII ordeno una refundicion de todas las existencias en oro del Tesoro Imperial, para emitir los conocidos hyperperos con la efigie de la Virgen entre las murallas de Constantinopla; su finalidad era doble, por un lado hacer desaparecer todo vestigio de los legitimos Emperadores, como hizo tambien con las Compañias militares de Bytinia, afectas a la dinastia destronada, aun a riesgo como asi sucedio mas tarde, de que los turcos se aprovecharan de esta indefension

(1) The travels of W. of Rubruk in east. Count. London 1900, pag. 88/89.

(2) Tafel y Thomas, Fontes Rerum Austriacarum. XIII, pag. 492-494. «yperpera auri recti ponderis».

(3) M. Bloch. Le problème de l'or au Moyen Age. V. 1933, pagina 26.

de las zonas fronterizas, y por otro lado seguir depreciando la moneda como una solución que venía para hacer frente a los cuantiosos gastos que suponía acallar a la nobleza y al clero, pagar al ejército y consolidar su trono. La depreciación según el texto de Pachimeras alcanza a acuñar hyperperos con solo 9 partes de oro de cada 24, aleación confirmada por las actas de los notarios genoveses de Pera, pues en un contrato de 16 de Julio de 1281, se habla de 47 hyperperos antiguos que valen 50 de los nuevos (1).

Los dos tratados de comercio entre Bizancio y Venecia en los años 1265 y 1285 prueban una vez más el camino de la depreciación y el alza del costo de vida en productos de tal trascendencia como los cereales. En el primero el precio normal del trigo es de 50 hyperperos el kentinarion, mientras que veinte años después, la misma medida vale 100 (2). Para Andreades únicamente la depreciación de la moneda puede explicar esta alza, y de la misma opinión es Bratianu. Ostrogorsky en cambio lo atribuye más bien a las franquicias obtenidas por Venecia durante el reinado de Andronico Paleologo, basándose en que el precio de las tierras no sufre aumento de consideración hasta pasado el año 1280, pero este dato tiene importancia para el interior del país únicamente. En el comercio internacional es donde con mayor exactitud se puede apreciar la verdadera calidad y confianza en una moneda, que artificialmente puede estabilizarse en el interior y más en la Edad Media, con la limitación de comunicaciones y propagación de noticias, pero que en cuanto se asoma fuera de las fronteras del Estado, recibe el trato que por su calidad, peso y garantía se hace acreedora, aparte de toda otra consideración de índole afectiva o política.

Ya en el siglo XIV el valor de la moneda Bizantina resulta cada vez más incierto. Andronico II en los primeros años de su reinado acuña moneda de oro con 10/24 de metal fino en lugar de 9/24 (3), pero en 1302 Venecia rehúsa por completo un pago en hyperperos alegando que son de mala aleación (4). En el año 1304 el pago de las soldadas a los Almogavares y la escasez de ingresos provoca una depreciación de tal intensidad, que la proporción de mezcla en las monedas de oro es de 19 partes de cada 24, o sea que se trata en realidad de una edición medieval de los «asignados» de curso forzoso, por ordenanza expresa del Emperador, aunque lo más probable es que únicamente sirviera para pago de las tropas mercenarias, ya que la población

(1) Bratianu. Recherches sur Vicina et Cetatea Alba. Bucarest 1935, pag. 50.

(2) Byzantion I. pag. 100 De la monnaie dans l'Emp. Byzantin.

(3) Pachymeras. De Andrea Paleologo, pag. 494.

(4) Giomo — Reg. Misti senato. Archivio Veneto. XVIII. 1879, pag. 325.



civil es difícil comprender como pudo admitir tales acuñaciones con el mismo valor de los bezantes antiguos en un Imperio de pura economía de tipo corporeo o apolíneo.

Desde luego para los pagos exteriores ya no era válida, puesto que Venecia exige en el año 1310 hyperperos del «...peso justo y legal de Constantinopla, de una sola e idéntica calidad» (¹). Con el tiempo se llega a una especie de estabilización de esta moneda depreciada, o al menos así parece deducirse de los relatos de la *Pratica della Mercatura*, del comerciante florentino Pegolotti, ya citada en otros aspectos. En el año 1335 el hyperpero de 24 kilates se fija en 11 partes de oro fino, 6 de plata y 7 de cobre (²) y el pago se efectuaba siempre por peso, comprobando el de cada moneda «... a peso de balanza, puesto que el pago en hyperperos se hace a peso y no contandolos» (³).

Puede considerarse ya desde este momento desaparecida la moneda propiamente dicha en Byzancio, ya que en lo sucesivo solo se admite la cantidad de oro fino que entra en la composición de cada tipo de hyperpero, en cuanto al mercado exterior. En el interior el desconcierto debía de ser enorme, ante la continuada alza de precios, y los diversos tipos de moneda en circulación. Falta un estudio detallado de la situación económica interior del país en los siglos XIV y XV, puesto que todo lo escrito se refiere casi exclusivamente al comercio exterior, único del que quedan algunas fuentes originales, pero parece lógico pensar que el pueblo Byzantino o bien admitía la moneda solo a peso o bien trataba con monedas occidentales como los ducados o florines, de tan intensa utilización en aquellos tiempos.

Según las tarifas de los comerciantes Italianos, se establecen siete clases diferentes de monedas de oro Byzantinas, según su peso y contenido de oro fino, y de ellas las tres identificables son las siguientes:

1) — *Hyperperos de Filadelfia* — No valían más que doce kilates y se deben referir a los de Andronico Paleologo.

2) — *Hyperperos antiguos de los tres Santos* — Aunque no se indica su equivalencia parecen hyperperos de los Comnenos o los Láscaris, con la efigie del santo Patron y un valor aproximado de 16 kilates.

(¹) *Diplomatiorum Veneto-Levantinum*. G. Thomas. Venecia 1880. I pag. 84.

(²) A. Nagl. *Numismat. Zeits.* Viena. XXVI. 1894. página 63 nota.

(³) *Pratica della Mercatura*. Capitulo VIII.

3) — *Hyperperos con el Emperador arrodillado* — Tipo clasico de los primeros Paleologos, con figuracion original y metrologia en parte derivada del Ducado de oro Veneciano. Valor maximo de 11 kilates y aun inferior y tipo escifulado diferente al clasico Bizantino hasta entonces utilizado.

En tiempos de Juan V se reduce aun mas el peso y el tamaño de la moneda, mejorando algo la ley e imitando las acuñaciones florentinas, seguramente por creer que asi seria mejor admitido en el mercado, pues la perdida de confianza en el Bezante era completa. Algunas fuentes muestran que el hyperpero de esta época «... es una moneda similar a dos ducados venecianos» ⁽¹⁾ tomando ya como comparado al Bezante y no como termino de comparacion.

Esta caida definitiva de la moneda Bizantina tuvo otra consecuencia singular, el inicio de las acuñaciones en oro por las Republicas Italianas que vieron llegado el momento de recibir la herencia economica y comercial del Imperio. El impulso vigoroso que tuvo el comercio por el movimiento de negocios que llevó consigo las Cruzadas, asi como, la fundacion de empresas comerciales en el Oriente Latino, hicieron mas patente la necesidad de esta reforma monetaria. Asi en Genova se establece una diferencia muy importante entre el comercio de importacion del siglo XII, todavia en menos de unos pocos grandes propietarios feudales y el del siglo XIII cuyo sentido esta orientado cada vez mas hacia la exportacion de tejidos de Francia, Flandes e Italia, con intervencion de un gran número de pequeños comerciantes ⁽²⁾.

Tambien en el siglo XIII las ferias de la Champaña facilitan el intenso suge de las casas comerciales Italianas, donde cada año se fijan precios y se estabilizan mercados, en una especie de «clearing-house» medieval, lo que unido a que las rutas de la navegacion son cada vez mas seguras, hacen que las cifras de los balances comerciales aumenten progresivamente y se necesite la moneda de oro para las transacciones mercantiles, de forma que las mismas causas originaron los mismos efectos, tanto en Byzancio con Constantino y Justiniano como en la Italia Medieval del siglo XIII y siguientes.

Despues de la depreciacion del Hyperpero en el siglo XIV ya no existia en el mundo una moneda de oro con valor fijo e invariable; era necesaria su aparicion y por este motivo Federico II intento imponer al gran trafico comercial su «augustal» desde el año 1231 en adelante, con anverso del Emperador en perfil vestido al uso romano y reverso de aguila monocefala

⁽¹⁾ M. A. Andreeva. Byz. Zeitsch. XXXIV, 1934, pagina 43. nota 2.

⁽²⁾ E. Byrne. Genoese trade with Syria in the 12 th Cent. Am. Hist. Rev. XXV 1920, pagina 217.

en clara imitación de simbología romana también. Pero no se pudo mantener fijo el valor de esta moneda debido a la continua variación de sus sucesores los Reyes de Sicilia ⁽¹⁾.

Los comerciantes florentinos por otra parte se dieron cuenta exacta del momento histórico, acuñando el florín en 1252 para hacer competencia al Ducado de Venecia, ante la seguridad de la caída irremediable del patrón oro Bizantino.

La decadencia del Imperio Bizantino en los últimos siglos de la Edad Media, tiene analogías fundamentales con la del Imperio Romano en los últimos tiempos del Bajo Imperio, marcadas en primer lugar por la debilidad militar de un estado cuya defensa estaba confiada a tropas mercenarias, turcas, alanas, mongolas, catalanas o genovesas, como en la crisis Romana lo estaba en los guerreros sarmatas o germanos. El mismo proceso de descomposición se repite, y el mundo de los Paleólogos es una copia reducida del estado social y económico en el siglo III, con el mismo desastre monetario, crisis económica y desconcierto fiscal. Y aun la crisis económica de la Edad de Oro Española y las más modernas, presentan problemas muy análogos, salvando las naturales diferencias a las características de cada una de ellas. La distribución y reparto de las reservas oro, los disturbios políticos y sociales, las guerras que arrojan los pueblos a la inseguridad, agregando a las calamidades internas, la mayor de la inflación monetaria. Ya Quevedo nos dice «... Cosas tiene del pecado esta moneda, que siendo mala y sabiendo que nos condena y lleva a la perdición, la tenemos cariño» y más adelante «... dice el real de plata, unidad de que se compone el de a cuatro y el de a ocho y el escudo y el doblón, que él valía cuatro reales de cobre en tiempo de Don Fernando el Católico; que vino el glorioso Emperador Carlos V, y las necesidades o las revueltas o la desorden (que no afirma cual de estas cosas fué) le quitaron un real y quedó valiendo tres. Vino Felipe II y quitaronle otro y valió dos, y quedó quejoso y agraviado en dos partes. En esto presenta por testigos a nuestros padres, y yo lo vi esto y lo testifico. Vino el señor rey Don Felipe III y quitaronle otro real, y valió el real de plata un real de cuartos, cuando se dobló la moneda, o cuando se dobló por la moneda, que allí murió» ⁽²⁾. Difícil sería expresar con más exactitud y agudeza de ingenio el proceso de depreciación monetaria, aplicable a cualquier época de la historia.

En las crisis Romana y Bizantina es la época de las monedas recubiertas

⁽¹⁾ G. Yver. *Le comm. et les march. dans l'Italie méridionale au XIII^e sièc. et. XIV. sièc.* Paris 1903, pag. 50 y ss.

⁽²⁾ El chitón de las tarabillas — Madrid, Edic. 1932, pag. 535-536.

de una delgada lamina de oro o aleadas en proporciones masivas con metales pobres, en las crisis mas modernas la disminucion de tamaño y la utilizacion de otros metales y en las contemporáneas la emision de papel moneda, sin respaldo en metales nobles ni aun siquiera en potencia industrial economica o de cualquier otra indole, de la nacion de que se trate.

Para comprender mejor la diferencia intrinseca de estas crisis monetarias hay que recordar que no existe equiparacion posible entre el dinero como magnitud y el dinero como funcion. La misma invencion del cuerpo del dinero, de la moneda metalica, ha sido siempre considerada como una conquista de la humanidad; se acuña moneda en el mundo moderno como se colocan estatuas en las calles y plazas, pero aunque se puede imitar la figura nunca se le puede dar la misma significacion economica, y en este aspecto el Imperio Byzantino es el ultimo resto del dinero como magnitud, que no vuelve a presentarse ya mas en la historia economica mundial. El nuevo estilo del dinero como funcion aparece con los normandos hacia el año 1000, al convertir sus botines de guerra en potencia economica, y los libros de cuentas de sus Duques son el antecedente inmediato de las modernas cuentas bancarias. Roger II lo aplicó en Sicilia, aunque exteriormente copiaba siempre la moneda Byzantina y Federico II se convirtió en la primera fuerza capitalista del mundo con la creacion del augustal de que antes hemos hablado como ultima concesion al dinero-magnitud y ello con el exclusivo objeto, no conseguido, de incorporarse los mercados que todavia confiaban en la tradicion del buen bezante.

Cuando el alza de los precios sigue su ritmo ascendente, el crédito desaparece. Ya en el Egipto romano los banqueros y los cambistas de Oxyrrinchos cerraron sus establecimientos hacia el año 260, rehusando la moneda Imperial depreciada (1).

Una ultima semejanza queda por señalar respecto al paralelismo de las crisis monetarias, con las naturales salvedades ya señaladas por Bloch (2) y es que cuando el hombre vuelve a la vida aldeana, cuando el Imperio se debilita y decae, las monedas vuelven a convertirse en bienes, y asi el oro desde tiempos de Adriano fluye hacia el Oriente lejano, al mismo tiempo que el esclavo deja de ser dinero, como lo era siglos antes. Renace el caracter de moneda fisica y al coincidir este hecho con la perdida de las características intrinsecas de riqueza en el hyperperero, se acelera el proceso de descomposicion, ya de por si irrefrenable.

(1) Rostovtzeff. Op. cit. pagina 420 (edic. Inglesa).

(2) Bloch. Ann. d'Hist. économ. et soci. V. pag. 30.

El Imperio Romano y el Bizantino han sucumbido a una especie de esclerosis, que ha inmovilizado las clases sociales, en el armazon artificial e incómodo de leyes demasiado rígidas e interpretadas mas rigidamente todavia. Ya Quevedo lo comenta «...de Plinio, Zonaras y Cedreno es el chisme del pecho que se pagaba por la sombra de los árboles. Michael Paleologo instituyó el tributo por el aire que respiramos. La capitacion no exceptaba estado, edad ni dignidad; de manero que se pagaba de las cabezas, de los artes, de los excrementos, del matrimonio, de la sombra, del humo y de la respiracion; y se extendió a poner tributo en la inmunidad de los consejos, y les impusieron la que llamaron gleva senatoria, como se lee en Synesio» (1).

Historiadores, economistas y sociólogos han practicado la autopsia de estos cadáveres gigantescos de las culturas, buscando por todas partes los germenes de sus enfermedades sociales, y han llegado a la conclusion de que su descomposición fué debida a los progresos de un por decirlo asi «cáncer fiscal», de una monstruosa hipertrofia de los órganos de percepcion del tesoro, que han acabado por agotar la sociedad, arruinar las ciudades y matar al Estado, por el mismo exceso de sus intervenciones y remedios mal aplicados (2).

El fenómeno monetario en sí no es una causa determinante y explica pocas cosas, pero como índice revelador del movimiento comercial y de las transformaciones económicas, tiene un valor indudable. Nos ha facilitado el examen de los principales jalones de la evolucion económica Bizantina, y ha demostrado la veracidad del tan repetido aforismo... la tragedia de Bizancio, como la de Roma y aun como las del mundo moderno, ya se trate de dinero metálico efectivo o de dinero como función, es en puridad una tragedia financiera.

(1) El chitón de las tarabillas. Misma edic. pagina 537.

(2) Barbagallo. Il problema della rovina dell'a Civiltá antica. 1933.

CUADROS SINOPTICOS

*DE LA EVOLUCION COMERCIAL, FINANCIERA, ARTISTICA
Y NUMISMATICA DEL IMPERIO BYZANTINO*

Año	Emperadores	Evolución comercial	Evolucion financiera
491 - 518	Anastasio I	Aumento de importacion de seda cruda. El Comerciaro es un Agente oficial de comercio, pero no percibe los impuestos.	Alza del oro a partir del siglo V. Abolicion del «crisargirio» y creacion la «crisotelia».
518 - 527	Justino I	Comercio activo de especias y sedas.	Las reservas oro no llegaban a 320 libras. Aparicion del «epibolé». Dificultad en siete tesorerias Imperia
527 - 565	Justiniano I	Reglamentacion de la recepcion y transporte del trigo en Egipto. Novela de 535 mejorando el sistema comercial. Creacion de Aduanas en Klisma y Akaba en 553 introduccion de las primeras semillas de gusano de seda.	Fijacion del 10 por ciento ad-valor como derecho de aduanas. Reglamentacion de los «entrepots» Quersoneso. Novelas, 15-35-138-106-128 (fijando los puestos anuales) y 147.
565 - 578	Justino II	Comercio con Rusia y Siberia. Fabricas de seda en plena actividad. Prohibicion de exportacion de varias mercancías.	Reglamentacion de debitos el año : moratoria de cinco años sin interese Pragmatica Sancion del año 554, sobre cambio y equivalencia de moneda.
578 - 602	Tiberio II Mauricio Tiberio	Los kommerkia o dekatevtiria se extienden por todo el Imperio.	
602 - 610	Focas		
610 - 668	Heraclio Heraclio Constantino Constante II		

Evolución artística

Metrología

Simbolismo numismático

una evolución del primer periodo arcaico, con claras influencias orientales helenísticas.	Creación del Gran Follis de bronce, con 14 a 17 gramos; denario con 7 a 9 gramos; centenionalis con 1,9 a 3,3 gramos; y nummus con 1,65 a 2,55. Solido de 3,9 a 4,53 grs.	El simbolismo es únicamente una continuación del romano. Retratos convencionales de los Emperadores.
tendencia realista.	Semissis de 2,20 a 2,26 grs. Tremissis de 1,42 a 1,49 grs. Miliarenses con 4,55 gramos. Grandes y pequeños módulos en los bronce.	Aparece la esfera coronada por la cruz en las monedas. El retrato en los solidos de frente es real, por parecerse mucho a Domiciano. Tiberio II lo copia mas tarde.
rasgos de Cristo y de la Virgen se repiten y quedan estereotipados para el futuro.	Aparece la fecha de la emisión en los bronce.	Aparece la esfera coronada por la cruz en las monedas. El retrato en los solidos de frente es real, por parecerse mucho a Domiciano. Tiberio II lo copia mas tarde.
disminuyendo el número de tipos monetarios, y quedan reducidos a cuatro diferentes en cada Emperador.	Disminución de peso en el bronce, con «M» de solo 15,2 gramos.	Se introduce el tema de Constantinopla sentada y con globo. Aparece la Emperatriz al lado del Emperador. Deja de usarse el simbolismo del emperador sentado en el trono.
arte va perdiendo perfección técnica adquiere una a-tonía que perdura hasta el periodo iconoclasta.	Continúa la disminución de pesos en los bronce, y aparece la marca XXX con 12,9 gramos. Se crea en los bronce la marca XXXX con peso de 12,6 grs. término medio.	Comienza el uso de la Cruz potentada sobre gradas. De nuevo se cambia por la Victoria alada, romana. Retratos copiados del de Justiniano, excepto en Focas. Utilización de la Cruz sobre el cetro en lugar del aguila Romana.
		Vuelve a usarse la Cruz potentada Constantiniana. La leyenda del miliaresion Adjuta Deus, queda como lema oficial del Imperio.
	Los follis no llegan a los 6,45 gramos. Los bronce quedan en 3,24 gramos para los de tipo «M».	Comienzan a representarse varios miembros de la familia Imperial. El retrato de Tiberio II se vuelve a usar para Heraclio.

Año	Emperadores	Evolución comercial	Evolución financiera
668 - 685	Constantino IV		
685 - 717	Justiniano II Tiberio - Leoncio Anastasio II Teodosio III		
717 - 741	Leon III	Después del ataque de los árabes del año 718 contra Constantinopla el comercio se limita al Oriente.	Modificación de la indicción del 726/ Percibo de dobles contribuciones. Aumento del impuesto de capitación. Aumento de 1/12 por tasa de recstrucción.
741 - 780	Constantino V Leon IV	Promulgación del nomos Georgikós y del nomos Navtikós.	La tesorería central pasa al Logoth de control que luego es el Gran Digtario de Hacienda.
780 - 802	Constantino VI Irene	Reducción de la tasa de 100 libras de oro que se percibía por el mercado de Efeso.	El sacellario aumenta sus funciones prerrogativas.
802 - 811	Niceforo I	El kommerkiario se ocupa ya de la percepción de los impuestos.	Reformas fiscales o «vejeciones». Reducción del numerario en circulación para evitar la inflación. Altelengyon para los soldados pobres. Nuevos censos. Creación del Tribunal la Magnaura. Aumento del kapnikon.
811 - 829	Miguel I Leon V Miguel II		Creación de «liturgias» especiales y prtamos forzosos a los armadores con teres del 17 por ciento.
829 - 842	Teófilo	Extensión del comercio a las tribus del Don y Kazars. Expansión hasta Suecia.	
842 - 867	Miguel III	Embajada rusa en 860 y activo comercio con este país.	

Evolución artística

Metrología

Simbolismo numismático

<p>mienza el mejor periodo artístico-numismático que perdura hasta el reinado Constantino VII.</p>	<p>Aumenta el módulo de los bronceos por las frecuentes reacuñaciones.</p>	<p>La leyenda evoluciona en el sentido místico de «SERVUS CHRISTI». No aparecen rastros de la mutilación de Justino II en sus monedas.</p>
<p>movimiento iconoclasta hace variar las raíces del arte. Se abandonan las imitaciones humanas y se toman motivos ornamentales de fuente Oriental y esculturas de género.</p>	<p>Aparece de nuevo el Follis «M» en la Capital, con pesos de 11,72 y 4,53 gramos.</p>	<p>Aparece por primera vez la imagen de Cristo en las monedas con dos variantes. No hay ningún caso de parecido real en los retratos.</p> <p>Aparece el «manus dei» encima de los Emperadores. Se abandona el uso de figuras antropomórficas y las imágenes religiosas.</p>
<p>Desde el Concilio del año 787 se fijan las normas de la pintura religiosa. Aparece el tipo moderno de Cruz constantiniana desde el siglo IX.</p>	<p>Acuñación de nuevas piezas de plata con peso de 2,59 a 3,24 gramos por unidad.</p>	<p>Se inician los reversos con leyendas únicas. Vuelve a usarse el tipo del emperador sentado en el trono.</p>
<p>Comienza el Renacimiento macedónico.</p>	<p>Crisis monetaria pasajera, salvada por las reformas fiscales.</p>	<p>Se vuelve a emplear la imagen del Salvador. Se introduce la Cruz Patriarcal en la numismática.</p>
<p>El estilo evoluciona y se vuelve a la modelación suave en numismática, con un estilo perfecto.</p>	<p></p>	<p>Teofilo vuelve a usar el labaro en sus monedas.</p>

Año	Emperadores	Evolución comercial	Evolución financiera
867 - 912	Basilio I Leon VI	Reglamentación contenida en el libro del «sparka». Comercio intenso con Italia.	Reorganización de la estructura financiera y nombramiento de supervisores. Organización gremial y control de precios.
912 - 959	Alejandro Constantino VII	Tratado con el príncipe ruso Oleg y establecimiento de metatas.	
959 - 976	Romano II Niceforo II Juan I		Creación de monopolios de vino, aceite y granos. Aumento de impuestos y quiebra de los venecianos.
976 - 1025	Basilio II	El año 992 se cobra por primera vez en Abydos el impuesto, por los comerciantes.	Aparición del dinero como función de los Normandos de Sicilia. Abolición de la prescripción de 40 años. Abolición del Allelengyon.
1025 - 1042	Constantino VIII Romano III Miguel IV y V		
1042 - 1057	Constantino IX Teodora Miguel VI		
1057 - 1071	Isaac I Constantino X Eudoxia Romano IV	Perdida de la Anatolia en 1071, batalla de Manzikert.	
1071 - 1118	Miguel VII Niceforo III Alejo I	Creación de los «foundax». Inmunidades a San Juan de Patmos y Santa Sofía. Competencia comercial con los países occidentales. Primeras franquicias a los Italianos (1111 - 1155).	El kommerkion pasa a dekatia. Especulaciones en el mercado del trigo. Inicio del régimen de «caristicarios». Alejo I crea el «logotheta tou sekretou». Los derechos de aduana en la Capadocia llegan a 7.300.000 solidos al año.

Evolución artística

Metrología

Simbolismo numismático

o auge del Renacimiento macedónico.	Se utiliza por última vez el simbolismo del Emperador sentado en el trono y aparece en cambio Jesús en el mismo. Leon VI introduce la imagen de la Virgen en las monedas. En un sólido de oro aparece el retrato de Cristo, copia del enviado a Abgar. La Virgen pasa a estar colocada al lado del Emperador.
Sólido de oro llega al límite de perfección artística de todo el Imperio.	Se inicia la acuñación de bronce anónimos de tipo religioso y las imágenes de la Virgen con el medallón de Jesús.
Comienzo de la acuñación del nomisma escifulado con peso de 4,45 a 4,40 grs. El nomisma normal baja a 4,01 gramos.	Aparece la imagen del Cristo de Chalces. Romano III vuelve a emplear con mucha intensidad imágenes de la Virgen en las monedas.
Comienza la debilitación artística, los sólidos se endurecen y pierden su vida y sus formas habituales.	No hay reflejo monetario del cisma del año 1054.
Decoración mural se mueve dentro de conceptos fijos.	Comienzan las mezclas de metales en los nomismas.
El valor del nomisma se reduce en 2/3 con solo 4 miliaresion. Desaparece el nomisma plano quedando solo el escifulado.	Comienzo de la acuñación de las «constantinatas». A partir del año 1067 se diferencia el bezante fino del devaluado. Los emperadores aparecen sobre el «soppédion» por primera vez.

Año	Emperadores	Evolución comercial	Evolución financiera
1118 - 1180	Juan II Manuel I	Auge comercial pasajero Franquicias a Venecia en 29 puertos del Imperio.	
1180 - 1204	Alejo II Andronico I Isaac II Alejo III Alejo IV Alejo V		Aumento de franquicias y exención devaluación monetaria. Alejo III se obliga a pagar un empré de 1600 libras de oro.
1204 - 1261	Teodoro I Juan III Teodoro II	Activo comercio con los turcos. Reorganización económica. Prohibición de importaciones de artículos de lujo. Tratado de 1219 con el Podestà de Venecia.	1 hyperpero equivale a 10,10 francos Sistema de restricción y autarquía. moneda sana para el exterior. Control trigo y sus precios. Extensión de las pronaia. Las tesorerías de Magnesia y Astytz quedan llenas.
1261 - 1391	Miguel VIII Andronico II y III Juan V y VI Andronico IV	Tratado de 1265 con trigo a 50 Hyperperos en kentinarion. Creación de una tasa de lujo. Segundo tratado con Venecia. Debilitación comercial. Las flotas italianas se abastecen directamente. Tratado de 1285 doblando el precio del trigo.	Reducción del hyperpero de 24 a 9 quilates. Control de los «arkontes» . Bezantes con solo 5 partes de oro de aleación.
1391 - 1423	Manuel II Juan VII	Los precios en el mercado negro llegan al doble de los normales. La Aduana de Constantinopla solo recauda 30.000 hyperperos al año, mientras los genoveses llegan a los 200.000 en Galata.	Desaparece el «eidikon» y el sakell y se crea el cargo de apographe censor con nuevas funciones. 1 hyperpero vale solo 3,82 francos.
1423 - 1448	Juan VIII	El komerkion queda solo para la venta. La dekatia pasa a ser un impuesto sobre la circulación.	Firma del empréstito con el Doge Venecia Francesco Foscari. Las condiciones no llegaron a completarse en
1448 - 1453	Constantino XI	Los derechos pasan de ser ad-valorem a específicos. Desconcierto comercial y pérdida de todo control económico.	

Evolución artística

Metrología

Simbolismo numismático

<p>adencia artística, cada vez mas acen- da hasta el año 1204.</p>	<p>Acuñaion de cinco clases diferentes de monedas de plata. El tetarteron oro vale 1/3 menos 1/12 de nomisma (peso 4,266 grs). Los broncez llegan a los 4,4 gramos para el grande y 1,2 grs. para el pequeño.</p>	<p>Acuñaion del «hagiogeorgata» con valor de algo mas de 1/2 hyperpero nominal. Acuñaion de las «theotokia».</p>
<p>nienza el segundo renacimiento en la ca del Imperio de Nicea. abandonan los trabajos en metales bles y nace un nuevo arte pictorico, o, sincero y realista.</p>	<p>El hyperpero vale solo 12 francos de 1910. Un solido de Alejo III llega a pesar 4,82 gramos. Desconcierto monetario.</p> <p>Coexistencia de moneda depreciada y sana. Las monedas se admiten ya solo por peso.</p>	<p>Las figuras humanas pierden realismo y vida. Se utilizan los santos patrones.</p>
<p>ntinua el pleno auge del Renaci- ento pictorico. decayendo la tecnica y aspecto artis- o de las acuñaciones monetarias.</p>	<p>Se reorganiza la acuñacion. Hyperperos con 9 partes de oro de cada 24. Se pesan y comparan con los Ducados venecianos. El hyperpero vale solo 5 francos. Un hyperpero llega a pesar solo 1,88 gramos. En 1335 la composicion es de 11 partes de oro, 6 de plata y 7 de cobre.</p> <p>Las piezas de plata toman el patron de Venecia. Grossos y medios grossos con peso de 7,2 gramos, 3,50 gramos y 0,9 gramos.</p>	<p>En 1261 aparece de nuevo el tema de la Ciudad. En la ceca de Salonica se acuña con figuraciones de Emperadores alados en bronce unicamente. Se utilizan temas nuevos como el profeta Achias o la leyenda Tis Makedonias.</p>
<p>tecnica monetaria toma claro aspecto cidental y continúa decayendo hasta año 1453.</p>	<p>Los pequeños broncez no llegan a los 0,9 gramos por unidad.</p> <p>Siete clases de hyperperos en el mercado, ninguno de acuñacion actual. Desconcierto absoluto en la metrologia.</p>	<p>Acuñaiones de los tipos «politikon» y «basilika». Figuraciones a caballo. Simbolismos puramente ornamentales.</p>

DINHEIROS

(Breves considerações dum colecionador acerca da NUMÁRIA
MEDIEVAL PORTUGUESA da autoria do Eng.º Ferraro Vaz)

POR PAULO FERREIRA DE LEMOS

Durante muito tempo esperei que pessoa mais categorizada, como colecionador de moedas da 1.ª dinastia, viesse a público dar conta das suas reflexões acerca da magnífica obra de numismática do Eng.º Ferraro Vaz, e assim exprimir uma opinião de colecionador acerca das muitas inovações que são lançadas neste livro.

Infelizmente, a morte do Engenheiro Raul Couvreur veio privar-nos da possibilidade de este publicista e numismata distinto que era ao mesmo tempo um colecionador de excepção, nos desse em artigo a sua apreciação à obra a que nos reportamos, para o que era, certamente, a pessoa indicada.

Será atrevimento vir a público dar a minha opinião sobre obra tão prestimosa, tanto mais que outros o fariam mais acertadamente, se, porventura, se dispusessem a dar à publicidade os seus conhecimentos, os seus ensinamentos e a sua crítica; por outro lado, também me parece que, talvez, as minhas parcas reflexões possam vir a provocar artigos de outros colecionadores, com o que todos viríamos a lucrar.

Este escrito é feito a propósito de três moedas que não foram incluídas nas séries descritas pelo Eng.º Ferraro Vaz, e de um conjunto (achado?) de dinheiros, que se analisa, e as ligeiras anotações de colecionador (e só nessa qualidade), que me atrevo a registar, não irão fazer, com toda a certeza, que essa obra não possa ser considerada, a todos os títulos, excepcional no nosso meio numismático.

É evidente, também, que essas anotações não serão só de carácter negativo, pois darei conta daquilo que me parece mais digno de aplauso.

Assim, em primeiro lugar, o mais completo acordo à nova arrumação dos dinheiros pelos diferentes reinados.

Essa arrumação é não só bem justificada mas, o que me parece mais importante, traz consigo uma lógica que me atrevo a classificar de evidente, excepto (só a evidência, claro) quanto ao tipo com 5 triângulos, cuja forma de cruz só virá a aparecer no final do reinado de D. Afonso II.

E minha convicção, aliás, que se torna necessário tentar uma arrumação, quer geral quer dentro de cada reinado, partindo da possibilidade de ter havido

mais de uma oficina monetária a trabalhar ao longo destes reinados. Estas oficinas, tendo os seus gravadores, criariam os seus tipos e processar-se-ia uma evolução gráfica própria, diferente de oficina para oficina, e desta forma se explicariam algumas quebras de sequência nos tipos conhecidos.

Todavia quanto à ordenação com que se encontram seriados os diferentes tipos de dinheiros dentro de cada reinado (Sancho I e Sancho II), não me parece que tenha havido a mesma bem justificada e feliz arrumação.

Assim em Sancho I—Est. III e gravura IV—a consideração da pequena cruz dentro de um círculo levar-nos-á a considerar os exemplares com «escudo ladeado por espadas» como os primeiros do reinado tanto mais que, pelo menos, aparentemente a liga de especimens do tipo de 5 triângulos em cruz é mais baixa e exemplares há que aparentam ser de cobre sem liga.

Em Sancho II (Estampas VIII, IX e X), quase que nos apetecia dizer que, pelo menos na aparência, nos parece baralhada a sua ordenação (dinheiros com triângulos intermiando com dinheiros de 4 escudetes) quando se estabelecermos uma outra ordem possível ela nos apresenta uma lógica total, pelo menos quanto à expressão gráfica.

Essa lógica, com começo em Afonso II, seguindo com Sancho II e terminando com Afonso III, é expressa pela seguinte sequência:

- a) Dinheiros de Afonso II com dois triângulos ladeando o escudo;
- b) Dinheiros de Sancho II, em que o escudo anterior se divide em dois dando lugar a:
Moedas de 2 escudetes, continuando com dois triângulos lateralmente;
- c) Moedas em que os dois triângulos laterais referido são substituídos por outros dois escudetes, sem ponto e em seguida com um ponto no centro dos quatro escudetes;
- d) Dinheiros em que este ponto central é substituído pelo quinto escudete;
- e) Dinheiros de Afonso III com os cinco escudetes, na posição que só será alterada em D. João II.

Li com atenção os argumentos com que o Engenheiro Ferraro Vaz defende a sua ordenação, quer no que diz respeito a peso quer à figuração da cruz, mas na verdade não me parecem convincentes ainda que, evidentemente, sejam deduzidos com argúcia.

Vejamus então, em primeiro lugar—peso e liga.

Coloca os dinheiros de 5 escudetes em primeiro lugar, por serem de melhor lei.

Então, não poderiam ter sido cunhados, em nome de Sancho II entre 1245 e 1248 período em que Afonso III governou com o título de «visitador e curador do reino», período este em que Afonso III não se intitulava rei?

Não havia então as mesmas razões que o levaram a melhorar a lei com que cunhou as primeiras moedas (bilhão claro) em seu nome, como o mostra o Eng.^o Ferraro Vaz?

Vejamos agora a figuração da cruz.

Diz o Eng.^o Ferraro Vaz que nos dinheiros de 4 escudetes passa a cruz de floreada, a lisa cantonada e desta para a forma simples, sem qualquer adorno.

Mas, já nas moedas de Afonso II com cruz cortando a legenda, esta é lisa cantonada (h da gravura IV pág. 52) e continua lisa cantonada em princípio de Sancho II (i da gravura IV), o que parece que importaria que as moedas de Sancho II de cruz lisa passassem para lugar mais próximo do princípio do reinado.

Isto é que me parece mais de acordo com a lei da semelhança dos símbolos, embora reconheça que, como disse, argúcia não falte à hipótese defendida.

Para a classificação dentro de cada reinado e para caracterizar variantes de dinheiros recorreu o autor, além da variação das legendas, à diferença de localização na moeda, de elementos decorativos e figurativos.

Em Afonso II na variação de posição, em relação à legenda, dos elementos alternados, pontos e estrelas, que cantonam a cruz.

Nos dinheiros de Sancho II na variação:

- a) do número de besantes no escudo;
- b) dos diferentes elementos que cantonam a cruz;
- c) existência ou não de pontos e sua posição em relação aos escudetes;
- d) na existência ou não de pontos e respectiva posição nos quadrantes da cruz.

No reinado de Afonso III e seguintes à variação do local do começo da legenda do anverso.

Em Fernando, além do critério anterior, na localização de um sinal — arruela — em relação aos escudetes.

De muito interesse e muito sugestivo é o sistema, que me parece só merecer louvores, visto que certamente vai ter o resultado que dele se esperava, pois, deste modo, aumenta o número de tipos e variantes colecionáveis, que de outra maneira seriam muito escassas.

Como se diz em Trás-os-Montes e até creio que em todo Portugal,

«quem pouco sabe depressa o reza», cheguei desta maneira rápida ao fim das minhas anotações gerais e só me resta agora, pôr algumas notas de pormenor, no que diz respeito a dinheiros.

Ferraro Vaz indica, como moeda, o numisma que reproduz na Est. XVIII como A4.01; o mesmo numisma foi classificado por mim como conto para contar, em NVMMVS Vol. III-2 n.º 9, pág. 109, n.º 6, e se olharmos para os n.ºs 3 e 4 (D. Diniz), desse artigo, verifica-se imediatamente terem o mesmo módulo e aspectos semelhantes.

Ainda no mesmo reinado falta, como tipo, a moeda que se reproduz, em que, na legenda, o nome do rei se representa apenas por um — A — (fig. 1), : A : REX : PORTVGL : e AL-GA-RB-II com o peso de 0,76 gr.

Em Pedro I, apenas é representado a variante de tipo em que a legenda do reverso AL-GA-RB-II tem o seu começo no quadrante superior direito; apresento reproduzida (fig. 2) uma moeda deste reinado em que a referida legenda tem o seu começo no quadrante superior esquerdo ⁽¹⁾ como, aliás, irá aparecer no reinado seguinte.

Parecia-me curial, que a hipótese de haver dinheiros deste reinado, em que houvesse variação no local do começo da legenda, deveria ter sido posta, muito embora não se conhecessem exemplares.

Em Fernando, só são representadas duas hipóteses de localização do início da legenda do reverso (nos dois quadrantes superiores).

Não conheço nenhum exemplar fora desta regra, mas não quer dizer que não os haja e não se tinha perdido nada em admitir em hipótese a sua existência.

Neste reinado a variação de tipo recorre também à localização de uma arruela e a NUMÁRIA (Est. XX) apresenta duas posições possíveis.

A moeda que dou à estampa com o n.º 3, mostra outra possibilidade real da localização, dessa ruela, acima do escudete superior e no eixo da moeda ⁽²⁾.

Como facto digno de bom elogio regista-se a apresentação gráfica de todo o trabalho, ressaltando a reprodução perfeita das moedas.

Ainda, como pormenor, direi que o capítulo I—Valores numismáticos—, está longe de me dar uma mediana satisfação, mas reconheço que, sobre este ingrato assunto, se torna difícil efectuar obra de boa classe e

⁽¹⁾ É evidente que se pode pôr em dúvida a classificação como Pedro, mas a semelhança da inicial do nome do rei, com o P da palavra Portugal, na mesma legenda é flagrante.

⁽²⁾ Tenho outro exemplar com o mesmo pormenor.

ANVERSOS

Fig. 1



Fig. 2



Fig. 3



Fig. 1



Fig. 2



Fig. 3

REVERSOS

que é preferível indicar, como o autor fez, um preço com uma certa generalidade que elaborar trabalho que viesse a induzir em erro quem a ele necessitasse de recorrer.

Esperemos que alguém lance mão deste aspecto e, produza obra meritoria, como, sobre outros aspectos, o fez a NUMÁRIA MEDIEVAL PORTUGUESA.

Para finalizar e aproveitando o facto de ter tido à mão um bom número de dinheiros, entre Afonso III e Pedro I, vou apresentar aos leitores um quadro de comparação com o que se insere a páginas 93 da NUMÁRIA (juntando-lhe os dinheiros de Fernando de outra origem).

A análise dos números inscritos informa claramente que a composição do lote de dinheiros utilizado por Ferraro Vaz nos seus estudos é em tudo semelhante à agora apreciada neste lote e não parece que seja fora do razoável julgar que as suas composições teriam sido as do dinheiro corrente na época em que estas moedas teriam sido arrecadadas.

Eis o quadro:

REINADO	LOCAL DO COMEÇO DA LEGENDA DO REVERSO E DINHEIROS														
	Sup. direito			Sup. esquerdo			Inf. esquerdo			Inf. direito			Totais		
	F V	P L	Total	F V	P L	Total	F V	P L	Total	F V	P L	Total	F V	P L	Total
Afonso III	1213	810	2023	3	4	7	1	—	1	6	3	9	1223	817	2040
Dinis . . .	487	618	1105	446	621	1037	17	8	25	16	15	31	966	1262	2228
Afonso IV	7	15	22	35	63	98	3	10	13	8	9	17	53	97	150
Pedro I .	15	(¹)70	85	—	1	1	—	—	—	—	—	—	15	86	101
Fernando.	13	17	30	5	8	13	—	—	—	—	—	—	18	25	43

(¹) Em sensivelmente metade destes dinheiros poder-se-á admitir a possibilidade de serem atribuíveis a D. Dinis.

Deste quadro podem tirar-se as seguintes conclusões:

São muito raras todas as moedas de Afonso III cuja legenda do reverso não principia no quadrante superior direito.

São também muito raras as moedas de Diniz cuja legenda do reverso comece nos quadrantes inferiores.

Dentro da raridade própria de moedas de Afonso IV são menos raras aquelas cuja legenda comece no quadrante superior esquerdo.

No reinado de Pedro I, praticamente só há moedas cuja legenda começa no quadrante superior direito.

Em Fernando os dinheiros cuja legenda começa no quadrante superior esquerdo são mais raros que os que começam no quadrante superior direito.

RESPIGOS NUMISMÁTICOS

TORNES DE CRUZ DO PORTO

Pelo DR. ALEXANDRINO PASSOS

Facultado por um Amigo, também coleccionador numismático, veio ter às minhas mãos um exemplar do Catálogo da Casa Liquidadora, de Lisboa, do leilão de 1902, para dele colher, para o meu, as anotações de preços e compradores que continha.

É nesse catálogo que figura no lote n.º 51 o único conhecido tornês de Cruz do Porto, de D. Fernando, cujo anverso se vê na estampa e que serviu, assim mesmo, para ser reproduzido na muito valiosa obra «Numária Medieval Portuguesa» do insigne numismólogo Eng.º Ferraro Vaz.

Revelado na anotação correspondente o nome do seu comprador, António Pedro de Andrade, coleccionador português radicado no Brasil e que ao Museu Histórico Nacional, do Rio de Janeiro, legou a sua colecção, procurei saber se essa moeda existia na colecção do Museu para o que dirigi ao seu Director o pedido dos informes conducentes à confirmação. Passado algum tempo tive a satisfação de receber a resposta que passo a transcrever, assim como o anexo a que nela se alude e que contém a informação pedida.

Rio de Janeiro em 18 de Fevereiro de 1963

«Prezado Senhor

Em resposta à solicitação constante da carta de V., de 4 de Dezembro p.p., tenho o prazer de enviar, em anexo, a informação do Chefe da Secção de Numismática, deste Museu, sobre a moeda a que V. se referiu.

Aproveito o ensejo para apresentar a V. protestos de estima e consideração».

a) JOSUÉ MONTELLO
Director

NOTA — Já quando preparávamos este número da «NVMMS», fomos surpreendidos pelo falecimento (29 de Maio de 1965) deste dedicado consócio e colaborador, a quem a Numismática fica devendo alguns estudos e publicações que muito honram a sua Memória.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

«Sr. Director

Em atenção ao despacho de V. S. relativo à carta do Sr. Alexandrino Passos (Olhão-Portugal), tenho a informar o seguinte:

- 1.º — Existe na colecção de moedas portuguesas deste Museu um exemplar do «Tornês de Cruz do Porto» com as características mencionadas pelo interessado, e cuja descrição segue abaixo:

Anv. ✕ FERNANDVS: REX: PORTVGAL: ALGARB No campo o escudo com as quinas, encimado por um P. seguido de um ponto cheio, ladeado, à direita, pelas letras OR e, à esquerda, por TO.

Rev. Ao centro uma cruz equilateral circundada pela legenda em dois círculos.

Bilhão. Pêso: 3,02 grs. Módulo: 26,0 mm. Inédito.

Esta moeda pertenceu ao Comendador António Pedro de Andrade que a doou, em 1923, ao Museu Histórico Nacional, conforme consta no Livro de Registo competente.

- 2.º — Não existe nenhuma publicação sobre a coleção portuguesa deste Museu. O inventário da mesma, acrescido de notas e comentários, está presentemente em elaboração.»

Rio de Janeiro, 23 de Janeiro de 1963

a) *Dulce Cardozo Ludolf*

Chefe da Seção de Numismática

Duas divergências se notam entre esta descrição e a conhecida do catálogo acima citado. A da «Numária Medieval Portuguesa» é idêntica à do catálogo por ser dele transcrita.

As divergências dizem respeito à legenda do anverso que, terminando em «PORTVGALI» na descrição do catálogo, nesta termina em «PORTVGAL:ALGARB» e no peso que, apontado antes por 3,05, é agora de 3,02, certamente por uma mais rigorosa pesagem ou consequência de alguma limpeza a que foi sujeita.

A ausência da descrição da legenda do reverso é a confirmação da sua obliteração, já no catálogo notada.

Assim se fica a saber do paradeiro, que se desconhecia, de tão interessante numisma.

CONTOS PARA CONTAR

ACHEGAS PARA A SUA CLASSIFICAÇÃO

POR JOÃO COSTA LOPES

Se eu tivesse o prazer de conhecer pessoalmente o nosso consócio Exmo. Sr. Paulo Ferreira de Lemos certamente que não haveria necessidade de ser eu a vir apresentar estas achegas, pois que teríamos naturalmente ocasião de em conversa debatermos os pontos que abaixo foco, e que parece escaparam à sagacidade do erudito autor do artigo «Contos para Contar» publicado na nossa revista em Agosto de 1955. O ilustre numismata aproveitaria, se assim o entendesse, o resultado dessas conversas ou debates para qualquer futura revisão que viesse a fazer na catalogação que publicou na NVMMVS. Mas como o assunto é realmente de interesse, e o próprio Sr. Ferreira de Lemos admite ser muito contingente a actual classificação dos Contos e ser ainda hoje impossível assegurar a posição cronológica de vários que menciona, especificadamente aqueles que atribuiu ao final do reinado de D. João II, abalancei-me a vir aqui fazer sobre estes algumas observações pertinentes, tudo evidentemente com a finalidade de irmos melhorando a presente classificação.

Infelizmente não tenho sobre os Contos para Contar os conhecimentos básicos necessários para poder esclarecer já de entrada um ponto de importância capital; resta-me a consolação de verificar que sobre ele parece não existirem certezas, pois vejo o próprio Sr. Ferreira de Lemos escrever que os Contos «na sua maioria não foram batidos ou fundidos com o nome do rei e poderiam até ter sido executados para e por particulares».

A minha impressão pessoal é de que em Portugal, e nessa época de D. João II e D. Manuel, seria apenas o Rei que emitia Contos para Contar, e que era portanto a Coroa que ordenava a sua fabricação, e escolhia é claro a sua ornamentação, quer esta constasse das próprias armas reais, quer fosse a Cruz de Cristo ou até o próprio emblema pessoal do Rei — mas tudo, é claro, de forma a que aquelas peças não viessem a confundir-se com a moeda corrente. É contudo de acreditar que o seu fabrico não fosse muito cuidado, pois apresentam variadíssimos erros, o que também nos leva a supor que

aqueles Contos tivessem em grande parte sido fundidos no estrangeiro, Nurenberg, ou outro local.

Por outro lado, é na realidade muito difícil de admitir que naqueles tempos um particular mandasse bater ou fundir Contos com as armas reais, as quais só o Rei podia usar, inteiras e sem diferença, como diz a Ordenação. É inconcebível que outro particular os mandasse fazer com o emblema privativo do monarca. Tudo leva pois a concluir que este é que mandasse ornamentar os *seus* Contos com a *sua* «divisa»; e assim, os exemplares de D. Afonso V ostentam o seu rodízio, os de D. João II o seu pelicano, os de D. Manuel a sua Esfera do Mundo, ou Esfera Dourada, como ficou sendo conhecida.

Baseada nestes factos, a classificação de todos os Contos que ostentam a Esfera Manuelina só pode ser a de que são todos dos reinados de D. Manuel e posteriores, mas nunca do reinado de D. João II.

Vejamos porquê.

Antes de mais nada convém fixarmos ideias sobre o que era exactamente a Esfera Dourada de D. Manuel. Acerca dela, da sua origem, do seu uso e do seu simbolismo, tenho em preparação um trabalho para publicar, de onde agora vou respigar os tópicos de maior interesse para o nosso caso.

Como é sabido, foi hábito generalizado entre os príncipes da dinastia de Aviz escolherem para seu uso um emblema pessoal, a que naqueles tempos chamavam «divisa». E assim por exemplo vemos, além das já citadas, que o infante D. Pedro usou a balança, a rainha D. Leonor mulher de D. João II, o camaroeiro, o infante D. Fernando filho do Rei D. Manuel a «árvore da vida» ou *salus vitæ*, etc...

É através das crónicas dos reinados de D. João II e de D. Manuel que ficamos a saber que este não foi quem escolheu o seu emblema pessoal; foi D. João II que, em 1482, e ao mesmo tempo que lhe pôs casa, deu a seu jovem primo e cunhado, então apenas com cerca de 12 ou 13 anos de idade, a «divisa» que para ele destinara — a Esfera do Mundo — aquela esfera simbólica pela qual «os mathematicos (ou seja os astrónomos) representavam toda a machina dos ceus e da Terra», como diz Damião de Goes na sua crónica. Esta Esfera representava portanto o sistema do Universo em uso desde Cláudio Ptolomeu, o célebre matemático e astrónomo grego que viveu em Alexandria no século II e que, aperfeiçoando os conhecimentos de outros notáveis sábios cosmógrafos anteriores, fixara um sistema cosmológico que tinha a Terra como centro, e, girando em volta dela em círculos, o Sol, a Lua, os Planetas e as Estrelas. Este sistema só foi substituído no século XVI pela nova teoria cosmológica de um Sol central, ou seja o sistema héliocêntrico

de Copérnico (1473-1543), o notabilíssimo astrónomo polaco que, depois de morto, e com a publicação dos seus trabalhos, veio revolucionar a ciência astronómica, desbancando uma teoria «sólida» e velha de quasi 2000 anos!

Esse Cosmos idealizado pelos sábios da antiga Grécia era pois simbolizado por uma Esfera convencional formada por grandes aneis, ou armilas, representativos dos principais círculos dos céus, do movimento do Sol à volta da Terra, e das diferentes zonas em que esta ficava dividida. Essa Esfera compunha-se essencialmente do seguinte: Quatro aneis maiores e do mesmo diâmetro: Sendo dois com os seus planos em ângulo recto, criando assim quatro meridianos; um anel equinocial representando o Equador; com o mesmo centro deste último e formando um ângulo de 23° e $30'$ com ele, outro anel — a eclíptica — representativa do movimento anual do Sol em volta da Terra. Atravessando interiormente a Esfera assim formada por estas armilas, e com os extremos nos dois pontos da intersecção dos meridianos, corre um eixo perpendicular ao plano do Equador, e que depois de atravessar uma pequena Terra central, marca na parte superior da Esfera o polo Norte, e no extremo oposto o polo Sul. Há mais quatro aneis menores, paralelos ao Equador: dois são os trópicos de Câncer (ao Norte) e de Capricórnio (ao Sul), os quais limitam a zona compreendida entre as declinações máximas do Sol nos solstícios do Verão e do Inverno, e os outros dois formando os círculos polares. Ártico ao Norte, e Antártico ao Sul, os quais são desenhados numa hipotética superfície interior da Esfera pelos extremos do eixo da eclíptica no seu movimento anual.

O nome desta construção convencional era nos séculos XV e XVI grafado *Esphera*, *Sphera*, ou simplesmente *Spera*, por ser esta certamente uma das pronúncias de então, se é que não era a normal. E foi essa sem dúvida a razão de D. Manuel ter à sua «divisa» acrescentado uma ou outra «tenção», cuja letra variou, mas de que as versões mais conhecidas foram: *SPERA IN DEO*, *SPERA IN DEO ET FAC BONITATEN*, *IN TE DOMINE SPES MEA*, ou simplesmente *SPERO*, ou só *IN DEO*.

Baseados neste mesmo sistema geocêntrico de um Cosmos esférico, existiam vários aparelhos afins, também formados por armilas, mas graduadas, que serviam para a observação dos astros, medindo a sua altura acima do horizonte, e resolvendo outros problemas. Por isto mesmo algumas destas armilas tinham orifícios para a passagem da luz do Sol e obtenção da hora local; outras apresentavam réguas visoras, ou alidades, para a obtenção da latitude, etc. Esses aparelhos iam desde o formado por um simples anel graduado interiormente e com o tal orifício para a passagem da luz solar, até ao complexo «*meteoroskopion*» dos gregos e que servia para resolver vários

cálculos de astronomia; passando por outros instrumentos ou modelos intermédios formados por duas, três ou quatro armilas, e destinados, por exemplo, à leitura da altura do Sol e outros astros, conhecimento da hora e latitude locais, passagem dos equinócios, etc. Estas Esferas mais simples foram provavelmente as precursoras dos instrumentos de observação mais especializados, como o astrolábio redondo, e é certamente deste que descende a Esfera Armilar de estudo, que nos vem, com a presente forma, dos modelos com mais larga expansão nos séculos XVII e XVIII.

O Sr. Ferreira de Lemos caíu inadvertidamente num lapso ao confundir o globo de Nuremberg (que é um globo terrestre), ou o astrolábio aplicado à navegação (que é um instrumento para medir alturas solares e obter latitudes), com a Esfera Dourada de D. Manuel (que é uma concepção convencional do Universo ptolomaico).

Diz-nos no seu artigo que o motivo de discordar de que os Contos que apresentam a Esfera sejam todos batidos ou fundidos no reinado de D. Manuel ou posteriormente, é pelo facto de já muito antes ser conhecida a representação da Esfera (o que é verdade, pois já o era há mais de 1500 anos), e porque já no tempo de D. João II a esfera era um símbolo de realeza (o que não é verdade); e baseia essas afirmações em duas citações, uma da «História de Portugal» de Manuel Pinheiro Chagas (1842-1895), e outra de Manuel Severim de Faria (1583-1655). Mas estas citações são ambas irrelevantes, e não demonstram o que pretende.

Com efeito, quanto ao primeiro, pode-se hoje afirmar que os conhecimentos de história de Manuel Pinheiro Chagas estão há muito ultrapassados. E Martim Behaim não inventou qualquer aplicação do astrolábio à navegação; nem o seu famoso globo de Nuremberg tem nada que ver com a Esfera Manuelina, visto aquele ser um simples globo terrestre, como já vimos. E se é verdade que a representação da Esfera já era conhecida antes de D. Manuel, não o era como sua «divisa» pessoal, e só como tal é que aparece às centenas durante o seu reinado, incluindo nos Contos para Contar.

A citação que o Sr. Ferreira de Lemos faz das palavras de Manuel Severim de Faria é certamente devida a lapso de pena, ou por não ter reparado que o que aquele escritor diz não se refere à existência da Esfera como símbolo de realeza. Nunca o foi, de resto. No tempo de D. Manuel, ou, para sermos precisos, no tempo em que D. João II lhe escolheu a «divisa», a Esfera simbolizava aquilo que era — o Universo, os céus de Deus, o Deus dos céus — o que aliás é confirmado pelas várias versões da «tenção» manuelina que já lá atrás citamos e que frequentemente acompanhavam a representação da Esfera Dourada em iluminuras e livros.

Quanto à afirmação de Manuel Severim de Faria de que D. João II dera a D. Manuel a «Esfera em prognostico da Coroa», é pura fantasia, dele e dos outros cronistas, e repetida posteriormente por muito boa gente... que se esqueceu da cronologia. Vejamos. Quando em 1482 o Príncipe Perfeito põe casa e escolhe a «divisa» para D. Manuel, este era, como se sabe, um simples jovem primo do Rei com cerca de 13 anos de idade, o filho mais novo do Infante D. Fernando (filho segundo do Rei D. Duarte). D. Manuel em 1482 tinha vivo um irmão mais velho, D. Diogo, Duque de Viseu, e que veio a ter morte violenta de todos conhecida, em Agosto de 1484. E em 1482 era igualmente vivo, e foi vários anos, o único filho legítimo de D. João II, o seu querido D. Afonso, o príncipe herdeiro, pois só veio a finir-se daquela desastrosa queda de cavalo na Ribeira de Santarém 9 anos depois. Parece portanto absurdo estar a pensar que D. João II, com o filho vivo, e com D. Diogo vivo, ambos à frente de D. Manuel na sucessão da Coroa, estivesse a promettê-la a este primo em 1482! O que a Esfera lhe podia prometer era o Céu, e não outra coisa.

A Esfera Dourada do Rei Venturoso veio depois, mais tarde, a ter para nós Portugueses outro significado — o da nossa expansão além-mar, o do nosso Império Ultramarino. Tudo isto nascido da enorme divulgação que a Esfera teve com as navegações, as conquistas e a ocupação de tantos territórios pelas cinco partes do Mundo durante o reinado do Felicíssimo.

Antes de terminar é justo acrescentarmos que a minha convicção de que todos os Contos com a Esfera, ou são do reinado de D. Manuel ou posteriores, e nunca anteriores, pode ficar prejudicada se vier a provar-se que D. Manuel usou desses Contos como simples Duque de Beja e antes de ser Rei. O que não parece nada provável. Há vários Contos com a Esfera no anverso e que ostentam as armas de Portugal no reverso, mas estas sempre sem a diferença heráldica que o Duque de Beja usou e que era: Sobre as armas do Reino um lambel de dois pendentés carregados com as armas franxadas de Aragão e Sicília, como por exemplo se poderá ver na igreja de S. Tiago de Soure e noutros locais. E que D. João II em sua vida pudesse consentir na cunhagem de Contos em que as armas de D. Manuel Duque de Beja figurassem tal e qual como as dele Rei, isto é, sem diferença, é outra hipótese muito difícil de admitir, ele que era tão cioso da sua autoridade e das prerogativas reais, e que tantos conflitos teve causados por isso mesmo! E também não parece concebível que D. João II, que até quase à morte hesitou em nomear sucessor da Coroa o já então seu legítimo herdeiro D. Manuel, em favor do seu filho natural, o Sr. D. Jorge Duque de Coimbra, fosse já anos antes, e repetimos, ainda em vida do Príncipe D. Afonso, nem prometer a

Coroa a D. Manuel, nem tampouco consentir-lhe liberdades percursoras do poder. Olha quem!

Assentemos pois que os Contos que ostentam a Esfera não podem ser do reinado de D. João II; são todos do tempo de D. Manuel, ou posteriores. E também posteriores, porque? porque sucedeu com esse emblema pessoal do Rei Venturoso o que ainda não tinha acontecido com nenhum outro: Dada a sua enorme expansão nesse reinado, adquiriu insensível e gradualmente um carácter nacional e um significado ultramarino que nunca mais perdeu. De emblema particular passou a público, continuando a ser mais ou menos usado nos reinados seguintes em quase todas as nossas possessões e províncias ultramarinas, e mais raramente aqui na Metrópole. Caso semelhante sucedera já com a bordadura dos castelos nas armas reais, que em tal se tornaram depois de terem sido as armas pessoais diferenciadas de D. Afonso III quando ainda filho segundo e apenas Conde de Bolonha em França. E coisa parecida aconteceu com a cruz do Mestre de Avis, que ainda figurou nas armas reais de Portugal por mais três reinados depois da morte de D. João I, ou seja até ao tempo de D. João II em 1485, ano em que este Rei «ordenou» o brasão régio pela maneira que perdurou até ao final da Monarquia, e da mesma forma que continuou desde 1910 em deante a figurar na nova bandeira da República Portuguesa — o velho escudo das armas do Portugal Continental sobre a Esfera Armilar manuelina do Portugal Ultramarino.

MOEDAS DE PRATA DA ÍNDIA PORTUGUESA

POR JOAQUIM FRONTEIRA

Anàlogamente ao que fizemos quanto ao «Ouro amoedado da Índia Portuguesa» vamos apresentar algumas indicações relativas ao maior número de numismas luso-indianos de prata de que conseguimos notícia — cerca de 600 — e que tiveram curso no português Estado da Índia, mesmo antes de assim ser designado e desde que essa parcela do Indústão passou a fazer parte integrante de Portugal.

Tendo os portugueses chegado por mar à Índia em 20 de Maio de 1498, só cerca de 1510 o seu segundo Governador — o imorredouro Afonso de Albuquerque — mandou ali proceder à primeira cunhagem de moeda em nome d'El-rei de Portugal. Consideram-se como as primeiras moedas ali batidas os *leais e meios leais*, de cobre, numismas agora bastante raros, saídos da Casa da Moeda de Goa, acabada de fundar por aquele obreiro mór do Império Português do Oriente.

As moedas divisionárias que, por essa ocasião, se bateram — os *dinheiros* e as *cepaicas* ou *cepaiquas* — eram também de cobre.

Quanto a moedas de prata parece ser a mais antiga a *esfera de prata* de D. Manuel I, a cuja cunhagem alude Braz de Albuquerque em os «Commentários do grande Afonso de Albuquerque». Verdade seja que apenas consta haver possuído o único exemplar dela conhecido Filipe Nery Xavier, conforme nos declara na «Descripção do coqueiro, arequeira, arroz e moedas de Goa». Depois perdeu-se-lhe o rasto e cremos que mais ninguém viu uma tal moeda. Atendendo, porém, ao crédito que nos merece este autor, com ela iniciaremos a série dos numismas de prata luso-indianos, batidos em Goa.

João de Barros, nas «Décadas da Ásia», fala-nos também de outras moedas de prata lavradas em Malaca, por essa altura, chamadas *malaquezes* (de Malaca ou Malaqua), mas é certo que, na actualidade, são desconhecidas. Braz de Albuquerque, nos seus «Commentarios» e Gaspar Correia nas «Lendas da Índia» igualmente a elas se referem pelo que não cremos terem sido um produto da inventiva do primeiro. No entanto, António Nunez, na pormenorizada «*Tabella do valor representativo das Moedas da Índia*»,

que consta do «Lyvro dos pesos da India, e assy medidas e mohedas», escrito em 1554, tratando de Malaca, a tais moedas não faz a menor referência, mas apenas ao «*cruzado de prata*», ao qual dá o valor de 5 tangas de prata, ou 360 réis.

O ouro foi também utilizado para fins monetários por Afonso de Albuquerque, que assim ordenou a cunhagem de *manoeis* e *meios manoeis* nesse metal.

O modesto estanho de Malaca e a mísera tutenaga foram também amoedados com prodigalidade e maior proveito dos moedeiros encartados ou não.

Muito embora o que deixamos dito quanto às esferas de prata cunhadas em Goa no reinado de D. Manuel I, o que é facto é que os mais antigos numismas dela oriundos, que actualmente aparecem, são já do reinado de D. João III, aí por 1550-1554 — os *S. Tomés de prata ou patações* — precursores dos *bastiões* e *meios bastiões* de D. Sebastião, dos quais se conhecem alguns exemplares em várias colecções.

A prata, tão querida dos povos asiáticos, continuou sendo cunhada, com algumas interrupções, em Goa (1510) e, mais tarde, em outras Casas da Moeda que sucessivamente se foram abrindo: Malaca (1511), Cochim (1544 e 1568), Ceilão ou Colombo (séculos XVI e XVII), Baçaim (1611), Damão (1611), Chaúl (1644) e Diu (1648).

Depois do reinado de D. João III sucederam-se, a partir dos Filipês, as *tangas* dobradas e singelas; as raras e pequeninas *meias tangas*, hoje tão apetecidas pelos coleccionadores; os *bazarucos de prata* (30, 20 e 10 bazarucos); os *xerafins* e os *meios xerafins*, mais tarde substituídos pelos *pardaus* e *meios pardaus*; as *rupias* e *meias rupias*, alguns destes numismas com valores e pesos oscilatórios, normalmente em decréscimo, em função das necessidades do Tesouro local e até consoante as Casas da Moeda emissoras, mercê de certa anarquia monetária.

Na relação de moedas que se segue — pois que de um simples rol sistematizado e cronológico se trata, sem outra pretensão que a de ser o mais completo que nos foi possível conseguir — não são feitas descrições completas peça por peça, nem são considerados outros atributos numismáticos além dos reinados ou regências, valores, datas, Casas da Moeda emissoras e pesos. Quanto a estes indica-se (em gramas) o máximo e o mínimo dos exemplares referenciados ou observados, na impossibilidade de pesar aqueles ou de se poder calcular médias aceitáveis e representativas.

Dentro de cada reinado ou regência as moedas são apresentadas por grupos de valores, ordem cronológica, com raras excepções, e várias carac-

terísticas comuns, sem descer a minúcias que envolvam variantes, nem mesmo emendas praticadas em datas, por vezes de duvidosa autenticidade.

Não apresentaremos matéria nova: sòmente procuraremos, como dissemos, sistematizar o material existente e aproveitável.

Dos catálogos e trabalhos consultados e outra bibliografia sobre a numária luso-indiana daremos no final deste uma nota abreviada. Algumas dificuldades se levantaram durante a consulta deles, pois que se uns apresentam apenas indicações de valores, outros também pesos e até módulos. As próprias descrições dos exemplares são, com frequência, confusas e incompletas, por vezes nem sempre coincidindo as suas designações tratando-se, embora, dos mesmos exemplares, quando apresentados em sucessivos catálogos, o que gerou, por vezes, aflitivas duplicações.

Isto sem contar com erros grosseiros — intencionais ou não, geralmente incidindo sobre os pesos — encontrados em diversos catálogos de venda. Quando a descrição ou os pesos são nitidamente errôneos, foram normalmente excluídos esses exemplares, excepto quando únicos, se não houve processo de corrigir o erro.

Quanto às faces das moedas considerámos sempre como anverso aquela que apresenta as armas de Portugal, normalmente coroadas, ornamentadas ou não, excepto quando a moeda ostenta um ou dois bustos ou cabeça reais, em que a face respectiva foi sempre tida como anverso.

Também sucede haverem sido utilizados, em moedas de determinado reinado, cunhos representando geralmente aversos de moeda idêntica de anterior monarca já falecido, deposto, ou sob regência. Este último caso é flagrante nos anos de 1799 a 1807, em que aparecem cunhagens efectuadas já na regência de D. João, mas que apresentam ainda a effigie de D. Maria I. Neste caso, como em análogos, considerámos as moedas em que tal se verifica, como pertencentes já à regência, desde que a sua data nesta esteja compreendida.

Outras vezes, como já fizemos referência, o algarismo das unidades da data encontra-se modificado pela aplicação mais ou menos cuidada do punção. Tomou-se a data resultante da aposição deste, como a da moeda, desde que não dê lugar a dúvidas a sua leitura. Este facto verifica-se, com certa frequência, nos primeiros anos de alguns reinados, nos quais tiveram curso as moedas do anterior.

Tratando-se de um pequeno trabalho de síntese, também não foram normalmente considerados os casos em que a moeda se apresenta contra-marcada ou carimbada, seja qual tenha sido o motivo.

Terminando, diremos que, certamente, haverá falhas e lacunas neste

trabalho, não obstante quanto fizemos para as evitar. Considere-se, pois, como um ensaio para reunir o maior número de tipos de numismas luso-indianos de prata que conseguimos observar ou de que tivemos notícia e que tiveram curso na Índia Portuguesa, que sempre será nossa, a despeito de todas as vicissitudes, atropelos e conjuras internacionais.

D. MANUEL I

(Reinou na Metrópole desde 25 de Outubro de 1495 a 13 de Dezembro de 1521)

(Na Índia, de 1510 a 20 de Agosto de 1522)

Esfera ⁽¹⁾

A — Cruz (de Cristo).

R — Esfera.

M1.01 — s/d Goa x g

Meia esfera ⁽²⁾

A — Cruz de Cristo cantonada por estrelas.

R — Esfera dentro de um círculo.

M1.02 — s/d Goa 0,60 g (?)

D. JOÃO III

(Reinou na Metrópole desde 13 de Dezembro de 1521 a 11 de Junho de 1557)

(Aclamado em Goa a 23 de Agosto de 1522)

S. Tomé ou Patacão ⁽³⁾

A — Armas coroadas de Portugal. (?)

R — S. Tomé (de pé)?, à esquerda. S — T (?)

J3.01 — 1555 (?) Goa (27,2/24,3) g

Tanga (?)

(¹) Filipe Nery Xavier, «*Memória sobre as moedas cunhadas em Goa*», in «*Boletim do Governo do Estado da Índia*», de 1866, págs. 624 e segs. e in «*Descrição do coqueiro, arequeira e moedas de Goa*», 1866, pág. 72.

(²) José Maria do Carmo Nazareth, «*Numismática da Índia Portuguesa*», 1896, N.º 280/1. Filipe Nery Xavier refere também a existência da *meia esfera*.

(³) Não se conhece exemplar algum.

D. SEBASTIÃO

(Reinou na Metrópole desde 11 de Junho de 1557 a 4 de Agosto de 1578)
(Aclamado em Goa em Setembro de 1558)

Bastião, xerafim ou pardau (de 300 réis)

A — Armas coroadas de Portugal. G — A.
R — S. Sebastião de pé, à esquerda, com 4 setas. P — R.
S.01 — s/d Goa (19,0/18,97) g

Meio bastião, meio xerafim ou meio pardau (de 150 réis)

A — Armas coroadas de Portugal. G — A.
R — Coroa real sobre duas setas cruzadas.
S.02 — s/d Goa (9,82/9,16) g

Tanga ⁽¹⁾

A — Armas coroadas de Portugal.
R — Uma seta.
S.03 — s/d Goa 4,4 g

FILIPE I

(Reinou na Metrópole desde 17 de Julho de 1580 a 13 de Setembro de 1598)
(Aclamado em Goa a 3 de Setembro de 1581)

Tanga

A — Armas coroadas de Portugal. G — A.
R — S. Filipe de pé, à esquerda, com cruz longa. T — A.
F1.01 — s/d Goa (3,89/3,62) g

A — Armas coroadas de Portugal. D — T.
R — No campo $\frac{A}{T}$.
F1.02 — s/d Ceilão 2,04 g

Meia tanga

A — Armas coroadas de Portugal. G — A.
R — S. Filipe de pé, à esquerda, com cruz longa. M — A.
F1.03 — s/d Goa (1,80/1,60) g

Xerafim (?)

(¹) Não se conhece exemplar algum.


FILIPPE II

(Reinou na Metrópole desde 13 de Setembro de 1598 a 31 de Março de 1621)

(Aclamado em Goa em fins de 1599)

Tanga dobrada


A — Armas coroadas de Portugal. G — A.

R — Monograma . D — S. Data.

F2.01 — 1620 Goa para Ceilão x g

Tanga

A — Armas coroadas de Portugal. ? — S.

R — Monograma .

F2.02 — s/d Ceilão (3,14/2,08) g

A — Armas coroadas de Portugal.

R — Grelha de S. Lourenço.

F2.03 — s/d Ceilão (?) (2,62/2,36) g

A — Armas coroadas de Portugal. Legenda. I — T.

R — Cruz longa sobre calvário. Legenda.

F2.04 — s/d Goa 2,99 g

Meia tanga

A — Armas coroadas de Portugal. Legenda. M — T.

R — Cruz longa sobre calvário. Legenda.

F2.05 — s/d Goa (1,54/1,44) g

30 bazarucos

A — Armas coroadas de Portugal. G — A.

R — 30.

F2.06 — s/d Goa (0,90/0,77) g

20 bazarucos ⁽¹⁾

A — Armas coroadas de Portugal.

R — 20.

F2.07 — s/d Goa 0,64 g

10 bazarucos

A — Armas coroadas de Portugal. G — A.

R — 10.

F2.08 — s/d Goa (0,33/0,23) g

⁽¹⁾ Não se conhece exemplar algum.


FILIFE III

(Reinou na Metrôpoje desde 31 de Março de 1621 a 1 de Dezembro de 1640)
(Aclamado em Goa a 5 de Fevereiro de 1623)

Patacão (de 6 tangas)

A — Armas coroadas de Portugal. Legenda. G — A.
R — Cruz de S. Bento de Avis. Legenda.
F3.01 — s/d Goa (17,35/17,29) g


Quatro tangas

A — Armas coroadas de Portugal. M — A. Data.
R — Monograma . D — M.
F3.02 — 1633 Malaca 9,54 g

Meio patacão (de 3 tangas)

A — Armas coroadas de Portugal. Legenda. G — A.
R — Cruz de S. Bento de Avis. Legenda.
F3.03 — s/d Goa (9,50/8,60) g

Xerafim dobrado

A — Armas coroadas de Portugal. A — M.
R. — Monograma . D — M. Data.
F3.04 — 1636 Malaca 12,36 g


Xerafim

A — Armas coroadas de Portugal. G — A.
R — S. Filipe de pé, à esquerda. S — F. Data.
F3.05 — 1640 Goa 11,0 g
F3.06 — 1641 Goa 11,0 g


Meio xerafim

A — Armas coroadas de Portugal. G — A.
R — S. Filipe de pé, à esquerda. S — F. Data.
F3.07 — 1640 Goa 4,2 g







Tanga dobrada



A — Armas coroadas de Portugal. M — A. Data.
R — Monograma . D — M.
F3.08 — 1633 Malaca 4,25 g

Tanga dobrada (continuação)

- A — Armas coroadas de Portugal. M — A.
 R — Monograma . D — M. Data.
 F3.09 — 1635 Malaca (6,30/6,10) g
- A — Armas coroadas de Portugal. G — A.
 R — S. Filipe de pé, à esquerda. S — F. Data.
 F3.10 — 1640 ⁽¹⁾ Goa (4,39/4,13) g

Tanga


- A — Armas coroadas de Portugal. A — M.
 R — Monograma . D — M. Data.
 F3.11 — 1631 Goa para Malaca (3,07/2,94) g
 F3.12 — 1632 Goa para Malaca (3,10/2,68) g
- A — Armas coroadas de Portugal. M — A. Data.
 R — Monograma .
 F3.13 — 1633 Malaca 2,31 g
- A — Armas coroadas de Portugal.  — M.
 R — Monograma . D — M.
 F3.14 — s/d Goa para Malaca (3,15/2,95) g
- A — Armas coroadas de Portugal. A — M. (Gravura bárbara)
 R — Monograma . * *
 F3.15 — s/d 3,00 g (Botelha?)
- A — Armas coroadas de Portugal. S. (Gravura bárbara)
 R — Monograma .
 F3.16 — s/d Ceilão (3,10/2,05) g

⁽¹⁾ Há exemplares contramarcados pelos holandeses, em Jaffna, com  ou  (Vereenigde Oostindische Compagnie).

Tanga (continuação)

A — Armas coroadas de Portugal.	G — A .	
R — S. Filipe de pé, à esquerda.	S — F .	Data.
F3.17 — 163...	Goa	2,16 g
F3.18 — 1640	Goa	(2,20/1,89) g
A — Armas coroadas de Portugal.	G — A .	
R — Grelha de S. Lourenço.	Data.	
F3.19 — 1640	Goa para Ceilão	2,18 g
A — Armas coroadas de Portugal.	(C) — L° .	
R — Grelha de S. Lourenço.	Data.	
F3.20 — 1640	Ceilão ou Colombo	(2,60/2,20) g

Meia tanga

A — Armas coroadas de Portugal.	G .	
R — Monograma 		
F3.21 — s/d	Goa para Malaca	0,98 g
A — Armas coroadas de Portugal.	G — A .	
R — S. Filipe de pé, à esquerda.	F .	
F3.22 — s/d	Goa	1,01 g


D. JOÃO IV

(Reinou na Metrópole desde 1 de Dezembro de 1640 a 6 de Novembro de 1656)
(Aclamado em Goa a 11 de Setembro de 1641)

Xerafim

A — Armas coroadas de Portugal.	(G) — A .	
R — S. João de pé, à direita.	S — (I) .	Data.
J4.01 — 1647	Goa	(11,00/10,95) g
J4.02 — 1643	Goa	(9,40/8,86) g
J4.03 — 1644	Goa	(11,11/11,00) g
J4.04 — 1653 (16S3)	Goa	x g
A — Armas coroadas de Portugal.	G — A .	
R — Cruz de Cristo, cantonada pela data.		
J4.05 — 1650 (16S0)	Goa	(11,00/10,40) g
J4.06 — 1652 (16S2)	Goa	(11,44/10,40) g



Xerafim (continuação)

A — Armas coroadas de Portugal.		D ou A — D .	
R — Cruz de Cristo, cantonada pela data.			
J4.07 — 1653 (16S3)	Goa para Diu	(10,40/10,30)	g
J4.08 — 1654 (16S4)	Goa para Diu	10,40	g
J4.09 — 1655 (16S5)	Goa para Diu	(10,48/10,41)	g
J4.10 — 1656 (16S6)	Goa para Diu	(10,60/10,40)	g
J4.11 — 1657 (16S7)	Goa para Diu	(10,40/10,25)	g

Meio xerafim


A — Armas coroadas de Portugal.	G — A .		
R — Cruz de Cristo, cantonada pela data.			
J4.12 — 1650 (16S0)	Goa	(5,34/5,20)	g
A — Armas coroadas de Portugal.	Ā — ?		
R — Cruz de Cristo, cantonada pela data.			
J4.13 — 1654	Goa para Diu	(5,20/5,00)	g
J4.14 — 1655 (16SS)	Goa	5,70	g

Tanga dobrada

A — Armas coroadas de Portugal.	G — A .		
R — Monograma 	D — S .	Data.	
J4.15 — 1642	Goa para Ceilão	(4,50/4,37)	g
A — Armas coroadas de Portugal.	G — A .		
R — S. João de pé, à direita.	S — I .	Data.	
J4.16 — 1642	Goa para Ceilão	(4,40/4,28)	g
J4.17 — 1643	Goa para Ceilão	(4,44/4,40)	g
A — Armas coroadas de Portugal.	G — A .		
R — Monograma 	D — S .	Data.	
J4.18 — 1643	Goa para Ceilão	(4,46/4,50)	g
A — Armas coroadas de Portugal.	G — A .		
R — Grelha de S. Lourenço.	Data.		
J4.19 — 1645	Goa para Ceilão	x	g

Tanga dobrada (continuação)

A — Armas coroadas de Portugal. G — A.

R — Monograma . D — S. Data.

J4.20 — 1649 Goa para Ceilão (4,47/4,21) g

A — Armas coroadas de Portugal. G — A.

R — S. João de pé, à direita. S — I. Data.

J4.21 — 1649 Goa para Ceilão 4,29 g
 J4.22 — 1650 Goa para Ceilão (4,27/4,20) g
 J4.23 — 1651 (16S1) Goa para Ceilão (4,20/4,16) g
 J4.24 — 1652 (16S2) Goa para Ceilão (4,20/4,08) g
 J4.25 — 1653 Goa para Ceilão (4,22/4,17) g

A — Armas coroadas de Portugal. C — B ou B — C.


R — S. João de pé, à direita. S — I. Data.

J4.26 — 1653 (16S3) Chaul e Baçaim (4,24/4,20) g


A — Armas coroadas de Portugal. D — ?

R — Cruz de Cristo, cantonada pela data.

J4.27 — 1654 (16S4) Goa para Diu (4,88/4,20) g

J4.28 — 1654 (16S4) Goa para Diu ( -D) 4,70 g

J4.29 — 1653 Baçaim e Chaul 4,20 g


A — Armas coroadas de Portugal.  — D.

R. — S. João de pé, à direita. S — I. Data.

J4.30 — 1654 Goa para Diu (ou Damão?) 4,20 g
 J4.31 — 1655 Goa para Diu (ou Damão?) (4,20/4,19) g
 J4.32 — 1656 (16S6) Goa para Diu (ou Damão?) (4,23/4,20) g

Tanga


A — Armas coroadas de Portugal. G — A.

R — Monograma . D — M. Data.

J4.33 — 1641 Goa para Malaca 2,20 g

Tanga (continuação)

A — Armas coroadas de Portugal. G — A .

R — Monograma  . D — S. Data.

J4.34 — 1642	Goa para Ceilão	(2,22/2,21) g
J4.35 — 1643	Goa para Ceilão	(2,20/2,19) g

A — Armas coroadas de Portugal. G — A .

R — S. João de pé, à direita. S — I. Data.


J4.36 — 1644	Goa para Ceilão	(2,20/1,55) g
--------------	-----------------	---------------

A — Armas coroadas de Portugal. G — A ou A — G .

R — Grelha de S. Lourenço. Data.

J4.37 — 1645 (164S)	Goa para Ceilão	(2,20/1,90) g
J4.38 — 1646	Goa para Ceilão	1,93 g

A — Armas coroadas de Portugal. G — A .

R — Monograma  . D — S. Data.

J4.39 — 1646	Goa para Ceilão	(2,07/2,01) g
J4.40 — 1649	Goa para Ceilão	x g

A — Armas coroadas de Portugal. G — A .

R — Cruz de Cristo, cantonada pela data.

J4.41 — 1650 (16S0)	Goa	(2,08/1,94) g
---------------------	-----	---------------

A — Armas coroadas de Portugal. G — C .

R — S. João de pé, à direita. S — I. Data.

J4.42 — 1653 (16S3)	Chaúl	2,10 g
---------------------	-------	--------

A — Armas coroadas de Portugal. C — G .

R — Grelha de S. Lourenço.




J4.43 — 165-	Chaúl-Baçaim	1,85 g
--------------	--------------	--------

A — Armas coroadas de Portugal. I — T .




R — Cruz de Cristo, cantonada pela data.

J4.44 — 1655 (16SS)	Goa (?)	1,99 g
---------------------	---------	--------

Tanga (continuação)

A — Armas coroadas de Portugal.		— D.	
R — Cruz de Cristo, cantonada pela data.			
J4.45 — 1653	Goa para Diu		x g
J4.46 — 1655	Goa para Diu		(2,04/2,00) g
A — Armas coroadas de Portugal.		A — ?	
R — Grelha de S. Lourenço.			
J4.47 — s/d	Ceilão (?)		1,74 g
A — Armas coroadas de Portugal.			
R — Monograma 	T — D / S — ?.		
J4.48 — s/d	Ceilão		1,70 g
A — Armas coroadas de Portugal.		G — A .	
R — Monograma 	D — S .		
J4.49 — (?)	Goa para Ceilão		2,22 g

Meia tanga

A — Armas coroadas de Portugal.		G — A .	
R — S. João de pé, à direita.	S — I. Data.		
J4.50 — 1644	Goa para Ceilão		(1,55/1,04) g
A — Armas coroadas de Portugal.		☉ — (?)	
R — Monograma 	Data.		
J4.51 — 1646 (?)	Ceilão (?)		1,51 g
A — Armas coroadas de Portugal.		— D.	
R — Monograma 			
J4.52 — s/d	Goa para Malaca?		0,89 g
A — Armas coroadas de Portugal.		G — A .	
R — S. João de pé, à direita.			
J4.53 — s/d	Goa		1,05 g
A — Armas coroadas de Portugal.		G — A .	
R — S. João de pé, de frente (?).	S — I.		
J4.54 — s/d	Goa para Ceilão		0,84 g

D. AFONSO VI

(Reinou na Metrópole desde 6 de Novembro de 1656 a 23 de Novembro de 1667)

(Aclamado em Goa a 7 de Outubro de 1657)

Xerafim

A — Armas coroadas de Portugal. G — A ou X — A.

R — Cruz de Cristo, cantonada pela data.

A6.01 — 1654	Goa	(10,40/10,37) g
A6.02 — 1659 (16S9)	Goa	10,51 g
A6.03 — 1668	Goa	10,45 g

Xerafim ou Rupia de Diu

A — Armas coroadas de Portugal (cunho bárbaro).

R — Cruz de S. Jorge, com cravos, cantonada pela data.

A6.04 — 1664	Diu	x g
A6.05 — 1665	Diu	(11,85/11,80) g

Tanga

A — Armas coroadas de Portugal. B — (?) .

R — Santo (S. Tomé?), à esquerda. S — (?) . Data.

A6.06 — 1663	Ceilão-Baçaim	2,09 g
--------------	---------------	--------

A — Armas coroadas de Portugal. G — A .

R — Cruz de Cristo, cantonada pela data.

A6.07 — 1663	Goa	x g
A6.08 — 1664	Goa	(2,00/1,98) g

D. PEDRO REGENTE

(Reinou na Metrópole desde 22 de Novembro de 1667 a 12 de Dezembro de 1683)

(Em Goa desde 30 de Março de 1669 até 28 de Outubro de 1684)

Xerafim

A — Armas coroadas de Portugal. G — A .

R — Cruz de Cristo, cantonada pela data.

PR.01 — 1671	Goa	(10,40/10,25) g
PR.02 — 1674	Goa	10,28 g
PR.03 — 1681 ⁽¹⁾	Goa	(10,58/9,18) g
PR.04 — 1682	Goa	(10,60/10,05) g
PR.05 — 1683 ⁽¹⁾	Goa	10,78 g
PR.06 — 1684	Goa	(10,48/10,40) g

⁽¹⁾ Há exemplares recunhados sobre moedas mongóis.

Meio xerafim

A — Armas coroadas de Portugal. G — A.

R — Cruz de Cristo, cantonada pela data.

PR.07 — 1670	Goa	4,85 g
PR.08 — 1672	Goa	(5,70/5,68) g
PR.09 — 1673	Goa	(4,60/4,58) g
PR.10 — 1680	Goa	5,22 g
PR.11 — 1681	Goa	5,20 g
PR.12 — 1682 (¹)	Goa	3,25 g
PR.13 — 1683	Goa	x g
PR.14 — 1684	Goa	(5,23/4,46) g

Tanga cruzada

A — Armas coroadas de Portugal. G — A.

R — Cruz de Cristo, cantonada pela data.

PR.15 — 1673	Goa	1,92 g
PR.16 — 1678	Goa	2,00 g
PR.17 — 1681	Goa	1,99 g
PR.18 — 1682	Goa	1,80 g
PR.19 — 1683	Goa	x g
PR.20 — 1684	Goa	x g

Meia tanga

A — Armas coroadas de Portugal.

R — Cruz de Cristo, cantonada pela data.

PR.21 — 1678	Goa	x g
--------------	-----	-----

D. PEDRO II

(Reinou na Metrópole desde 12 de Dezembro de 1683 a 9 de Dezembro de 1706)

(Aclamado em Goa em fins de Outubro de 1684)

Xerafim dobrado

A — Armas coroadas de Portugal. G — A.

R — Cruz de Cristo, cantonada pela data.

P2.01 — 1685 (168S)	Goa	20,58 g
---------------------	-----	---------

(¹) Há exemplares recunhados sobre moedas mongois.

Xerafim dobrado (continuação)

A — Armas coroadas de Portugal. ? — D. ou ? — C .
 R — Cruz de Cristo, cantonada pela data.
 P2.02 — 1688 Diu (21,36/21,30) g

A — Armas coroadas de Portugal. G — A .
 R — Cruz de Cristo, cantonada pela data.
 P2.03 — 1700 Goa 21,00 g

A — Armas coroadas de Portugal (cunho bárbaro).
 R — Cruz de S. Jorge, com cravos.
 P2.04 — s/d Diu 21,52 g

Xerafim

A — Armas coroadas de Portugal. G — A .
 R — Cruz de Cristo, cantonada pela data.
 P2.05 — 1686 Goa (10,60/10,57) g
 P2.06 — 1687 Goa (10,65/10,03) g
 P2.07 — 1688 Goa x g
 P2.08 — 1689 Goa x g
 P2.09 — 1700 Goa (10,40/10,36) g

A — Armas coroadas de Portugal. D — O .
 R — Cruz de Cristo, cantonada pela data.
 P2.10 — 1686 Diu 10,60 g
 P2.11 — 1688 Diu (10,50/10,48) g
 P2.12 — 1691 Diu 10,57 g
 P2.13 — 1692 Diu x g
 P2.14 — 1693 Diu x g
 P2.15 — 1694 Diu x g
 P2.16 — 1696 Diu x g
 P2.17 — 1699 Diu (10,70/10,66) g
 P2.18 — 1700 Diu x g
 P2.19 — 1706 Diu (10,63/10,60) g

A — Armas coroadas de Portugal (cunho bárbaro).
 R — Cruz de S. Jorge, com cravos.
 P2.20 — s/d Diu (11,55/11,03) g

Meio xerafim

A — Armas coroadas de Portugal. G — A (cunho bárbaro).

R — Cruz de S. Jorge, com cravos, cantonada pela data.

P2.21 — 1684	Goa para Diu	(5,20/4,50) g
P2.22 — 1685	Goa para Diu	5,65 g
P2.23 — 1686	Goa para Diu	(4,85/4,45) g
P2.24 — 1688 (1)	Goa para Diu	(4,60/4,58) g
P2.25 — 1689	Goa para Diu	x g
P2.26 — 1690	Goa para Diu	(4,85/4,73) g
P2.27 — 1693	Goa para Diu	x g
P2.28 — 1694	Goa para Diu	3,26 g
P2.29 — 1699	Goa para Diu	(5,10/5,02) g

A — Armas coroadas de Portugal. G — (A?)

R — Cruz de Cristo, cantonada pela data.

P2.30 — 1700	Goa	5,4 g
--------------	-----	-------

A — Armas coroadas de Portugal (cunho bárbaro).

R — Cruz de S. Jorge, com cravos.

P2.31 — s/d	Diu	5,65 g
-------------	-----	--------

Tanga

A — Armas coroadas de Portugal. G — A.

R — Cruz de Cristo, cantonada pela data.

P2.32 — 1684	Goa	x g
P2.33 — 1686	Goa	3,30 g
P2.34 — 1687	Goa	x g
P2.35 — 1688	Goa	2,45 g
P2.36 — 1691	Goa	2,00 g
P2.37 — 1692	Goa	(2,00/1,84) g

A — Armas coroadas de Portugal (cunho bárbaro).

R — Cruz de S. Jorge, com cravos.

P2.38 — s/d	Diu	2,90 g
-------------	-----	--------

Meia tanga

A — Armas coroadas de Portugal. G — A.

R — Cruz de Cristo, cantonada pela data.

P2.39 — 1691	Goa	0,95 g
--------------	-----	--------

(1) Há exemplares recunhados sobre «mahamudes» e «abacins» (moedas persas), pesando entre 3,40 e 3,23 g.

D. JOÃO V

(Reinou na Metrópole desde 9 de Dezembro de 1706 até 31 de Julho de 1750)

(Aclamado em Goa em Outubro (?) de 1707)

Xerafim

A — Armas coroadas de Portugal. D — O .

R — Cruz de Cristo, cantonada pela data.

J5.01 — 1710	Diu	(10,50/10,35) g
J5.02 — 1711	Diu	(10,60/10,57) g
J5.03 — 1713	Diu	(10,65/10,53) g
J5.04 — 1716	Diu	10,30 g
J5.05 — 1719	Diu	10,40 g
J5.06 — 1725	Diu	x g

Rupia

A — Busto laureado, à direita. Legenda. Data.

R — Armas coroadas de Portugal, sem ornatos. G — A . 600 .

J5.07 — 1720	Goa	11,71 g
J5.08 — 1726	Goa.	(11,86/10,40) g

A — Busto laureado, à direita. Legenda. Data.

R — Armas coroadas de Portugal, com ornatos.

J5.09 — 1728	Goa	(11,89/11,71) g
--------------	-----	-----------------

A — Busto laureado, à direita. Legenda. Data.

R — Armas coroadas de Portugal, sem ornatos.

J5.10 — 1729	?	11,70 g
--------------	---	---------

A — Armas coroadas de Portugal. D — O . (cunho bárbaro).

R. — Cruz de S. Tomé, cantonada pela data.

J5.11 — 1729	Diu	(11,90/11,35) g
--------------	-----	-----------------

A — Busto laureado, à direita. Legenda. Data.

R — Armas coroadas de Portugal.

J5.12 — 1730	Goa	(11,80/11,46) g
--------------	-----	-----------------

A — Armas coroadas de Portugal. D — O .

R — Cruz de S. Tomé. Data.

J5.13 — 1731	Diu	11,35 g
--------------	-----	---------

Rupia (continuação)

A — Busto laureado, à direita. Legenda. Data.

R — Armas coroadas de Portugal, com ornatos.

J5.14 — 1732	Goa	11,77 g
J5.15 — 1733	Goa	(11,84/11,80) g
J5.16 — 1734	Goa	x g
J5.17 — 1735	Goa	11,70 g

A — Armas coroadas de Portugal. G — A.

R — Cruz de Cristo, cantonada pela data. Legenda.

J5.18 — 1735	Goa (para Moçambique)	11,70 g
--------------	-----------------------	---------

A — Armas coroadas de Portugal. D — O.

R — Cruz de S. Tomé. Data.

J5.19 — 1736	Diu	11,35 g
J5.20 — 1737	Diu	(11,70/11,50) g

A — Armas coroadas de Portugal.

R — Cruz de Cristo, cantonada pela data. Legenda.

J5.21 — 1737	Diu	x g
--------------	-----	-----

A — Armas coroadas de Portugal. D — O.

R — Cruz de S. Tomé. Data.

J5.22 — 1738	Diu	(11,75/11,71) g
--------------	-----	-----------------

A — Armas coroadas de Portugal.

R — Cruz de Cristo, cantonada pela data.

J5.23 — 1740	Diu	x g
--------------	-----	-----

A — Busto laureado, à direita. Legenda. Data.

R — Armas coroadas de Portugal, com ornatos.

J5.24 — 1740	Goa	(11,81/11,50) g
--------------	-----	-----------------

A — Armas coroadas de Portugal.

R — Cruz de S. Jorge, com cravos, cantonada pela data.

J5.25 — 1741	Diu	(11,80/11,00) g
--------------	-----	-----------------

A — Busto laureado, à direita. Legenda. Data.

R — Armas coroadas de Portugal, com ornatos.

J5.26 — 1741	Goa	x g
J5.27 — 1742	Goa	11,86 g
J5.28 — 1743	Goa	(11,85/11,65) g
J5.29 — 1744	Goa	11,70 g

Rupia (continuação)

A — Armas coroadas de Portugal.

R — Cruz de S. Jorge, com cravos, cantonada pela data.

J5.30 — 1744 Diu (11,75/11,70) g

A — Busto laureado, à direita. Legenda. Data.

R — Armas coroadas de Portugal, com ornatos.

J5.31 — 1745 Goa (11,95/11,83) g

J5.32 — 1746 Goa 11,83 g

J5.33 — 1747 Goa (11,88/11,73) g

J5.34 — 1748 Goa (11,82/11,35) g

J5.35 — 1749 Goa (11,87/11,25) g

A — Armas coroadas, de Portugal.

R — Cruz de S. Jorge, com cravos, cantonada pela data.

J5.36 — 1747 Diu x g

J5.37 — 1749 Diu (10,93/10,65) g

J5.38 — 1750 (17S0) Diu (11,82/11,70) g

A — Busto laureado, à direita. Legenda. Data.

R — Armas coroadas de Portugal, com ornatos.

J5.39 — 1750 (17S0) Goa (11,95/11,85) g

J5.40 — 1751 (17S1) Goa 11,86 g

J5.41 — 1752 (17S2) Goa 11,81 g

A — Busto laureado, à direita. Legenda.

R — Armas coroadas de Portugal. 600 (à esquerda)

J5.42 — s/d (11,85/11,80) g

Pardau ou Meia Rupia

A — Busto laureado, à direita. Legenda. Data.

R — Armas coroadas de Portugal. G — A ou GA

J5.43 — 1726 Goa (5,85/5,60) g

J5.44 — 1727 Goa 5,58 g

J5.45 — 1728 Goa 5,80 g

J5.46 — 1729 Goa (5,88/5,70) g

A — Armas coroadas de Portugal. D — O. (cunho bárbaro)

R — Cruz de S. Tomé, cantonada pela data.

J5.47 — 1729 Diu (5,70/5,68) g

Pardau ou Meia Rupia (continuação)

A — Busto laureado, à direita. Legenda. Data.

R — Armas coroadas de Portugal, com ornatos.

J5.48 — 1730	Goa	(5,88/5,63) g
J5.49 — 1732	Goa	x g
J5.50 — 1733	Goa	5,79 g
J5.51 — 1737	Goa	(5,86/5,38) g
J5.52 — 1739	Goa	5,70 g
J5.53 — 1740	Goa	(5,79/5,70) g
J5.54 — 1741	Goa	5,84 g
J5.55 — 1742	Goa	5,92 g
J5.56 — 1744	Goa	(5,88/5,83) g
J5.57 — 1745	Goa	(5,95/5,85) g
J5.58 — 1746	Goa	x g
J5.59 — 1747	Goa	5,94 g
J5.60 — 1748	Goa	(6,00/5,84) g
J5.61 — 1749	Goa	5,63 g
J5.62 — 1750	Goa	5,58 g
J5.63 — 1751	Goa	(5,84/5,58) g

A — Busto laureado, à direita.

R — Armas coroadas de Portugal.

J5.64 — s/d	Goa	300 GA	5,90 g
-------------	-----	--------	--------

Cruzado

A — Armas coroadas de Portugal G — A.

R — Cruz de Cristo, cantonada pela data. Legenda.

J5.65 — 1735	Goa (para Moçambique)	5,80 g
--------------	-----------------------	--------

Meio Pardau ou ¼ de Rupia (ou Meio Xerafim)

A — Busto laureado, à direita. Legenda. Data.

R — Armas coroadas de Portugal.

J5.66 — 1720 (?)	Goa	2,99 g
------------------	-----	--------

A — Busto laureado, à direita. Data.

R — Armas coroadas de Portugal, sem ornatos. G — A.

J5.67 — 1726	Goa (meio xerafim)	(2,99/2,85) g
J5.68 — 1727	Goa	(3,00/2,80) g
J5.69 — 1728	Goa	2,94 g

Meio Pardau (continuação)

A — Busto laureado, à direita.	Legenda.	Data.	
R — Armas coroadas de Portugal, com ornatos.			G — A.
J5.70 — 1728	Goa (meio xerafim)	2,91 g	
J5.71 — 1729	Goa	2,90 g	
J5.72 — 1731	Goa	(2,93/2,85)	g
J5.73 — 1732	Goa (meio xerafim)	(2,91/2,84)	g
J5.74 — 1734	Goa (meio xerafim)	(2,91/2,79)	g
J5.75 — 1735	Goa	2,94 g	
J5.76 — 1738	Goa (meio xerafim)	(2,94/2,60)	g
J5.77 — 1739	Goa	x g	
J5.78 — 1740	Goa (meio xerafim)	2,74 g	
J5.79 — 1741	Goa (meio xerafim)	(2,99/2,74)	g
J5.80 — 1742	Goa	(2,90/2,89)	g
J5.81 — 1743	Goa (meio xerafim)	(2,94/2,93)	g
J5.82 — 1744	Goa (meio xerafim)	(2,99/2,95)	g
J5.83 — 1745	Goa (meio xerafim)	(2,99/2,94)	g
J5.84 — 1746	Goa (meio xerafim)	(3,10/2,86)	g
J5.85 — 1747	Goa	(3,04/2,95)	g
J5.86 — 1748	Goa (meio xerafim)	2,84 g	
J5.87 — 1749	Goa	2,99 g	
J5.88 — 1750	Goa (meio xerafim)	(2,88/2,74)	g

Meio Cruzado

A — Armas coroadas de Portugal.	G — A.
R — Cruz de Cristo, cantonada pela data.	Legenda.
J5.89 — 1735	Goa (para Moçambique) 2,90 g

Meio Xerafim ⁽¹⁾

A — Armas coroadas de Portugal (cunho bárbaro).	
R — Cruz de Cristo, cantonada pela data.	
J5.90 — 1726	Diu (2,70/2,59) g
A — Armas coroadas de Portugal (cunho bárbaro).	
R — Cruz de S. Jorge, com cravos, cantonada pela data.	
J5.91 — 1741	Diu (2,90/2,74) g
J5.92 — 1744	Diu 2,97 g
J5.93 — 1749	Diu 2,92 g

(¹) A partir de 1726 o xerafim foi substituído pela rupia. Conservamos, porém a designação «meio xerafim» para as moedas cunhadas em Diu.

Tanga

A — Armas coroadas de Portugal. G — A .		
R — Cruz de Cristo, cantonada pela data.		
J5.94 — 1713	Goa	1,20 g
A — Duas palmas cruzadas, coroa real. Data.		
R — Coroa de louro. 60 .		
J5.95 — 1726	Goa	(1,16/1,00) g
A — Armas coroadas de Portugal.		
R — Cruz de Cristo, cantonada pela data.		
J5.96 — 1726	Diu	1,50 g
A — Duas palmas cruzadas, coroa real. Data.		
R — Coroa de louro. 60 .		
J5.97 — 1727	Goa	(1,18/1,05) g
A — Coroa de louro. 60 .		
R — Cruz de Cristo, cantonada pela data.		
J5.98 — 1733	Goa	(1,35/1,10) g
A — Armas coroadas de Portugal.		
R — Cruz de Cristo, cantonada pela data.		
J5.99 — 1733	Goa	(1,17/1,15) g
A — Armas coroadas de Portugal. G — A .		
R — Cruz de Cristo, cantonada pela data.		
J5.100 — 1738	Goa	x g
A — Grande coroa real. 60 .		
R — Cruz de Cristo, cantonada por 4 estrelas.		
J5.101 — s/d	Goa	x g
A — Busto laureado, à direita. Data .		
R — Coroa real. 60 .		
J5.102 — 1741	Goa	(1,20/1,05) g
J5.103 — 1743	Goa	x g
J5.104 — 1744	Goa	(1,29/1,13) g
J5.105 — 1745	Goa	(1,20/1,18) g
J5.106 — 1746	Goa	1,20 g
J5.107 — 1747	Goa	(1,20/1,19) g
J5.108 — 1748	Goa	(1,19/1,12) g
J5.109 — 1749	Goa	(1,30/1,11) g
J5.110 — 1750	Goa	1,16 g

Tanga (continuação)

A — Busto entre palmas.
 R — Coroa real. 60.
 J5.111 — 1751 Goa (1,19/1,07) g

A — Busto laureado, à direita.
 R — Coroa real. 60. Goa
 J5.112 — s/d Goa 1,20 g

Meia Tanga

A — Duas palmas cruzadas, coroa real. Data.
 R — Coroa de louro. 30.
 J5.113 — 1726 Goa (0,57/0,53) g
 J5.114 — 1727 Goa x g

A — Busto laureado, à direita, com palmas.
 R — Coroa real. 30.
 J5.115 — 1740 Goa x g
 J5.116 — 1741 Goa x g
 J5.117 — 1743 Goa x g

A — Busto laureado, à direita. Data.
 R — Coroa real larga. 30.
 J5.118 — 1744 Goa x g
 J5.119 — 1745 Goa x g
 J5.120 — 1747 Goa x g
 J5.121 — 1748 Goa x g
 J5.122 — 1749 Goa x g
 J5.123 — 1750 Goa 0,55 g

A — Busto entre palmas. Data.
 R — Coroa real. 30.
 J5.124 — 1751 Goa (0,60/0,59) g

A — Busto laureado, à direita.
 R — Coroa de louro. 30.
 J5.125 — s/d Goa (0,71/0,60) g

D. JOSÉ I

(Reinou na Metrópole desde 31 de Julho de 1750 a 24 de Fevereiro de 1777)

(Aclamado em Goa a 1 de Dezembro de 1751)

Rupia

A — Busto laureado, à direita. Legenda. Data.

R — Armas coroadas de Portugal, ornamentadas.

Jo.01 — 1751	Goa	x g
Jo.02 — 1752	Goa	(11,97/11,80) g
Jo.03 — 1753	Goa	11,87 g
Jo.04 — 1755	Goa	(11,95/11,78) g
Jo.05 — 1757	Goa	x g
Jo.06 — 1762	Goa	11,87 g

A — Armas coroadas de Portugal. (cunho bárbaro)

R — Cruz de S. Jorge, com cravos, cantonada pela data.

Jo.07 — 1764	Diu	x g
Jo.08 — 1765	Diu	11,90 g
Jo.09 — 1766	Diu	(11,90/11,82) g
Jo.10 — 1771	Diu	(11,90/11,36) g

A — Busto laureado, à direita. RVPIA Data.

R — Armas coroadas de Portugal, ornamentadas.

Jo.11 — 1775	Goa	(10,75/10,63) g
Jo.12 — 1776	Goa	(10,80/10,64) g
Jo.13 — 1777	Goa	(10,76/10,64) g
Jo.14 — 1778	Goa	(10,86/10,64) g
Jo.15 — 1780	Goa	10,72 g
Jo.16 — 1781	Goa	(10,79/10,63) g

Meia Rupia

A — Busto laureado, à direita. Legenda. Data.

R — Armas coroadas de Portugal, ornamentadas.

Jo.17 — 1751	Goa	(5,63/5,60) g
Jo.18 — 1753	Goa	5,91 g
Jo.19 — 1754	Goa	5,94 g
Jo.20 — 1755	Goa	5,83 g
Jo.21 — 1756	Goa	(5,88/5,63) g
Jo.22 — 1761	Goa	(5,96/5,83) g
Jo.23 — 1762	Goa	(5,95/5,88) g
Jo.24 — 1764	Diu	5,93 g
Jo.25 — 1765	Diu	5,87 g

Pardau

A — Busto laureado, à direita.	PARDAO	Data.
R — Armas coroadas de Portugal, ornamentadas.		
Jo.26 — 1770	Goa	x g
Jo.27 — 1775	Goa	(5,40/5,00) g
Jo.28 — 1776	Goa	(6,69 ?/4,88) g
Jo.29 — 1778	Goa	(5,33/5,27) g
Jo.30 — 1779	Goa	5,43 g
Jo.31 — 1780	Goa	(5,45/5,31) g

Meio Pardau

A — Busto laureado, à direita.	Legenda.	Data.
R — Armas coroadas de Portugal, ornamentadas.		
Jo.32 — 1752	Goa	2,82 g
Jo.33 — 1753	Goa	(2,95/2,87) g
Jo.34 — 1754	Goa	x g
Jo.35 — 1755	Goa	(2,99/2,89) g
Jo.36 — 1761	Goa	(2,99/2,44) g
Jo.37 — 1762	Goa	2,44 g
Jo.38 — 1763	Goa	2,84 g
Jo.39 — 1764	Goa	(2,93/2,84) g
Jo.40 — 1766	Goa	(2,99/2,89) g
Jo.41 — 1775	Goa (Meio Pardao)	(2,89/2,67) g
Jo.42 — 1776	Goa (Meio Pardao)	2,51 g
Jo.43 — 1777	Goa (Meio Pardao)	(2,69/2,66) g
Jo.44 — 1780	Goa	(2,65/2,61) g

Tanga

A — Busto laureado, à direita, entre duas palmas cruzadas.	Data.
R — Coroa real. Duas palmas cruzadas.	60.
Jo.45 — 1751	Goa (1,20/1,15) g
Jo.46 — 1754	Goa (1,18/1,00) g
Jo.47 — 1755	Goa 1,16 g
Jo.48 — 1756	Goa (1,18/1,05) g
A — Busto laureado, entre palmas.	Data.
R — Armas coroadas de Portugal, ornamentadas.	
Jo.49 — 1756	Goa 1,16 g

Tanga (continuação)

A — Busto laureado, à direita, entre duas palmas cruzadas.	Data.
R — Coroa real. Duas palmas cruzadas.	60 .
Jo.50 — 1760	Goa (1,20/1,17) g
Jo.51 — 1766	Goa x g
Jo.52 — 1771	Goa x g
A — Busto laureado, à direita, com ou sem palmas cruzadas.	
R — Coroa real. Duas palmas cruzadas.	60 .
Jo.53 — s/d	Goa 1,18 g
A — Busto laureado, à direita, entre duas palmas.	
R — Armas coroadas de Portugal, ornamentadas.	
Jo.54 — s/d	Goa 1,15 g
A — Coroa real.	60 .
R — Cruz de Cristo, cantonada por 4 estrelas ou cruces.	
Jo.55 — s/d	Goa (1,18/1,05) g
A — Coroa real.	60 .
R — Cruz de Cristo, cantonada por grupos de 5 pontos.	
Jo.56 — s/d	Goa 1,18 g
A — Armas coroadas de Portugal.	
R — Cruz de Cristo, cantonada por 4 estrelas ou pontos.	
Jo.57 — s/d	Goa (1,17/1,00) g

Meia Tanga

A — Busto à direita, entre duas palmas cruzadas ou sem palmas.	Data.
R — Coroa real. Duas palmas ou sem palmas.	30 .
Jo.58 — 1751	Goa (0,59/0,50) g
Jo.59 — 1754	Goa 0,45 g
Jo.60 — 1755	Goa x g
Jo.61 — 1756	Goa 0,50 g
Jo.62 — 1761	Goa (0,58/0,57) g
Jo.63 — 1764	Goa (0,59/0,58) g
Jo.64 — 1775	Goa x g
A — Busto à direita, entre palmas ou sem elas.	
R — Coroa real.	30 .
Jo.65 — s/d	Goa (0,55/0,45) g
A — Busto à direita.	Data.
R — Coroa real.	30 .
Jo.66 — 1761	Goa 0,57 g

D. MARIA I

(Reinou na Metrópole desde 24 de Fevereiro de 1777 a 15 de Julho de 1799)

(Aclamada em Goa a 25 de Fevereiro de 1778)

(D. MARIA I e D. PEDRO III)

Rupia

- A — Busto da rainha, à direita. RVPIA. Data.
- R — Armas coroadas de Portugal, ornamentadas.
- | | | |
|--------------|-----|-----------------|
| MP.01 — 1778 | Goa | (10,74/10,67) g |
| MP.02 — 1780 | Goa | (10,68/10,65) g |
| MP.03 — 1781 | Goa | (10,80/10,65) g |
| MP.04 — 1782 | Goa | 10,80 g |
- A — Bustos laureados do casal régio, à direita. DIO RVPIA. Data.
- R — Armas coroadas de Portugal, ornamentadas (tipo Luís XV).
- | | | |
|--------------|-----|-----------------|
| MP.05 — 1781 | Diu | (10,76/10,46) g |
|--------------|-----|-----------------|
- A — Bustos laureados do casal régio, à direita. GOA RVPIA. Data.
- R — Armas coroadas de Portugal, ornamentadas.
- | | | |
|--------------|-----|---------|
| MP.06 — 1782 | Goa | 10,67 g |
|--------------|-----|---------|
- A — Bustos laureados do casal régio, à direita. GOA RVPIA. Data.
- R — Armas coroadas de Portugal, ornamentadas (tipo Luís XV).
- | | | |
|--------------|-----|-----------------|
| MP.07 — 1782 | Goa | (10,80/10,16) g |
| MP.08 — 1783 | Goa | (10,81/10,26) g |
| MP.09 — 1784 | Goa | (10,77/10,16) g |
| MP.10 — 1785 | Goa | (10,80/10,55) g |
| MP.11 — 1786 | Goa | (10,88/10,46) g |
| MP.12 — 1787 | Goa | (10,75/10,46) g |

Pardau

- A — Busto da rainha, à direita. PARDAO. Data.
- R — Armas coroadas de Portugal, ornamentadas.
- | | | |
|--------------|-----|---------------|
| MP.13 — 1779 | Goa | (5,39/5,27) g |
| MP.14 — 1780 | Goa | (5,36/4,88) g |
| MP.15 — 1781 | Goa | (5,31/5,08) g |
- A — Bustos laureados do casal régio, à direita. GOA PARDAO. Data.
- R — Armas coroadas de Portugal, ornamentadas.
- | | | |
|--------------|-----|--------|
| MP.16 — 1782 | Goa | 5,32 g |
|--------------|-----|--------|

Pardau (continuação)

A — Bustos laureados do casal régio, à direita. GOA PARDAO . Data.

R — Armas coroadas de Portugal, ornamentadas (tipo Luís XV).

MP.17 — 1782	Goa	(5,38/5,23) g
MP.18 — 1783	Goa	(5,43/5,23) g
MP.19 — 1784	Goa	(5,38/5,32) g
MP.20 — 1785	Goa	(5,33/5,25) g
MP.21 — 1786	Goa	(5,44/5,23) g
MP.22 — 1787	Goa	(5,35/5,18) g

Meio Pardau

A — Busto da rainha, à direita. MEIO PARDAO. Data.

R — Armas de Portugal, ornamentadas.

MP.23 — 1780	Goa	(2,67/2,44) g
MP.24 — 1781	Goa	(2,75/2,39) g
MP.25 — 1782	Goa	(2,69/2,62) g

A — Busto laureado da rainha, à direita. GOA — 150 REIS . Data.

R — Armas coroadas de Portugal, ornamentadas.

MP.26 — 1782	Goa	(2,68/2,61) g
MP.27 — 1784	Goa	x g

A — Bustos laureados do casal régio, à direita. GOA — 150 R. Data.

R — Armas coroadas de Portugal, ornamentadas (tipo Luís XV).

MP.28 — 1781	Goa	2,64 g
MP.29 — 1782	Goa	(2,71/2,61) g
MP.30 — 1783	Goa	2,69 g
MP.31 — 1784	Goa	(2,74/2,54) g
MP.32 — 1785	Goa	(2,67/2,63) g
MP.33 — 1786	Goa	(2,74/2,58) g
MP.34 — 1787	Goa	x g

Tanga

A — Bustos laureados do casal régio, à direita. 60 R. Data.

R — Armas coroadas de Portugal, ornamentadas (tipo Luís XV).

MP.35 — 1784	Goa	1,10 g
MP.36 — 1785	Goa	(1,08/1,05) g
MP.37 — 1786	Goa	0,90 g

Meia Tanga

- A — Bustos laureados do casal régio, à direita. 30 R. Data.
 R — Armas coroadas de Portugal, ornamentadas (tipo Luís XV).
 MP.38 — 1784 Goa 0,55 g

(D. MARIA I)

Rupia

(Viuva)

- A — Busto da rainha, à direita, com véu de viuva. GOA — RVPIA .
 Data.
 R — Armas coroadas de Portugal, ornamentadas (tipo Luís XV).
 Ml.38 — 1787 Goa (10,83/10,46) g
 Ml.39 — 1788 Goa (10,76/10,74) g
 Ml.40 — 1789 Goa 10,72 g
 Ml.41 — 1790 Goa 10,74 g
 Ml.42 — 1791 Goa (10,80/10,66) g
 Ml.43 — 1792 Goa (10,83/10,70) g
 Ml.44 — 1793 Goa (10,81/10,62) g
 Ml.45 — 1794 Goa x g
 Ml.46 — 1795 Goa (10,67/10,65) g

A — Busto da rainha, à direita, toucado de viuva ou coifa de rede,
 com fitas e pérolas. GOA — RVPIA. Data.

- R — Armas coroadas de Portugal, ornamentadas (tipo Luís XV).
 Ml.47 — 1796 Goa (10,76/10,64) g
 Ml.48 — 1797 Goa (10,92/10,82) g
 Ml.49 — 1798 ⁽¹⁾ Goa (10,93/10,46) g

Início da regência «de facto», do príncipe D. João

- Ml.50 — 1799 Goa (10,96/10,36) g
 Ml.51 — 1800 ⁽¹⁾ Goa (10,96/10,58) g
 Ml.52 — 1801 Goa (10,89/10,68) g
 Ml.53 — 1802 Goa (10,97/10,76) g
 Ml.54 — 1803 Goa (10,95/10,83) g
 Ml.55 — 1804 ⁽¹⁾ Goa (10,90/10,72) g
 Ml.56 — 1805 Goa (10,93/10,76) g
 Ml.57 — 1806 Goa (11,02/10,72) g

⁽¹⁾ Também há exemplares com GDA em vez de GOA.

Rupia (continuação)

A — Busto laureado do príncipe, à direita.

R — Armas coroadas de Portugal, ornamentadas (tipo Luís XV).

Ml.58 — 1807 Goa 10,89 g

A — Armas coroadas de Portugal, ornamentadas (tipo Luís XV).

R — Cruz de S. Tomé, cantonada pela data. 600. DIO.

Ml.59 — 1806 Diu (7,54/7,26) g

Pardau (ou $\frac{1}{2}$ *Rupia*)A — Busto da rainha, à direita, com véu de viuva. GOA — PARDAO.
Data.

R — Armas coroadas de Portugal, ornamentadas (tipo Luís XV).

Ml.60 — 1787 Goa (5,42/5,29) g

Ml.61 — 1789 Goa 5,36 g

Ml.62 — 1791 Goa (5,37/5,23) g

Ml.63 — 1792 Goa (5,45/5,35) g

Ml.64 — 1793 Goa (5,37/5,29) g

A — Busto da rainha, à direita, com toucado de viuva ou coifa de rede, com fitas e pérolas. GOA — PARDAO.

R — Armas coroadas de Portugal, ornamentadas (tipo Luís XV).

Ml.65 — 1796 Goa 5,32 g

Ml.66 — 1797 Goa (5,46/5,33) g

Ml.67 — 1798 Goa (5,48/5,29) g

Início da regência «de facto» do príncipe D. João

Ml.68 — 1799 Goa (5,44/5,31) g

Ml.69 — 1800 ⁽¹⁾ Goa (5,95/5,37) g

Ml.70 — 1801 Goa (5,45/5,34) g

Ml.71 — 1802 Goa (5,47/5,30) g

Ml.72 — 1803 Goa (5,49/5,48) g

Ml.73 — 1804 ⁽¹⁾ Goa (5,53/5,41) g

Ml.74 — 1805 Goa (5,58/5,42) g

Ml.75 — 1806 Goa (5,36/5,18) g

Ml.76 — 1807 Goa 5,33 g

Ml.77 — 1808 Goa x g

(¹) Também há exemplares com DGOA.

Pardau (ou $\frac{1}{2}$ *Rupia*) (continuação)

A — Busto da rainha, à direita, com toucado com muitas fitas. GOA.

R — Armas coroadas de Portugal, com escudo ligeiramente oval.

MI.78 — s/d Goa 5,09 g

A — Armas coroadas de Portugal, ornamentadas (tipo Luís XV).

R — Cruz de S. Tomé. DIO. 300. Data.

MI.79 — 1806 Diu (3,74/3,71) g

Meio Pardau (ou $\frac{1}{4}$ *Rupia*)

A — Busto da rainha, à direita, com véu de viuva. GOA — 150 R
Data.

R — Armas coroadas de Portugal, ornamentadas (tipo Luís XV).

MI.80 — 1787 Goa (2,70/2,67) g

MI.81 — 1788 Goa 2,68 g

MI.82 — 1790 Goa (2,71/2,64) g

MI.83 — 1791 Goa 2,59 g

MI.84 — 1793 Goa (2,71/2,66) g

MI.85 — 1794 Goa (2,70/2,68) g

A — Busto da rainha, à direita com toucado de viuva ou coifa de renda engrinaldada. GOA — 150R .

R — Armas coroadas de Portugal, ornamentadas (tipo Luís XV).

MI.86 — 1796 Goa 2,65 g

MI.87 — 1797 Goa (2,68/2,67) g

MI.88 — 1798 Goa (2,69/2,67) g

Início da regência «de facto» do príncipe D. João

MI.89 — 1799 ⁽¹⁾ Goa (2,75/2,69) g

MI.90 — 1800 ⁽¹⁾ Goa 2,73 g

MI.91 — 1801 ⁽¹⁾ Goa 2,71 g

MI.92 — 1802 ⁽¹⁾ Goa (2,73/2,72) g

MI.93 — 1803 ⁽¹⁾ Goa (2,76/2,65) g

MI.94 — 1804 Goa 2,77 g

MI.95 — 1806 ⁽¹⁾ Goa (2,72/1,87) g

MI.96 — 1807 Goa x g

A — Armas coroadas de Portugal, ornamentadas (tipo Luís XV).

R — Cruz de S. Tomé. DIO. 150. Data.

MI.97 — 1806 Diu (1,90/1,85) g

(¹) 150 RES em vez de 150 R.

Tanga

A — Busto da rainha, à direita, com toucado de viuva ou coifa de renda engrinaldada. GOA. 60 R. Data.

R — Armas coroadas de Portugal, ornamentadas (tipo Luís XV).

MI. 98 — 1788	Goa	1,00 g
MI. 99 — 1789	Goa	x g
MI.100 — 1796	Goa	1,50 g
MI.101 — 1800	Goa	1,07 g
MI.102 — 1801	Goa	(1,12/1,05) g
MI.103 — 1802	Goa	1,11 g
MI.104 — 1803	Goa	(1,13/1,05) g

A — Busto da rainha, à direita, com véu de viuva. GOA. 60 R. Data.

R — Armas coroadas de Portugal, ornamentadas (tipo Luís XV).

MI.105 — s/d	Goa	0,90 g
--------------	-----	--------

Meia Tanga

A — Busto da rainha, à direita, com véu de viuva. 30 R.

R — Armas coroadas de Portugal, ornamentadas.

MI.106 — s/d	Goa	(0,55/0,45) g
--------------	-----	---------------

D. JOÃO REGENTE

(Regente na Metrópole desde 15 de Julho de 1799 a 20 de Março de 1816)

(Proclamado em Goa em dia e mês ignorados do ano de 1807)

Rupia

A — Busto laureado do regente, à direita. DGOA — RVPIA. Data.

R — Armas coroadas de Portugal, com escudo oval, ornamentadas.

JR.01 — 1807 ⁽¹⁾	Goa	(10,96/10,65) g
JR.02 — 1808	Goa	(10,87/10,69) g
JR.03 — 1809	Goa	(11,03/10,80) g
JR.04 — 1810	Goa	10,60 g
JR.05 — 1811	Goa	(10,93/9,44) g
JR.06 — 1812	Goa	(11,04/10,85) g
JR.07 — 1813	Goa	10,90 g
JR.08 — 1814	Goa	(11,08/10,73) g
JR.09 — 1815	Goa	(10,91/10,82) g
JR.10 — 1816	Goa (GOA)	(10,97/10,85) g
JR.11 — 1817	Goa (GOA)	(10,98/10,78) g

(¹) Encontram-se também exemplares com o escudo tipo Luís XV e GOA.

*Pardau*

A — Busto laureado do regente, à direita. DGOA — PARDAO.
Data.

R — Armas coroadas de Portugal, com escudo oval, ornamentadas.

JR.12 — 1808	Goa	(5,87/5,29) g
JR.13 — 1809	Goa	(5,46/5,39) g
JR.14 — 1810	Goa	5,38 g
JR.15 — 1811	Goa	(5,55/5,48) g
JR.16 — 1815	Goa	(5,60/5,43) g
JR.17 — 1816	Goa	x g
JR.18 — 1817	Goa (GOA)	(5,59/5,31) g
JR.19 — 1818	Goa (GOA)	(5,96/5,35) g

A — Busto laureado do regente, à direita. GOA — PARDAO .

R — Armas coroadas de Portugal, com escudo oval, ornamentadas.

JR.20 — s/d	Goa	x g
-------------	-----	-----

Meio Pardau ou Meio Xerafim

A — Busto laureado do regente, à direita. GOA — 150 R. Data.

R — Armas coroadas de Portugal, com escudo oval, ornamentadas.

JR.21 — 1807	Goa	x g
JR.22 — 1812	Goa	x g
JR.23 — 1814	Goa	x g
JR.24 — 1817	Goa	x g
JR.25 — 1818	Goa	(2,74/2,71) g
JR.26 — 1819	Goa	(2,74/2,69) g

A — Busto laureado do regente, à direita. GOA — MEI X. Data.

R — Armas coroadas de Portugal, com escudo oval, ornamentadas.

JR.27 — 1818	Goa	2,74 g
--------------	-----	--------

D. JOÃO VI

(Reinou na Metrópole desde 20 de Março de 1816 a 10 de Março de 1826)

(Em Goa desde 1818/1819 a 18 de Outubro de 1827)

Rupia

A — Busto laureado do rei, à direita. GOA — RVPIA. Data.

R — Armas do reino unido de Portugal e Brasil, ornamentadas.

J6.01 — 1818	Goa	(10,89/10,71) g
J6.02 — 1819	Goa	(10,92/10,70) g

Rupia (continuação)

J6.03 — 1820	Goa	(10,82/10,76) g
J6.04 — 1821	Goa	10,79 g
J6.05 — 1822	Goa	(10,90/10,75) g
J6.06 — 1823	Goa	(10,86/10,82) g
J6.07 — 1824	Goa	(10,90/10,77) g
J6.08 — 1825	Goa	(10,95/10,77) g
J6.09 — 1826	Goa	(10,88/10,80) g
J6.10 — 1827	Goa	x g

Pardau

A — Busto laureado do rei, à direita. GOA — PARDÃO. Data.

R — Armas do reino unido de Portugal e Brasil, ornamentadas.

J6.11 — 1818	Goa	(5,40/5,32) g
J6.12 — 1819	Goa	(5,44/5,40) g
J6.13 — 1820	Goa	(5,44/5,28) g
J6.14 — 1821	Goa	5,28 g
J6.15 — 1822	Goa	(5,46/5,45) g
J6.16 — 1823	Goa	(5,45/5,38) g
J6.17 — 1824	Goa	5,49 g
J6.18 — 1825	Goa	(5,49/5,33) g

Meio Pardau ou Meio Xerafim

A — Busto laureado do rei, à direita. GOA — MELX. Data.

R — Armas do reino unido de Portugal e Brasil, ornamentadas.

J6.19 — 1818	Goa	(2,74/2,71) g
J6.20 — 1819	Goa (MELX)	(2,71/2,64) g
J6.21 — 1820	Goa	(2,77/2,66) g
J6.22 — 1823	Goa	(2,75/2,67) g
J6.23 — 1824	Goa	x g
J6.24 — 1825	Goa	x g

Tanga

A — Busto laureado do rei, à direita. GOA — TANGA. Data.

R — Armas do reino unido de Portugal e Brasil, ornamentadas.

J6.25 — 1818	Goa	x g
J6.26 — 1819	Goa	(1,11/1,08) g
J6.27 — 1820	Goa	x g
J6.28 — 1823	Goa	1,11 g
J6.29 — 1824	Goa	x g

D. PEDRO IV

(Reinou na Metrópole desde 10 de Março de 1826 a 30 de Junho de 1828)

(Aclamado em Goa a 18 de Outubro de 1827)

*Rupia*A — Busto do rei, à direita. GOA — RVPIA. ou RVPIA Data.

R — Armas do reino unido de Portugal e Brasil, ornamentadas.

P4.01 — 1827 Goa (10,88/10,76) g

P4.02 — 1828 Goa (10,91/10,74) g

Pardau

A — Busto do rei, à direita. GOA — PARDAO. Data.

R — Armas do reino unido de Portugal e Brasil, ornamentadas.

P4.03 — 1827 Goa 5,38 g

A — Busto do rei, à direita. GOA — PARDAO.

R — Armas do reino unido de Portugal e Brasil, ornamentadas.

P4.04 — s/d Goa (5,49/5,43) g

D. MIGUEL

(Reinou na Metrópole desde 30 de Junho de 1828 a 26 de Maio de 1834)

(Aclamado em Goa a 1 de Dezembro de 1829).

Rupia

A — Busto laureado do rei, à direita, com manto. GOA — RVPIA. Data.

R — Armas do reino unido de Portugal e Brasil, ornamentadas.

Mi.01 — 1829 Goa 10,72 g

Mi.02 — 1830 Goa (11,01/10,85) g

Mi.03 — 1831 Goa (10,98/10,85) g

Mi.04 — 1833 Goa (10,94/10,85) g

Pardau

A — Busto laureado do rei, à direita. GOA — PARDAO. Data.

R — Armas do reino unido de Portugal e Brasil, ornamentadas.

Mi.05 — 1831 Goa (5,50/5,48) g

Mi.06 — 1833 Goa 5,53 g

Meio Pardau ou Meio Xerafim

A — Busto laureado do rei, à direita. GOA. MEI-X. Data.

R — Armas do reino unido de Portugal e Brasil, ornamentadas.

Mi.07 — 1831 Goa (2,78/2,69) g

D. MARIA II

(Reinou na Metrópole desde 20 de Setembro de 1834 a 15 de Novembro de 1853)

(Aclamada em Goa a 10 de Janeiro de 1834)

Rupia

- A — Armas coroadas de Portugal. RUPIA DE GOA .
- R — Coroa de louro e carvalho. 600 / R. Data. (*Ensaio*)
M2.01 — 1834 Goa (10,39/9,51) g
- A — Busto da rainha, à esquerda. RVPIA — DE — GOA . Data.
- R — Armas coroadas de Portugal, ladeadas por ramos de louro.
M2.02 — 1839 Goa (11,02/10,76) g
M2.03 — 1840 Goa (11,00/10,87) g
M2.04 — 1841 Goa (10,91/10,83) g
- A — Armas coroadas de Portugal, ornamentadas.
- R — Cruz de S. Tomé, cantonada pela data. 600 / R. DIO.
M2.05 — 1841 Diu (7,57/6,78) g
- A — Busto da rainha, à esquerda, com diadema. Legenda.
- R — Coroa de louro em volta de RUPIA .
M2.06 — 1845 Goa (10,95/10,80) g
M2.07 — 1846 Goa (11,04/10,92) g
M2.08 — 1847 Goa (11,05/10,84) g
M2.09 — 1848 Goa (10,97/10,88) g
M2.10 — 1849 Goa (11,02/10,91) g
- A — Busto da rainha, à esquerda, com diadema. Legenda.
- R — Armas coroadas de Portugal, ornamentadas. RUPIA DE GOA .
M2.11 — 1850 Goa (10,98/10,85) g
M2.12 — 1851 Goa (10,98/10,86) g

Pardau

- A — Busto da rainha, à esquerda. PARDAO-DE-GOA . Data.
- R — Armas coroadas de Portugal, ladeadas por ramos de louro.
M2.13 — 1839 Goa (5,54/5,38) g
M2.14 — 1840 Goa (5,79/5,45) g
M2.15 — 1841 Goa (5,67/5,41) g

Pardau (continuação)

A — Busto da rainha, à esquerda. Legenda. Data.

R — Coroa de louro em volta de PARDAO.

M2.16 — 1845	Goa	(5,98/5,32) g
M2.17 — 1846	Goa	(5,43/5,40) g
M2.18 — 1847	Goa	5,41 g
M2.19 — 1848	Goa	(5,48/5,42) g
M2.20 — 1849 (?)	Goa	x g

A — Busto da rainha, à esquerda. Legenda. Data.

R — Armas coroadas de Portugal, ornamentadas. PARDAO DE GOA.

M2.21 — 1851	Goa	(5,59/5,48) g
--------------	-----	---------------

Xerafim

A — Armas coroadas de Portugal, ornamentadas. HUM XARAFIM DE GOA.

R — Coroa de louro e carvalho. 300 / R. Data. (*Ensaio*).

M2.22 — 1834	Goa	(6,62/4,71) g
--------------	-----	---------------

Meio Pardau

A — Busto da rainha, à esquerda, com diadema. Legenda. Data.

R — Coroa de louro e carvalho em volta de MEIO / P.

M2.23 — 1840	Goa	x g
M2.24 — 1845	Goa	(2,77/2,68) g
M2.25 — 1846	Goa	(2,76/2,64) g
M2.26 — 1848	Goa	(2,75/2,64) g
M2.27 — 1849	Goa	(2,75/2,64) g

Meio Xerafim

A — Armas coroadas de Portugal, ornamentadas. MEYO (ou MEIO) XERAFIM DE GOA

R — Coroa de louro e carvalho. 150 / R. Data. (*Ensaio*).

M2.28 — 1834	Goa	(2,84/2,24) g
--------------	-----	---------------

D. PEDRO V

(Reinou na Metrópole desde 15 de Novembro de 1853 a 11 de Novembro de 1861)
(Aclamado em Goa a 1 de Janeiro de 1854)

Rupia

A — Cabeça do rei, à direita. Legenda. Data.

R — Coroa de louro em volta de RUPIA / GOA.

P5.01 — 1856	Goa	(10,96/10,82) g
P5.02 — 1857	Goa	(11,13/10,87) g
P5.03 — 1858	Goa	(10,94/10,65) g
P5.04 — 1859	Goa	(10,90/10,54) g
P5.05 — 1860	Goa	(10,97/10,92) g
P5.06 — 1861	Goa	(10,95/10,76) g

Pardau

A — Cabeça do rei, à direita. Legenda. Data.

R — Coroa de louro em volta de PARDAO / GOA.

P5.07 — 1856	Goa	5,49 g
P5.08 — 1857	Goa	(5,50/5,38) g

A — Armas coroadas de Portugal, sem ornatos.

R — Cruz de S. Tomé. DIO. 300 réis. Data.

P5.09 — 1859	Diu	(3,89/3,83) g
--------------	-----	---------------

A — Cabeça do rei, à direita. Legenda. Data.

R — Coroa de louro em volta de PARDAO / GOA.

P5.10 — 1860	GOA	(5,53/5,46) g
P5.11 — 1861	GOA	(5,49/5,34) g

Meio Pardau

A — Cabeça do rei, à direita. Legenda. Data.

R — Coroa de louro em volta de MEIO / P.

P5.12 — 1857	Goa	(2,87/2,58) g
P5.13 — 1858	Goa	2,69 g
P5.14 — 1860	Goa	2,79 g

Quarto de Rupia

A — Armas coroadas de Portugal.

R — Cruz de S. Tomé. DIO. 150 Réis. Data.

P5.15 — 1859	Diu	(2,04/1,84) g
--------------	-----	---------------

Tanga

A — Cabeça do rei, à direita. Data.

R — 60 / R.

P5.16 — 1858	Goa	(1,30/1,00) g
--------------	-----	---------------

D. LUIS

(Reinou na Metrópole desde 11 de Novembro de 1861 a 19 de Outubro de 1889)
(Aclamado em Goa a 15 de Maio de 1862)

Rupia

A — Armas coroadas de Portugal. Legenda. Data.

R — Coroa de louro. RUPIA GOA. 600 REIS (*Ensaio*)
L1.01 — 1862 Goa 5,38 g

A — Cabeça do rei, à esquerda. Legenda. Data.

R — Coroa de louro em volta de RUPIA / GOA.
L1.02 — 1866 Goa (10,87/10,86) g
L1.03 — 1867 Goa x g
L1.04 — 1868 Goa (10,91/10,71) g
L1.05 — 1869 Goa (11,00/10,66) g

A — Cabeça do rei, à esquerda. Legenda. Data.

R — Armas coroadas de Portugal, entre louros. INDIA PORTU-
GUEZA / UMA RUPIA
L1.06 — 1881 ⁽¹⁾ Calcutta (11,70/11,57) g
L1.07 — 1882 Bombay (11,72/11,55) g

Pardau

A — Cabeça do rei, à esquerda. Legenda. Data.

R — Coroa de louro em volta de PARDAU / GOA.
L1.08 — 1868 Goa (5,59/5,33) g
L1.09 — 1869 Goa x g

Meia Rupia

A — Cabeça do rei, à esquerda. Legenda. Data.

R — Armas coroadas de Portugal, entre ramos. INDIA PORTU-
GUEZA / MEIA RUPIA
L1.10 — 1881 Calcutta (5,81/5,79) g
L1.11 — 1882 Bombay (5,84/5,75) g

(¹) Há também um ensaio com esta data, em metal polido.

Quarto de Rupia

A — Cabeça do rei, à esquerda. Legenda. Data.

R — Armas coroadas de Portugal, entre ramos. INDIA PORTUGUEZA / QUARTO DE RUPIA

L1.12 — 1881 ⁽¹⁾ Calcutta (2,91/2,85) g

Oitavo de Rupia

A — Cabeça do rei, à esquerda. Legenda. Data.

R — Armas coroadas de Portugal, entre ramos. INDIA PORTUGUEZA / OITAVO DE RUPIA

L1.13 — 1881 ⁽¹⁾ Bombay (1,48/1,38) g

D. CARLOS I

(Reinou na Metrópole desde 19 de Outubro de 1889 a 1 de Fevereiro de 1908)

(Aclamado em Goa a 28 de Dezembro de 1889)

Rupia

A — Cabeça do rei, à direita. Legenda. Data.

R — Armas coroadas de Portugal, entre ramos de louro. INDIA PORTUGUEZA / UMA RUPIA.

C1.01 — 1903 Lisboa (11,66/11,57) g

C1.02 — 1904 Lisboa 11,57 g

Moedas Comemorativas

A — Bustos do casal régio, à esquerda. Legenda. Data.

R — Cruz de Cristo, cantonada por rosáceas. Legendas.

C1.03 — 1898 1000 réis Lisboa 23,00 g

C1.04 — 1898 500 réis Lisboa 12,49 g

C1.05 — 1898 200 réis Lisboa 5,00 g

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA

(1910 - 1926)

Rupia

A — Busto da República, à direita. Legenda. Data.

R — Coroa de louro em volta de INDIA / UMA RUPIA.

R1.01 — 1911 Lisboa 11,57 g

R1.02 — 1912 Lisboa 11,56 g

⁽¹⁾ Há também ensaios unificas, desta data, em prata, do anverso e do reverso de $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{8}$ de tanga.

REPÚBLICA NACIONALISTA
(Desde 1926)

Rupia

A — Escudo das armas de Portugal sobre a cruz de Cristo. Legenda.
Data.

R — Escudo do ESTADO DA ÍNDIA (em legenda).

R2.01 — 1935 Lisboa (11,68/11,59) g

A — Escudo das armas de Portugal sobre a cruz de Cristo. Legenda.
Data.

R — Escudo novo do ESTADO DA INDIA (em legenda).

R2.02 — 1947 Lisboa 11,94 g

Meia Rupia

A — Escudo das armas de Portugal sobre a cruz de Cristo. Legenda.
Data.

R — Escudo do ESTADO DA INDIA (em legenda).

R2.03 — 1935 Lisboa 5,82 g

R2.04 — 1936 Lisboa 5,71 g

A — Escudo novo do ESTADO DA INDIA (em legenda). Data.

R — REPÚBLICA PORTUGUESA (em legenda). No campo
 $\frac{1}{2}$ RUPIA.

R2.05 — 1947 Lisboa 5,60 g

Quarto de Rupia

A — Escudo novo do ESTADO DA INDIA (em legenda). Data.

R — REPÚBLICA PORTUGUESA (em legenda). No campo
 $\frac{1}{4}$ RUPIA.

R2.06 — 1947 Lisboa (2,85/2,78) g

Assim, damos por finda a resenha que viemos fazendo de mais de 600 moedas diversas de prata da Índia Portuguesa, segundo tipos nos quais se pode compreender um número bastante superior de numismas, diferentes por características de mais reduzida importância. Certo que a consideração individual de cada um desses exemplares não só ocuparia muito mais dilatado espaço, como excederia — e em muito — as nossas possibilidades. Julgamos, no entanto, ter contribuído um pouco, na medida dos nossos limitados recursos, para sistematizar, agrupando-os, os interessantes numismas conhecidos por luso-indianos. E, para as modestas aspirações que tivemos, isso já nos satisfaz.

Novembro de 1964.

INDICAÇÃO SUMÁRIA DE DIVERSAS OBRAS SOBRE NUMISMÁTICA E CATÁLOGOS CONSULTADOS

Obras e artigos

- 1 — Archivo (O) Portuguez Oriental, de Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara. — 1858.
- 2 — Classificação de tangas do séc. XVII, in «O Archeologo Português», vol. XI, pág. 135, por Manoel Joaquim de Campos — 1906.
- 3 — Contribuições para o estudo da Numismática Indo-Portuguesa, por J. Gerson da Cunha (trad. do Dr. Luís Pinto Garcia) — 1955.
- 4 — Chronista (O) de Tissuary, de Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara.
- 5 — Descrição geral e histórica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal, por A. C. Teixeira de Aragão — 1875 a 1880.
- 6 — Duas tangas inéditas, in «NVMMVS», vol. V, págs. 107-110, por Joaquim Fronteira — 1959.
- 7 — Indo-portuguese Numismatics (The silver issues of Goa; The Saint type), in «Numismatic Circular», de Spink & Son's, de Londres, n.º 238, por Henry T. Grogan — 1912.
- 8 — Lyvro dos pesos da Yndia e assy medidas e mohedas, in «Subsidios para a historia da India portugueza», da Academia Real das Sciencias, pág. 40, feito em 1554, por António Nunes — 1868.
- 9 — Mais uma tanga inédita da Índia Portuguesa, in «NVMMVS», vol. I, pág. 178-188, por Joaquim Fronteira — 1953.
- 10 — Meia (A) de Filipe III, in «NVMMVS», vol. I, pág. 121-127, por Joaquim Fronteira — 1935.
- 11 — Memoria das moedas correntes em Portugal, desde o tempo dos romanos, até o anno de 1856, por Manuel Bernardo Lopes Fernandes — 1856-1857.
- 12 — Memoria sobre as moedas cunhadas em Goa, in «Boletim do Governo do Estado da India», pág. 624 seg., por Filipe Nery Xavier — 1866.
- 13 — Moedas portuguesas de Ceylão, in «O Archeologo Português», vol. XVI, pág. 267, por S. Ferreira — 1911.
- 14 — Numismática da Índia Portuguesa, por José Maria do Carmo Nazareth — 1896.
- 15 — Numismática Indo-Portuguesa, por Manoel Joaquim de Campos — 1901.
- 16 — Numismática Indo-Portuguesa, por H. T. Grogan (Trad. do Dr. Luís Pinto Garcia) — 1955.
- 17 — Numismática Indo-Portuguesa, in «NVMMVS», vol. IV, pág. 183-184, por N. Batuwantudave (Ceilão) — 1957.

- 18 — Numismática — Moedas Coloniais, in «Catalogo da Exposição Historica da Ocupação», pág. 4-19, por Pedro Batalha Reis — 1937.
- 19 — Patações (Os) de Goa, in «O Archeologo Português», vol. VII, pág. 210, por Manoel Joaquim de Campos — 1902.
- 20 — Relação das Moedas da Azia que correm na India Portuguesa, e das que são proprias do mesmo Estado, in «Historia Genealogica da Casa Real», de D. Antonio Caetano de Sousa, T. IV, pág. 298-303, por D. Francisco da Costa Solano — 1738.
- 21 — Xerafim (O) dobrado de 1685, in «O Archeologo Português», vol. X, pág. 32, por Manoel Joaquim de Campos — 1904.

Catálogos, Colecções, etc.

- 22 — Catalogo descriptivo das Moedas e Medalhas Portuguezas que formam parte da collecção do Visconde de Sanches de Baena, por A. C. Teixeira de Aragão — 1869.
- 23 — Catalogo da Collecção de Moedas e Medalhas Portuguezas e outras pertencentes a Eduardo Luis Ferreira de Carmo, por Pedro Augusto Dias (P.A.D.) — 1877.
- 24 — Catalogo das moedas e medalhas portuguezas e estrangeiras existentes na collecção da Sociedade Martins Sarmento, por José de Freitas Costa e Abade de Tágilde — 1900.
- 25 — Catalogo de uma importante collecção de moedas portuguezas continentaes e coloniaes, etc. (Liquidadora = Maria Guilhermina de Jesus) — 1902.
- 26 — Catalogo de uma importante collecção de moedas portuguezas continentaes e coloniaes, etc. (Liquidadora = Maria Guilhermina de Jesus) — 1903.
- 27 — Catalogo de uma importante collecção de moedas indo-portuguezas, organizada por um amator em diversas localidades da India Portuguesa. (Liquidadora = Maria Guilhermina de Jesus) — 1904.
- 28 — Catalogo de uma importante collecção de moedas portuguezas continentaes e coloniaes, etc. (Liquidadora = Maria Guilhermina de Jesus) — 1904.
- 29 — Catalogo de uma collecção de moedas portuguezas continentaes e coloniaes, moedas brazileiras, jetons, pezos, sellos e senhas portuguezas e medalhas portuguezas e estrangeiras. (Liquidadora = Maria Guilhermina de Jesus) — 1906.
- 30 — Catalogo da Collecção Numismatica pertencente ao espólio de Joaquim Gomes de Souza Braga, organizado por Augusto de Souza Lobo, por ordem do Consulado Geral de Portugal no Rio de Janeiro — 1906.
- 31 — Catalogo illustrado — Moedas portuguezas continentaes e coloniaes; moedas brazileiras, jetons, pezos; sellos e senhas portuguezas; medalhas portuguezas. (Liquidadora = Maria Guilhermina de Jesus) — 1910.
- 32 — Catalogo das moedas do Gabinete Numismatico da Bibliotheca Nacional de Nova Goa. Parte I (Moedas Portuguezas), por José Agostinho Xavier — 1910.
- 33 — Catalogo das moedas indo-portuguezas do Museu Municipal do Porto, por Damião Peres — 1924.

- 34 — Catalogue de la collection importante H. T. Grogan à Londres, par J. Schulman. — 1914.
- 35 — Coleção de Moedas de Manuel Vitorino Baptista, por J. Schulman — 1928.
- 36 — Collection White King — J. Schulman — 1904-1905.
- 37 — Collection Cyro Augusto de Carvalho. Monnaies et médailles portugaises. — J. Schulman — 1905.
- 38 — Collection de Álvaro de Araújo Ramos, de Bahia — J. Schulman — 1909.
- 39 — Collection de feu le Dr. Jules Meili, à Zürich. — J. Schulman — 1910.
- 40 — Collection of Mr. J. C. P. Menso, etc. — J. Schulman — 1958.
- 41 — Collections Manoel Joaquim de Campos et José Lamas. Monnaies indo-portugaises, du Brésil, des colonies africaines et des îles — J. Schulman — 1906.
- 42 — Collections de Mr. Joaquim de Freitas da Silva, à Ponta Delgada, de Mr. le Dr. Jur. M. V. Calmon Vianna, à Rio de Janeiro — J. Schulman — 1913.
- 43 — Collections de Monsieur G... à Amsterdam et de Monsieur N. à Nimègue et doubles d'une collection française renommée. — J. Schulman — 1913.
- 44 — Collections of the late Mr. G. Lewandowsky and Mr. J. C. P. E. Menso, etc. — J. Schulman — 1959.
- 45 — Collections de Mr. Van Kuyk et Howard D. Gibbs, etc. — J. Schulman — 1959.
- 46 — Gabinete Numismático da Biblioteca Nacional de Lisboa, por Ernesto Ennes — 1927.
- 47 — Inventário das Moedas Portuguesas da Biblioteca Nacional de Lisboa, pelo Dr. José Leite de Vasconcelos — 1911.
- 48 — «MOEDA» (A) = Leilões n.º 1 a 78, da Casa A. Molder — 1948 a 1956.
- 49 — Moedas Portuguesas da Metrópole e Ultramar = Almeida, Basto & Piombino & C.ª. Listas n.º 1 a 6 — 1951 a 1957.
- 50 — Portugal et Brésil — Monnaies, Médailles, jetons, livres numismatiques — J. Schulman — 1921.
- 51 — Variedades e alguns exemplares inéditos da moeda portuguesa, por Jules Meili — 1890.

UMA MOEDA INÉDITA?...

Por ANTÔNIO PINTO DE SOUZA

Há dias foi-nos dado manusear o livro «PORTUGAL ILLUSTRATED», do Rev.^o W M. Kinsey, impresso em Londres em 1828.

Bem a nosso pesar, confessamos que nada compreendemos da língua de Shakespeare, mas quando as obras são ilustradas, como o «PORTUGAL ILLUSTRATED», as «figurinhas» dizem alguma coisa do que nós, infelizmente, não conseguimos decifrar através do texto.

Esta interessante obra — referimo-nos só à parte ilustrada — está ornada com belíssimas gravuras, não lhe faltando as lindas margens do nosso rio Douro. Mas o que mais chamou a nossa atenção, foram, como não podia deixar de ser, duas folhas intercaladas nas páginas 154-155, com excelentes reproduções de algumas moedas, desde D. Pedro II a D. João VI.

Ao analisarmos os belos desenhos, que nos lembram os da obra de Teixeira de Aragão, caíram-nos os olhos sobre a gravura da moeda de 1 ½ Real de 1700, data que nos parece inédita, pois não tínhamos conhecimento da sua existência, nem tampouco nos recorda ter visto qualquer referência a seu respeito.



Estaremos na presença da terceira moeda do ano de 1700, a fazer companhia ao Cruzado e Tostão, únicos tipos desse ano, cunhados ambos na Casa da Moeda do Porto?

A minúcia com que as gravuras estão feitas que, como já dissemos, faz-nos recordar as de Aragão, parecem levar-nos a pôr de parte qualquer erro do desenhador da terceira década do século XIX, ou então admitir ainda, o que também nos parece pouco provável, que a gravura não passará de pura fantasia do artista, que, ao executar o desenho, não lhe passou pela mente a confusão e a dúvida que mais tarde iria causar, sobre a existência da moeda que tão hábilmente traçou, a todos os que se dedicam ao colecionismo e à ciência numismática.

«MEDALHAS DA REAL EFÍGIE» DE D. MIGUEL

(Continuação)

POR ALEXANDRE FERREIRA BARROS

Lamas, que segundo o dr. J. Leite de Vasconcelos, «escrevia em estilo grave, e com toda a probidade científica»... (1), diz-nos, entre outras coisas o seguinte: «Uma das formas mais curiosas por que grande parte do povo manifestava a sua simpatia pelo Infante D. Miguel, era o culto que prestava ao seu retrato, «Real Efigie», como então se dizia.

Durante a sua ausência no estrangeiro, apesar das rigorosas medidas tomadas pela Regência contra os miguelistas, circulavam já milhares de retratos do Infante, de diversas formas e feitios, que o público adquiria para aplicar a broches, caixas de rapé, alfinetes e medalhas que trazia ao peito.

Alguém houve que até mesmo no Paço se apresentava com um desses retratos, já de coroa, metido em um anel! (2)

Mas depois do regresso é que a paixão pelo retrato veio a atingir maior desenvolvimento.

O número das pessoas que usavam as medalhas ao peito aumentou consideravelmente.»

Teixeira de Aragão, de cuja obra copiamos o cognome de Intruso atribuído a D. Miguel, cognome que por outros autores é substituído pelo de «O Usurpador», dá conta, na íntegra, da famosa carta que D. Miguel de Bragança escreveu à Infanta D. Isabel Maria e que reza assim: (3)

«Minha querida mana. Posto que eu deva suppor que já terá chegado ao seu conhecimento a soberana Resolução, effectivamente tomada por Nosso Augusto Irmão e Rey de me Nomear Seu Lugar Thenente, e Regente nesses Reynos, para os governar na conformidade do que se acha prescripto na carta constitucional, dada por Nosso Augusto Irmão à Nação Portugueza, não posso todavia dispensar-me de lhe annunciar, que chegou às minhas mãos o Decreto de tres de Julho do presente anno, em virtude do qual me

(1) Da Numismática em Portugal, pág. 326.

(2) D. Miguel em Portugal: História Contemporânea... pág. 240, nota.

(3) Descrição Geral e Histórica... por Teixeira de Aragão, pág. 165.

acho plenamente authorisado para assumir a Regencia dos Reynos de Portugal e Algarves, e suas dependencias. — Determinado a manter illezas as Leis do Reyno, e as instituições legalmente outhorgadas por Nosso Augusto Irmão, e que todos juramos manter e fazer observar, e de por ella reger os sobredictos Reynos, cumpre que Eu assim o declare, afim de que a Mana dê a esta solemne Declaração a competente publicidade, e que queira fazer constar ao mesmo tempo a firme Intensão em que me acho de comprimir facções, que debaixo de qualquer pretexto tentem perturbar a tranquillidade pública n'esses Reynos; desejando Eu, que erros de culpas passadas, que possão ter sido commettidas, seião entregues a um total esquecimento; e que a concordia, e um perfeito espirito de conciliação succedão às deploráveis agitações, que tem desunido huma Nação celebre nos annaes da História, pelas suas Virtudes, Valor, Lealdade e respeitoso apego para com os seus principes. — A fim de levar a effeito as Regias intenções de Nosso Augusto Irmão, Fico-me dispondo para regressar a esse Reyno; e por tanto, rogo à Mana que sem a menor perda de tempo mande apromptar, e sahir para o Porto de Falmouth huma Fragata de guerra e hum Brigue a fim de Eu seguir viagem daquelle para esse Porto de Lisboa. — Deus a Guarde, Minha Querida Mana os annos que lhe apetece seu Mano que muito a ama. — Infante D. Miguel. — Vienna d'Austria aos 19 de Outubro de 1827».

(Arch. da casa da moeda de Lisboa, registo geral, liv. XIV, fol. 69 v).

Parecia, seguindo o pensamento de Pinheiro Chagas na sua História de Portugal, que o primeiro acto do governo de D. Miguel, que o povo inteiro aclamava com delirio, seria uma palavra de clemência, «como as que o júbilo e a satisfação completa dos desejos da alma humana naturalmente inspiram», mas infelizmente não foi. E por isso, ainda hoje se não comprehende muito bem a razão para a enorme difusão que tiveram as Reais Efigies, se nos abstrairmos do medo, da perseguição e da intolerância.

Mas a História dessa malfadada época já está feita há muito, e não nos compete a nós intrometermo-nos no que disseram já os nossos historiadores, alguns dos quaes, apesar do seu partidarismo, tiveram que confessar que «Se o vulcânico entusiasmo nacional de radioso modo auspicava o governo de D. Miguel, não pouco o desluziam os actos de terror e violência impunemente praticados por energúmenos e demagogos, pelo espirito de seita, sempre maligno e intolerante. Deslumbrado, atónito com a idolatria do seu povo, D. Miguel não o reconhecia malfadadamente. (1)»

(1) História de Portugal, Barcelos Vol. VII, pág. 161.

J. J. M.
c

Querido Am. e Sr. Col. desejo q' gozes boa
saúde, e todas as venturas q' mereças, e eu
cordalmente te apeteço.

Vou rogarte me digas se com effeito te
lembray-te do q' te pedi d' incluíres o
meu Nome na Lista q' se te pediu das
Pessoas q' acompanharão a Divisão Realista
do teu Commando em 1827, e se tem havido
a esse respeito alguma decisão; tam - sem
desejava saber se a Carta branca na fitta
vermelha da Real Ufize de S. Mag. de L. só
p.º or. q' estiverão em Hespanha, ou se
pode ser extensiva q' q' ainda q' não
passa-sem a Ráia acompanharão com todo
o exercito Realista como eu; isto te peço te
por favor.

Sou teu aff. Sr. J. J. M.

João de Mello da Cunha Sottomaior

Porto 9 de
Abril de 1829

Compete sòmente aos verdadeiros historiadores seleccionar os factos que tenham importância relevante para a História, e só eles lhe darão o verdadeiro timbre e lhe imprimirão, atravez dos documentos, o rumo indispensável à futura orientação dos povos. As paixões e as modas passam, a História fica, imutável, como marco milenário a indicar o passado aos vindouros. Por aqui andou um heroi, um sábio; por tal época viveu um tirano ou um dêsputa. Com estas acções os povos lucraram, com aquelas prejudicaram ou retardaram o seu futuro. E assim por diante; de uma multidão de sequências de causa e efeito a História fixa o que é relevante e tem interesse como lição e despreza o insignificante sem projecção no futuro.

Continuando porém a seguir o precursor e o mais competente tratadista destas espécies, não podemos deixar de nos referir à maneira como se fazia uso da referida medalha. Lamas diz-nos que a princípio o seu uso era facultativo, mas, que, em virtude de ser ter reconhecido que aquilo era de certo modo uma arma política, que seria lógico aproveitar, em breve se obrigou todos os cidadãos a pedirem a mercê do seu uso. E esse direito de conceder essa autorização passou a ser uma regalia do Soberano a quem o pedido era feito, ou directamente pelos próprios interessados, ou por intermédio de pessoas de importância.

Do documento que se publica junto, datado do Porto, 9 de Abril de 1829, deduz-se que as «Reais efígies» se adornavam também com fitas de cor diversa segundo os feitos miguelistas do respectivo portador. ⁽¹⁾

Além destas medalhas existem, como Lamas refere, outras com a efígie da Rainha D. Carlota Joaquina, e até de D. João VI. A elas nos referiremos em outra oportunidade se nos for possível.

(1) Esta carta foi dirigida a Pedro da Cunha Souto Maior, Comandante da Divisão Realista em 1827 e a que se refere Artur Lamas no seu artigo do *Arqueologo Português*, Vol. XI, pág. 32.

CATÁLOGO

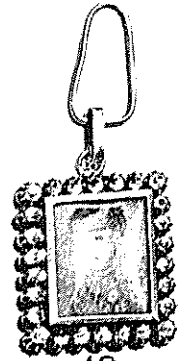
- N.º 1 — Litografia encaixilhada em latão.
 N.º 2 — Idem.
 N.º 3 — Idem.
 N.º 4 — Idem, com uma fita vermelha, azul e branca.
 N.º 5 — Idem, encaixilhada num rectângulo com aljofre e ouro.
 N.º 6 — Idem, num círculo com ramos de louro e carvalho encimado pela coroa real.
 N.º 7 — Idem, em caixilho de chumbo com fita azul.
 N.º 8 — Idem, em caixilho de folha de flandres.
 N.º 9 — Idem, em caixilho de prata.
 N.º 10 — Cunhada em forma de condecoração, prata, igual à figura 6 do catálogo de Lamas.
 N.º 11 — Cunhada em latão.
 N.º 12 — Cunhada em latão.
 N.º 13 — Miniatura em caixilho de prata e ouro com minas novas.
 N.º 14 — Miniatura em caixilho em forma de estrela, metal.
 N.º 15 — Miniatura, num broche de metal, circular.
 N.º 16 — Miniatura em caixilho circular denteado.
 N.º 17 — Miniatura simulando um espelho para alfinete de gravata.
 N.º 18 — Miniatura oval encaixilhada em ouro.
 N.º 19 — Miniatura circular em ouro.
 N.º 20 — Cunhada em latão.
 N.º 21 — Cunhada em latão, com fivela e fita azul e vermelha.
 N.º 22 — Cabeça recortada, rodeada com aljofre e presa por argola e uma fita vermelha branca e azul.
 N.º 23 — Miniatura em caixa de latão encimada pela coroa real com fivela e fita roxa e azul.
 N.º 24 — Cunhada em latão com fivela e fita roxa e azul.
 N.º 25 — Efigie recortada em massa branca com as letras D. M. em caixilho de prata, formato condecoração.
 N.º 26 — Cunhada em bronze.
 N.º 27 — A mesma em chumbo.
 N.º 28 — Em forma de condecoração, ouro esmaltado a branco, azul e vermelho, com fivela.
 N.º 29 — Idem, ouro esmaltado a branco e vermelho.
 N.º 30 — Idem, idem.
 N.º 31 — Idem, idem.
 N.º 32 — Idem, idem.
 N.º 33 — Idem, idem.
 N.º 34 — Idem, idem, esmalte vermelho e azul.
 N.º 35 — Idem, idem, esmalte preto.
 N.º 36 — Idem, idem, esmalte preto.
 N.º 37 — Idem, sem esmalte.
 N.º 38 — Idem, idem, esmaltada a azul e vermelho e com o escudo.
 N.º 39 — Igual à anterior excepto na guarnição do escudo com fita azul e vermelha e tamanho menor.
 N.º 40 — Idem, idem, esmaltada a azul e vermelho.



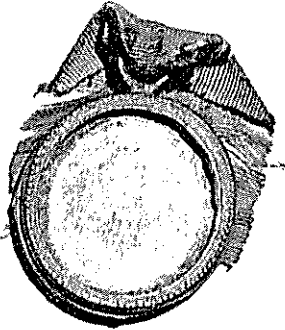
6



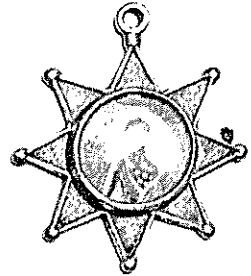
10



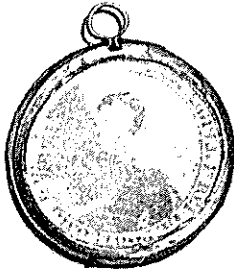
13



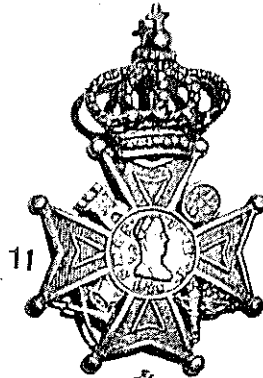
7



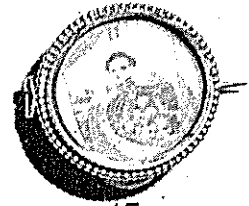
14



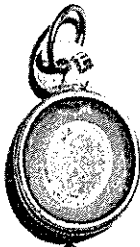
8



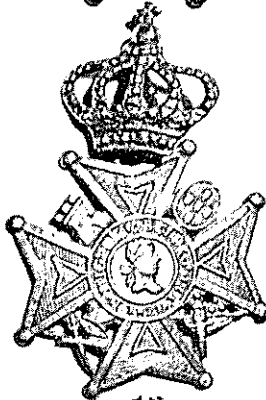
11



15



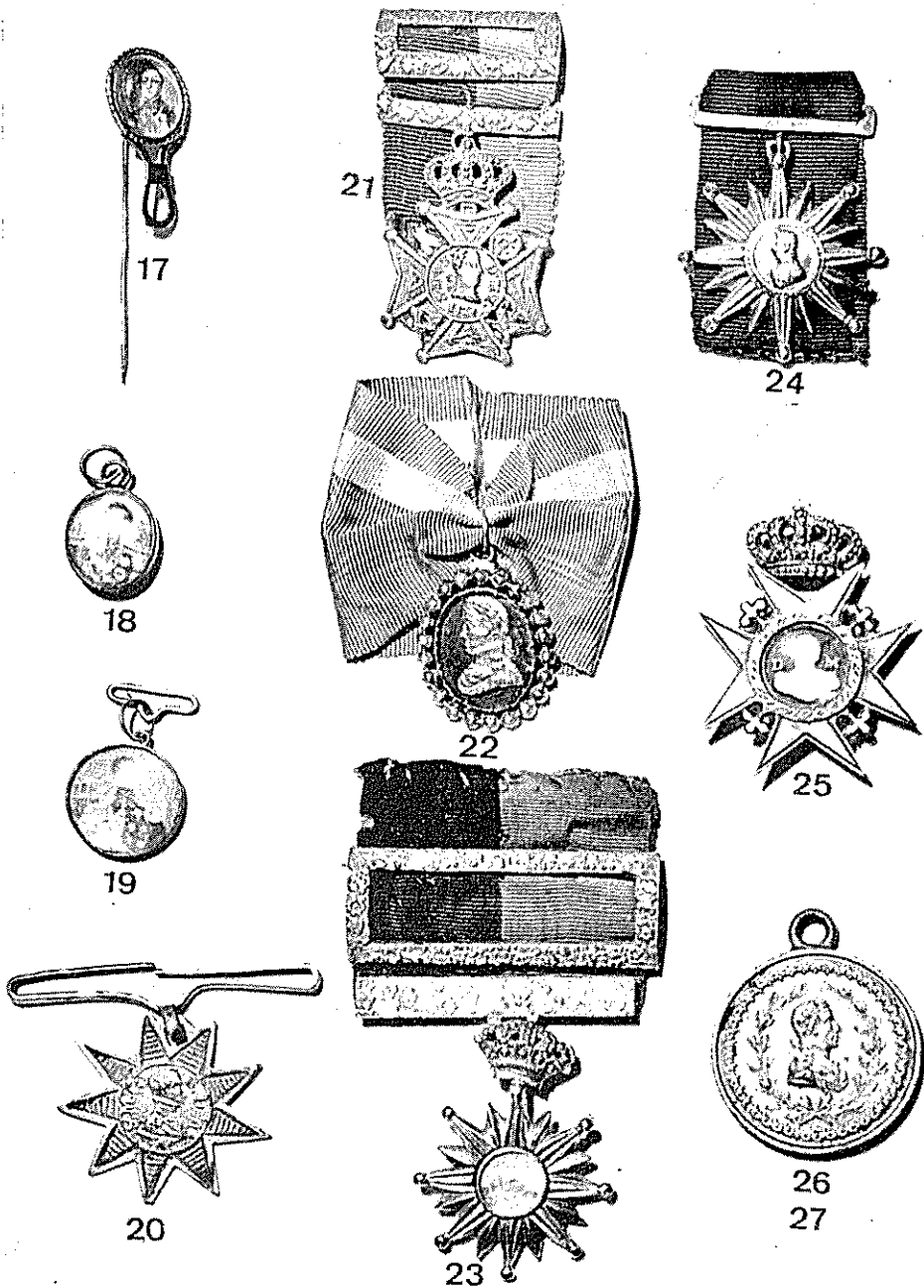
9

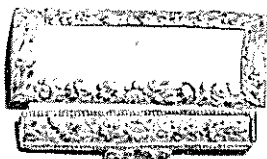


12

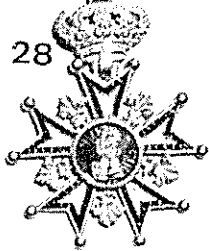


16

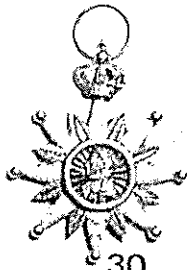
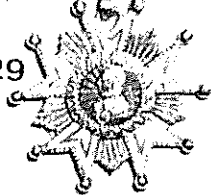




28



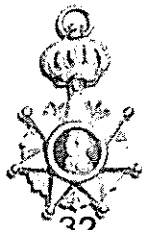
29



30



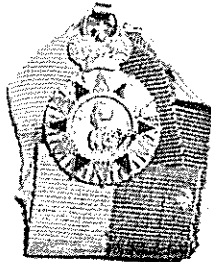
31



32



33



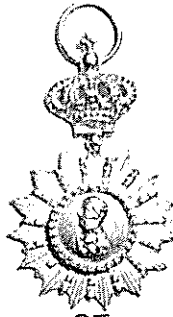
34



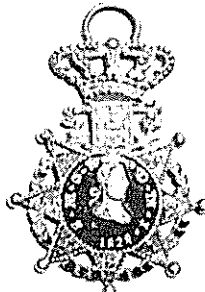
35



36



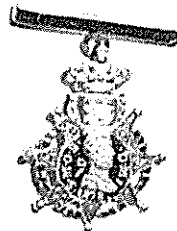
37



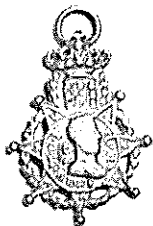
38



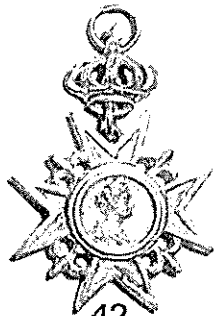
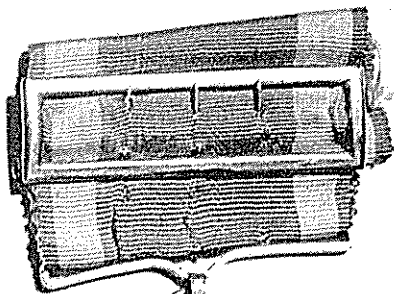
39



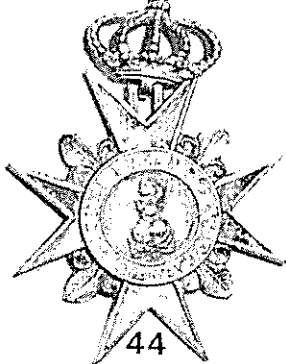
40



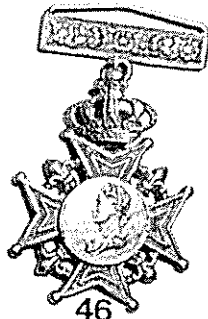
41



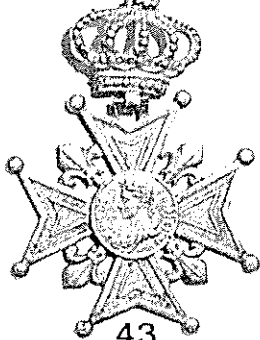
42



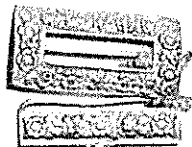
44



45



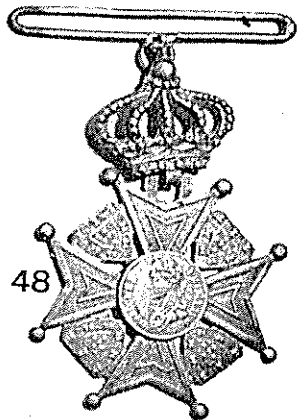
46



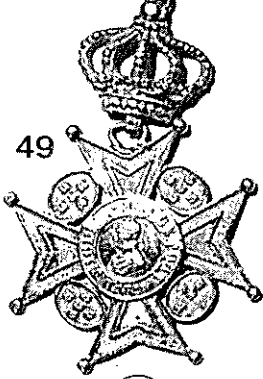
47



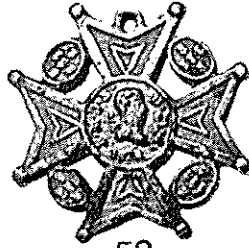
48



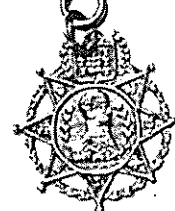
49



49



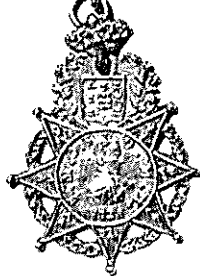
52



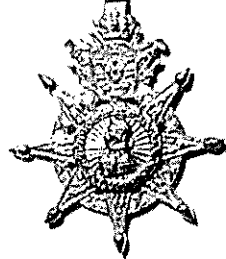
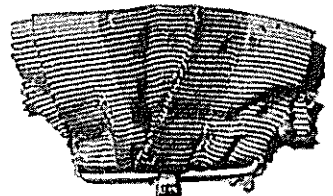
55



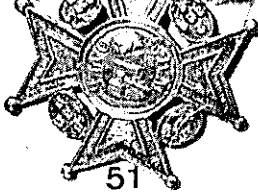
50



53



56



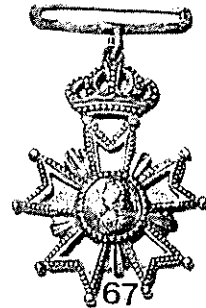
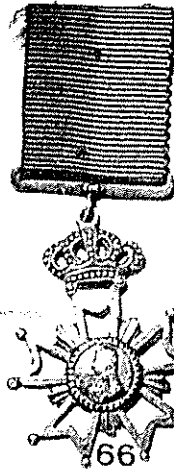
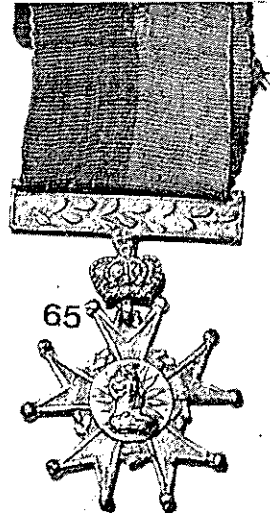
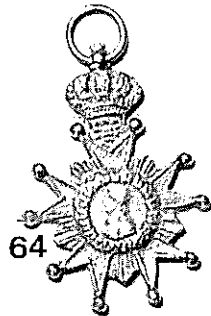
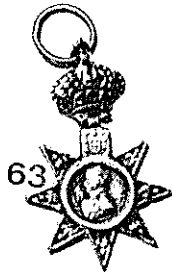
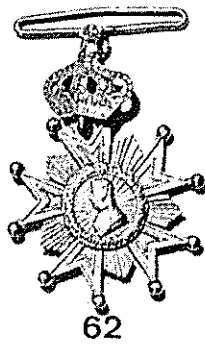
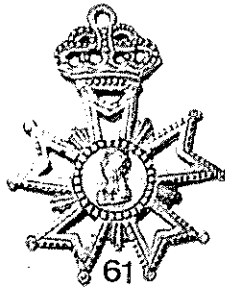
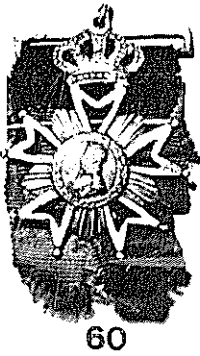
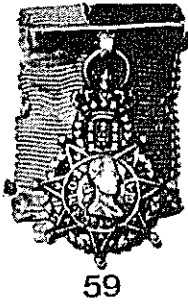
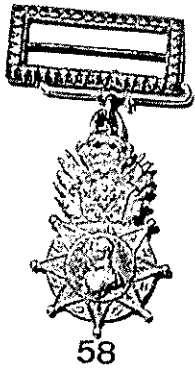
51

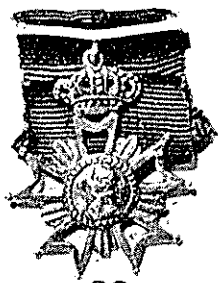


54

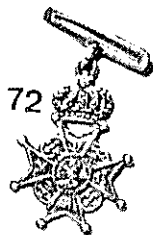


57





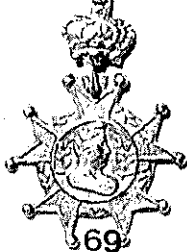
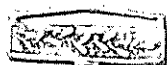
68



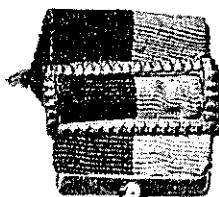
72



76



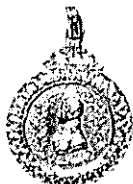
69



73



77



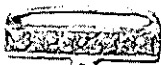
70



74



78



71



75

- N.º 41 — Cunho igual à 39 em prata dourada.
 N.º 42 — Cunhada em latão.
 N.º 43 — Idem, idem.
 N.º 44 — Idem, idem, com fita vermelha e branca e fivela.
 N.º 45 — Idem, idem, com fivela.
 N.º 46 — Idem, idem.
 N.º 47 — Idem, idem, com fita azul e vermelha.
 N.º 48 — Cunhada em prata.
 N.º 49 — Idem, em latão. (A mais vulgar).
 N.º 50 — Fundida, bronze.
 N.º 51 — Cunhada com fita vermelha e azul.
 N.º 52 — Idem, falta-lhe a coroa.
 N.º 53 — Idem, com escudo entre ramos de louro e carvalho.
 N.º 54 — Idem, sem coroa.
 N.º 55 — Idem, idem.
 N.º 56 — Idem, igual à figura 14 do catálogo de Lamas mas com fivela e fita vermelha, azul, vermelha.
 N.º 57 — Idem, latão.
 N.º 58 — Cunhada (ouro?) com fivela.
 N.º 59 — Idem, em prata com fita de ouro e azul.
 N.º 60 — Idem, latão, com fita vermelha e azul.
 N.º 61 — Idem, idem.
 N.º 62 — Idem, idem.
 N.º 63 — Parece fundida, prata.
 N.º 64 — Cunhada em metal branco.
 N.º 65 — Idem, com fivela e fita azul vermelha.
 N.º 66 — Idem, idem, fita azul vermelha.
 N.º 67 — Idem, latão.
 N.º 68 — Idem, metal branco, fita azul vermelha.
 N.º 69 — Cunhada, latão.
 N.º 70 — Idem, ouro.
 N.º 71 — Idem em latão.
 N.º 72 — Idem em metal branco.
 N.º 73 — Idem, idem com fivela e fita vermelha e azul.
 N.º 74 — Idem, latão.
 N.º 75 — Idem com fita vermelho azul.
 N.º 76 — Cunhada em ouro.
 N.º 77 — Cunhada em prata.
 N.º 78 — Cunhada em ouro.

Não é possível, sem um conhecimento mais profundo da quantidade destas reais efígies nas mãos dos coleccionadores, dar-se aqui o mais leve esboço do grau de raridade de cada uma, embora se reconheça que algumas aparecem à venda com mais frequência. Todavia é possível que através da nossa Sociedade Portuguesa de Numismática, num futuro mais ou menos longínquo essa classificação possa vir a fazer-se.

PROJECTO PARA UMA MEDALHA DO CONCÍLIO «VATICANO II»

Por MÁRIO AREIAS

A medalha é utilizada, desde há séculos, como meio perene de fixar acontecimentos históricos. Tem sido uma grande auxiliar da História, e, como documento, possui a vantagem sobre outros de não estar sujeito a fácil deterioração. Assim chegaram até aos nossos dias as efígies de notabilidades antigas, das quais, de outra forma, jamais teríamos ficado com uma impressão visual desses indivíduos que encheram a cena histórica da humanidade.

De ouro, prata ou bronze, a medalha serviu, de começo, de moeda. Só, mais tarde, quando se principiou a criar a medalha com fim comemorativo ou honorífico, é que se definiram os campos de acção de cada uma delas, tomando a medalha e a moeda as suas características próprias, em função da sua utilização.

Um concílio é um acontecimento histórico, importando sobretudo à vida da Igreja. Estamos, actualmente, em presença de um novo concílio, o «Vaticano II», que já marcou uma data na cronologia secular da Igreja. A medalha tem servido para documentar alguns desses concílios. É natural, por conseguinte, que o presente concílio fique também registado no bronze.

Do 1.º Concílio do Vaticano (1869-1870) temos presente uma medalha comemorativa onde se encontra representado o busto do Papa Pio IX, voltado à esquerda, rodeado da seguinte legenda:

PIVS IX P.M.CONCILIVM OECVMEN.VAT.INCHOANS.

No reverso nota-se uma figura feminina, sentada, que representa a Fé. Segura na mão direita um cálice sobrepujado pela hóstia sagrada, donde partem raios de luz em diversas direcções. Com o braço esquerdo abraça uma grande cruz e a tiara papal. Circunda esta figura simbólica a legenda:

CONCILIVM MAGNV M VATICANVM AN. M.DCCC.LXVIII.

Esta medalha é, pois, um documento irrefutável da realização do concílio anterior, e que nos coloca à distância de 93 anos desse acontecimento histórico, que teve começo, mas não teve fim. Foi interrompido pelo canhão piemontês, o que forçou Pio IX a prorrogá-lo *sine die*.



O actual concílio, o «Vaticano II», obra do Papa João XXIII, que teve a infelicidade de morrer antes de o ver concluído, deu motivo a que, no estrangeiro, e, sobretudo, na Itália, se cunhassem algumas medalhas, alusivas a esse acto histórico. Vimos já reproduções de algumas dessas medalhas, quer em catálogos, quer em publicações diversas. O próprio Vaticano mandou cunhar uma medalha alusiva para o Pontífice João XXIII oferecer aos membros conciliares.

Em Portugal, que nos conste, não apareceu nenhuma ainda de autor português, salvo um projecto, modulado em gesso, do escultor Raul Xavier, cujas duas faces ilustram este nosso trabalho, e ao qual nos vamos referir.

O modelo de gesso tem 30 cm de diâmetro e destina-se a ser reduzido para 9 cm, com o fim de se proceder depois à preparação do respectivo cunho.

No anverso sobressai o busto do Papa João XXIII, voltado à esquerda; aliás é o modo como, em geral, se apresenta nas medalhas papais,

É este «o papa do concílio» como ficou conhecido, por ter metido ombros a tão grande empreendimento de projecção ecuménica.

A circundar o busto está inscrito o seu nome em latim:

IOHANNES. XXIII. PONTIFEX. MAXIMVS.

Esta forma de legendar é a clássica. Ainda que se tenham usado também as abreviaturas. E, por vezes, abusado das mesmas. De tal modo que certas legendas se tornaram enigmáticas. Tomemos para exemplo uma moeda do seu homónimo, o Papa João XXII, na qual se verifica estar o nome abreviado:

IOHES. PAPA. XXII.

Passemos agora ao reverso da medalha que está ocupado pelas armas pontificias, cuja descrição fazemos do seguinte modo:

Num escudo de tipo italiano, denominado *testa di cavallo*, vêm-se as armas de João XXIII, as mesmas que usou quando ocupava a cátedra do patriarcado de Veneza. Tanto assim que no chefe conserva o leão alado de São Marcos, patrono daquela cidade.

O escudo é terciado em faixa de vermelho, preta, vermelho, e uma torre de sua cor. Na faixa de vermelho superior encontram-se duas flores de lis de prata, uma de cada lado da torre, que lhe foram outorgadas pela Comissão Heráldica da Santa Sé por ocasião da sua nomeação para bispo, *in partibus infidelium*, de Areópolis (Palestina), como emblemas dessa Sé.

Como acima dissémos, no chefe, de prata, figura o símbolo de São Marcos — o leão: de sua cor (que é dourado nas armas de Veneza), nimbado,

passante, com a cabeça de frente e segurando com a pata direita o Evangelho aberto onde se lê:

PAX TIBI MARCE EVANGELISTA MEUS. (A Paz seja contigo Marcos, meu Evangelista).

Estas armas foram decalcadas nas usadas pelas famílias nobres italianas de apelido Roncalli. Como é sabido o nome completo do pontífice é Ângelo José Roncalli.

E por fim o escudo das armas papais assenta sobre as chaves de São Pedro, uma de ouro, e outra de prata, encimado pela tiara, também conhecida por *trirégno*, por estar circundada por três coroas.

Os esmaltes heráldicos não se encontram indicados para não tornar confuso o conjunto, aliás é uso adoptado na medalhística moderna.

Circunda o campo da medalha esta legenda:

CONCILIVM VATICANVM SECVNDVM. 1962.

Fazem-se diligências para que se consiga a cunhagem desta medalha comemorativa, embora as dificuldades surgidas, sobretudo de ordem material, venham, certamente, retardar a sua efectivação. Entretanto fundiram-se, em bronze, dois exemplares de 30 cm de diâmetro, ou seja da medida exacta do modelo de gesso. Exemplares esses que se encontram, um em poder do escultor, o outro na nossa colecção.

Raul Xavier, há uns anos para cá, tem encaminhado o seu labor artístico para a medalhística. Entre medalhas cunhadas e fundidas, quer por encomenda oficial, quer por mera derivação artística, ultrapassam já a cinquentena de peças. Umhas são de 2 faces, outras (a maior parte) de 1 face.

A medalha do concílio está, pois, integrada nesse programa, chamemos-lhe assim, que ele delineou, de gravar no bronze as efigies das grandes figuras, quer nacionais, quer estrangeiras, ou de registar, de igual modo, os grandes acontecimentos históricos.



NVMMVS

NUMISMÁTICA — MEDALHÍSTICA — ARQUEOLOGIA

BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

SUBSIDIADO PELO INSTITUTO DE ALTA CULTURA



N.º 28

VOL. VIII - 3

DEZEMBRO 1966

PORTO

N V M M V S

NUMISMÁTICA — MEDALHÍSTICA — ARQUEOLOGIA
BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

VOLUME VIII-3 — N.º 28

PUBLICAÇÃO POR TOMOS DE CERCA DE 64 PÁGINAS

Condições de assinatura para 1967:

PORTUGAL, ESPANHA e BRASIL: 25\$00 por número.

Outros Países: \$1 (U. S.) por número.

Comissão de Publicações:

Alexandre Ferreira Barros

Dr. António Francisco Teixeira

Dr. Armando Júlio Ribeiro Rodrigues

Carlos Morais Peixoto Braga

Dr. Damião António Peres

Eduard Marius van der Niepoort

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Sede

Rua de Santa Catarina, 461-1.º — PORTO

Composição e impressão

TIPOGRAFIA M A R C A

Rua de Morgado Mateus, 55 — PORTO

SUMÁRIO

	Págs.
Rosto e contra-rosto	121-122
Comentário histórico-numismático sobre los cistóforos, <i>por Antonio Manuel de Guadan y Lâscaris Comneno</i>	123-149
Dinheiros e mealhas dos nossos primeiros reis, <i>de Raul Soares Duque</i>	150-152
Um Ministro visita a S. P. N.	153-155
Das moedas da Índia Portuguesa chamadas «Rodas», <i>por Joaquim Fronteira</i>	156-166
Descrição das moedas de Angola e S. Tomé e Príncipe (Nota prévia)	167-169
Descrição das moedas de Angola e S. Tomé e Príncipe, <i>de Kurt Prober</i>	170-178
Variantes inéditas de moedas portuguesas da 4.ª Dinastia, <i>por J. O. de Sousa Nunes</i>	179-180
Motivos numismáticos, <i>por Carlos Fernando de Sousa Santos</i>	181-182
«In Memoriam»	183
Vida Social	184-189
Índice	190-192

As doutrinas expendidas são da responsabilidade dos Autores.

A colaboração neste Boletim é facultada a todos os sócios da Sociedade Portuguesa de Numismática que queiram dar o seu contributo para o progresso desta ciência histórica.

Os artigos serão inscritos, sempre que possível, de acordo com a cronologia dos materiais estudados, paginação e distribuição de gravuras.

NVMMVS

BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA
SUBSIDIADO PELO INSTITUTO DE ALTA CULTURA

N.º 28

VOL. VIII - 3

DEZEMBRO 1966

P O R T O

COMENTARIO HISTÓRICO - NUMISMÁTICO SOBRE LOS CISTÓFOROS

«A mi buen amigo Dr. Luís Pinto Garcia, de Castelo Branco, con sincero afecto».

Antonio Manuel de Guadan y Láscaris Comneno

INTRODUCCION

El presente comentario es unicamente una pequeña contribución al estudio de las acuñaciones de tipo y patrón de peso cistofórico en Asia Menor, durante los siglos III antes, al I despues de J. C.

Sobre este mismo tema han visto la luz muchos y extensos trabajos obra de los mejores especialistas en la Numismática helénica y los nombres de Pinder, Imhoof-Blumer, Van Hoorn y Von Fritze irán siempre unidos a todo posterior comentario, ya que en ellos ha de basarse toda monografía Numismática de los cistóforos. El autor, sin pretender ser original, pues nadie es el único inventor de su libro y menos en cuestiones científicas, intenta por primera vez en lengua española, enfocar el tema desde un punto de vista triple: Histórico, Filosófico y Artístico, que facilite el telon de fondo sobre el que hay que estudiar toda acuñación monetaria, pues los hombres que las idearon, las dirigieron y las dieron impulso, estaban influenciados por su medio ambiente y por las corrientes vitales de su época. El Asia Menor, aun que puramente helénica en aquellos siglos, presenta siempre la huella Asiático-Oriental, ya que los Hetitos dejaron su impronta en toda la Anatolia, y cuando sus pobladores Frigios, Mysios, Lydios, Eolios, Carios y Jonios abandonaron los balbuceos de la acuñación monetaria, asimilaron rápidamente el simbolismo puramente Asiático. Este unido a lo que pudieramos llamar pre-feudalismo Jónico, que desde el periodo Arcaico hace contemporizar el espíritu caballeresco con el oligarquico, dan un caracter especial a las emisiones cistofóricas, con una extensión de cecas y una interdependencia casi federal, que constituye un caso exepcional en toda la historia de la Numismatica Antigua. Y si bien la simbolización ha sido bien estudiada en muchos casos, su honda entraña filosófica y las características geográficas del Asia Menor, que dió origen a un elevado número de ricos terratenientes con iguales derechos, necesita aun profunda y detenida consideración, ya iniciada felizmente en los ultimos años por algunos arqueólogos modernos (1).

A continuación de estos aspectos generales, trataremos de concordar lo existente sobre cecas cistofóricas, teniendo siempre en cuenta que este ensayo no es completo sino parcial y limitado, por lo que sus imperfecciones seran grandes y sus lagunas posiblemente extensas. Pero si de algo sirve y orienta a los futuros investigadores que concedan la importancia que realmente tienen los estudios histórico-numismáticos, ya se habrá conseguido bastante y el autor quedará agradecido por ello.

Recordamos una vez más que el número de monedas en perfectas condiciones de conservación y con autenticidad comprobada, excede en mucho al de cualquier otro monu-

(1) D. W. S. Hunt. Feudal survivals in Ionia. London, 1947.

mento o resto de interés arqueológico y que en muchas ocasiones las monedas es lo único que queda como recuerdo de las pasadas generaciones, con sus íntimos anhelos, sus problemas y su filosofía que nos hablan, o aun mejor se podría decir, nos aconsejan con sus simbolismos, ayudándonos a sobrellevar con su lección histórica, esta dura y material época en que vivimos, tan similar en muchos aspectos a la helenística :

Le temps passe, tout meurt. Le marbre même s'use,
Agrigente n'est plus qu'une ombre, et Syracuse
dort sous le bleu linceul de son ciel indulgent;
et seul le dur métal que l'amour fit docile
garde encore en sa fleur, aux médailles d'argent
l'immortelle beauté des vierges de Sicile.

Santander, Abril de 1.952

*Antonio Manuel de Guadan
y Láscaris Comneno.*

CAPITULO I

ORIGENES DE LA ACUÑACION Y PATRÓN CISTOFÓRICO

En el año 1852 comienza el estudio propiamente científico de las acuñaciones cistofóricas con el libro de Pinder ⁽¹⁾, quien hizo un detallado extracto de todos los conocimientos dispersos hasta aquella fecha, pero refiriéndose más a los emitidos en la Provincia Romana de Asia, que a los pertenecientes a las dinastías Atálidas de Pérgamo. Pocos años despues, en 1884, Imhoof-Blumer uno de los mejores numismáticos Alemanes de todos los tiempos, volvió a repasar ⁽²⁾, las mismas fuentes, elaborando un tratado más general cuyas fundamentales premisas, puede decirse que continuan en vigor, por lo menos en gran parte. Imhoof-Blumer fija como origen de la acuñación Efeso y como fecha aproximada una algo anterior al 190 antes de J. C. Para ello estudia con detalle las cecas de Apollonis, Thyatira y Stratonicia, en donde las emisiones fechadas BA y EY junto con los numerales beta, gamma y delta, se observan muy frecuentemente. Su única atribución posible es al reinado de Eumenes, y a la era que comienza con la paz de Apamea (189 antes de J. C.), años 2, 3 o 4, por lo que estos cistóforos son coetáneos de los Tetradracmas de tipo Alejandrino y flan ancho, tan extendidos en los siglos III y II por las ciudades de Asia menor.

Modernamente, Louis Robert ⁽³⁾, apunta la posibilidad de que estas fechas correspondan no a la era de la paz de Apamea, sino simplemente a los años 2, 3 y 4 del reinado de Eumenes II, y en su consecuencia las acuñaciones tengan su fecha de emisión en 196/5 — 195/4 y 194/3 antes de J. C. Al hacer la descripción de las cecas, volveremos sobre este asunto, no aclarado del todo por ahora, asicomo al origen de los cistóforos en Pergamo o Efeso, si bien la moderna orientación apunta hacia la primera de estas Ciudades.

⁽¹⁾ Moritz Pinder. Über die Cistophoren und über die Kaiserlichen Silbermedaillen der römischen Provinz Asia. Berlin.

⁽²⁾ Die Münzen der Dynastie von Pergamon. Berlin.

⁽³⁾ Louis Robert. Villes d'Asie Mineure. Pag. 34 y ss.

Adóptese uno o otro sistema de cómputo y una o otra ciudad como origen de la acuñación, lo históricamente probado es que en el año 190 antes de J. C., esta clase de moneda tan diferente de las habituales en el Oriente clásico, era abundantísima, había ya evolucionado desde sus primeros tipos y se acuñaba en gran número de ciudades. El intervalo necesario para que todas estas circunstancias tengan lugar y se adopte comúnmente esta clase de Tetrádracmas en el comercio, hace pensar en un lógico período de adaptación, que comenzando acaso por el uso aislado de algunos de los símbolos llegue poco a poco a concretarse en el tipo cistofórico clásico de esta época. Un período de veinte o treinta años no parece exagerado como intermedio y, entonces, finales del siglo III antes de J. C. debe considerarse como fecha inicial de esta acuñación.

El patrón de peso cistofórico se deriva del antiguo sistema Rodio, a su vez influenciado por el Asiático. La corona de pámpanos que circunda el anverso se da antes en muchas monedas, sin ninguna relación con las que estudiamos. Los pesos efectivos de las monedas cistofóricas son los siguientes.

Tetrádracma	12,72 gramos
Didracma	6.36 »
Dracma	3.18 »

Como puede apreciarse se trata casi de las tres cuartas partes del antiguo Tetrádracma ático de 17,44 gramos.

En algunos ejemplares de estáteros de Side en la Pamphilia, se observa una contramarca en la cabeza de Atenea del anverso, con el monograma de Efeso y la «cista Mística», lo que parece indicar se consideraba equivalente al cistóforo, y se autorizaba su uso como tal. Es el único caso conocido de equivalencia con otra moneda, aparte de la mención de Tito Livio de que era considerado igual a tres denarios romanos. El caso del estátero de Side puede explicarse teniendo en cuenta pertenecía al patrón babilónico de peso y a veces al fenicio, con 14,25 gramos de peso, o sea algo superior al Tetrádracma cistofórico. De las emisiones de Creta con patrón del cistóforo, hablaremos también más adelante.

El patrón Rodio cuyo talento equivalía a 7,500 dracmas áticos, es uno de los menores conocidos en la antigüedad helénica, ya que solo es sobrepasado por el Eginético del que a su vez se derivó el Ático con su equivalencia de 6.000 dracmas.

Por lo tanto el patrón cistofórico debe considerarse como una revalorización de la moneda en valor adquisitivo, pues su Tetrádracma, con menor cantidad de plata, competía en perfecta igualdad con los de flan de Alejandría, tipo ancho, y sus sucesores en todo el Oriente.

CAPITULO II

SIMBOLISMO CISTOFÓRICO E INFLUENCIA RELIGIOSO-FILOSÓFICA DEL MISMO

El cistóforo, como su nombre lo indica lleva como elemento indispensable la «cista mística» en el anverso, con la tapa entreabierta de la que sale una serpiente, todo ello rodeado por una corona de pámpanos. Su reverso lo forman dos serpientes que rodean una «faretra» o funda de arco, con las cabezas anhiestas, y en el ángulo de la funda un «aflaston», todo ello entrelazado y dispuesto de un modo extremadamente artístico. Muchos autores no dan la debida importancia al «aflaston» o «aplustria», por lo que al eliminar su símbo-

lismo, quitan al conjunto un elemento de verdadera importancia. Y es que el «aflaston» no es solo un ornamento para completar el grupo y rellenar el angulo de la funda de arco, que de otro modo quedaria vacio, sino que en sí mismo simboliza una ciudad marítima poderosa, como iniciadora de estas acuñaciones. Sabido es que los navios griegos llevaban dos clases de ornamentos, uno en la proa que denominaba «akrostolia» y otro en la popa, «aflasta». Los Romanos se adueñaron del simbolismo y cambiaron los nombres en «rostra» y «aplustria» respectivamente. Con frecuencia se confunden el uno con el otro, pero sus significados y forma son en absoluto diferentes. Los de proa eran mas bien simbolo de victorias navales y hechos marítimo-guerreros de excepcional importancia. Los de popa en cambio tienen un significado de potencia comercial marítima y lo usaron muchas ciudades del Mediterraneo griego.

El conjunto de un cistóforo es una pequeña lección de historia y filosofia heleno-asiática, si bien ya el arco solo aparece en las emisiones de los Reyes de Pergamo de otros tipos y como simbolo secundario, tanto en Phileteros como en Eumenes I y II y en los Atalos.

Para los Griegos la religion, como el arte y la politica, está unida a todos los actos de la vida publica, y a toda manifestación activa. La moneda por su doble caracter, porque es una creación de la ley (nomisma de nomos) y porque es una obra de arte, ha de estar siempre ligada a las creencias nacionales. La fuerza del simbolismo religioso que en los primeros siglos de acuñaciones tiene una clara representación en todos los tipos monetarios, se debilita hacia el siglo III antes de J. C. con las primeras apariciones de los retratos en el anverso, y son los cistóforos los únicos que conservan fresca y duradera la impronta religioso-filosofica. A este respecto hay que hacer notar la diferencia entre la mitologia interpretada a traves de los Vasos pintados de la época, y a traves de las acuñaciones monetarias. Theodoro Reinach, en uno de sus celebres trabajos numismatico-artisticos ⁽¹⁾ nos concreta la diferencia con su fina observación y profunda erudición historica.

El pintor de vasos es un artista independiente que trabaja para su clientela privada. Tiene amplia libertad para interpretar mitos mas o menos conocidos y licenciosos, siempre que el gusto de la época lo admita. En cambio el abridor de cuños, el toreuta, no tiene tan amplios espacios en donde inspirarse. Su arte es oficial y está controlado por el Estado, quien unicamente le permite trabajar sobre un campo limitado. Por eso las representaciones mitologicas en las monedas, son mas generales, menos complicadas en sus sentidos ocultos, y acaso los cistóforos sean el unico caso excepcional conocido. Y para comprenderlo mejor, hay que conocer lo que era la Frigia en la época helenistica. Los Griegos de Asia la consideraban como su retaguardia, en donde habia comarcas que estaban al margen de las relaciones inter-helénicas, y que a su vez eran el foso terrestre que separaba la Hélade de los Barbaros, y en donde subsistian creencias y costumbres arcaicas. En cambio, las costas del Mar Negro, eran el crisol donde se fundia lo puramente Asiático con lo Europeo. Los Frigios, Tracios emigrados a la Anatolia, recogieron la mayor parte de la herencia Hetita, vehiculo de la vieja cultura Mesopotámica, y por la misma via asimilaron la influencia Irania, desde que los Persas sustituyeron a los Asirios ⁽²⁾.

Por todo ello los Frigios han influido sobre la antigüedad clasica en muchas formas, y una de las primeras la religiosa, tan ligada a la numismatica que estamos estudiando. El fondo mitico-religioso de todo el conjunto, es el culto de Cibeles, transfiguración anatolia de la Gran Diosa Asiatica, y personificación a su vez de la fecundidad natural ⁽³⁾. Los cistó-

⁽¹⁾ Theodoro Reinach. L'Histoire par les Monnaies. Paris 1902 pag. 14 ss.

⁽²⁾ F. Sartiaux. Civi. an. de l'Asie Mineure. Paris 1928.

⁽³⁾ Fr. Cumont. Les religions Orient. dans le Paganisme Romain.

foros de Apolonis y Laodicea utilizaron con frecuencia esta primigenia simbolización. El príncipe consorte de Cibele, el Atis Frigio es una variante del Adonis Asirio, un genio de la vegetación y las cosechas, cuyo culto llegaba al climax el día 24 de Marzo de cada año con su muerte y resurrección al día siguiente, claro símbolo de la Primavera. Los Griegos repetían este mito con la figura del semidios cretense Jacinto como instigador de la floración primaveral, y buena prueba de la íntima unión de estos símbolos a las acuñaciones cistóforas, precisamente en Creta se utilizó este patrón monetario en el siglo I antes de J. C.

El culto de Dionisio que se superpone y confunde con el de Atis, suaviza la función erótica del segundo y activa y concreta la vocación agraria, como fundamental y específica. A este culto están dedicadas las «cistas místicas» de los cistóforos, que aunque de origen tracio-frigio se extienden hasta mucho más allá de Helesponto y del Asia Menor. El doble Lidio de Dionisio, Baco, ya pasó en la edad protohistórica de Asia a Europa, (1) con toda su caracterización campesina, para penetrar luego en ciudades, estableciendo las primeras «thiassa» o unidad religiosa elemental en el culto Bático, y lejos de quedar limitado como en otras religiones de la Hélade al papel de genio de las viñas y por lo tanto a las regiones vitícolas, toma toda la amplitud y potencia de la naturaleza en su conjunto, sublimándose los vestigios de la ancestral mítica salvaje y orgiástica, en iniciaciones secretas y misterios, de profundo sentido religioso-filosófico y que se contenían, al menos teóricamente en las cistas o cestas báquicas. Todos los símbolos que se derivan directamente del fervor Frigio, conservan la marca de Baco; así el humilde satiro Marsyas consolador de la Diosa afligida por la muerte de Atis, quien orgulloso de su agreste flauta, desafía a la lira de Apolo, y por este nefando orgullo es desollado vivo. La representación gráfica de esta escena, que ha dado motivo a muchas obras maestras de la glíptica helénica (2), también deja su huella en los cistóforos, como símbolo secundario en la acuñación de Apamea. Del rito agrario, conservador de las leyes naturales, que era el punto de partida de las religiones Asiáticas, el alma de los Tracio-Frigios, hace una técnica de lo sobrenatural, que responde, no a las exigencias de la vida, sino a las de la salvación, y que gráficamente tiene su nexo en la Faretra o funda de arco del reverso de estas monedas. El principal agente de esta técnica son los misterios Báticos, con sus figuraciones ofidas y sus cistas unidas en ocasiones al Dios Asclepio. El ritmo es el medio de salvación, al transmutar las almas y transfigurar los cuerpos, su reflejo material, por medio de los sonidos y las actitudes. El terror y la confianza, la consternación y la esperanza, son los pares antitéticos, y el corazón humano, después de haberlas experimentado, queda purificado y con preparación adecuada para conocer el camino del bien.

Un cistóforo en su anverso y reverso es la exacta plasmación gráfica de estas inquietudes y recuerdos. Están tan íntimamente simbolizados y con tanta exactitud, los elementos primigenios del culto bático en estas monedas, como puede estarlo el simbolismo redentor de la Cruz en las primeras acuñaciones de Constantino el Grande. La Cista, ofidios, corona de pampas, aflation y faretra, es el lenguaje gráfico de estos ritos purificadores, que nada tienen de común con los cultos propiciadores de la familia y del Estado, del panteón Helenico Romano, pero su fuerza es tan grande y su filosofía esta tan adentrada en la alma de los pueblos que dominaron los primeros siglos de transmutación y adaptación, más tiempo que ninguna otra acuñación griega bajo el yugo Romano.

Ciertamente abren paso a un romanticismo de la espiritualidad, que se refleja luego

(1) Guernet. El genio Griego en la Religión, pag. 112 y ss.

(2) Talla n. 1470 bis y camafeo n. 40 del Cabinet des Médailles et Antiques de Paris.

a través de Orfeo y Pitágoras, en esa búsqueda de la iluminación que es la tradición Mística, todavía viva en los gnósticos y neo-pitagóricos de los primeros tiempos del Cristianismo, y fuertemente enlazada con este en múltiples detalles e influencias.

CAPITULO III

ASPECTO ARTISTICO DE LA ACUÑACION CISTOFÓRICA

Antes de entrar en el estudio de las directrices artísticas de la época y su influencia en la acuñación cistofórica, es conveniente repetir una vez más, lo que tiene de tópico la expresión Artes Menores, que siempre se dá a los grabados, gíptica, trabajos en metales preciosos y acuñación artística. Esto es únicamente una supervivencia del concepto Renacentista de Arte Mayor y Menor, que solo se puede admitir como símbolo del tamaño del objeto artístico producido, pero nunca de su calidad e importancia. Para los Griegos de la edad clásica, los términos estaban por completo invertidos. La Escultura en mármol o piedra y la Arquitectura eran Artes Menores, trabajos que se encargaban a simples artesanos, bajo la dirección global de un maestro. Los Artistas, los Maestros, eran los que trabajaban los metales preciosos, el marfil y el bronce, así como los grabadores de piedras finas y los abridores de cuños para emisiones monetarias. Se les conocía por «toreutai» y sus trabajos «toreutiké» en Griego antiguo, con traslación latina a «Caelatores» y «Caelatura».

Charles Seltman, uno de los más autorizados representantes actuales de la escuela artística en las monedas, en muchas de sus obras ⁽¹⁾, ha insistido en esta realidad histórica, queriendo o no los aferrados al concepto Medieval de las Artes. En el mundo clásico, Artistas celebres como Fidias y Policleto adquirieron su fama, no como escultores, sino como grabadores y tallistas en oro y marfil. No trabajaban casi nunca el mármol aunque dirigieran los trabajos de sus talleres, como también hacían sus predecesores Teodoros y Mnesarcos. Los Arquitectos y los Pintores eran ciertamente admirados por sus obras, pero eran los toreutas, los que acaparaban el interés de los pueblos, como verdaderos y genuinos Artistas, y estos hombres, hospedados por el Estado emisor, formaban una verdadera aristocracia. En el siglo IV antes de J. C. hay referencias históricas que prueban la marcha hacia Asia Menor, de varios toreutas de renombre, entre ellos los que dirigieron los trabajos del Mausoleo, hacia el año 350. Scopas de Paros, trabajó el bronce y el marfil en Efeso y Artemision; Bryaxis, de origen Ateniese, efectuó grabados en Rodas y luego en Licia, ya que se conserva la tradición de un Apolo en madera, oro y mármol, obra de este toreuta; Leochares de Atenas, se estableció en Olympia y Halicarnaso y su influencia se extendió a varios puntos del Asia Menor.

No hay noticias concretas sobre a quien puede achacarse la iniciación del tipo cistofórico, ni hay trazas de firmas de toreutas en los cuños hasta ahora estudiados, si bien cualquiera de ellos o sus inmediatos discípulos, han podido ser los inventores, al dar representación gráfica al simbolismo que era el fondo de la filosofía y la religión del Asia Menor en aquellos siglos. Por su artística adaptación al campo circular de la moneda, y su combinación de elementos, que permaneció inalterable durante siglos, se demuestra que eran toreutas de la mejor escuela clásica los primeros grabadores. Y muchos siglos después, aun se conserva en las Pixis o cajitas donde en la primera Edad Media se guardaban las hostias

(1) Masterpieces of Greek Coinage, Oxford 1948 -- A Approach to Greek Art. London etc. etc

sagradas del Cristianismo, la forma de la Cista mística, con su tapa, y sus figuraciones mitológicas, incluso ofidias.

La Dinastía de Pergamo y Atálida, Reyes todos ellos de grandes aptitudes artísticas y decididos mecenas de toda actividad cultural, esta indisolublemente unida a los Cistóforos desde su iniciación, y su habil política con los Romanos, que mas adelante veremos, fue sin duda alguna la causa del florecimiento comercial y economico de su pais.

Y con esto llegamos a otro aspecto, que las modernas escuelas de historiadores, han estudiado con mas amor y exactitud. Me refiero al pretendido periodo de Arte Decadente, que se conoce por Arte Helenístico.

Barclay V. Head en el año 1874 sentó las bases de los periodos artísticos en la Numismática Griega, y desde entonces todos los tratadistas han seguido, con pocas excepciones, el camino marcado, y entre estas descuella la de Sir Artur Evans, quien en 1939, al anotar un libro de Numismática Griega con las separaciones clásicas de periodos artísticos, puso una nota diciendo: «hace sesenta años que no se usa». Por desgracia el desarraigar tal clasificación pseudo-artística es cosa difícil, y solo en los últimos años se nota ya una decidida tendencia a revisar los fundamentos en que se basa, quedando solo como una clasificación de forma didáctica para un primer estudio de estas series. Las acuñaciones cistóforicas se consideraban como de arte decadente y aun del arte decadente acentuado, sin que podamos explicarnos el motivo de tal aseveración. Permitásenos una aclaración acerca de este periodo artístico posclásico del Arte Griego con sus grandes aptitudes creadoras y el descubrimiento de una nueva dimensión, «hacia lo alto» (1). Aquella perdida de la belleza reposada y tranquila que lleva consigo el Arte Helenístico, se ha mirado hasta ahora con fuertes prejuicios y como un simbolo de decadencia. Al dar una aparente sensación de ampulosidad, se preveía que era un camino hacia la ruina y degeneración del Arte Griego, sin que se pensase nunca en la posibilidad de un nuevo Arte, original e independiente, fecundo y alegre. Y en realidad esta evolución se halla muy cercana a la íntima naturaleza del Arte Moderno, que tiene múltiples puntos de contacto con el de la época posterior a los Diadocos, en el que la influencia de elementos extraños y de filosofía Asiática, forma a partir de la segunda mitad del siglo IV antes de J. C. un Arte nuevo, ya intuido por Oswald Spengler en sus celebres cuadros sinópticos de la Historia y evolución del Arte de su Decadencia de Occidente. El principal fondo de este nuevo concepto del Arte es la protesta del artista contra todo convencionalismo en la forma de expresión, como una profesión de fé hacia una nueva manera de ver y como el derecho indiscutible a una completa independencia. Von Salis, expresa todo el camino del Arte Helenístico con una bella metáfora, se parece, dice «... al tilitar de las velas en un salón pomposamente amueblado cuyas luces bailotean grotescamente en la corriente del aire y luego, al cerrarse las ventanas y aplacarse el torbellino, vuelven a seguir ardiendo tranquilas y serenas, con las llamas rectas y verticales» (2).

El aire fué la filosofía heleno-asiática de la era de la Dinastía de Pergamo. Las ventanas las cerró definitivamente el Imperio Romano al no considerar conveniente para su política, la sombra de independencia del Reino de los Pergaménos.

El vivo interés que este Arte acusa por la realidad, recuerda un poco el sentido naturalista de la época cretense-micénica, solo que este es superficial y el helenístico en cambio tiene una profunda raíz filosófica examinando por consiguiente los fenómenos con un sentido crítico e investigador, que busca el fundamento de las cosas, y en el caso de los

(1) Von Salis. El Arte de los Griegos. Buenos Aires 1948.

(2) Op. citada, pag. 259.

cistóforos este fundamente oculto esta simbolizado con todo detalle y extensión, como casi en ninguna otra emisión monetaria del Mundo Antiguo. Los mismos Reyes de Pergamo, Eumenes y Atalo III, eran artistas, y del último se conservan anales que demuestran se dedicaba a la escultura. Y tanto en las monedas como en las obras escultóricas y arquitectónicas, este Arte siempre impregna todo de una severa asimetría. Los anversos y reversos de los cistóforos son perfectamente asimétricos y la permutación de ejes y variación de direcciones es un sello fundamental, pero esta asimetría no es una debilidad, todo lo contrario, es un medio eficaz y elegido conscientemente por un Arte que renuncia por sistema a la disposición coordinada y no va buscando la unidad, segundo los antiguos canones de la ordenación simétrica, sino mediante el acento decisivo, dominador y efectista de todo el conjunto.

Después de prohibidas las acuñaciones cistóforas, termina prácticamente el Arte Griego, ya extinguido antes en sus últimos restos de las Dinastías Helenísticas de Comagene con la muerte en el exilio de C. Julius Antioco Epifane Filopapos. Roma no permite por mas tiempo, no solo la existencia de poderes políticos semi-independientes, sino las inquietudes artísticas que no hayan sido previamente ordenadas, dirigidas y previstas por las directrices generales del Imperio Universal. Las acuñaciones posteriores, son puramente Imperiales, y si aun conservan algo del realismo de los retratos Helenísticos, esto se va perdiendo paulatinamente, y queda solo el materialismo del busto del Emperador de turno. Fue el cierre de ventanas que eliminó la vivificadora corriente de aire del último sople artístico Helenico en la Edad Antigua.

CAPITULO IV

ANTECEDENTES HISTÓRICOS DE LA ACUÑACION

Los únicos indudables datos históricos sobre la acuñación cistófora nos los suministra Tito Livio en cuatro relaciones del botín que hicieron los Ejércitos Romanos, después de la derrota de Antioco III en Magnesia, el año 190 antes de J. C.

En cada uno de ellos separa las monedas que formaron el botín, por sus nombres y distingue entre «Tetradracmas Áticos» y «Cistóforos», si bien luego da una exacta descripción del tipo de moneda, pero al revés, o sea los cistóforos con los caracteres de los tetradracmas áticos y viceversa, lo que ha dado lugar a múltiples interpretaciones.

En la victoria de MARCO ACILIO CLABRIO sobre Antioco y los Etolios dice «... se llevaron 3.000 libras de plata, 113.000 monedas acuñadas en forma de tetradracmas áticos, cistóforos hasta el número 249.000, embarcaciones chapadas en plata...» (1). Este botín es en realidad doble, pues pertenece en parte a la Batalla de Termopilae y en parte a la de Heraclea con los Etolios; la proporción de cistóforos es más del doble a la de tetradracmas áticos.

Un año después, en 189 antes de J. C. ESCIPION ASIAGENES, obtuvo como botín, «... 137.420 libras de plata, 224.000 monedas de tetradracmas áticos, 321.700 cistóforos, 140.000 monedas de oro de Filipo...» (2). En esta batalla que tuvo lugar en Magnesia y Sypilum, Escipión Asiágenes derrotó definitivamente a Antioco III.

(1) Tito Livio. Edición Loeb. XXXVII — 4 — xlvi.

(2) Op. citada. XXXVII, lix 4.

Dos años mas tarde, en 187 antes de J. C., MANLIO VULSO, otro General Romano, recogió como botín, «...212 coronas de oro, 220.000 libras de plata, 201.003 libras de oro, monedas de tetradracmas aticos 127.000, cistóforos hasta 250.000, monedas de oro de Filipo, 16.320...» (1). Todo esto se obtuvo a consecuencia de la victoria sobre los Galos en Asia Menor y posiblemente se trata en parte de los tributos y de los sueldos de las tropas mercenarias Galas.

Por ultimo, una cuarta cita de Tito Livio, nos describe el botín que obtuvo EMILIO REGILO en el año 189 antes de J. C. como consecuencia de la victoria naval sobre la flota de Antioco III en Myonesus, así como la captura de la ciudad de Focea. Este se componía entre otras cosas de «...34.200 tetradracmas aticos, y 132.000 cistóforos...» (2). Aquí la proporción de cistóforos es superior a la de tetradracmas en cerca de cuatro a uno.

La interpretación que da Tito Livio a estos tetradracmas, se puede apreciar en un libro anterior del mismo historiador (3), en donde al hacer referencia a la victoria del General Romano QUINTO FLAMINIO el año 194 antes de J. C. dice, «...había plata acuñada hasta el número de 84.000 monedas aticas, llamadas tetradracma cuyo peso en plata equivale aproximadamente al de tres denarios cada una...». Un erudito Numismático moderno, Sydney P. Noe (4), al recoger estas cifras, se pregunta cual sería el concepto que se tenía en la época helenística acerca del peso del cistóforo, pues Tito Livio, precisamente hace la descripción al revés, ya que lo cierto es que el tetradracma atico pasaba de cuatro denarios, y en cambio el cistóforo corresponde al peso de tres. Desde hace mucho tiempo arqueólogos y numismáticos, se han asombrado del enorme número de cistóforos que formaban parte de estos botines de guerra, lo que llevaba consigo una acuñación extendidísima y de uso normal varios años antes de las fechas de las batallas. Si la acuñación comenzó como parece cierto en Efeso o Pergamo hacia el año 215-210 antes de J. C., la popularidad de esta moneda debió de ser un fenómeno extraordinario, para el corto intervalo que media entre estas fechas y el año 197 en que Antioco III conquistó Efeso y cambió los tipos monetarios. No sabemos si entre los botines de guerra había en mayor o menor proporción cistóforos de otras cecas de Asia Menor, pero de todas formas el caso es tan insolito, que su explicación resulta muy aventurada y difícil.

Tres son las tendencias en que se pueden dividir actualmente las soluciones apuntadas, para dar una explicación mas o menos lógica y que pueden concretarse como sigue:

a) — Los que creen, siguiendo a Imhoof-Blumer y Regling, que por cistóforo, no quiera dar a entender Tito Livio monedas con los símbolos de cista mística y ofidios, sino únicamente piezas de plata, contadas según su equivalencia en peso en denarios, siguiendo el nombre genérico de cistóforos por hábito muy común en la época que media entre las acciones guerreras que describe y los años en que Tito Livio escribió su Historia. A juicio del autor no es muy convincente esta teoría, pues si se tratase de didracmas o estateros, igualmente pudo escribir estos nombres, y además hay que tener en cuenta que el tetradracma y el cistóforo eran los 2 tipos mas extendidos de acuñación, entre todas las piezas de plata de la época.

b) — Algunos suponen que las cifras de Tito Livio están equivocadas o bien han sido abultadas posteriormente. A ello se puede argumentar que la moderna investigación

(1) Op. citada. Misma edición XXXIX, vii — 1

(2) Op. citada ítem XXXVII. Iviii — 5.

(3) Op. citada. Misma edición XXXIV. Iii — 5.

(4) Cistophoric Coinage, Numisma. Society. New York. 1950

histórica no ha demostrado la posibilidad de errores en los m/s originales de Tito Livio, de los que se han traducido o copiado las ediciones clásicas. Lo único probado es alguna transposición de dígitos en los numerales, pero no de gran importancia. Las mismas ediciones difieren en el número exacto, pues los 249.000 de Marco Acilio Glabrio de la Edición Loeb, son 248.000 en otras ediciones, y dos 132.000 de Emilio Regilo pasan a 131.300, así como los 321.700 de Escipión Asiágenos a 331.070 pero todas estas transposiciones no son de gran importancia y afectan sola a los últimos dígitos.

c) — Por último otro grupo de Numismáticos y Arqueólogos acepta literalmente las cifras de Tito Livio, y entonces queda como una explicación razonable, la fuerte influencia religioso-filosófica de su simbolismo que hizo del cistóforo, no solo una moneda sino más bien una imagen de culto, a tener de lo ocurrido con los Bezantos o Hiperperos Bizantinos de la Edad Media, que deben su extraordinaria extensión por toda Europa a las figuraciones Cristianas de su reverso.

Algunos autores han estudiado las variaciones en el estilo de las monedas cistóforas, como intento de determinar el tiempo transcurrido desde los orígenes de la acuñación. En todas las cecas conocidas, las primeras emisiones son de estilo semejante, o sea flan ancho, poco relieve en los símbolos y cista grande, análogos en su aspecto general a los tetradracmas aticos de los sucesores de Alejandro. Las emisiones posteriores en fecha, presentan una clara retrogresión de estilo, pues el flan vuelve a estrecharse, aumenta en consecuencia el grosor de la moneda, y al mismo tiempo el relieve aparece mayor y más modelado, con lo que la apariencia general resulta análoga a los tetradracmas Alejandrinos de la primera época. Imhoof-Blumer le achaca a falta de pericia en los grabadores y no le da mayor importancia, pero otros Numismáticos modernos se la conceden en alto grado, ya que de ningún modo es impericia de los grabadores, sino adaptación al estilo Helenístico avanzado. La opinión personal del autor en este caso concreto, es una repetición de cuanto lleva expuesto acerca de la influencia de las características generales del Arte Helenístico en todas sus manifestaciones durante el reinado de la Dinastía Atálida. Las monedas de flan ancho, tipo de Lisimaco póstumas, no tienen el campo apropiado para la preferencia helenística a todo lo macizo y pesado, que encontramos siempre en el Arte de esta época, ni tampoco sirven para la mayor intensidad de contrastes en la modelación. En la estética general de la época há de buscarse el fundamento de esta variación de tipos, que superficialmente considerada es achacable a arcaísmo o retroceso artístico.

CAPITULO V

INFLUENCIA CULTURAL Y POLITICA ECONOMICA DE LA DINASTIA DE PERGAMO

La acuñación cistófora es junto con la de la Liga Aquea, los casi únicos ejemplos en la Antigüedad de monedas federales, si bien en el primer caso la utilización es más amplia y su aceptación más generalizada, incluso entre estados alejados del Asia Menor. Si se acepta la fecha comúnmente admitida de 280 antes de J. C. para el comienzo de la verdadera acuñación de la Liga Aquea debe darse prioridad a los Cistóforos, aunque teniendo en cuenta la imprecisión de las fechas de primera emisión, más bien deben de considerarse simultáneas. Ambas tienen lugar cuando los Estados emisores se independizan por completo, puesto que en 280 antes de J. C. tienen lugar las de Patras y Dyme, al desaparecer el control macedónico. Las monedas federales Aqueas solo duraron unos 130 años, mientras que

los cistóforos tuvieron una duración histórica mucho mayor; en cambio el sistema empleado es el mismo, tipos fundamentales invariables en anverso y reverso, con únicas variaciones en los monogramas o en símbolos secundarios locales, nombres de magistrados o anagramas de Ciudades, cecas emisoras.

El que ambas acuñaciones se produzcan de un modo casi simultáneo, no es de ningún modo un hecho fortuito. Cae fuera de nuestros comentarios el estudio de las condiciones políticas, económicas e históricas que determinaron la unión de las Ciudades Aqueas, para emitir monedas con características fijas, pero en cambio en los cistóforos es conveniente un pequeño recuerdo histórico cultural de la época Pergamena, pues sus especiales características su política económica, sus alianzas comerciales, y el desarrollo artístico y cultural, son los determinantes de la fuerza y amplitud de esta acuñación.

Con un carácter general puede decirse que los dos sistemas son la reacción de los pequeños estados ante la invasión Romana, con su asimilación progresiva de territorios que impedía la libre existencia de un comercio localista y reducido, apropiado al período anterior al siglo III antes de J. C., pero inútil desde este siglo en adelante. Los reyes de la Dinastía de Pergamo se doblegaron ante la invencible fuerza de los ejércitos Romanos, e incluso fueron sus más fieles aliados en el mundo Helenístico, pero al mismo tiempo intentaron conservar las tradiciones helenicas todo el tiempo posible, y lo consiguieron cumplidamente en todos los campos. La dinastía Seleúcida en su rama principal, al seguir una política de decidida oposición a lo Romano, pereció mucho antes, y su gesto heroico no tuvo las consecuencias políticas y económicas que consiguieron los Atálidas con su habilidoso proceder.

El fundador de la Dinastía de Pergamo, Filetero, era el tesorero de Lisimaco rey de Tracia y ya en el año 283 se independizó al menos en parte, dejando como sucesor a su sobrino Eumenes I, que reinó ya con carácter independiente entre 263 y 241 antes de J. C.. A este siguió Atalo I, también sobrino de Filetero, y en su extenso reinado, entre 241 y 197 antes de J. C. se sentaron las firmes bases del Estado de Pergamo, se delimitaron y extendieron sus fronteras, se inició una activísima campaña cultural y artística y comenzó la acuñación cistófora con carácter de moneda federal.

Ya en tiempo de Eumenes I, Arcesilao, el primer Presidente de la Academia de Atenas en su segunda época, y Lycon, el celebre filósofo peripatético, se trasladaron a Pergamo, dando comienzo a los trabajos literarios y filosóficos que condujeron a la fundación de la Biblioteca de Pergamo. Atalo I, aprovechando la ocasión que le deparaba la invasión Gala y la primera victoria del año 279, les dió la batalla definitiva en el año 241 con lo que obtuvo un doble beneficio; salvó indudablemente al helenismo de inminente peligro, y se granjeó la simpatía de los Romanos, que vieron en el Rey Atalo, a un aliado de importancia. Estas victorias también tuvieron su reflejo artístico, en las espléndidas series de esculturas en bronce cuyas copias se enviaron a Atenas, para el templo de Atenea su Diosa protectora. La paz que siguió a esta victoria de 241, la aprovechó Atalo para llamar a su reino a los más celebres artistas y filósofos griegos, otorgándoles amplia protección y espléndido trato, pero aprovechando al mismo tiempo sus servicios para iniciar la colección de libros y antigüedades que habían de llenar su Biblioteca. Estrabon, cita el comienzo de su funcionamiento, bajo el reinado del hijo de Atala, Eumenes II (197-159 a J. C.), y en su construcción tomó parte Apollonis, celebre toreuta que también dejó huella de su arte, en varios cuños monetarios de Cyzico (1).

(1) B. V. Head. Coins of the Ancients. lam. 48—6.

Eumenes II hizo de la Biblioteca de Pergamo, la única rival en el mundo de la de Alejandria, llegando a tener 200.000 volúmenes, que luego constituyeron el regio obsequio de Antonio a Cleopatra. Plutarco y Cornelio Nepote nos han dejado detalladas biografías de este Eumenes, quien en su afán de alentar todo trabajo cultural y artístico, ayudó personalmente a las colecciones de monedas, antigüedades y objetos de arte, e incluso solicitó de Aristófanes de Byzancio, dejase la Biblioteca de Alejandria, ofreciéndole mejores condiciones en Pergamo, como Director.

Los tres aspectos de mecenas de la Cultura, de las Artes y de habil político con los Romanos, fueron los pilares del florecimiento económico de su Estado, y de la importancia y extensión de su acuñación cistóforica.

En el aspecto cultural, reunió en su Corte a lo más floreciente de la pleyada de sabios Griegos del mundo Helenístico, compartiendo con Alejandria el total monopolio de la literatura, la filosofía, la poesía y las ciencias. Entre ellos: Antígono de Carystos; Polemon de Ilio, el primer arqueólogo de Delfos, que solo sobre las ofrendas votivas de la Acropolis de Atenas escribió cuatro libros, y del que se supone fué el inspirador de Pausanias; Demetrio de Scepsis, que escribió treinta libros de comentario sobre un pasaje de la Iliada de sesenta líneas, y que según el profesor Jebb, es el mayor monumento de erudición conocido, pues se basaba en todos los conocimientos de la época sobre mitología, historia, geografía, poesía y ciencias y al que Estrabon, cita en más de 25 pasajes diferentes; Crates de Mallos, comentarista de Homero y uno de los mejores conocedores de toda su obra que ha existido en el mundo, al que se encargó la confección de los catálogos (pinakes) de autores en la Biblioteca de Pergamo, siendo además uno de los sabios que fué enviado al Senado Romano como Embajador, y representante de la Dinastía Atálica; el filósofo estoico Panetius, discípulo de Crates, Artemon de Pergamo; Asclepiades de Myrleia, y tantos otros.

En el aspecto artístico ya hemos hablado en un capítulo anterior de sus especiales características y florecimiento en todos los campos posibles. Algunos ejemplos, aclararan aun más la influencia simbólico-religiosa de que está impregnado; uno es el friso de los Gigantes del Altar de Pergamo, tan conocido y admirado en todas las épocas. El Altar era un monumento colosal, edificado sobre una alta escalinata, con una columnata de tres cuerpos en ángulo recto, que en el centro tenía un espacio para los sacrificios, posiblemente quema de incienso y libaciones. Su carácter religioso únicamente se debía al friso del basamento, donde se representaba la lucha de los Dioses con los Gigantes. El corazón de Zagreo, el único resto que quedó de la teofagia de los Gigantes, sirvió en el mito para engendrar a Dionisios o Baco, que por lo tanto fue su reencarnación.

Y aquí encontramos otra vez a Baco, como símbolo oculto de toda la escena, lo mismo que en la cista de los cistóforos. Otro ejemplo son los grupos de Apolo, el esclavo Dacio y el satiro Marsyas, con el mismo simbolismo antes estudiado, y con representación gráfica en los cistóforos por medio de la doble flauta de algunas cecas.

El tercer aspecto, o sea el político-económico, fué llevado por la Dinastía Atálica, con la misma habilidad y cariño que los anteriores. Citense algunos casos concretos, entre-sacados de la larga y compleja historia del reinado :

1) — Eumenes II fué el único que advirtió a los Romanos, de los peligros que implicaba la sublevación Etolia en el año 192 antes de J. C. y quien aconsejó la necesidad de una acción inmediata. Con este habil proceder, al mismo tiempo que se congraciaba con los Romanos, para que no intervinieran en su Reino, procuraba rebajar el poder de los Saleúcidas, sus únicos competidores en Asia.

2) — Después de la batalla de Magnesia, que fue la decisiva aniquilación del porvenir político del Reino de Antioco, Eumenes II obtuvo como aliado Romano, la parte del león en el botín Asiático, pues sin tener en cuenta la Bitinia, se incorporó el Quersoneso con Lisimaquia, la Frigia Helespónica, la Lidia con Efeso y Sardes, la Caria hasta el Meandro, la Gran Frigia con Licaonia, la Licia Septentrional y un puerto Licio, recibiendo además el protectorado y el derecho de tributo sobre las ciudades Griegas que no habían sido declaradas completamente libres, con lo que sus actividades comerciales se extendieron enormemente y con ello la esfera de influencia de su moneda.

3) — Después de la sumisión de los Seleúcidas, el Senado Romano continuó no confiando en la actitud de Filipo V. de Macedonia y Eumenes II obtuvo un botín incomparablemente superior a las fuerzas que puso en juego. Además aprovechando habilmente esta desconfianza Romana, reclamó algunas plazas Tracias, que Filipo había arrebatado a los Seleúcidas. Esta reclamación tuvo una resolución rápida, la comisión Romana que en el año 186 se envió a Grecia, en un solo día de deliberación, dió la razón a Eumenes. Otro habil golpe de estrategia diplomática que aumentó aun más el radio de su influencia económica.

4) — Eumenes II obtuvo de los Romanos el apoyo militar contra los Rodios y luego aprovechando la coyuntura de un supuesto atentado contra su persona, acusó del mismo a Perseo, con lo que inició la campaña de aniquilación de este. Al juego político que hacía el Senado Romano, de dividir y enfrentar estados enemigos entre sí, para luego con extrema facilidad dar el golpe de gracia a ambos una vez suficientemente debilitados, contestaba Eumenes con hábiles maniobras políticas, que si bien desde un punto de vista puramente ético, podrían censurarse, para el Atálida el fin justificaba siempre los medios empleados.

5) — Después de la victoria de Perseo contra los Romanos, y cuando parecía establecido el reinado de aquel por algún tiempo, los Rodios y Eumenes II, no rechazaron las proposiciones para actuar de mediadores entre los contendientes, pero con extrema sagacidad y conociendo muy a fondo el poder efectivo del Ejército Romano, intuyó que su debilidad era solo aparente y que fatalmente la victoria estaría de su parte. Llevando a la práctica estas ideas abandonó el papel de mediador y dejó solos a los Rodios, que después de la derrota de Perseo, fueron tratados como enemigos.

Sin embargo, apesar de todas sus muchas y hábiles maniobras, los días de la Dinastía Atálida estaban contados. Los Romanos comenzaron por tratarlo friamente, para pasar después, una vez desaparecida su utilidad en Asia Menor, a una hostilidad enmascarada unicamente por una fría diplomacia. El Senado Romano, nunca se guió por motivos románticos y cuando en el año 167, el hermano de Eumenes, Atalo, fue a Roma a felicitarle por sus triunfos, se llegó a sugerirle que debía destronar a Eumenes, a quien se temía mucho más y con razón. La absoluta lealtad fraterna del Atálida impidió esta escisión.

En realidad Eumenes, había hecho cuanto había podido en pro de Roma, pero su poder era ya inútil para el Senado, no era necesario que su reino fuese tratado con consideración ni convenía que su Dinastía continuase en la creencia de que representaba algo importante para los Romanos.

La prudencia de Eumenes mantuvo inalterable la paz hasta su muerte y aun legó el reino a su hermano Atalo II Filadelfo, quien por espacio de 21 años lo regentó en nombre de su sobrino menor de edad.

En el mes de Septiembre de 134 antes de J. C. se constituyó la Provincia Romana de Asia, acabando la dinastía Atálida, teóricamente por abdicación de su último rey, pero

la acuñación de monedas cistofóricas continuó aun en pleno vigor, tanta era su importancia, la fuerza de su simbolismo aferrado a las mas queridas tradiciones populares y el recuerdo de los Reyes, que la hicieron ser la moneda mas importante de todo el Oriente Medio.

CAPITULO VI

DISTRIBUCION GEOGRAFICA DE LAS ACUÑACIONES Y PRINCIPALES CECAS EMISORAS

La península del Asia Menor o Anatolia, entre los meridianos 31 al Este y 26 al Oeste, es el campo en que estan situadas las ciudades que acuñaran moneda cistofórica. Desde Pinder, que redactó el primer Mapa de distribución de las cecas, se continua con la clasica distribución en regiones, siendo las principales:

MYSIA — Adramyttium y Pergamo.

JONIA — Efeso y Esmirna.

LYDIA — Apollonis, Thyatira, Nysa, Sardes, Stratonicia y Tralles.

FRIGIA — Apamia, Laodicea y Synnada.

De menos importancia son Focea en JONIA, Cibyra e Hierapolis en FRIGIA, esta ultima ceca atribuida por Newell a un cistóforo con el monograma IEPO en el reverso a la izquierda, publicado por primera vez por Sydney P. Noe (1). Por sus características, alto relieve y flan grueso parece acuñado despues de la fundación de la Provincia Romana de Asia o sea despues del año 134 antes de J. C. y su asignación a Hierapolis, dudosa al parecer del autor pues el monograma IEPO a la izquierda puede no ser la abreviacion de la ceca sino anagrama de sentido religioso, ya que la moneda, muy similar a las emitidas en Pergamo, esta bastante desgastada, y no es legible el simbolo en la parte superior del campo de reverso.

Es seguro que la acuñacion cistofórica ha tenido muchas mas cecas en toda la Anatolia que las antes descritas, si bien hasta la fecha son las unicas conocidas. Las investigaciones arqueologicas en Asia Menor, que siempre tropezaron con multiples dificultades, unicamente en los ultimos años parecen haberse intensificado, aunque el periodo anterior al siglo IV antes de J. C. tiene la preferencia casi exclusiva. De todas las modernas obras sobre epigrafía, arqueología y numismática en Asia Menor, que he podido conocer, ninguna se ocupa especialmente de los siglos II y I antes de J. C. y las localizaciones geograficas a base de analogia con los actuales nombres turcos ha sido atacada por H. Gregoire y Louis Robert, pues si bien en algunos casos son de facil reconocimiento en otros se llega a extremos verdaderamente absurdos (2).

Limitandonos pues a las cecas antes reseñadas, ampliaremos el estudio a Creta, Samos y Rodas, donde hay ejemplos de acuñaciones con patron de peso cistofórico.

1) — C R E T A

Svoronos (3) cita un ejemplar de cistóforo acuñado en Creta, despues de la constitución de la Provincia Romana, o sea en el periodo entre el año 66 y la Batalla de Actium

(1) Cistophoric Coinage, 1950. Iam VII n. 4.

(2) Louis Robert. Etudes de Numismatique Grecque, 1951.

(3) Numismatique de la Crète ancienne. 1890 — pag. 334.

en el año 31 antes de J. C. El anverso es el normal, pero en el reverso figura Zeus Cretágenes, entre las dos serpientes, con el aguilá y el haz de Rayos, La leyenda es «KIDAS KIRITARXAS KRITAIEON» en caracteres griegos. No conoce el autor otra cita de cistóforo Cretense, ni hay rastros de acuñación de dracmas o didracmas cistofóricos en la isla. La ceca posiblemente sea Gortyna, la actual Agio Deka en la parte sur de la Creta Central, ciudad de una acuñación muy extendida y rival de Cnosos en potencia económica y comercial, durante los siglos V al I antes de J. C.

La influencia Efesia, se demuestra también en otras monedas, como por ejemplo en los tetradracmas de patrón ático, anteriores al año 66, cuyo reverso es la misma Artemis Efesia, acuñado después de la conquista de Creta por Q. CECILIO METELO, quien agregó como símbolo de su familia, una cabeza de elefante en el anverso.

Después de la Batalla de Actium, comienzan las monedas con figuración y simbolismo propiamente Imperial Romano, sin interrupción.

II) — SAMOS

Si siguiendo a P. Gardner ⁽¹⁾, después de la batalla de Magnesia en 190 antes de J. C. comienza la acuñación de tipo Jónico, que en los tetradracmas conserva el patrón de peso local y en cambio adopta el cistofórico para los trihemidracmas, dracmas y hemidracmas, aunque sin utilizar la simbolización propiamente cistofórica. Los tipos son variados, pero los más importantes los dos siguientes:

- 1) — ANV/. Parte anterior de Leon.
REV/. Parte anterior de toro. Trihemidracma ⁽²⁾.
- 2) — ANV/. Cabeza de Hera con «stéfanos» y rodeada de círculo de puntos.
REV/. Proa de galera samia con símbolos variados.
LEYENDA/. SAMION en caracteres griegos. Dracmas y Hemidracmas ⁽³⁾.

Después del año 129 cesa la acuñación de plata en la Isla, siguiendo los tipos de bronzes Imperiales, sin contacto alguno con el simbolismo cistofórico.

III) — RODAS

El patrón cistofórico de peso en la isla de Rodas es extremadamente raro. Algunos trihemidracmas pueden considerarse como emitidos en el período que siguió a la paz del año 189, cuando los Rodios consiguieron extensos territorios en Asia Menor, con parte de Licia y Caria, y entre ellos se cita el tipo siguiente:

- ANV/. Helios radiado, de frente.
REV/. Rosa étnica, vista desde encima ⁽⁴⁾.

El período de acuñación de este tipo debía ser muy corto ya que en el año 167 los Romanos les despojaron de todo el territorio Continental y como al mismo tiempo las

⁽¹⁾ Samion and Samian Coins. Num. Chro. 1882.

⁽²⁾ Locket Coll. n. 2675.

⁽³⁾ Locket Coll n. 2876 y BMC Ionia Lam. XXXVI n. 8.

⁽⁴⁾ Locket Coll n. 2971 y 2972.

colonias fueron declaradas libres, el comercio de la isla sufrió una fuerte crisis, que obligó a sus gobernantes a emitir moneda de mas peso, o sea dracmas con fuerte influencia y aspecto arcaizante con reverso incuso, como simbolo de que los nuevos dracmas eran equivalentes a los de la mejor época de florecimiento del comercio Rodio, con patrón de peso Atico, que se acuñaron en el siglo V antes de J. C.

MYSIA

I) — *ADRAMYTTIUM*

Este puerto de la Mysia, situado al fondo de la bahia de su nombre, fué fundado según tradicion helenica por *ADRAMYS*, hermano de *CRESO* y los más antiguos cistóforos con clara atribución a esta ciudad se remontan al año 133 antes de J. C. Desde entonces continuan sin interrupción acuñandose en esta ceca, hasta el año 67 aproximadamente. Los tipos son los habituales con el monograma «A Δ P» y simbolos variables, referentes a *Dionisios* o *Zeus*.

Ya en el siglo II antes de J. C. su acuñacion de plata lleva la corona de hiedra en el reverso, de los tetradracmas de patrón atico.

II) — *PERGAMO*

El territorio de Pergamo, según la tradición, fué colonizado por *Epidaurus*, bajo la protección del Dios *Asclepio* y sus primeras emisiones monetarias conocidas se remontan al año 440 antes de J. C. bajo la dinastia de *Gongylos*, que reinó durante el dominio Persa.

Esta Ciudad se disputa con *EFESO* de haber sido la cuna de las acuñaciones cistofóricas, cuestion muy debatida y que hasta la fecha no ha tenido una solución admitida unánimemente por los Historiadores, Numismaticos y Arqueologos. La tendencia clasica es a considerar a Efeso como la ceca mas antigua, pero modernamente la asignacion de Pergamo ha ganado mucho terreno, sobretudo despues de los interesantes trabajos de G. van Hoorn (*), quien se basa en el simbolismo de las monedas, puesto que si se hubiese originado en Efeso, parece logico admitir que se debia de encontrar signos típicos Efesios en los mas antiguos ejemplares de estas monedas, cuando en cambio toda la mitologia Dionisiaca pertenece con mas exactitud e intensidad a Pergamo, ya que *Atalo I* hacia remontar su genealogia a *Dionisio*. La unica razon verdaderamente de importancia que exponen los partidarios de la primacia de Efeso, es el mismo patrón de peso cistofórico. El patrón de peso fenicio que se usó en Efeso durante el dominio de los *Ptolomeos*, fué el mismo que se utilizó ampliamente en Rodas y en Egipto, y muy similar al cistofórico, aunque este ultima al dividirse en mitades y cuartos, mas bien se consideró como *Tetradracma*, en lugar de *Tridracma* de patrón ático. Indudablemente entre las dos ciudades, Pergamo al ser la capital del Reino tuvo mas fuerza politica y económica, y aunque no hay ningun tipo intermedio entre los tetradracmas de patrón ático con la efigie real y los cistóforos, algunos de los simbolos son identicos, y sobretudo la idea de la acuñacion era de muy amplias proporciones, para ser una simple moneda de una ceca secundaria. El «*afflaston*» tampoco resuelve el dilema, pues tanto puede pertenecer a Pergamo como a Efeso, ambas en aquellos tiempos ciudades maritimas de gran importancia económica.

(*) De origine Cistophoren. *Mnemosyne*. Bibl. Phil. Batavia 1915.

Un ultimo dato abona aun mas por la prioridad Pergamena en la acuñacion: el hecho de que Efeso estuvo bajo el dominio de Ptolomeo desde el año 245 al 197 antes de J. C. precisamente la época de los inicios de la emision de este tipo, según antes ya hemos analizado. Este dato historico sin embargo es interpretado por algunos autores como favorable a Efeso, ya que los Ptolomeos hubieron aceptado de muy buena gana una alianza monetaria, con el fin de hacer la competencia económica a los Seleúcidas. Personalmente me parece muy aventurada la hipotesis, por dos razones; la primera por las características religioso-simbólicas de la emision y la segunda por la falta de datos concretos de hallazgos de monedas Ptolomaicas y cistóforos en las mismas regiones.

Hasta hace pocos años, la palabra cistóforo, para designar una moneda se consideraba como una excepción, e incluso se llegó a asegurar que era un nombre popular, una especie de mote, y que en ninguna inscripcion ni monumento se hallaba referencia a tal apelativo.

En un reciente libro de D. M. Robinson (¹), se expresa tal opinion particular, extendidísima entre los Numismaticos. Sin embargo, las modernas investigaciones epigraficas, han demostrado todo lo contrario; casi todas las monedas se nombraban por su caracter principal seguido de la palabra «foros» aunque los cistóforos son los unicos en que este caracter principal esta en el anverso de la moneda. Por lo tanto la Numismática de la época Helenística debe revisarse por completo, y para ello han de servir de base los profundos trabajos del Prof. Robert (²) recientemente aparecidos.

Siguiendo a este erudito, se llega a la siguiente lista de monedas que unicamente se conocian por su simbolo principal:

- a) — Phoinicóforos, monedas de Délos, por la palmera del reverso.
- b) — Stephanóforos, o Tetradracmas y Dracmas de Atenas del nuevo estilo llamados así por la corona que circunda el reverso.
- c) — Tauróforos, monedas de Eretria, por la figura del toro del reverso.
- d) — Crateróforos, monedas de Naxos con la cratera en el reverso.
- e) — Botryóforos, monedas de Ténos, con uvas en el reverso.
- f) — Plynthóforos, dracmas de Rodas nuevos, con reverso incuso.
- g) — Glaucóforos, dracmas y tetradracmas atenienses del viejo estilo con la lechuza en reverso, sin «stefanos».
- h) — Aetóforos, monedas con el Aguila Ptolemaica.
- i) — Tropaióforos, que son los Victoriates romanos.

Como se ve, en la época Helenística, la mayor parte de las monedas de extensa circulacion se conocian por nombres apropiados a su simbolismo, mas que por los del estado emisor.

Concretandonos a los cistóforos, se pueden citar las siguientes fuentes epigraficas, ademas de las menciones ya conocidas de Tito Livio y Ciceron:

- 1) — Una lista de donativos hallada en Magnesia de Sypile, en donde las cantidades se cuentan por cistóforos (³).

(¹) Sardis. Greek Inscriptions. 1932 Comentando la numero 195.

(²) Louis Robert. Inventaires de Délos. 1951. pag. 143 y ss.

(³) J. Keil y A. von Bremerstein. Erste Reise in Lydien. 1908 n. 14.

- 2) — Un pequeño fragmento de Sardes con la palabra incompleta ⁽¹⁾.
- 3) — En los inventarios de Délos hay varias menciones a los cistóforos, entre ellas la de «kistophoron tetrachmon» recogidos en tesoros ⁽²⁾.
- 4) — En los podromos del templo de Apolo en Délos, también aparece la mención cistofórica ⁽³⁾.

En algunas de las inscripciones aparece una variante de «kissóforon tetrachmon» lo que puede interpretarse como una alusión a la corona de hiedra que rodea el reverso. Los tipos de la ceca de Pergamo se pueden clasificar como sigue :

- a) — Tétradracmas con el anverso y reverso habituales, y el monograma de PERGAMO a la izquierda del campo del reverso.
- b) — Dracmas y didracmas de patrón cistofórico con:

ANV/. Piel de león y maza de Hercules.

REV/. Racimo de uvas sobre hoja de parra ⁽⁴⁾.

Según las fechas de emisión, Barclay V. Head ⁽⁵⁾, clasifica los Cistóforos de Pergamo, en los siguientes grupos :

GRUPO A — Entre 200 y 133 antes de J. C. como fecha aproximada.

Tipos habituales con el monograma de Pergamo, y la presencia en el reverso a la derecha de las serpientes, de un símbolo variable, antorcha, caduceo, tyrsos etc. Flan ancho y relieve poco pronunciado.

GRUPO B — Entre los años 133 y 67 antes de J. C.. Acuñación de la Asia propia de los Romanos, con flan más grueso y estrecho y mayor relieve. Como símbolo único el bastón de Asclepios, al que a veces se une el monograma de los Prytanis, y alguna abreviatura de nombre de magistrado.

GRUPO C — Entre los años 57 y 54 antes de J. C.. Son las series de cistóforos Pro-Consulares, que llevan los nombres de los Pro-Consules :

- 1) — C. FABIVS (57-56). Con nombres de magistrados locales como Minofilos y Dimeas.
- 2) — C. CLAVDIVS PVLCHER (55-54). Con nombres de magistrados locales como Minodoros y otros.

GRUPO D — Entre 50 y 49 antes de J. C.. A este grupo pertenece un único tipo descrito por Wroth ⁽⁶⁾, y del que un ejemplar fué vendido recientemente en el comercio ⁽⁷⁾. Su anverso es el normal, y en el reverso se ve a la izquierda del campo la «Q» del Questor, y a la derecha el bastón de Asclepios. Como monograma «ANTO». Von Fritze ⁽⁸⁾, describe

⁽¹⁾ Sardis n. 195

⁽²⁾ B. Roussel. Delos colonie athénienne. Pag. 167.

⁽³⁾ I. Delis. 1443 A. I. Iam 149.

⁽⁴⁾ Num. Chronicle 1880. Iam VIII — 12.

⁽⁵⁾ Barclay V. Head. Historia Numorum 2. P. 535.

⁽⁶⁾ Numismatic Chronicle, 1893 pag. 10.

⁽⁷⁾ Münzhandlung Basel, 1937. Numero 8. Pieza numero 340.

⁽⁸⁾ Münzen von Pergamon, pag. 16. Nota 1.

tambien un ejemplar analogo, con peso de 12.54 gramos. Se supone fue acuñado por L. ANTONIOS hermano de Marco Antonio, como Questor de la Provincia de Asia.

GRUPO E—Entre 49 y 48 antes de J. C. Con los cistóforos acuñados por Q. CECILIO METELLUS PIUS SCIPIO, como «IMPERATOR». En lugar de la funda del arco aparece el aguila de las legiones Romanas en el reverso.

En Pergamo tambien se acuñaron algunas clases de medallones cistofóricos, en conmemoración del matrimonio de António el año 39 antes de J. C. con Octavia. Entre ellos figuran los siguientes :

- 1) — ANV/. Cabezas conjuntas de Antonio y Octavia mirando a la derecha.
REV/. Cista mística, coronada por la efigie de Baco.
- 2) — ANV/. Cabeza de Antonio laureada.
REV/. Cista mística coronada por busto de Octavia.

Como facilmente se observa, la forma clasica esta completamente degenerada; en esta ultima epoca, se invierte la posición habitual de anversos y reversos, y se colocan emblemas encima de la Cista, perdiendo toda su fuerza simbolica.

Son los ultimos restos de esta, en otros tiempos, poderosa acuñacion monetarial.

JONIA

I) — EFESO

La antigua ciudad Efesia debió sin duda enorme influencia y poderio mas que a las riquezas de su suelo a la existencia del santuario de la Gran Diosa Asiatica, Diosa de la Naturaleza, que los primeros griegos identificaron con la Diosa ARTEMIS. Su representacion mas característica es la forma de momia femenina con los pies juntos y multiples brazos, y su simbolismo numismatico secundario, la abeja y la cierva. El Gran Sacerdote del templo de Artemis era conocido por el nombre de «essin» o Rey de las Abejas, mientras que la Gran Sacerdotisa, llevaba siempre el nombre de «melisa» o miel de abeja.

Ya hemos explicado al hablar de los cistóforos Pergamenos, la posibilidad de que cualquiera de estas dos ciudades haya sido la iniciadora de la acuñacion. Como el problema está aun en pie, nos limitaremos a decir que las primeras acuñaciones Efesias de cistóforos se remontam mas alla del año 140, pero como no estan datadas no se puede precisar con mas exactitud la fecha. Por su aspecto exterior, flan ancho y poco relieve, son muy parecidas a las de Pergamo, de las que unicamente se diferencian por los monogramas y simbolización particular.

Desde el año 134 llevan las fechas de la era de la provincia da Asia y además la antorcha como simbolo secundario a la derecha de las serpientes.

Un cistóforo de Efeso fechado «15» o sea 121 antes de J. C. lleva la inscipción de un oficial Romano, C.ASIN C. F., pero no puede ser identificado con el Pro-Consul de Asia del mismo nombre, pues este ejerció su cargo en el año 6-5 antes de J. C. Si no se trata de una falsificación es una reacuñacion utilizando una moneda mas antigua.

Los cistóforos fechados de Efeso, se extienden en series ininterrumpidas desde el año 133 al 67 antes de J. C. Despues de un intervalo sin acuñacion de unos 10 años, reaparecen en el año 58, con los nombres de los Pro-Consules Romanos siguientes:

- 1) — T. AMPIUS — Año 58-57 antes de J. C.
- 2) — C. FABIVS — Año 57-56 antes de J. C.
- 3) — C. CLAVDIVS PVLCHER — Año 55-53 antes de J. C.
- 4) — C. FANIVS PRAETOR — Año 49-48 antes de J. C.

Otra interrupción tiene lugar a partir de esta fecha hasta los primeros cistóforos Imperiales del año 43, con la leyenda «DIANA EPHESIA» ya en caracteres latinos, que continúa durante varios años.

Las acuñaciones en oro no emplearon los símbolos cistofóricos y únicamente los de la Artemis Efesia.

Recientemente ha sido citado en el comercio un cistóforo de Adriano con las siguientes características, normales en la época.

ANV/. Busto de Adriano

REV/. Estatua de la Diana Efesia entre dos ciervos. Peso 10,36 gramos.

Desde Adriano desaparece por completo la simbolización, que en el último ejemplar antes reseñado, poco tiene de común con los cistóforos clásicos.

II) — ESMIRNA

La acuñación cistofórica de esta antigua ciudad comienza en el siglo II antes de J. C. simultáneamente con Tetradracmas Alejandrinos y dracmas de flan ancho.

Su símbolo fundamental es la cabeza de Cibele con corona mural, y el monograma «ZMYP». Lo mismo que en las demás cecas de la Provincia de Asia hay una interrupción en las acuñaciones entre el año 84 y las primeras series de monedas Imperiales Romanas.

III) — FOCEA

Tuvo la ceca de Focea una importancia extraordinaria en toda la Jonia y sus emisiones de electrum son de las más antiguas del mundo, ya que son anteriores al año 600 antes de J. C.. Después de la destrucción de Esmirna por los Lidios, su actividad comercial se intensificó aun más, pues era el principal puerto exportador e importador de la época clásica ⁽¹⁾.

Su patrón autóctono de peso era mucho más apreciado que el milesio y el sardio, y además sus monedas tenían mucha mayor proporción de oro puro, llegando a ser conocida como «la dueña del mar» en los siglos VII y VI antes de J. C..

(1) Herodoto. Libro i. Pág. 163.

Bajo el dominio Seleúcida acuñó tetradracmas, seguramente en unión comercial con Cyme y Myrina, y se cita también como ceca cistofórica, aunque son muy raros los ejemplares claramente asignados a Focea hasta la fecha. Sus símbolos característicos son: el Grifo y las letras «φω».

Posiblemente utilizó también los secundarios de Cibeles y Asclepios.

LYDIA

I) — APOLLONIS

Esta ciudad situada a mitad del camino entre Pergamo y Smirna, debe su nombre a la madre de Eumenes II y Atalo II de Pergamo. Su acuñación cistofórica se distingue por la leyenda «Απαι» y a menudo las iniciales BA, EY «Δ» o sea año 4 de Eumenes II, que corresponde a 186 antes de J. C..

Los símbolos secundarios son variables, pero los más importantes consisten en la cabeza de Cibeles con corona mural, los rayos de Zeus o la cabeza de Hercules. Como en la mayor parte de las cecas secundarias Lydias su acuñación no es anterior al año 190 antes de J. C. y su importancia comercial escasa. Sus cistóforos se distinguen además por ser más pequeños que los Pergamenos y más gruesos; la cista disminuye de tamaño y en cambio la corona de yedra aumenta en tamaño y en relieve. A ellos se puede referir la inscripción «kissofóron» variante de «kistofóron» antes citada.

II) — THYATIRA

Fue una importante ciudad en el alto Lycus, que en sus orígenes constituía una plaza fuerte Lydia (teira), conquistada por los primeros Reyes de la Dinastía Seleúcida.

Sus primeras acuñaciones conocidas son cistóforos de Eumenes II con el monograma «MYA» de esta ceca, y fechados BA, EY. B. o sea año 188 antes de J. C. Estos ejemplares pertenecen al grupo de «cista» pequeña y alto relieve de la corona de yedra, como los de Apollonis, aunque de flan más ancho.

Como símbolo secundario utilizaron el fulmen de Zeus y los variados atributos de Apolo, como tripode, acervo o doble hacha. Un gran intervalo de cerca de 200 años se extiende hasta las acuñaciones Imperiales Romanas, y no se ha encontrado ninguna moneda de esta época, hasta la fecha.

III) — NYSA

La acuñación de esta Ciudad es la más meridional de todas si se exceptúa la equivalencia de los didracmas de Syde. Estaba situada en la falda sur del Monte Messogis en el valle de Meandro, y fue fundada por Antioco I en el antiguo emplazamiento de la villa espartana de Athymbres cerca de la actual Eski-Hissar.

Su esfera de influencia y situación geográficas es por completo Seleúcida, pero sin embargo sus primeras acuñaciones conocidas son los cistóforos con el símbolo secundario de una «korai» velada.

También existen dracmas cistofóricas de Nysa, con el Monograma NY o más adelante NYCA en el campo de la moneda. Algunos ejemplares están fechados con los años 12, 15 y 23 de la era de Asia o sea 134-123 antes de J. C..

IV) — SARDÉS

Fue la antigua capital del Reino Lydio y estaba situada en el Monte Tmolus dominando la llanura de los ríos Hermus y Pactolus, que en sus arenas llevaban gran cantidad de oro, base de la riqueza de Oreso y de sus antepasados. Achaeus fué proclamado Rey en Sardes en el año 214 antes de J. C. y se agregó al reino Atálida en el año 189, fecha en la que se incrementó la acuñación de los cistóforos al mismo tiempo que continuaba la de tetradracmas Alejandrinos y la de oro de tipo Filípico.

Aunque los cistóforos de Sardes son mucho más raros que los de Pergamo y Efeso, sus tipos son casi exactos, con las mismas características de flan ancho y «cista» grande, así como corona de yedra con poco relieve, por lo que pueden conceptuarse como coetáneos. Durante los años 220 al 189 antes de J. C. no pudo haber acuñación en esta ceca de monedas cistofóricas ya que estaba en poder de los Seleúcidas. Estas cifras, exactas históricamente, junto con las también exactas de Tito Livio que antes hemos reseñado, nos demuestra que en el corto período de 226 a 220 antes de J. C. no hubo tiempo material de acuñar tanta moneda como la recogida en los botines guerreros y por tanto hay que retrotraer el principio de la emisión al final del siglo III antes de J. C., lo que igualmente es aplicable a los cistóforos de Pergamo y Efeso, por la identidad de tipos y formas.

El monograma clásico de los cistóforos de Sardes es «ΣΑΡ» o bien «ΣΑΡΑΙΑ-NON» y su símbolo muy variable, que en algunos ejemplares queda reducido a una flecha, parte del fulmen del Zeus Lydio.

Se conocen pocos cistóforos después del año 133, aunque seguramente la acuñación seguiría bastante tiempo.

V) — STRATONICIA

En la península de Asia Menor había dos ciudades con este nombre, una en la Caria unas 30 millas al Sur de Alabanda, y que fue bautizada así por Antioco I en memoria de su esposa y otra en la Lydia, sobre el valle del Caicus, llamada también Indi-Stratoniceia, nombre que perpetuaba la memoria de la esposa de Eumenes II. Los cistóforos catalogados hasta la fecha pueden pertenecer a cualquier de estas cecas, ya que por sus características exteriores pertenecen más bien al período 168-130 antes de J. C.

Algunos autores confunden las dos Stratonicias y quieren dar fuerza al argumento de una fecha más reciente para los comienzos de la acuñación en general, basándose en que hasta 188 Eumenes II no se casó con Stratoniceia y por tanto no puede haber emisiones anteriores a este año. Como el monograma STPA se observa en monedas fechadas 196-194 y 3, debe sin duda referirse a la ciudad Caria en lugar de a la Lydia, variando así la clásica distribución de Imhoof-Blumer, seguida después sin discusión por la casi totalidad de los tratadistas modernos.

En el año 130 la ciudad Lydia dejó de existir quedando en su lugar una simple aldea agregada al territorio de Thyatira, volviendo después a ganar importancia desde Trajano, por lo que los cistóforos romanos pueden pertenecer también a ambas cecas, ya que el año 81 la Stratoniceia Caria fué declarada por el Senado Romano ciudad libre. Históricamente la ciudad Caria es de mucha mayor importancia, por la presencia de tres famosos templos en sus alrededores, uno de ellos el del Zeus Cario, centro político y religioso de toda la región.

Sus símbolos secundarios son la cabeza de Zeus, águila con las alas extendidas, antorcha o Pegaso.

VI) — TRALLES

La ceca de esta ciudad es de gran importancia. Fue fundada por los Argivos y Tracios de donde deriva su nombre. Estaba situada en una llanura al S. E. de Efeso, dominando la planicie del bajo Meandro, y antes había recibido también, por un corto intervalo, el nombre de SELEUCIA con acuñación autónoma de bronce dedicada al Zeus de Tralles o Larasicos, santuario cercano así como el del Zeus «Eumenes», mas conocido en la antigüedad por Zeus «el Bondadoso».

Después de la derrota de Antioco en 190, Tralles como todo el resto de la Lydia, se incorporó al reino Atálida, bajo cuya dirección gozó de un extenso período de prosperidad y riqueza.

Sus dracmas, didracmas y tetradracmas cistóforicos tienen como fechas límites los años 189 y 48 antes de J. C.. Siguiendo a Barclay V. Head ⁽¹⁾, se dividen en cuatro grupos, a saber:

GRUPO PRIMERO — Cistóforos sin monogramas de magistrados entre las serpientes, con el único monograma de la Ciudad «TPA» o «TPA^A I» y con símbolos variados en el campo.

GRUPO SEGUNDO — Monedas con símbolos o monogramas de los magistrados entre las serpientes, además de los secundarios.

GRUPO TERCERO — Idéntico al anterior pero con monogramas extendidos a cuatro letras.

GRUPO CUARTO — Cistóforos Pro-Consulares, con nombres de gobernadores Romanos en caracteres latinos, en el reverso.

Los tres primeros tipos corresponden a la era de Pergamo, anterior al año 133 antes de J. C.. Desde este año en adelante están fechados con la era de la Provincia de Asia, pero solo duran hasta el año 126, fecha en que bruscamente se interrumpe la acuñación, lapsus que dura hasta después de la muerte de Mitridates.

Entre los nombres de los Pro-Consules Romanos se encuentran como más importantes los siguientes:

- 1) — T. AMPIUS T. f. PROCOS. — Año 58-57 antes de J. C.
- 2) — C. FABIVS M. f. PROCOS. — Año 57-56 antes de J. C.
- 3) — C. SEPTIMIUS T. f. PROCOS — Año 56-55 antes de J. C.
- 4) — C. CLVDIVS AP f. PVLCHER. PROCOS — Año 55-53 antes de J. C.
- 5) — C. FANNIVS, PONT. PRAETOR. — Año 49-48 antes de J. C.

Suelen llevar además el nombre del magistrado municipal correspondiente en caracteres griegos, caso siempre sin abreviación y en nominativo, aunque algunas veces de títulos honoríficos como «iereus» y «stefaniforos» ⁽²⁾.

En el año 26 antes de J. C. Tralles quedó destruida por un fuerte terremoto, siendo luego reconstruida por Augusto, que le cambió el nombre por Cesarea.

Los principales símbolos secundarios de esta ceca son los de Apolo, Zeus, Helios y Selene, con una gran variedad de atributos.

⁽¹⁾ Historia Numorum 2. Pág. 660 y ss.

⁽²⁾ Comparese a este respecto la atribución de cistóforo a Hierapolis con la inscripción IEPO, pag. 41.

Durante la rebelión de Asia Menor contra el yugo Romano en 88/84 antes de J. C. Tralles emitió moneda de otros tipos, seguramente para pago de los gastos de guerra, e incluso algun raro estátero de oro, del que solo se conoce un ejemplar en la colección Waddington de Paris.

FRIGIA

1) — APAMEA

En Asia Menor hubo dos ciudades coetáneas con este mismo nombre, una al Norte de la Bytinia, llamada así en honor de la esposa de Prusias I, y otra en Frigia, fundada por Antioco I Soter, en memoria de su madre APAMA. A esta última pertenecen las acuñaciones de cistóforos conocidas por el monograma «A π A» muy similares por lo demás a los de Pergamo y Efeso.

La antigua residencia real frigia y plaza fuerte «Calaenae», al cambiar su nombre por el Seleúcida de «Apamea» gana mucho en actividad comercial e importancia, ya que geográficamente era una etapa intermedia de la que irradiaban caminos y rutas de caravanas en todas direcciones. Comunmente se la denominaba el arca (i kibotós), pues en esta ciudad se reembalaban las mercancías en arcas o cestas, para su transporte a los puertos exportadores como Efeso y Pergamo.

Posiblemente a este mote popular es debido la confusión actual que ya se remonta al siglo III después de J. C. sobre el Arca de Noe, que debía encontrarse al pie del Monte Ararat, identificado caprichosamente como el que se eleva a un lado de Apamea. Me permitiré extenderme un poco más en este punto, que merece ser aclarado definitivamente ante la repetición en nuestros días de expediciones arqueológicas, con mejor buena voluntad que bagaje científico.

El hecho tiene su origen en las acuñaciones en bronce de Septimio Severo, Macrino y Filipo en la primera mitad del siglo III después de J. C. que en la casa de Apamea, presentan la siguiente forma:

ANV/. Retrato del Emperador.

REV/. Arca con dos figuras delante, y dos pajaros encima.

LEYENDAS/. En exergo APAMEON al reverso y en el Arca NOE. Además las leyendas habituales en los bronzes de estos emperadores.

Seguendo a Theodor Reinach, en su erudito estudio histórico de este tema ⁽¹⁾, la interpretación es la siguiente:

Un hombre y una mujer aparecen sentados dentro del Arca que flota sobre las aguas, una tapa o techo esta entreabierta, y un pajarito indeterminado se posa sobre el saliente. A la izquierda otro episodio es la continuación del primero, en el tiempo, siguiendo la costumbre figurativa de los sarcófagos del siglo III; ahora los dos personajes, hombre y mujer están en pie fuera del arca, con las manos levantadas en acción de adorar y otro pajarito, posiblemente una paloma, les trae una rama de olivo.

Como puede verse la escena en sus dos fases esta calcada del relato del Génesis, y para deshacer todo posible equívoco, la inscripción NOE se lee claramente en una

(1) Reinach. L'Histoire Greque et la Numismatique. 1902. Pág. 16 y ss.

banda del Arca. Y en cuanto a la mujer que aparece con Noe, su nombre se há podido identificar por un libro apócrifo de los primeros siglos de la Iglesia Cristiana (1), se llamaba Noria.

Para explicar la presencia de esta escena Bíblica en una moneda acuñada en pleno paganismo hay que acudir a la tradición local de la Frigia, en donde había una creencia popular seguramente basada en algún cataclismo geológico de época antigua, sobre un diluvio. Según esta tradición unos herederos del Rey mitológico Nannacos, que llevaba más de 300 años viviendo, consultaron al oráculo para saber cuando moriría este Rey, siendo la respuesta que cuando así sucediese, todo el género humano perecería con él. Al oír tal respuesta todo el pueblo invadió los templos pidiendo clemencia a los Dioses, y desde entonces quedó la expresión popular «los lloros de Nannacos» (2). Pero de nada sirvieron esos lloros, el diluvio comenzó y la tierra quedó cubierta por las aguas. La segunda parte de este mito helenico es que Jupiter ordenó a Prometeo y a Minerva hacer figuras humanas de arcilla, y a los Vientos darles vida para repoblar la tierra desierta. Este prodigio tuvo lugar en una ciudad también de la Frigia, Iconion, que deriva su nombre (ciudad de la imagen) de este nuevo renacer de la especie humana por la imagen en barro (3).

Este mito era muy popular en Apamea, y por eso no extraña su aparición en las monedas, pero lo extraordinario es porque se ha mezclado con el mito hebreo, y en el Arca se pone claramente la leyenda NOE. Para explicarlo hay que tener en cuenta la influencia de la colonia judía de Apamea, y de la influencia religiosa del judaísmo, bajo la máscara helenica. Apamea fue repoblado por Antioco III con colonos de razas muy diversas, entre ellos numerosos judíos, cuyo país acababa de conquistar (4). Un siglo después la colonia judía de Apamea era una de las mayores del Asia Menor, y con los judíos llegaron sus libros santos. En su afán de proselitismo vieron en la tradición de Nannacos una simple copia del Diluvio de Noe.

Otra circunstancia vino a favorecer la mezcla de tradiciones, Apamea «kibotós», les recordaba la palabra «kibotós» con que la versión de los Setenta llama el Arca de Noe. De aquí a llegar a identificar el Monte Ararat con cualquier monte de las cercanías, no hay más que un paso.

Todo esto unido a la tradición Sybilina de que el Arca de Noe se detuvo en el Monte Ararat en las fuentes del río Marsyas, lleno sin duda de satisfacción a los habitantes de Apamea, y de ahí se deriva esta acuñación tan singular, mezcla pagano-cristiana, por otra parte firmada por el Agnotheta Artémas, nombre perfectamente pagano. Estas mezclas son muy características del siglo III cuando el Emperador Alejandro Severo, colocaba en su oratorio particular, el busto de Orfeo entre los de Abraham y Jesu Cristo.

Las primeras acuñaciones conocidas de Apamea, son los didracmas y tetradracmas cistofóricos que llevan el monograma «ΑπΑ» combinado en la forma típica de «|Α|», La propia situación de la ciudad, clave de comunicaciones, es sin duda una de las causas de la rapidísima difusión del cistóforo en toda el Asia Menor, ya que los Atalidas controlaban por lo menos una de las dos carreteras que unían Apamea con el Occidente y sus puertos comerciales.

Desde un punto de vista puramente cronológico, se dividen los cistóforos de Apamea en tres grandes grupos:

(1) Epiphane. Hérésies, 26, 1.

(2) Herondas — Libro III, 10.

(3) Esteban de Byzancio. Iconion. Suides, Nannacos.

(4) Josefo. Ant. judía. XII, 3, 4.

GRUPO PRIMERO. — Corresponde a las primeras acuñaciones que duran hasta el año 133 antes de J. C. y que siempre llevan el monograma en su forma arcaica antes reseñada.

GRUPO SEGUNDO — Son las acuñaciones posteriores que llevan el monograma resuelto en sus tres letras, hasta la aparición de los Pro-Consulares.

GRUPO TERCERO — Compuesto por los tipos Pro-Consulares entre el año 57 al 48 antes de J. C.. Los Pro-Consules son los de la Provincia Romana de Cilicia, a la que estaba incorporada Apamea, y los que figuran en las monedas son:

- 1) — C. FABIVS — Año 57-56 antes de J. C.
- 2) — P. LENTVLVS — Año 56-53 antes de J. C.
- 3) — APPIVS CLAVDIVS PVLCHER — Año 53-51 antes de J. C.
- 4) — M. TULLIVS CICEHO — Año 51-50 antes de J. C.
- 5) — C. FANNIVS PONTIFEX PRAETOR — Año 49-48 antes de J. C.

En todos los casos llevan también los nombres de los magistrados locales o municipales en caracteres griegos, casi siempre acompañados de un patronímico.

El símbolo secundario casi único es la flauta doble de Marsyas, de cuyo significado ya hemos hablado anteriormente y que en las emisiones puramente Romanas sobrevive aun, con la variante de ser Atenea en pie o sentada la portadora de la flauta, mientras Marsyas a sus pies, la observa asombrado.

II) — CIBYRA

Una ceca muy rara de monedas cistóforicas es la de esta ciudad situada cerca de las fuentes del Indus, en la Frigia del Sur, casi en la frontera de la Lycia, y que no se incorporó a la Provincia Romana de Asia hasta el año 84 antes de J. C..

Su acuñación de cistóforos reviste importancia, pues después de la derrota de Antioco fué cabeza de una confederación de cuatro ciudades, con reyes independientes, de los que se sabe muy poco históricamente. En el período entre 166 y 84 antes de J. C. emitió dracmas y tetradracmas cistóforicos con el monograma KIBY muy raramente, y con símbolos secundarios de águila, parte anterior de caballo o de toro.

Su último Rey, Moagetes, acuñó moneda con su nombre antes de ser vencido por los Romanos.

Bajo la dominación Romana, se desconoce si continuó o no emitiendo cistóforos Sibyra, pues no se ha encontrado ningún ejemplar, aunque su alianza con Efeso, parece fortalecer la hipótesis positiva.

III) — LAODICEA

Con este mismo nombre han existido muchas ciudades Helenísticas que emitieron moneda ya en el Ponto, Lycaonia, Siria, Lybano y hasta en Fenicia, pero la ceca cistóforica es la de la ciudad de Frigia, conocida más bien por Laodicea ad Lycum, situada casi en la frontera con la Caria.

En sus orígenes fué una importante plaza fuerte fundada por Antioco II en el

siglo III antes de J. C. en honor de su esposa, sobre una antiquísima villa, denominada Diospolis o Rhoas. Dominaba todo el valle del Lyous, y estaba limitada por dos ríos, el Lykos y el Capros, personificados en sus monedas por los símbolos parlantes de un lobo y de un jabali.

Los cistóforos de Laodicea, se agrupan en tres clases principales a semejanza de los emitidos en otras cecas de la Frigia.

GRUPO PRIMERO — Primeras acuñaciones desde 190 antes de J. C. aprox. y al año 133. Todos con el monograma «ΛΑΟ» y símbolos secundarios variados, como lobo, cabeza de Laodicea o jabali.

GRUPO SEGUNDO — Desde el año 133 se agrega el nombre del Magistrado primero en genitivo y ultimamente en nominativo, con un patronímico. El símbolo secundario de este segundo grupo es siempre un caduceo.

GRUPO TERCERO — Cistóforos Pro-Consulares con los nombres en caracteres latinos de los Pro-Consules, que son los mismos reseñados en la cerca de APAMEA, pero añadiendo en algunos la palabra IMPERATOR, al principio del nombre propio del Pro-Consul de la Cilicia. Continúa el símbolo fijo del caduceo.

Esta fuera de toda duda en la actualidad el significado de la cabeza de Diosa que aparece en algunos tipos y que pertenece a la Reina Laodicea puesto que ha llegado a nuestros días un edicto de Antiocho II, concediéndole honores divinos, y consagrándola al mismo tiempo como Suma Sacerdotisa para el culto en todos sus dominios.

En algún tipo autónomo de bronce, se observa la cista mística entre gorros de los Dioscuros, pero son casos raros y de última época.

IV) — SYNNADA

Con esta ceca llegamos a la última conocida de cistóforos en todo el Asia Menor.

Su emplazamiento geográfico en Frigia, al Norte de Apamea, constituía una etapa intermedia en los caminos hacia la Cilicia desde las costas de Bitinia y Paflogonia, y de ello tenemos testimonio fehaciente en Cicerón ⁽¹⁾ que en su viaje se detuvo tres días en Laodicea, tres en Apamea y otros tres en Synnada.

Los cistóforos son también sus primeras acuñaciones, aunque parece que no son anteriores al grupo segundo o sea al 133 antes de J. C. ⁽²⁾.

Como símbolos secundarios se utilizan el anfora y a veces la lechuza de Atenea.

No se conocen tampoco cistóforos del grupo tercero, aunque la falta de hallazgos debe achacarse más bien a deficiencias en las investigaciones arqueológicas de estas apartadas regiones de la Anatolia.

En algunos tipos de bronce Imperiales de Synnada, se hace referencia simbólica al Monte Persis, de donde se extraía un precioso mármol Synnadio que, enviado a Efeso, era luego transportado a la Grecia Continental e incluso a Italia para estatuas y construcciones arquitectónicas.

⁽¹⁾ Ad. Att. libro v 16,2 Ed. Loeb.

⁽²⁾ Num. Chron. 1883, pág. 187.

DINHEIROS E MEALHAS DOS NOSSOS PRIMEIROS REIS

De RAUL SOARES DUQUE

Não tenho a preocupação de dizer mais e melhor do que outros numismatas e coleccionadores que, antes de mim, têm feito os seus estudos e aprofundado o seu saber acerca da numária primitiva referente aos dinheiros e mealhas dos nossos primeiros reis, antes o meu propósito é, baseado na minha colecção de dinheiros e mealhas e no estudo para a sua conveniente arrumação, tentar dar uma nova e mais apropriada colocação àqueles numismatas.

Antes porém de mais nada e apenas para seguir a ordem cronológica farei referência à mealha do nosso primeiro rei, cuja oportuna apreciação foi feita pelo Ex.^{mo} Senhor Doutor Batalha Reis logo no Diário de Notícias de 20 de Janeiro de 1937 e depois também no 1.^o Volume N.^o 1, folhas 44 a 49, da «NVMMVS».

É assim que na minha colecção aparece a primeira mealha, aquela de D. Afonso Henriques cujo decalque vai a seguir (*a*) depois a mealha de D. Sancho também decalcada (*b*), como os dois dinheiros que eu supunha de D. Sancho II mas que atribuo a D. Sancho I (*c*) e (*d*), e, em seguimento, os decalques das duas mealhas de D. Afonso II (*e*) e (*f*).

Reconheço, seguindo na pegada de Teixeira de Aragão, Ferraro Vaz, e outros, que é pelo menos muito difícil fazer a destriça exacta entre os dinheiros dos reis Afonsos e Sanchos, atendendo à época muito próxima em que uns e outros governaram e aos tipos pouco variados de que usaram nas suas moedas.

No entanto e sem vislumbres de melhor acêrto, porque os não tenho, e sem embargo das sábias opiniões e pareceres constatados a folhas 234 e seguintes do volume 1.^o n.^o 4 da «NVMMVS» da Sociedade Portuguesa de Numismática e Ferraro Vaz no suplemento n.^o 24 da mesma publicação a folhas n.^o 139 e seguintes, para cujos autores aqui ficam os meus cumprimentos mais respeitosos e os meus respeitos pela memória do falecido Teixeira



Fig. a

D. Afonso I — Mealha



Fig. b

D. Sancho I — Mealha



Fig. c

D. Sancho I — Dinheiro



Fig. d

D. Sancho I — Dinheiro

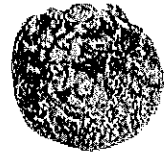


Fig. e

D. Afonso II — Mealha



Fig. f

D. Afonso II — Mealha



Fig. g

D. Sancho II — Dinheiro

de Aragão, resolvi incluir na série de D. Sancho I os dois numismas havidos e considerados, até agora, como de D. Sancho II adiante indicados (c) e (d).

Observarei desde já que pelo facto de esses dois dinheiros por mim atribuídos a D. Sancho I terem no anverso quatro escudetes, dois dos quais triangulares e os restantes um tanto ovoides, isso terá sido apenas determinado pelo designio tomado em época experimental realizada com o propósito de mudança de cunhos, aliás evidentemente ocorrida no reinado de D. Sancho II, como o atestam os dinheiros deste monarca, de que é exemplo o primeiro deste rei com os cinco escudetes em forma triangular que se decalca (g) indicado por Teixeira de Aragão na sua magistral obra, em referência a Sancho II. (fls. 158 n.º 1 do 1.º vol.).

E este mesmo, desta espécie e tipo, *foi o único*, porque os restantes ali referidos já respeitam a outros numismas, cuja forma e número de escudetes é diverso, quanto ao formato e ao número destes, visto que passaram a ter, uns quatro, outros cinco escudetes arredondados, alguns com uma arruela no centro, *mas nenhum outro*, que eu conheça, com escudetes triangulares.

Eu bem sei que Teixeira de Aragão no n.º 2 da sua Obra referente a Sancho I págs. 158 do 1.º Volume, e Ferraro Vaz (S 2-39 e 40 a Fls 144 do Suplemento ao n.º 24 do Volume 7.º — 2 da «NVMMVS» e mesmo Batalha Reis no n.º 6 do Livro I do seu preçário para as moedas portuguesas e ainda na Cartilha de Numismática Volume 1.º a fls. 269, incluem aqueles dinheiros nas moedas de D. Sancho II.

Todavia, com o devido respeito, eu discordo dessas opiniões pelas razões já referidas, e ainda porque, com excepção daquele tipo de dinheiro já aludido com cinco escudetes em triângulo, todos os anteriores tipos figurativos das mealhas de D. Afonso II e portanto anteriores a D. Sancho II, como pode ver-se dos respectivos decalques, ainda se mantinham os triângulos ali colocados conforme a exigência figurativa.

É essa exigência figurativa (que mais não era do que a representação histórica da origem das quinas de Portugal, como o afirma e explica o Dr. Batalha Reis a fls. 1265 do Volume da Cartilha de Numismática Portuguesa, pois traduziam os ferimentos que D. Afonso Henriques recebeu no campo de batalha de Ourique em 1139, por esta forma realizada nas moedas), é que era inicial e naturalmente muito deficiente, sobretudo na época dos três primeiros reis portugueses, quer pelo minguado valor das moedas e seu reduzido tamanho, quer pela dificuldade dos moedeiros fazerem introduzir as necessárias realizações em tão acanhado espaço, quer ainda pela incerteza na realização dos cunhos escolhidos, então batidos a martelo, do que tudo resultaria uma difícil e má representação da figura desejada.

Já no reinado de D. Sancho II essa dificuldade diminuiu e a incerteza foi menor, vista a multiplicidade de cunhos em moedas, mörmente após a cunhagem dos dinheiros com cinco escudetes triangulares, com a qual parece, como já referi, ter terminado o período das incertezas na escolha dos cunhos, como o atestam os restantes dinheiros do mesmo rei D. Sancho II, ter sido modificada a cunhagem dos outros dinheiros, cujos escudetes passaram a ser, em número, ora de quatro ora de cinco, mas não triangulares e sim redondos ou ovoides com pontos no centro ou sem eles.

Desta forma e arredada assim a possibilidade de incluir nos dinheiros de D. Sancho II as moedas que tivessem escudetes triangulares em número inferior a cinco, temos necessariamente de incluir e abranger nos dinheiros de D. Sancho I, todas as moedas cujos cunhos sejam representados em escudetes triangulares de número inferior a cinco.

Por este motivo passei a considerar como de D. Sancho I aqueles dois numismas que atribuía a D. Sancho II. (*c*), (*d*).

UM MINISTRO VISITA A S. P. N.

O dia 15 de Maio de 1964 foi inscrito com uma página de ouro no historial da S. P. N. Na verdade, nesse dia, a Sociedade teve a honra e grande alegria de receber na sua sede uma das figuras mais representativas do Governo da Nação que ali se deslocou propositadamente para receber o seu diploma de sócio honorário.

Referimo-nos ao Ex.^{mo} Senhor Eng.^o Eduardo de Arantes e Oliveira, muito ilustre Ministro das Obras Públicas, o qual se fazia acompanhar do Subsecretário de Estado da mesma pasta, Ex.^{mo} Sr. Eng.^o Amaro da Costa,

Cerca das 12 horas chegou Sua Ex.^a à porta da sede da S. P. N. onde o aguardava a Direcção da mesma, na totalidade dos seus membros e muitos associados. Feitas as apresentações pelo sr. Coronel Santos Júnior, dedicado Comandante da Polícia de Segurança Pública do Porto, deu o Senhor Ministro ingresso nas instalações da nossa Sociedade onde foi recebido com uma vibrante e prolongada salva de palmas a traduzir o júbilo de que todos os presentes se sentiam possuídos por tão honrosa visita.

De seguida o Sr. Eng.^o Arantes e Oliveira dirigiu-se para a sala das assembleias gerais onde se demorou a admirar a já importante e valiosa colecção de medalhas da Sociedade onde tem lugar de destaque o conjunto medalhístico cunhado pelo Ministério das Obras Públicas e que, graças a grande simpatia que o Sr. Ministro nutre pela S. P. N., muito tem enriquecido o nosso património.

Cabe aqui abrir um parêntesis para fazermos referência ao carinho que o Eng.^o Arantes e Oliveira tem dedicado à medalhística, determinando que as grandes realizações do Ministério das Obras Públicas sejam perpetuadas no bronze. *Sem banalizar*, como sublinhou com toda a propriedade o Senhor Ministro, tem, o departamento governamental que dirige, feito cunhar uma série de medalhas comemorativas das grandes inaugurações realizadas no país. Entregue a sua idealização e execução a artistas de grande mérito, tem o Sr. Ministro exigido que essas medalhas apresentem o mais elevado cunho artístico e primoroso acabamento de forma a poderem rivalizar com o que de melhor se apresenta no estrangeiro. Com esta sua maneira de ver tem o Eng.^o

Arantes e Oliveira contribuído de modo decisivo para o progresso da medalhística em Portugal pelo que se lhe não devem regatear louvores.

Terminada a visita a esta colecção, passou o Sr. Ministro à sala da Direcção onde o Dr. Raul Gonçalves, na sua qualidade de Presidente do elenco directivo, lhe dirigiu palavras de saudação e agradecimento. Sublinha o presidente da S. P. N., que, um dos actos comemorativos do 10.º aniversário da Sociedade, em 1963, consistiu na nomeação de dois sócios honorários pelos altos serviços prestados à Numismática: um era o Ministro que se encontra presente; o outro o Prof. Doutor Inocêncio Galvão Teles, ilustre Ministro da Educação Nacional. O diploma de sócio honorário já fora entregue ao Sr. Ministro da Educação quando este em Junho de 1963 dera à Sociedade a honra de visitar a 1.ª Exposição Biblio-Numismática Portuguesa, comemorativa do referido 10.º aniversário. Estava projectada a entrega do diploma ao Sr. Ministro das Obras Públicas no mesmo mês e ano quando da inauguração da Ponte da Arrábida, mas o programa dos festejos da inauguração de tão importante obra, tão útil ao Porto e ao Norte do País, foi de tal maneira sobrecarregado, que não foi possível a S. P. N. desincumbir-se nessa altura de tal encargo.

Nota simpática a registar: em determinada altura solicitamos do Eng.º Arantes e Oliveira que nos permitisse, quando de uma das suas visitas ao Norte para presidir à inauguração de qualquer obra, que o procurássemos para procedermos à entrega do seu diploma; como resposta Sua Excelência fez-nos cientes de que teria muito prazer e honra em visitar a Sociedade e receber no local próprio o diploma que tanto apreciava. Esta atitude do Sr. Eng.º Arantes e Oliveira, deveras desvanecedora para a Sociedade, traduz mais uma faceta da maneira de ser de Sua Excelência e da alta compreensão em que tem os deveres do seu cargo.

Prometeu o Sr. Ministro das Obras Públicas vir pessoalmente à sede da S. P. N. receber o seu diploma de sócio honorário da prestímosa instituição, honrando-a com a sua visita e dignificando o Governo de que é tão prestigioso e ilustre componente.

Em Maio de 1964 a sua palavra foi cumprida.

Após as palavras de saudação do Sr. Presidente da Direcção, procedeu-se à leitura da acta da assembleia geral em que foi aprovada a proposta para nomeação do Sr. Eng.º Arantes e Oliveira, sócio honorário da S. P. N., tarefa que esteve a cargo do Sr. Miguel Coimbra Pacheco, primeiro secretário da Direcção. Finda a leitura desta acta, e por incumbência do Ex.º Sr. Doutor Juíz José de Barros, ilustre Presidente da Mesa da Assembleia Geral, o Sr.





Presidente da Direcção fez entrega ao Sr. Eng.º Eduardo de Arantes e Oliveira, ilustre Ministro das Obras Públicas, de uma artística pasta contendo o diploma de Sócio Honorário da Sociedade Portuguesa de Numismática. Tanto a leitura como o acto da entrega foram sublinhados por todos os presentes com calorosos aplausos.

Agradeceu o Sr. Ministro as homenagens de que estava sendo alvo por parte dos dirigentes e associados da S. P. N., tendo para esta prestigiosa instituição palavras de muito apreço e consideração que todos ouviram em religioso silêncio.

Do jornal «O Primeiro de Janeiro» dessa data transcrevemos a seguir algumas passagens da sua reportagem acerca do seu discurso: «O Sr. Eng.º Arantes e Oliveira falou depois para agradecer àquela «Sociedade de homens bons que só trabalha para o engrandecimento da Pátria» e à qual, como homem e como membro do Governo, sente prazer e honra em pertencer. Enalteceu a acção da Sociedade e declarou que era com verdadeiro contentamento que aceitava o título que lhe conferiram».

«Falando sobre a emissão de medalhas pelo Ministério das Obras Públicas, disse que constitui preocupação sua evitar a sua vulgarização, bem como a rigorosa selecção dos motivos a perpetuar e a escolha dos melhores artistas».

«Quase a terminar o Sr. Eng. Arantes e Oliveira afirmou que o Porto tem sido para si, uma autêntica «caixinha de surpresas», pois quando julgava que nada mais tinham para o distinguir e honrar, os portuenses arranjam sempre uma maneira, como agora aconteceu, pelo que se sentia imensamente grato e distinguido pelo título que lhe ofereceram».

«A assistência tributou-lhe uma prolongada e calorosa salva de palmas».

No decurso desta sessão teve ainda a Direcção da S. P. N. oportunidade de ofertar ao Sr. Ministro e ao Sr. Subsecretário de Estado a medalha comemorativa do 10.º aniversário da Sociedade e de homenagem a Teixeira de Aragão.

Observou-a atentamente o Sr. Eng.º Arantes e Oliveira bordando sobre ela uma crítica deveras lisonjeira.

Foi-lhe nessa ocasião apresentado o seu autor Mestre Cruz Caldas que recebeu do Sr. Ministro as melhores felicitações pelo excelente trabalho que realizara.

Findaremos como principiamos: não há dúvida que o dia 15 de Maio de 1964 foi inscrito com uma página de ouro no historial da Sociedade Portuguesa de Numismática.

DAS MOEDAS DA ÍNDIA PORTUGUESA

CHAMADAS «RODAS»

Por JOAQUIM FRONTEIRA

Vários são os instrumentos de suplicio, ou como tais utilizados, tomados como símbolos do martírio, que se encontram representados na Numária Portuguesa: os *cravos* (em dinheiros de D. Sancho I e em xerafins de prata de D. Pedro II); as *setas* (em moedas de D. Sebastião, de D. João III e de D. João V); as *cruzes* (desde a de Cristo, do Santo Sepulcro, de Santo André e de S. Jorge à de S. Tomé, em diversíssimas moedas); a *grelha de S. Lourenço* (em diferentes tangas de prata dos Filipes e de D. João IV); o *mangual* (em xerafins de prata ou de ouro, com a figura de S. Tomé); e a *roda de Santa Catarina*, com puas, croques ou navalhas (em particular nas «rodas» de D. João V).

Com excepção, talvez, da cruz de Santo André, todos estes símbolos aparecem representados em numismas luso-indianos, sendo mesmo privativos destes, digamos assim, a *grelha* de S. Lourenço, o *mangual* e a *roda* de Santa Catarina.

Vamos agora ocupar-nos apenas das moedas luso-indianas chamadas «rodas», precisamente, por mostrarem no reverso o símbolo do martírio de Santa Catarina, padroeira de Goa, embora figurado só com seis raios.

São conhecidos exemplares de uma «roda» (1 $\frac{1}{2}$ real ou 1 $\frac{7}{8}$ de bazaruco), duas «rodas» (3 réis ou 3 $\frac{3}{4}$ bazarucos), três «rodas» 4 $\frac{1}{2}$ réis ou 5 $\frac{5}{8}$ bazarucos), quatro «rodas» (6 réis ou 7 $\frac{1}{2}$ bazarucos), «rodas» de 10 bazarucos — por sinal, normalmente, as mais pesadas da série «rodas», como veremos — e oito «rodas» (12 réis ou 15 bazarucos). Trazemos aqui a público uma «roda» de cinco bazarucos adquirida há pouco para a nossa pequena colecção e que, pelo menos, é pouco vulgar, se não inédita.

Como subsídio para o estudo dessa moeda elaborámos relações discriminadas de todos os exemplares que conhecemos ou de que obtivemos notícia, com algumas das suas principais características, que inserimos no fim deste curto trabalho. Todos têm como atributo, no reverso, a roda de Santa Catarina de Alexandria ou do Monte Sinai, onde foi martirizada e, por fim, rodada cerca do ano 307, no tempo do imperador romano Maximiano — e, no anverso, o escudo das quinás coroado, todo o conjunto em gravura bárbara. (1)

(1) Na nota N.º 15, a págs. 61 da «Memória sobre as moedas cunhadas em Goa», in «Descrição do coqueiro, arequeira, arroz e moedas de Goa», Felippe Neri Xavier diz: «Roda»: he referencia a roda de Santa Catharina, Padroeira da cidade de Goa, e era o padrão das Armas do Senado, com que tinha sido cunhada a moeda de calaim, fabricada pelo dito Senado, com a roda de hum lado, e uma cruz de outro».

Como se vê esta descrição difere do tipo dos exemplares mais conhecidos da «roda» de D. João V.

Interessa fazer notar que as «rodas» são representadas sempre com 6 raios, em lugar dos 8 ⁽¹⁾ que conta o símbolo do martírio da santa, em movimento dextrógiro, e que nenhum exemplar conhecido é datado, tendo sido vasadas ou fundidas todas no reinado mais opulento da Numária Portuguesa.

Certo que, nessas relações, alguns exemplares poderão figurar por mais de uma vez, em resultado do desmembramento de colecções cujos elementos, por ventura postos em almoeada, foram depois ingressar noutras colecções. Até no nosso pequeno conjunto de numismas luso-indianos possuímos três exemplares que pertenceram ao importante numofilácio de Henry Grogan, leiloado por Schulman em 1914! Voltas que o dinheiro dá!

Entre os diversos atributos numismáticos das «rodas» o peso, aqui expresso em gramas, nem sempre pode ser tomado como indicativo rigoroso do seu valor — por vezes nem sequer aproximado! — pois que a mísera tutanaga ou o calaim, de que são feitas, nunca mereceram grandes cuidados ao moedeiro indú, nem a outros... Como indicativo mais aproximado do seu valor será antes de confiar no módulo da «roda», embora, como é óbvio, isso careça de razoável precisão.

Com estas reservas classificámos os exemplares de que obtivemos elementos — uns 70 — nos sete grupos de valores já mencionados.

As tabelas publicadas por Teixeira de Aragão ⁽²⁾ e por Manuel de Campos ⁽³⁾ e os dados compilados pelo nosso falecido Amigo e ilustre numismólogo Engenheiro Raul da Costa Couvreur ⁽⁴⁾ foram auxiliares preciosos para a ordenação dos referidos numismas.

Transcrevemos a seguir essas tabelas, com ligeiras alterações.

Bazarucos	Estiva de 15-6-1716			Estiva de 25-6-1722		
	Réis de Goa	Grãos	Gramas	Réis de Goa	Grãos	Gramas
7 1/2	7 1/2	243 1/2	12,12	7 1/2	211 1/3	10,52
5	5	162	8,07	5	140 3/4	7,01
2 1/2	2 1/2	81	4,03	2 1/2	70 1/3	3,51
1	1	32 1/5	1,60	1	27 1/5	1,35

⁽¹⁾ Existe no Museu Numismático Português um grande exemplar de «roda» com 8 raios, pesando cerca de 40 gramas, com uma das faces praticamente anépigrafa, em que os três círculos do reverso estão substituídos por igual número de octógonos. No anverso adivinha-se, talvez, um D.

⁽²⁾ «Descrição Geral e Historica», etc., vol. III, págs. 98, 302 e 578 — 1880.

⁽³⁾ «O Archeologo Português», vol. VIII, pág. 204 — 1903.

⁽⁴⁾ «Numismatica Indo-Portuguesa — Bazarucos (Compilação).» — 1943.

Resolução do Conselho de Goa, de 24-9-1742				
Designação	Réis de Goa	Grãos	Gramas	Bazarucos
8 rodas ou vintém	12	378	18,82	15
4 rodas ou 1/2 vintém	6	189	9,41	7 1/2
3 rodas	4 1/2	142 1/3	7,10	5 5/8
1 roda	1 1/2	47 1/4	2,35	1 7/8

Na realidade é caso assente, confirmado pelo exame das tabelas supra, que moedas com a designação oficial de «rodas» e tendo no reverso a roda de Santa Catarina só se fundiram no reinado de D. João V, depois da resolução tomada pelo Conselho da Fazenda de Goa, em 24 de Setembro de 1742, com o objectivo de regularizar as emissões da bazarucada. As moedas anteriores, também de tutanaga ou de calaim e algumas de cobre, eram conhecidas pela designação genérica de «bazarucos». Apresentamos na gravura N.º 4 a reprodução de um bazaruco de cobre, de Filipe II, que julgamos pouco conhecido, sendo de notar que os eixos do anverso e do reverso desta moeda fazem entre si um ângulo quase recto (88°).

Vem a propósito salientar a importância que, para melhor identificação dos numismas de calaim ou de tutanaga fundidos, têm o conhecimento do seu módulo e a determinação do ângulo axial das suas duas faces.

Embora Manuel de Campos indique como emitidas apenas «rodas» dos valores 8, 4, 3 e 1, o que é facto é que Aragão, baseado no documento comprovativo que publica com o N.º 119, datado de 24 de Setembro de 1742, apresenta uma tabela de equivalências Rodas — Réis de Goa — Bazarucos, com 16 termos, desde uma a 400 «rodas».

Conquanto não faça referência especial ao assunto estamos certos de que, de facto, não se cunharam ou vasaram «rodas» de todos estes valores. Em contrapartida conhecem-se «rodas» com outros valores além dos quatro designados.

No que respeita ao nosso exemplar de «roda» de 5 bazarucos ⁽¹⁾ deve-

(¹) No Museu Numismático Português encontra-se um outro exemplar muito semelhante, mas com as navalhas mais grossas e curvas. Apresenta ligeiras rebarbas de fundição — as do nosso exemplar são bem visíveis, mesmo na gravura junta — e o seu peso é de 5,8 gramas, com o módulo de 28/27 milímetros. Foram nitidamente diferentes os moldes utilizados nas duas fundições.

mos confessar que tivemos apreensões sobre a sua autenticidade ⁽¹⁾. E isto não porque o seu aspecto geral, no anverso, as justificasse: camada esbranquiçada anunciando sintomas da «lepra do estanho»; ligeiro granulado resultante da moldagem em areia e escudo das armas coroadas de Portugal, com desenho bárbaro, do tipo de certos bazarucos de D. Pedro II, não eram características de feição a levantar suspeitas. Porém, no reverso, os 6 raios da roda, prolongando-se para além do círculo exterior por outras tantas puas ou navalhas rectas e orientadas no sentido contrário ao de todos os outros exemplares por nós até então conhecidos ⁽²⁾ e o numeral indicativo do valor — um cinco virado à direita — foram a causa de certa desconfiança.

Depois de várias buscas por catálogos de leilões de moedas e livros da especialidade encontrámos nas «Contributions» (1880-1883) do Dr. Gerson da Cunha o selo elíptico do Cabido da Sé de Goa, no qual se destaca a roda com as navalhas na mesma orientação das do nosso exemplar. E, no mesmo livro, lá vem o esboço grosseiro de uma «roda» (?) ou bazaruco de cobre (classificado como 1 ½ real de Filipe II?) ⁽³⁾ mostrando, nitidamente, igual orientação das puas ou navalhas nas extremidades dos raios.

Também nas próprias moedas da Índia Portuguesa cunhadas desde 1947, no canto esquerdo do chefe do respectivo escudo mantelado se destaca a roda da Santa com as navalhas recurvadas no mesmo sentido.

Recorrendo ao «Armorial Lusitano» encontrámos também alguns brasões de armas, nos quais a roda de Santa Catarina, com oito raios, se apresenta no escudo em movimento, geralmente, da esquerda para a direita. Cita-

(1) «É temeridade indesculpável dar-se a qualificação de falso a qualquer tipo monetário desconhecido, só porque os compiladores de leis não encontraram o título que o autorizou». (*Estudos de Numismática Colonial Portuguesa*), de Manuel Joaquim de Campos, in «O Archeologo Português», vol. VIII, pág. 263).

(2) Um exemplar de «roda» de 10 bazarucos, para Baçaim (?) e outro de 5, pertencentes à colecção do Ex.^{mo} Senhor Banqueiro Afonso Pinto de Magalhães, apresentam a mesma particularidade quanto às navalhas ou puas da roda.

Já no reinado de D. João III encontramos a roda de Santa Catarina com as navalhas na mesma orientação, como símbolo ou marca da cidade de Goa, em um «pardau-S. Tomé» de ouro, descrito e figurado no catálogo Schulman da venda da colecção Grogan, em 1914, com o N.º 1505. Por sinal H. Thomas Grogan classifica-o como de D. Sebastião, dizendo: «É o primeiro exemplar da divisa de roda que aparece em moedas indo-portuguesas. Mais tarde, no reinado de D. João V (1706-1750), aparece em muitas peças de tutenaga, que por essa razão se chamam *Rodas*» (V. «Numismática Indo-Portuguesa», por H. T. Grogan, trad. do Dr. Luís Pinto Garcia, pág. 60 e fig.^a 47).

(3) Pertenceu à colecção de J. M. de Sousa e Brito; cit. por Gerson da Cunha, que lhe atribui o peso de 3,24 gramas.

remos os das seguintes famílias: Castro (senhores da Penha Verde), com uma roda; Costa (senhores de Pancas), com uma roda; Street, com três no roquete e uma no timbre; e Almansa, com 5 na bordadura, sendo três girando da esquerda para a direita e duas em sentido contrário. Quanto à inversão do algarismo 5 — caso que não é ímpar na numária luso-indiana — há que considerar que o gravador indú, normalmente iletrado, mais se preocupava com o módulo da moeda, do que com a beleza do desenho ou até com o rigor do peso.

E, assim, da conjugação da disposição destes dois atributos — roda na posição realmente correcta e algarismo 5 virado — somos levados a considerar autêntico o nosso exemplar (e porque não os outros dois idênticos?) supondo — mais não podemos avançar! — que o artista tenha desenhado a roda, no molde, tal como a via nas outras «rodas» e o 5, visto ser «obra nova», na sua posição normal, sem pensar, na sua ingenuidade ou ignorância, que tudo resultaria invertido na peça, depois de vasada! Mas não cremos, contudo, que tivesse sido tal anomalia que impediu esta «roda» de 5 bazarucos de correr. Teria sido o seu reduzido peso de 6,60 g., bastante inferior ao dos 4 bazarucos? ⁽¹⁾. Mas também os exemplares de 15 bazarucos pesam, normalmente, menos do que os de 10! Questão de estiva?...

Como é sabido a anarquia foi grande na numária luso-indiana. Lembremo-nos de que nesses 25 anos houve, que se saiba, três estivas e de que as «rodas» não são datadas, nem é fácil atribuir-lhes datas, em virtude das incongruências dos seus pesos, nem temos elementos que nos permitam calcular uma correlação entre módulos e pesos, com razoável grau de confiança.

Assim, o nosso exemplar, se fosse de 5 «rodas», deveria ter o peso de cerca de 11,7 g pela estiva de 1742; mas se o algarismo 5 se referir a bazarucos — o que julgamos — pesaria 8,07 g segundo a estiva de 1716; seis anos depois a nova estiva atribuir-lhe-ia apenas o peso de 7,10 g. Não seria para admirar que, alguns anos passados, esse peso fosse, legalmente, muito próximo dos 6,60 g que lhe encontramos.

De resto, Teixeira de Aragão diz-nos, na sua magistral obra: «O lavramento da moeda de ouro e prata na Índia Portuguesa foi irregularíssimo; mas a de cobre e calaim ultrapassou tudo quanto se pode imaginar de informe; os próprios documentos contemporâneos o denunciam».

Confirmando o que Aragão nos deixou escrito sobre este assunto transcrevemos também um trecho, um tanto ambíguo mas pitoresco, da epístola

⁽¹⁾ Note-se que, por acaso, dos três exemplares cujas características apresentamos no quadro V, todos indiscutivelmente vasados em moldes diferentes, o nosso é o mais pesado.

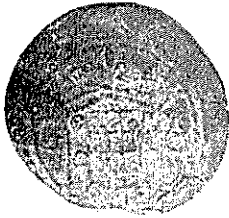


Fig. 1

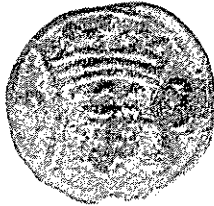


Fig. 2



Fig. 3

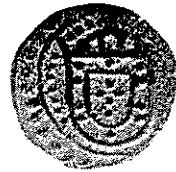
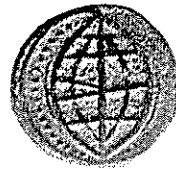
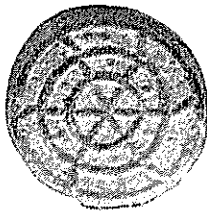


Fig. 4



D. João V:

Fig. 1 — «Roda» de 15 bazarucos. C. Goa. Módulo em vg 37/35 mm.; P = 16,44 g.

Fig. 2 — «Roda» de 10 bazarucos. C. Damão-Baçaim. Módulo em vg 35/33 mm.;
P = 19,59 g.

Fig. 3 — «Roda» de 5 bazarucos. C. Goa. Módulo em vg 28/27 mm.; P = 6,60 g.

D. Filipe II:

Fig. 4 — Bazaruco. Ae. Goa. Módulo em vg 13 mm.; P = 2,03 g.

dirigida, em 23 de Abril de 1755, pelo padre jesuita José de Andrade, Administrador e Reitor do Colégio das Onze Mil Virgens, de Damão, ao Senado da mesma cidade. Discutia-se então o direito, que pelo rei havia sido concedido àquela entidade, de bater (ou vasar) bazarucada com peso «ad libitum», ou pouco menos...

«Da mesma sorte na mueda de tutanaga ainda que tenha mais ou menos pezo não falta o valor intrinzico por quanto só tem o da estimação e do preço que se lhe pôem não como tutanaga mas sim como mueda. E claramente se vê isto na mesma bazarucada antiga, da qual, como eu mesmo observey cada mueda tem diverso pezo e nem por isso vale mais a mueda de duas rodas que peza menos, nem he possivel que esta mueda saya com igual pezo porque alem de que a forma se gasta com o uso também as vezes nella cabe mais ou menos calda».

Mais com a intenção de apresentar algumas referências bibliográficas relativas a «rodas», do que para melhor esclarecer o assunto — pois que é grande a confusão sobre ele existente — transcrevemos de seguida algumas passagens de vários autores que àquelas se referem.

Assim, na «História Genealogica da Casa Real Portugueza» de D. António Caetano de Sousa, a pág^{as} do tomo IV, quando apresenta a «*Relação das Moedas da Azia, que correm na India Portugueza e das que são proprias do mesmo Estado*», fornecida por Francisco da Costa Solano, diz: ...«*Huma Roda* — Tem dous Bazarucos e meyo, que correspondem a dous reis. As antigas tem de huma parte a roda de S. Catharina, e da outra as Armas de Portugal; as modernas tem huma Cruz, e as Armas de Portugal». E mais a seguir: «*Bazaruco* — He huma Moeda da mesma mistura, e de tão pouco valor, que setenta e cinco Bazarucos valem tres vintens, ou sessenta reis. Esta Moeda já hoje se não bate, e sómente ha alguns dos antigos que tem de huma parte a roda de Santa Catarina, e da outra as Armas Reaes de Portugal».

No «*Diccionario Universal das Moedas assim metallicas como ficticias, imaginárias, ou de conta, etc*», publicado sem indicação de autor ⁽¹⁾ em 1793, encontram-se mais algumas referências às moedas de que nos vimos ocupando:

«Vintem de seis rodas, ou quinze Bazarucos, vale sete reis e onze avos de real, he de cobre com mistura de estanho. = Meio vintem de cobre e estanho, de tres rodas, ou sete Bazarucos e meio, vale 3 réis e meio e 5 avos de real. = Duas rodas, ou Moeda de cinco Bazarucos, he de cobre e estanho, e vale 2 réis e hum quarto e doze avos».

(1) A sua autoria tem sido attribuida quer a Jacintho José Ribeiro, quer a Frei José Mariano da Conceição Vellas.

Como se vê estas equivalências divergem bastante das fixadas na resolução do Conselho da Fazenda de Goa, em 24 de Setembro de 1742. Corresponderão, acaso, a uma nova estiva?

Felippe Neri Xavier, em 1866, na «*Memoria sobre as moedas cunhadas em Goa*» inserta na «Descrição do coqueiro, arequeira, arroz e moedas de Goa» (1) dá-nos outra descrição da «roda», começando por dizer: «O Governo Portuguez querendo, certamente, apagar a memória das duas primeiras moedas (o dombdy e o durú), quiz substitui-las por outras, e fez cunhar as denominadas rodas», etc., acrescentando-lhe, em nota, a descrição da «roda» que já transcrevemos na pág. 2.

Resumindo, da consulta da legislação e da literatura já publicada sobre este assunto conclui-se que, sob a designação genérica de «rodas», houve diversos tipos de moedas que poderemos arrumar em três grupos com as características seguintes:

- 1.º grupo: A — Armas coroadas de Portugal;
R — Roda de Santa Catarina.
- 2.º grupo: A — Cruz;
R — Roda de Santa Catarina.
- 3.º grupo: A — Armas coroadas de Portugal;
R — Cruz de Cristo.

Neste pequeno estudo — simples achega para outro mais pormenorizado — apenas nos ocupámos das «rodas» que constituem o 1.º grupo, não só por não conhecermos «de visu» qualquer exemplar do 2.º, como porque às do 3.º entendemos não dever caber-lhes, rigorosamente, a designação de «rodas»: é formado pelas moedas de calaim, vulgarmente também conhecidas por 20, 10 e 5 «bazarucos», conforme o seu valor, e cujo fabrico em Diu se prolongou até o reinado de D. Pedro IV (1828).

Para terminar resta-nos agradecer ao Ex.º Senhor Professor Damião Peres, superintendente do Museu Numismático Português, a afabilidade amiga com que sempre nos acolheu e as facilidades concedidas para o exame dos exemplares que nos interessavam; e aos Ex.ºs Senhores Banqueiro Afonso Pinto de Magalhães, Eng.º Joaquim Ernesto Michaëlis de Vasconcellos, Eduard M. van der Niepoort e Eng.º Joaquim Ferraro Vaz a gentileza com que nos forneceram exemplares e decalques de «rodas» das suas colecções ou literatura sobre a matéria. A todos o nosso reconhecimento.

Lisboa, Março de 1966.

(1) Também publicada no «Boletim do Governo do Estado da India», n.ºs 73 e 75, de 1866, a pág.ª 624 e segts.

UMA «RODA»

(Módulo=21/20,5 a 18 mm. Peso=3,79 a 1,74 g. Letras monetárias=G-A; D-B; B-B e A-D?)

Fonte	N.º	Módulo	Gramas	Outras indicações
F. do Carmo (1877) (¹)	890			G-A. Classificada como 1/4 de «roda»
Aragão (1880) (²)	17	19/18,5	2,60	G-A
G. da Cunha (1880-1883) (³)	1		1,99	
Id., id.	7		2,49	G-A. (Filipe II?). Col. J. M. Sousa e Brito
Id., id.	8		1,74	Roda/Cruz
Campos (1901) (⁴)	69		2,09	Goa
Campos (1902) (⁴)			3,20	Roda/Cruz St. Sepulcro, 4 estrelas (Filipe II?)
Campos (1906) (⁴)	109		2,08	G-A
Araújo Ramos (1909) (⁴)	996			D-B (?)
Meili (1910) (⁵)	1458			Goa
Id., id.	1458			N.º 17 de Aragão
Id., id.	1460	18		A-D (Damão?)
H. Grogan (1914) (⁶)	1343	21/20	3,79	B-B ou B-D; exemp. cit. por Campos no Archeologo?
Museu do Porto (1924) (⁷)	20	21/20,5	3,06	B-B (Baçaim)
Batalha Reis (1937) (⁸)	40	21/20	3,79	B-B
Pinto de Magalhães (1966) (⁹)	80	19	3,4	G-A; 33°.
Michaëlis de Vasconcelos (1966) (¹⁰)		19/18	3,48	G-A; 26°.

DUAS «RODAS»

(Módulo = x. Peso = 3,98 a 3,02 g. Letras monetárias = G-A)

Fonte	N.º	Módulo	Gramas	Outras indicações
G. da Cunha (1880-1883) (³)	2		3,98	
C. Nazareth (1896) (⁶)	54		3,49	Classificada como de 3 «rodas»
Meili (mns) (⁷)	139		3,49	
Campos (1901) (⁴)	68		3,83	
Campos (1906) (⁴)	108		3,02	G-A

TRÊS «RODAS»

(Módulo = 26/25 a 23/22 mm. Peso = 5,64 a 4,29 g. Letras monetárias = G-A)

Fonte	N.º	Módulo	Gramas	Outras indicações
Aragão (1880) (²)	16	24/23	5,63	G-A
C. Nazareth (1896) (º)	55		4,43	(Cerceada?)
Meili (mns) (¹)	137		5,08	
Id., id.	138		4,48	(Cerceada?)
Campos (1903) (¹º)			4,38	1743. Classificada como «roda». (?)
Liquidadora (1903) (¹¹)	1038			
Id. (1904) (¹²)	946			
Campos (1906) (¹³)	107	23		
Meili (1910) (¹⁴)	1458			Goa
H. Grogan (1914) (¹⁵)	1561	26/25	5,07	G-A
Id., id.	1562	23/22	4,29	G-A (Cerceada?)
Id., id.	1563	23/22	4,54	G-A
Id., id.	1564	24/23	5,28	G-A. Coroa em linha recta
«Portugal et Brésil» (1921) (¹⁶)	1130	23/22	4,29	G-A (fracos)
Museu Num. Port. (1966) (¹⁷)	265	23	5,64	G-A
Id., id.	266	23	5,30	G-A

QUATRO «RODAS»

(Módulo = x. Peso = 8,86 a 8,60 g. Letras monetárias = G)

Fonte	N.º	Módulo	Gramas	Outras indicações
C. Nazareth (1896) (º)	130		8,86	G. Classificada como 5 bazarucos
Campos (1903) (¹º)			8,60	

«RODA» DE 5 BAZARUCOS

(Módulo = 28 a 26/25 mm. Peso = 6,60 a 4,63 g. Letras monetárias = G-A)

Fonte	N.º	Módulo	Gramas	Outras indicações
Museu Num. Port. (1966) (¹⁷)	1172	28/27	6,60	G-A
Pinto de Magalhães (1966) (¹⁸)	273	28	4,63	G-A. 7º,5
Colecção do autor (1966)	79	26/25	5,80	G-A. 6º,6

«RODA» DE 10 BAZARUCOS

(Módulo = 39/38 a 36 mm. Peso = 21,71 a 16,45 g. Letras monetárias = D-O; D-B e DG)

Fonte	N.º	Módulo	Gramas	Outras indicações
Meili (1890) (º)	31		21,50	D-O 1o
C. Nazareth (1896) (º)	52		17,03	
Meili (1910) (15)	1453	36	21,51	D-O 1o
F. da Silva (1911) (16)	8676	36	16,50	D-B
H. Grogan (1914) (17)	1344	35/33	19,59	D-B 1o Damão-Baçaim
Id., id.	1345	37/36	20,60	D-B 1o Damão-Baçaim
Id., id.	1346	36/34	16,45	D-B 1o Damão-Baçaim
Id., id.	1560	37	21,71	D-G 1o
«Portugal et Brésil» (1921) (18)	1053	36/34	16,45	D-B 1o Damão-Baçaim
A. Bucknill (1928) (20)	852	40		D-B Damão-Baçaim
Batalha Reis (1937) (21)	9	39/38		D-G 1o
Id., id.	41	38/36		D-B 1o Damão-Baçaim
Museu Num. Port. (1966) (22)	272	34/33	19,80	D-B 1o Damão-Baçaim
Pinto de Magalhães (1966) (23)	174	38	21,10	
Colecção do autor (1966)	963	35/33	19,59	D-B 1o Damão-Baçaim; 25°.

«RODA» DE 15 BAZARUCOS

(Módulo = 40 a 33 mm. Peso = 20,00 a 13,45 g. Letras monetárias = G-A; B-B; D-B e D-O)

Fonte	N.º	Módulo	Gramas	Outras indicações
F. do Carmo (1877) (1)	889			Classificada como «roda»
Aragão (1880) (2)	15	35/33	18,82	G-A/IS (15)
G. da Cunha (1880-1883) (3)	6	33/32	13,45	B-B
Júdice dos Santos (1884) (4)	2020	40	19,92	
Id., id.	2021	36	19,42	
Liquidadora (1904) (12)	945			
Campos (1904) (13)	104	37		D-O
Id., id.	106	36	16,23	G-A/IS (15)
Meili (1910) (15)	1454	36		D-B
Id., id.	1453	33		D-B
Museu Num. Port. (1966) (22)	264	35/34	19,05	G-A
Pinto de Magalhães (1966) (23)	78	37/33	20,00	G-A
Colecção do autor (1966)	721	37/35	16,44	G-A; 29°.

NOTAS

- (¹) Catalogo da Coleção de Moedas e Medalhas Portuguesas e outras pertencentes a Eduardo Luis Ferreira do Carmo, por P. A. D. (Pedro Augusto Dias). 1877.
- (²) Descrição Geral e Historica das Moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal. Vol. III. 1880.
- (³) Contributions to the study of Indo-Portuguese numismatics. 1880-1883. (Trad. portuguesa do Dr. Luis Pinto Garcia. 1955).
- (⁴) Coleção de Joaquim José Júdice dos Santos, cit. pelo Eng.º Couvreur na «Numismatica Indo-Portuguesa (Bazarucos)», pág.º 85. 1884.
- (⁵) Variedades e alguns exemplares inéditos da moeda portuguesa. 1890.
- (⁶) Numismatica da India Portuguesa. 2.ª ed. 1896.
- (⁷) Catalogo manuscrito de Jules Meili, cit. por Campos na Numismatica Indo-Portuguesa.
- (⁸) Numismatica Indo-Portuguesa. 1901.
- (⁹) O Archeologo Português, vol. VII, pág.º 68. 1902.
- (¹⁰) O Archeologo Português, vol. VIII, pág.º 262. 1903.
- (¹¹) Catalogo da Liquidadora, N.º 1038. 1903.
- (¹²) Catalogo da Liquidadora, N.º 946. 1904.
- (¹³) Collections Manoel Joaquim de Campos et José Lamas. J. Schulman. 1906.
- (¹⁴) Collection de Mr. Alvaro de Araujo Ramos. J. Schulman. 1909.
- (¹⁵) Collection de feu le Dr. Jules Meili, à Zurich. J. Schulman. 1.ª partie. 1910.
- (¹⁶) Collections de Mr. Joaquim de Freitas da Silva, à Ponta Delgada, etc. J. Schulman. 1911.
- (¹⁷) Catalogue de la collection importante H. T. Grogan, à Londres. J. Schulman. 1914.
- (¹⁸) Catalogue N.º 76 «Portugal et Brésil». J. Schulman. 1921.
- (¹⁹) Catálogo das moedas indo-portuguesas do Museu Municipal do Porto, por Damião Peres. 1924.
- (²⁰) Collections de Sir John A. Bucknill, etc. J. Schulman. 1928.
- (²¹) Numismatica. Moedas coloniais, por Pedro Batalha Reis, in «Catálogo da Exposição Histórica da Ocupação», vol. II. 1937.
- (²²) Museu Numismático Português. (Lisboa, 1966).
- (²³) Coleção do Ex.º Senhor Banqueiro Afonso Pinto de Magalhães. (Porto, 1966).
- (²⁴) Coleção do Ex.º Senhor Eng.º Joaquim Ernesto Michaëlis de Vasconcelos. (Lisboa, 1966).

DESCRIÇÃO DAS MOEDAS DE ANGOLA E S. TOMÉ E PRINCIPE

NOTA PRÉVIA

Com data de 24 de Abril de 1965 recebeu a direcção da S. P. N. uma carta do nosso consócio sr. Kurt Prober na qual este ilustre numismata fluminense, considerando-se agravado pelo artigo do Sr. Dr. Luís Pinto Garcia inserto na NVMMVS, versando problemas da numária santomense, lamenta que ele... «usasse as colunas de uma Revista paga pelos sócios, para nelas agredir outro sócio»

Nesta carta, K. Prober reserva-se o direito de, «Pelos colunas da própria Revista NVMMVS», dar ao Dr. L. Pinto Garcia a resposta que considera adequada e em data oportuna, pois não o podia fazer naquela ocasião por ter o seu tempo muito ocupado na gesta de uma obra que tinha entre mãos e que de forma alguma podia interromper.

Insiste, afirmando: «darei a resposta devida pela própria Revista NVMMVS, um direito que me assiste como sócio, como jornalista profissional, e como bom amigo de Portugal, e estou certo que este mesmo direito que por Lei me assiste no Brasil, por Lei idêntica me assistirá em Portugal».

Termina solicitando a leitura da sua carta na próxima Assembleia Geral. Assim se fez na assembleia de Dezembro de 1965.



Abstemo-nos de transcrever aqui, na íntegra, a Carta de K. Prober, da qual damos acima as passagens essenciais, pois ela foi tornada pública, por desejo expresso do seu autor, em assembleia geral da S. P. N.

Todavia, e para esclarecimento da nossa massa associativa, transcrevemos de seguida a resposta que a direcção da S. P. N. julgou dever dar àquele nosso operoso consócio, o qual, considerando-se agravado ou melindrado, não como homem mas como numismata, tinha e tem, o direito de contestar as afirmações do Sr. Dr. L. Pinto Garcia.

Ex.^{mo} Snr.

KURT PROBER

Caixa Postal, 2113

RIO DE JANEIRO

PORTO, 24 de Maio de 1965

Ex.^{mo} Senhor e muito prezado consócio:

Vimos acusar a recepção da sua prezada carta de 24 de Abril último, cujo conteúdo ponderamos com toda a atenção e ao qual procuramos nesta data responder.

Iniciaremos essa resposta frisando que toda a colaboração da NVMMVS é da inteira responsabilidade dos autores, não só no carácter doutrinário como, também, na crítica ao trabalho alheio.

Tem esta Sociedade toda a consideração pelos seus colaboradores e, seria para ela causa de grande melindre recusar a colaboração de qualquer consócio quando este, firmando com o seu nome o seu trabalho, toma inteira responsabilidade pelo que escreve.

Não podia, portanto, a NVMMVS deixar de publicar o trabalho do Ex.^{mo} Sr. Dr. Luís Pinto Garcia, que foi aceite pela nossa *Comissão de Publicações*, sem lhe alterar uma virgula, como é seu timbre e uso.

Reagiu V. Ex.^a à crítica que lhe é feita nesse trabalho e reserva-se o direito de responder no mesmo local e em ocasião oportuna.

Não podemos deixar de concordar com V. Ex.^a no que se refere ao direito de resposta; a lei portuguesa é rigorosa nesse capítulo, devendo procurar-se até reservar espaço correspondendo tanto quanto possível em localização, à localização do escrito a que se dá réplica.

Queremos todavia frisar que, pela consideração que V. Ex.^a nos merece a todos os títulos e particularmente como sócio da S. P. N. e amigo de Portugal, mesmo que não existisse lei de imprensa ou que esta não fosse invocada, as colunas de NVMMVS estariam sempre ao seu dispor para seu desagravo desde que este haja de se realizar.

Ficamos, portanto, aguardando as suas notícias, só lamentando que a colaboração dada por V. Ex.^a à nossa revista tenha de assumir carácter tão desagradável.

Sublinhando a passagem da carta de V. Ex.^a, que afirma ser *profundamente lastimável que NVMMVS tenha de passar a pasquim de polémicas*, desejamos expressar a V. Ex.^a que de forma alguma podemos tomar tal passagem à letra, apenas a considerando como força de expressão.

Estamos certos que V. Ex.^a replicará às afirmações do Ex.^{mo} Sr. Dr. Luís Pinto Garcia, com toda a objectividade, sim, mas também com toda a serenidade.

Temos no mais alto apreço os primores de educação, dotes de espirito e boas maneiras de V. Ex.^a, como o testemunha e comprova a carta que acaba de nos dirigir.

Esperamos que o seu companheirismo e cavalheirismo, tão expontâneos dos brasileiros, transforme tal polémica em duelo de punhos de rendas, da qual os dois contendores saiam prestigiados, para honra de Portugal e do Brasil, a bem da S. P. N., a bem da NVMMVS, a bem da Numismática.

Conforme o solicitado, não deixaremos de proceder à leitura da carta de V. Ex.^a na próxima Assembleia Geral da S. P. N.

Apraz-nos retribuir o cordeal abraço de V. Ex.^a.

Pela S. P. N.
O Presidente da Direcção,

a) Dr. Raúl Ferreira Gonçalves

Em 27 de Dezembro do mesmo ano o Sr. Kurt Prober envia à direcção da S. P. N. aquilo a que chama a sua réplica a qual vinha acompanhada da carta de que transcrevemos a parte que a esse assunto diz respeito:

RIO DE JANEIRO, 27 de Dezembro de 1965

Estimado Amigo:

...«Antes de tudo quero apresentar ao amigo e aos colegas dessa Sociedade os mais sinceros agradecimentos pela gentil acolhida que tivemos, quando recentemente estivemos de passagem pelo PORTO. Lastimavelmente foi tudo tão rápido, e o agradável *bate-papo* que aí tivemos, teve de ser tão breve, que quase não chegamos a nos conhecer; entretanto, pelo menos deve ter servido este ligeiro para que me conhecessem pessoalmente, e pudessem pessoalmente avaliar que não sou o *bicho papão*, que de mim pretenderam fazer «certas» pessoas.

Voltei ao Rio há questão de uns 30 dias, e para falar com toda a sinceridade, custou um bocado para que eu pudesse novamente tomar pé dentro da minha «organização» de um homem só, e que ficou totalmente paralizada durante a minha ausência de mais de 4 meses.

Assim sendo, somente agora me foi possível escrever finalmente a *minha réplica ao tal artigo do Sr. Luis Pinto Garcia* do N.º 25 de NVMMVS, que, por sinal tinha levado pronto e estava no bolso, quando os visitei, mas que não lhes entreguei, pois em face de vossa amabilidade resolvi amenisar as minhas palavras, dando à resposta um aspecto mais suave.

Portanto, junto vai a contestação, constando de 4 paginas, nas quais solicito não fazer emendas de nenhuma classe, imprimindo-a «*ipsis literis*», e assumindo eu total responsabilidade pela mesma.

Espero que assim termine o incidente, e que eu não me veja obrigado a retirar-me do seio desta pleiade de numismatas bem intencionados...», e a cuja malícia ⁽¹⁾ escaparam os escritos do Sr. Pinto.

a) KURT PROBER

★

Ficaram as colunas de NVMMVS, desde 24 de Maio de 1965 à inteira disposição do Sr. Kurt Prober. O seu desagravo «ipsis literis» aí fica. Esperamos que os leitores de NVMMVS, abstraindo da forma literária do seu autor, muito temperamental, muito sui generis, e, poderemos talvez dizer, sem melindre, muito sul-americano e muito tropical, lucnem com a sua leitura atenta, pois trás achegas valiosas para o estudo de um tão importante e tão controverso capítulo da nossa numária ultramarina.

Queremos ainda deixar aqui exarada uma palavra de homenagem ao nosso consócio Sr. Dr. Luis Pinto Garcia, numismata de muito valor e que à causa da S. P. N. tem dado muito do seu saber e esforço. Os seus valiosos trabalhos já passaram as fronteiras deste «Jardim da Europa à beira-mar plantado». Por mera coincidência, mas muito sintomática, chamamos a atenção para a dedicatória do trabalho «Comentario Historico-Numismatico sobre los Cistóforos», do Dr. Antonio Manuel de Guadan y Láscaris Comneno, inserto neste número de NVMMVS e no qual o seu autor expressa a sua admiração por este nosso presado consócio.

A COMISSÃO DE PUBLICAÇÕES

(1) Possivelmente queria dizer inocência ou, talvez, falta de malícia.

DESCRIÇÃO DAS MOEDAS DE ANGOLA E S. TOMÉ E PRINCIPE

Resposta á Publicação feita pelo Sr. Luis Pinto Garcia
sob o título supra citado na Revista «NVMMVS» N° 25
págs. 179-215. (1)

KURT PROBER — Rio de Janeiro

Creio que devo ter cometido um grande pecado ao ter a ousadia de colaborar no N° 5 (em 1954) da Revista NVMMVS com um artigo «MOEDAS DE COBRE PARA S. TOMÉ E PRINCIPE» pois já no N° 11/12 (2 anos depois) o ilustre Sr. Raul da Costa Couvreur achou por bem interpelar-me de uma forma bastante brusca, embora o fizesse de maneira ainda cavalheiresca.

Não respondi na ocasião, para não transformar uma Revista Científica em «pasquim» de polémicas baratas, mas preferindo NÃO MAIS COLABORAR na Revista NVMMVS.

Lamentavelmente o meu silêncio parece ter sido interpretado como fraqueza por um cavaleiro que, embora nunca tenha sido por mim citado nominalmente em nenhum artigo de NVMMVS, se arvora em vogal defensor de outros numismatas lusos, resolvendo azucrinar-me de maneira «virulenta», e, fazendo «Pic-nic» à minha sombra, tenta ridicularizar-me impunemente.

Como antigo criador de «Penosas» — administrador de granja que fui na minha juventude — estou acostumado a lidar com aves de toda a espécie, de modo que não irei permitir que uma ave de rapina de arribação se banque-teie graciosamente a minha custa, mesmo com a complacência da redação, chamando-me NOMINALMENTE para uma rinha por mais de 20 vezes em um «arrazoado», cuja 2ª Edição corrigida e atualizada está agora fazendo «inclusive ÀS MINHAS CUSTAS», como sócio que sou da S.P.N.

Depois desta introdução num «ã vontade muito sul-americano», como disse o Sr. «PINTO», que mesmo com a ajuda do falecido Couvreur precisou de 10 ANOS para analisar o que eu tinha escrito, irei responder a todos os itens das salgahadas em que meu nome é citado.

Peço desculpas aos meus colegas lusos por esta «introdução» aparentemente intempestiva; entretanto, deve ela servir apenas para demonstrar ao articulista, que à minha custa pretendeu desopilar o seu fígado de oposicionista, que também saberia responder-lhe no seu próprio nível, se o quizesse, mas prometo fazê-lo como pediu o presidente da S.P.N. em carta de 24.5.1965: «num duelo de punhos de renda»... e pouco EU me importando «se da contenda saia prestigiado ou não...»

Não me meti, e não irei meter-me nesta altura dos acontecimentos, a discutir sobre moedas outras, além das de Angola, Moçambique e S. Tomé e Príncipe de 1813 até 1822, pois não pretendo consertar os erros dos escritos do Sr. Pinto, que todos conhecem desde 1937, e para os quais agora faz a sua propagandazinha gratuita pela Revista NVMMVS, e a custa dos sócios da Sociedade Portuguesa de Numismática.

Mas vamos aos fatos: —

Pag. 194 Em nota 2) afirma que, embora não as tenha citado em meu catálogo, EXISTEM AS MOEDAS DE 1 Macuta de 1815 e de 1/2 Macuta de 1816, cunhadas no RIO para ANGOLA.

Resposta: Se tem tanta certeza que «SE CONHECE», que diga onde estão, onde as viu e reproduza a sua fotografia em NVMMVS, pois não é razoável contar histórias da Carochinha...

Em nota 3) afirma que eu tenha dito em meu catálogo não existir a 1/4 Macuta de 1815. É verdade.

Resposta: — É não obstante a relaciona como existente em seu catálogo, Também aqui deve reproduzir a peça em NVMMVS, e dizer onde está, para que haja certeza de ser autêntica a fotografia.

Pag. 201/202 — Em comentário estéril de quase meia página, e depois de dizer categoricamente que — «CONHECEM-SE EXEMPLARES DE 80 REIS PA. S. TOMÉ de 1815» e repetir que ARAGÃO cita peças de 20 e 40 reis de 1814, e, ainda admitindo que ele mesmo nunca viu nenhuma destas peças E NEM OUTROS COLEGAS... certamente POR ISSO MESMO... resolve relacioná-los em seu catálogo!

Resposta: — Quer dizer que cita o meu nome só para «gralhar»?

Pag. 203 — Afirma categoricamente que «CONHECEM-SE EXEMPLARES DE 20 reis de 1821 e que eu NÃO CITO ESTA DATA!

Resposta: — Eu tenho por hábito a NÃO CITAR O QUE NÃO EXISTE E O QUE NUNCA VI, e creio que é um direito que me assiste a não falar asneiras. Mas fica o articulista reptado a apresentar mais esta raridade particular de seus escritos.

Pag. 203 — Vamos analisar o caso da aplicação do «Carimbo da COROA PEQUENA»!

Realmente eu afirmei no meu trabalho impresso em 1954 que foi em MOÇAMBIQUE que se aplicou a Contramarca da COROA PEQUENA, de conformidade com a Portaria de 3.11.1854, mas se o fiz foi iludido num livro chamado «MOEDAS CONTRAMARCADAS CONTINENTAIS, AÇOREANAS E COLONIAIS» etc. de um autor chamado Luis PINTO Garcia, publicado em 1938, que á pag. 34 diz textualmente:—

Sob o título Geral: EM MOÇAMBIQUE (pag. 30)

— C/ COROA PEQUENA — 1854

DE S. TOMÉ E PRINCIPE

Por lei de 3.11.1854 foram as moedas de S. Tomé contramarcadas com uma pequena coroa para... (e agora pasmem!!!...)

TEREM CURSO NA COLONIA DE MOÇAMBIQUE.»

Resposta: — Eu, e comigo qualquer individuo ligeiramente alfabetizado, diante de citação tão categórica sob o indicativo geral «EM MOÇAMBIQUE» compreenderia — isto sem se conhecer até então o texto da lei — não teria hesitado em afirmar que a aplicação do carimbo tenha sido feita em Moçambique, pois ninguém poderia imaginar que se «carimbasse» em S. Tomé (Na costa OCIDENTAL DA AFRICA) as moedas de S. Tomé, para circularem em MOÇAMBIQUE (na costa ORIENTAL DA AFRICA).

E de passagem se diga que ainda em 1956 o Sr. Batalha Reis, á pag. 367 de sua CARTILHA, por sinal obra magnífica, repete também quase textualmente o que afirmara o Sr. Pinto.

Só em 1956, depois do Sr. Couvreur ter publicado na integra o texto da PORTARIA de 3.11.1854 e do respectivo requerimento da Camara de 8.6.1854 viemos a saber, que foi o Sr. Pinto o inventor da história da CIRCULAÇÃO DOS COBRES com o carimbo da coroa pequena EM MOÇAMBIQUE.

Agora, devo aqui abrir um parenthesis: — Embora repetindo a potoca. já em meu artigo de 1954 EU TIVE DUVIDAS QUANTO A CIRCULAÇÃO DESSE COBRE EM MOÇAMBIQUE, pois disse então textualmente: —

«... Fica deste modo comprovado ser inexacta a afirmação etc... de que as moedas cunhadas no RIO para S. Tomé, pudessem igualmente CIRCULAR EM MOÇAMBIQUE, depois de devidamente CARIMBADAS»...

Portanto, se de passagem e apenas para elucidar a questão disse erroneamente que o carimbo fora aplicado em Moçambique, fi-lo baseado em erro de quem me acusa e com o fito de constatar, já então, que deveria haver equívoco nesta afirmação, situação esta que agora o Sr. Pinto pretende inverter.

Pag. 204/6 — Vem agora uma prosopopeia alucinante sobre o que seria uma falsa atribuição de minha parte de moedas de S TOMÉ E PRINCIPE, cunhadas na BAHIA, RIO DE JANEIRO e LISBOA, e sou eu que devo dizer aqui: «Vamos por partes e com calma», pois lamentavelmente o meu agressor desconhece numismática Brasileira, e ainda tem muito a aprender para poder discutir comigo esta matéria, ignorando ele totalmente o nosso meio ambiente, e como as cousas aqui funcionavam. Sei que ele entende muito de oposição, mas no nosso caso a cousa é bem diferente.

Resposta: — Ao fazer o meu estudo, achei por bem não entrar em maiores detalhes técnicos, que em ultima analyse pouco interessavam ao coleccionador que, via de regra, se satisfaz com a classificação honesta e competente, que encontra nos livros de autores «que merecem a sua confiança», e aprecio a força que o meu contendor faz para merecer esta distincção...

Mas não terei duvidas em esmiuçar um pouco a matéria para que também aquele autor tenha oportunidade de ilustrar-se sobre técnica numismática.

1819 — BAHIA — O pretenso promotor de acusação leigo na matéria — naturalmente não pode acompanhar o meu estudo, mesmo porque retalhar roupa alheia é bem mais fácil do que confeccioná-la. E fato curioso, em seus escritos e rabiscos NUNCA DESCOBRIO NADA DE NOVO E NUNCA ENCONTROU NENHUM DOCUMENTO INÉDITO.

Pos bem, o Aviso de 27.10.1819 por mim transcrito era INÉDITO até então para os numismatas, e por ele se vê, que o Conde dos Arcos em 27.10.1819 dá ordens ao Presidente do Real Erário (no Rio) para que este mandasse APRONTAR CUNHOS na Casa da Moeda do Rio, e os mandasse à Casa da Moeda da Bahia, para lá serem cunhadas moedas para S. TOMÉ E PRINCIPE.

Muito bem, sendo a ordem escrita em 27.10 é evidente que até fim de Outubro tenha sido recebida pelo Provedor da Casa da Moeda do Rio, de modo que a partir de Novembro começou-se

a fazer os cunhos encomendados, EVIDENTEMENTE COM A DATA DE 1819, se já não estavam prontos.

E os cunhos FORAM FEITOS pela Casa da Moeda do Rio, tanto assim que a sua GRAVURA mostra nitidamente e de maneira insofismável o traço e os característicos do buril dos mestres de abrição da Casa da Moeda do Rio, como p.e. de Manoel Correia da Costa, só para citar um nome.

E é quase certo que os cunhos tenham seguido pela sumáca que a 3 de Novembro de 1819 deveria partir, pois do contrário o Conde dos Arcos não daria ordem tão positiva.

Mas vamos aqui intercalar alguns esclarecimentos sobre a actividade da Casa da Moeda da Bahia, que o Sr. Pinto naturalmente desconhece. Esteve ela bastante paralizada entre 1817/19, por motivos desconhecidos mas plausíveis, mas já estou na pista desta documentação.

Com a criação do REINO-UNIDO DE PORTUGAL, BRAZIL e ALGARVES em Maio de 1816 — aliás poucos sabem que a Lei que elevou o Brazil a Categoria de Reino é muito anterior, pois é de 16.12.1815 — e a confecção de novos cunhos em 1816 para as famosas moedas da SERIE ESPECIAL houve na Casa da Moeda da Bahia um periodo de estagnação na seção de abertura de cunhos. Todos os funcionários permaneceram em seus postos, mas não se abrindo cunhos com as datas de 1817, 1818 e 1819, evidentemente todos ficando a espera dos cunhos com as NOVAS ARMAS aprovadas por Aviso de 1.6.1818.

E tanto isto é verdade, que por um lado temos as Provisões de 4.6.1819 aumentando o ordenado do Guarda-Livros José Henrique de Amorim, e a de 17.6.1819 aumentando o ordenado do abridor Luiz Pessoa da Silva e, ainda a provisão de 3.2.1820 em que EL-REY, atendendo a representação dos OFICIAIS DA CASA DA MOEDA DA BAHIA de 26.4.1819, lhes dava «Isenção de provimentos anuais».

Em 1817 e 1818 ainda se recunhava os pesos hispano-americanos em moedas de 960 réis, mas sempre usando os cunhos com a data de 1816, e o sabemos por apparecem moedas 960 B recunhadas em 8 Reales de POTOSI de 1817 e 1818. Cobres existem com a letra «B», de 1817, 1818 e 1819, mas todos são comprovadamente FALSOS, e também existindo moedas de 960 «B» de 1818, mas igualmente FALSAS.

Pois bem, já em 30.8.1819 havia sido enviado um Aviso para a Casa da Moeda da Bahia, mandando que lá se reiniciasse os trabalhos, mas justamente a falta de «MODELOS DE CUNHOS», que sempre vinham do Rio, e que ainda com Aviso de 11.1.1819 haviam sido reclamados na Casa da Moeda do Rio pelo Presidente do Real Erario, deve ter atrasado tudo, de modo que só a partir de 1820 passou a Casa novamente a entrar em actividade comprovada, surgindo os primeiros 960 reis letra B, e reconhecendo-se até a variante 1B, cunhada com um CUNHO ABERTO NO RIO, cunho este que ainda em 1821 estava em uso, tanto assim que serviu para cunhar a variante 7A de 1821B.

Portanto prova este fato, que os MODELOS DOS CUNHOS USADOS NA BAHIA vinham do Rio, e, tendo recebido um cunho de REVERSO DO RIO, que usou em 1820 é mais do que evidente que junto com este deve ter também recebido os cunhos dos cobres de S. Tomé e Príncipe com a data de 1819.

E a evidência está na relação das variantes por mim publicada em 1954, e intercalada na pag. 28 de NVMMVS Nº 5, tabela esta que o Sr. Pinto de certo não soube interpretar.

Existe nela p.e. o tipo T19B1 de 40 reis de 1819 com AMBOS OS CUNHOS NITIDAMENTE GRAVADOS NO RIO, peça esta que portanto PODERIA TER SIDO ATÉ CUNHADA NO RIO; entretanto, há também a variante T19B2, que foi cunhada com o MESMO ANVERSO DO RIO da Peça T19B1, MAS COM UM CUNHO DE REVERSO ABERTO NA BAHIA. Por outro lado as DUAS MOEDAS DE 20 REIS DE 1819, cunhadas com ANVERSO DO RIO, têm 2 cunhos variantes ABERTOS NA BAHIA.

Quer dizer que, não tendo recebido ou tendo sido quebrados os cunhos de reverso das moedas de 20 e 40 reis, foram lá mesmo abertos novos cunhos, para com eles ser feita a cunhagem.

Para quem possui rudimentos de arte e gravura, o que evidentemente não parece ser o caso do Sr. debatedor, é fácil reconhecer o autor de uma pintura ou de uma gravura pelo traço do pincel e do buril, e qualquer numismata brasileiro de mediana instrução numismática, E SEM SER DOUTOR, reconhece de longe os cunhos abertos pelo gravador FRANCISCO PESSOA DA SILVA da Casa da Moeda da Bahia e dos ajudantes que dele aprenderam o ofício. IGNACIO MARINHO GARENTO e LUIZ DA

FRANÇA DE ARAUJO PESSÔA, todos eles com as mesmas características básicas e abecedários parecidos.

Do estudo das gravuras é que qualquer numismata brasileiro atribua à BAHIA o 40 de 1821 Variantes T21B1 e 2 (53 pérolas), o 40 de 1822B — T22B2 e as moedas de 1819 anteriormente citadas.

Se o Sr. Pinto ainda agora teima em não querer atribuir certas moedas como tendo sido cunhadas nas Casa da Moeda da Bahia, então é inépcia sua de compreender as cousas.

1820 — RIO — Quanto á cunhagem de 1820 não há duvida que tenha sido feita mesmo na Casa da Moeda do Rio de Janeiro, pois todos os cunhos são do Rio, e além disto a Casa da Bahia estava por demais ocupada com os poucos funcionários que possuía, cunhando moedas de 960 reis de 1820, de conformidade com a Decisão Nº 7 de 31.1.1820, dos cobses de XX, XL e LXXX e de moedas de ouro de 4\$000.

E o Aviso de 9.8.1820 — também inédito até 1954 — prova que os cobses de 1820 — pelo menos — foram embarcados pela Charrua «LACONIA», mas CONSIGNADOS À JUNTA DA FAZENDA DE MOÇAMBIQUE, e é mais do que provavel que esta mesma charrua, passando pela Bahia antes de ir a Africa, tenha de lá também levado as moedas com a data de 1819. Talvez convinha aqui mencionar, que do Brasil só havia então uma ou duas conduções por ano para a Africa, isto falando em navios do govêrno e não negreiros.

Disse eu em meu estudo, que as moedas de 1819 certamente foram cunhadas em princípio de 1820, fato que já aborreceu o Sr. Couvreur, e que também o seu sucessor denomina de «ILO-GISMO».

Pergunto ao Sr. Pinto, se um navio partido em 3.11.1819, parando em Vitória, Porto Seguro e Ilhéos, poderia ter — À VELA — chegado muito antes do fim do ano de 1819 em Salvador? Chegados os cunhos na Casa da Moeda da Bahia, lá se teve de abrir pelo menos 3 cunhos de Reverso, sendo 2 de 20 e um de 40 reis, e isto numa época em que ainda não se trabalhava a «jato».

Com todos estes requisitos a preencher, inclusive o de preparar discos especiais, poderá o Sr. Pinto afirmar de sã consciência, que a casa da moeda da Bahia poderia ter feito a cunhagem em 1819? Se puder, então reconheço a minha ignorância.

1821 — LISBOA — Mas o que mais parece ter aborrecido o articulista é a minha ousadia em atribuir o 40 reis de 1821 — 61 Pérolas — T21L3 — à Casa da Moeda de Lisboa, fato que NÃO QUER ADMITIR ENQUANTO NÃO APARECER DOCUMENTO...

Quanta cousa neste mundo NÃO SE PODE DOCUMENTAR, bastando só citar os que cerram fileiras na Oposição! Quanta cousa existe cunhada em Lisboa e no Rio, e cujos documentos são desconhecidos até aqui, e talvez nunca surgirão! Os próprios documentos por mim já publicados em muitas ocasiões como INEDITOS, e que hoje já vão a mais de CEM, e os próprios documentos publicados pelo Sr. Couvreur, não eram desconhecidos?

E curiosa coincidência. Justamente a atribuição desta moeda como sendo de LISBOA é indiscutível. Talvez não o seja para o querelante, que parece NÃO TER REGISTRADO ou COMPREENDIDO o que eu a seu respeito disse: —

«... que trazem no zodiaco os signos do CANCER e do SAGITARIO...» a esquerda e a direita do escudo!

Aliás, verdade seja dita, assim como nenhum estudioso portuguez falasse sobre os 2 tipos de coroa bem definidos encontrados nas moedas metropolitanas de D. Maria I, e que aqui nas moedas da coleção brasileira classificamos de ALTA ou BAIXA, PEQUENA OU GRANDE, ESTREITA ou LARGA, também nunca vi citado em nenhuma obra lusitana os 2 signos do CANCER e SAGITARIO, mas que qualquer um vê nitidamente nas moedas de D. João VI do Reino Unido, perceptíveis até nas Estampas 99 N° 28,30,31/34, 36/38 da Cartilha de Batalha Reis, e que de maneira indiscutível provam a origem destas moedas como sendo da Casa da Moeda de Lisboa.

Ou acha o Sr. Pinto, que repentinamente, só para lhe ser agradável, algum gravador da Casa da Moeda do Rio de Janeiro, no ano da graça de 1821 se lembrasse de imitar esta «marca registrada» de algum abridor luso, o que na época teria sido um ato de verdadeira lesa-magestade?

Naturalmente esta particularidade escapou a argúcia do nosso literata.

Este 40 reis de 1821 é de LISBOA, conste ou não da Estatística de cunhagem da Casa da Moeda de Lisboa de 1873, mesmo porque os gravadores do Rio não tinham traço tão nítido e homogêneo em seus trabalhos.

Como se vê, conseguiu o douto Sr. Pinto, antes ajudado pelo falecido Sr. Couvreur, criar um verdadeiro temporal em copo d'água, e tentando especialmente este ultimo citado classificar-me como uma especie de alucinado com o seu jogo de perguntas e respostas.

Só para mostrar a incongruência das suas afirmações á pag. 19 do N° 11/12 de *Nvmmvs* com relação a pergunta se existe o carimbo da coroa em 1820, assunto sobre o qual escreveu quase uma pagina, e que diz NÃO EXISTIR basta citar apenas os exemplares seguintes:

Um 80 reis de 1820 do Cat. Silva Ramos N° 900

um 20 reis de 1820 de uma tal Lista S. 94 N° 166

ambas estas peças citadas pelo Sr. Pinto em seu repositório já citado de 1938.

uma peça de 40 e outra de 80 em minha coleção pessoal

duas peças de 80 de 1820 — Peças N° 107 e 108

duas de 40 reis, 46 e 47 perolas Peças N° 115/116 e

um 20 reis de 1820 — 44 perolas — Peça N° 122

estas ultimas 5 peças na Coleção do Sr. J. M. Folgosa, Moçambique — veja Bol. do Club Filatélico de Moç. N° 47.

Isto só para que se tenha uma prova com que facilidade poderiam ser refutadas todas as tais perguntas capciosas, mas o que deixo de fazer, por ter cousa mais importante a fazer, e que é ganhar o meu pão de cada dia.

Podem estar seguros os meus colegas portugueses que, enquanto ai existirem elementos belicosos do quilate do digno Sr. Luiz Pinto Garcia, não mais terei interesse em estudar qualquer numisma portuguez, e quando recentemente estive em Portugal, vendi a minha coleção pessoal a um colega deste país amigo, para que nem siquer mais possa ser tentado a fazê-lo.

Se respondi ao articulista, é um ato de legitima defesa a que tenho direito, quando atacado, aqui no Brasil e também neste ordeiro Portugal do Professor, e se fui obrigado á fazê-lo na revista *NVMMVS*, é porque nela fui agredido, e isto com meios que NÃO VESTIAM PUNHOS DE RENDAS.

Peço que me desculpem o azedume, mas estou certo que qualquer numismata, por mais contemplativo que seja, teria feito o mesmo.

KURT PROBER

Para Publicação em Revista *NVMMVS* «ipsis literis» sem qualquer retificação, inclusive erros de gramática e construção.

VARIANTES INÉDITAS DE MOEDAS PORTUGUESAS DA 4.^A DINASTIA

Por J. O. DE SOUSA NUNES

Presente, mais uma vez, na NVMMVS.

Como complemento das minhas anteriores comunicações (NVMMVS N.º 24, pág. 107), sobre variantes de moedas da 4.^a Dinastia, insisto em dar a conhecer outras mais — umas que fazem parte da minha colecção, outras porque os seus possuidores, nossos bons amigos e confrades, muito amavelmente mas revelaram. Bem hajam por isso!

MOEDAS DE OURO

Variante de cunho

D. MARIA I

Com véu de viúva

Peça de Lisboa, de 1786

legenda cortada pelo busto da rainha

MARIA.I.D.G.

PORT.ET.ALG.REGINA

colecção A. P. de Magalhães

Esta curiosa e preciosa peça, primeira data de D. Maria, viúva, contém, como se verifica, a legenda muito desequilibrada. De certo, por essa razão esse cunho não foi aprovado, pois, com a mesma data e nas datas seguintes, figura a conhecida legenda:

MARIA.I.D.G.PORT

ET.ALG.REGINA

Tudo leva a crer portanto, que se trata dum raríssimo ensaio da Peça de 1786.

MOEDAS DE PRATA

Variantes de legendas e de cunhos

Relação das moedas que figuram na minha colecção

D. PEDRO II

Meio cruzado, de Lisboa, de 1687, com a legenda

A/ PETRVS · II · D · G · PORTVG : ET · LG · REX

A variante consiste na falta da letra A, de ALG.

Nova orla e serrilha

Meio cruzado, de D. João IV, de Lisboa, com a primeira contramarca (2S0), com as legendas trocadas:

A/ . . . IN . . . HOC . . . SIGNO . . . VINCES
 R/ . . . IOANNES.IIIII.D.G.PORTVG.ET.ALG.REX

D. JOÃO V

LXXX coroa pequena R/ cruz vasada coleção Serrano Vieira
 LXXX coroa grande c/ esporões R/ cruz vasada
 XXXX R/ cruz vasada

Cruz simples, pequena, no calvário

D. MARIA I

Meio cruzado, de 1799 coleção Serrano Vieira

D. JOÃO P. R.

Cruzado, de 1807 coleção Rodrigues de Melo

D. MARIA II

Pesos Duros espanhois, c/ marca escudo coroado, de 1834, variantes de datas e oficinas monetárias

Carolus	III	1784	— Potosi	coleção A. P. de Magalhães
»		1787	— »	
Carolus	IIII	1794	— Lima	
»		1796	— México	
»		1798	— »	
»		1805	— »	
»		1807	— »	coleção Eng.º Costa Santos
Ferdin.	VII	1809	— »	
»		1810	— »	
»		1811	— »	
»		1815	— »	coleção A. P. de Magalhães
»		1816	— Madrid	
»		1822	— Guanajuato	
»		1825	— Potosi	
»		1813	— Lima	
»		1814	— Lima	
»		1820	— Zacatecas	
»		1821	— »	

MOTIVOS NUMISMÁTICOS

Por CARLOS FERNANDO DE SOUSA SANTOS

O monumento a Nossa Senhora da Conceição, no Monte da Virgem, outrora Monte Grande, do concelho de Vila Nova de Gaia, erigido em local aprazível, num miradouro deslumbrante sobre a cidade do Porto, oferece-nos entre outras figuras decorativas do pedestal, quatro medalhões esculpidos em mármore branco.

Três desse medalhões têm especial interesse medalhístico e numismático, pelo que venho chamar para o monumento a atenção de todos os que se dedicam não só ao estudo de moedas e medalhas, como também ao seu coleccionismo.

Este monumento vem descrito num opúsculo editado em 1956 pela tipografia das Oficinas de S. José, do Porto, e por isso limito-me a realçar apenas os quatro medalhões ornamentais.

O primeiro, na face principal do monumento e de frente para a cidade do Porto, reproduz, em oval, a insígnia da Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição, de Vila Viçosa, criada por D. João VI, quando refugiado no Brasil, e a sua descrição é a seguinte: uma estrela a radiar, por cima a coroa real e entre as pontas, estrelas mais pequenas.

No centro o monograma A. M. (Ave Maria).

Na parte de baixo do rebordo do monograma a legenda «Padroeira de Portugal».

O segundo medalhão, contornando à direita, mostra a efígie de D. António Barroso, que foi bispo do Porto, e que como missionário andou nas nossas Províncias de Angola e Moçambique, onde a sua obra foi vasta e notável.

A sua vida foi muito acidentada, chegando a ser perseguido pela política do tempo, o que deu origem ao seu julgamento em processo crime, do qual foi absolvido em audiência de um julgamento que ficou célebre nos anais jurídicos e no qual teve como patrono o eminente causídico Dr. Francisco Joaquim Fernandes, já há muito falecido e sogro do signatário deste modestíssimo artigo.

D. António Barroso, tinha especial predilecção pelo Monte da Virgem, aonde ia muitas vezes rezar para repouso do seu espírito e foi um dos grandes pioneiros da construção do monumento.

O terceiro dos medalhões que, desejo salientar, é a cópia fiel do reverso da moeda «Conceição» mandada lavrar em ouro e prata pela ordem Régia de D. João IV, de 5 de Dezembro de 1650, e cujos pesos foram atribuídos pelo alvará de 9 de Outubro de 1651.

Note-se que a data de 1648, que se vê nestas moedas e no medalhão

que realço, refere o ano em que foram abertos os cunhos das moedas. (Ferraro Vaz, nas anotações do seu catálogo).

Representa, portanto, o medalhão, da mesma forma que as moedas, a imagem de Nossa Senhora da Conceição, encimando o mundo rodeado pela serpente. Está de pé, sobre um crescente lunar, e com a fronte aureolada de estrelas.

Vêm-se todas as figuras simbólicas da imagem, descritas nas Sagradas Escrituras, como sejam: — o Sol, a Casa de Ouro, o Horto do Senhor, o Espelho sem Mancha, o Navio e a Fonte Santa.

Lê-se também a legenda «TVTELARIS REGNI».

O Dr. Teixeira de Aragão, quando na sua «Descrição Geral e Histórica das Moedas Portuguesas», descreve estas figuras, chama ao Navio «Arca do Santuário» e à Fonte Santa «Fonte Selada».

Também já vi descritos o Navio, com o nome de «Arca da Aliança» e o Horto com o de «Jardim Fechado».

No último medalhão, vê-se o anverso, ou muito semelhantemente a Caravela dos Descobrimentos, como nas moedas de prata de 10\$00, 5\$00 e 2\$50, mandadas cunhar pelo Decreto- n.º 19 871, de 9 de Junho de 1931 — Estado Novo — desenho de João Silva, não tendo o medalhão, a legenda e a data que se vêem nestas moedas.

A colocação da primeira pedra do monumento teve lugar em 25 de Junho de 1905.

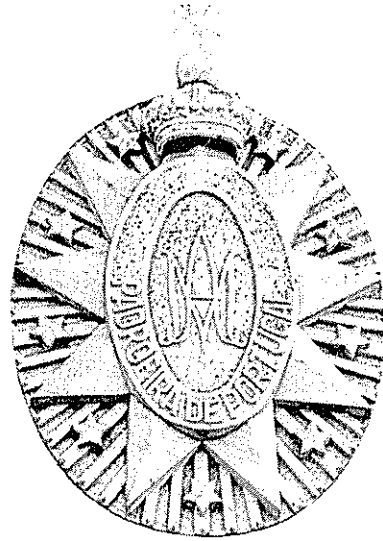
O auto respectivo foi encerrado num frasco de vidro e este num pequeno cofre juntamente com algumas moedas em circulação na data, (50 reis em prata, 100 e 50 reis em níquel, 20, 10 e 5 reis em cobre) e ainda com uma medalha de alumínio, representando a imagem de Nossa Senhora da Conceição.

O monumento, embora inaugurado em 22 de Agosto de 1937, só se terminou no ano de 1950, e é como se disse dedicado à Padroeira de Portugal, pois, em 1646, Decreto de 25 de Março, D. João IV, elege Nossa Senhora da Conceição, Padroeira do Reino.

Aqui fica esta breve notícia sem pretensões e que aliás terá apenas o merecimento de fazer realçar o valor da numismática, como motivo de perpetuação de imagens, o que tem vindo a suceder desde os remotos tempos da Grécia antiga, cujas moedas, ainda hoje nos dão tantas ideias e efeitos decorativos.

As fotografias que ilustram este artigo foram gentilmente feitas pelo Ex.^{mo} Sr. Eng.º Ludwig Wagner.

Porto, Março de 1966.



I N M E M O R I A M

D R . P E D R O B A T A L H A R E I S

Morreu o Dr. Pedro Batalha Reis!! A notícia surgiu no seio da S. P. N. e a todos deixou consternados.

Lacônicamente, em meia duzia de linhas, a Imprensa noticiou o facto, praticamente, sem comentários.

Foi em Agosto, no dia 9, o seu passamento, mas a notícia só apareceu alguns dias mais tarde por que, na sua grande modéstia, Batalha Reis não desejara que da sua morte se fizesse publicidade.

Data triste para a Sociedade Portuguesa de Numismática, este dia 9 de Agosto de 1966! Desapareceu uma figura grande, enorme, um dos maiores valores da Numismática Portuguesa. Que o era, incontestavelmente.

Não podemos deixar de fazer alinhar Batalha Reis ao lado dos que o precederam: Teixeira de Aragão, Lopes Fernandes, Manuel Severino de Faria, D. Tomás Caetano do Bem, Raul Couvreur, Coronel Pinto Garcia e outros, que ao estudo da Numologia muito se dedicaram.

Nesta segunda metade do século XX, Pedro Batalha Reis, formava com Damião Peres e Ferraro Vaz a trípole sobre a qual acentava todo o edificio dos estudos modernos da nossa Numismática e com os quais tanto temos aprendido.

Não vamos aqui traçar o seu perfil de numismata; a sua vasta obra exige longo e aturado estudo. Uma afirmação apenas sobre o seu valor: bastaria, e basta, um só trabalho seu «Numária d'El Rei D. António», para o consagrar, e consagra-o mesmo.

Com as nossas homenagens o tributo da nossa maior saudade.

O próximo número de NVMMVS será dedicado à sua memória. Bem o merece.

VIDA SOCIAL

SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

NOVOS SÓCIOS EFECTIVOS:

- N.º 414 — Victor Fernando Salazar Leitão — Empregado de escritório — Porto
N.º 415 — Manuel Joaquim Soares Teixeira — Inspector de Vendas — Carcavelos
N.º 416 — José Torgal Roque Dias — Gerente Industrial — Santarém
N.º 417 — Virgílio Alves Ferreira — Empregado bancário — Luanda
N.º 418 — Hans Heiricht Kurt Illmer — Engenheiro — Lisboa
N.º 419 — Adriano Vasquez e Vasquez — Engenheiro — Porto
N.º 420 — Tomás Harguindey Harguindey — Médico — Santiago Compostela
N.º 421 — D. António de Queiroz Vasconcelos e Lencastre — Engenheiro — Porto
N.º 422 — Fernando José Ferreira — Agente comercial — Porto
N.º 423 — Rogério Eduardo Barbosa de Lima — Engenheiro — Porto
N.º 424 — José Ferreira Estimado — Funcionário de Finanças — Aveiro
N.º 425 — David da Silva Barbosa — Comerciante — Porto
N.º 426 — António Horta Catarino — Funcionário Municipal — Lisboa
N.º 427 — José Pereira Reis — Estudante — Montreal — Canadá
N.º 428 — Manuel da Costa Padrão — Proprietário — Vila do Conde
N.º 429 — Humberto Lima Marques Leal — Comerciante — Coimbra
N.º 430 — Horácio Moreira Fernandes — Empregado de escritório — Porto
N.º 431 — Álvaro de Jesus Manadelo Ferreira — Ajudante de Despachante — Porto
N.º 432 — José Claro — Comerciante — Benguela
N.º 433 — D. Fernando Pais de Almeida e Silva — Conservador dos Palácios e Monumentos Nacionais — Leiria
N.º 434 — Vitor Sebastião Elisabeth Anastasopulo — Artista de Circo — Marinha Grande
N.º 435 — Amândio Lourenço Falcão da Luz Aleixo — Médico — Lisboa
N.º 436 — José Mário Cardoso Monteiro — Gerente bancário — Porto
N.º 437 — António Severo Vieira de Castro — Del. Propaganda Médica — Porto
N.º 438 — António Vitor Guerra — Director do Museu e Biblioteca — Figueira da Foz
N.º 439 — Alfredo Santos Carvalho — Comerciante — Porto
N.º 440 — João Duarte Elias — Aposentado — Lisboa
N.º 441 — Reinaldo Pedro da Costa Fragoso — Lic. em Ciências Económicas e Financeiras — Lisboa
N.º 442 — Abel dos Santos Pereira — Empregado de escritório — Porto
N.º 443 — Júlio Alberto Moreira de Pina — Empregado bancário — Lisboa
N.º 444 — Telmo Rego Hasse de Oliveira — Tenente da Armada — Lisboa
N.º 445 — José Guilherme Ferreira da Silva — Ajudante de Despachante — Porto

- N.º 466 — Nelson Taipa Lopes — Gerente Comercial — Freamunde
 N.º 447 — José de Almeida Castilho Ferreira de Abreu — Estudante — Póvoa de Varzim
 N.º 448 — José Pereira da Silva — Médico — Guarda
 N.º 449 — Nuno Pastichi da Cunha — Médico — Lisboa
 N.º 450 — Jorge Barreiros da Costa Lima — Industrial — Porto
 N.º 451 — António Augusto de Valadares Tavares — General — Lisboa
 N.º 452 — D. Leonor Maria Borges de Anciães Proença Cruz — Parede
 N.º 453 — José António Mexedo Bordálo Poiarez — Médico — Porto
 N.º 454 — Afonso da Cruz e Silva — Comerciante — Covilhã
 N.º 455 — Renato Berbet de Castro — Advogado — Baía — Brasil
 N.º 456 — José Gamelas Matias — Comerciante — Aveiro
 N.º 457 — Alfredo Rodrigues Marques — Contabilista — Covilhã
 N.º 458 — Francisco Salema Figueira — Proprietário — Cascais
 N.º 459 — Joaquim Soares — Comerciante — Porto
 N.º 460 — António Júlio de Quadros Sampaio Gomes Madahil — Médico — Lisboa
 N.º 461 — Manuel Fernandes Gonçalves — Funcionário público — Porto
 N.º 462 — Domingos Soares de Bastos — Comerciante — Vale de Cambra
 N.º 463 — Fernando Meleiro de Sousa — Engenheiro — Lisboa
 N.º 464 — Hélio Sant'Ana de Almeida — Engenheiro — S. Paulo — Brasil
 N.º 465 — Luís Gonzaga Borges Garcia — Comerciante — Ponta Delgada
 N.º 466 — Joaquim Pedro Varela Brito Reis — Engenheiro — Lisboa
 N.º 467 — José Aires da Veiga Mira Mendes — Médico — Lisboa
 N.º 468 — Manuel José Carvalho Martins — Sacerdote — Pinho — Boticas
 N.º 469 — Eduíno Gerardo Borges Garcia — Químico Farmacêutico — Lisboa
 N.º 470 — Celestino Rua Moreira — Industrial — Seia
 N.º 471 — António Manuel Saramago de Brito — Regente Agrícola — Albergaria
 N.º 472 — Acácio Pais F. Maciel Mendes — Empregado bancário — Porto
 N.º 473 — Luis Ferreira de Oliveira — Coronel de Eng.ª — Oeiras
 N.º 474 — Horácio Oliveira Matoso Rita — Empregado bancário — Lourenço Marques
 N.º 475 — José Alberto de Lima Ribeiro — Gerente Comercial — Porto
 N.º 476 — Raúl Lucci Barbosa Pinto — Agente Técnico de Engenharia — Porto
 N.º 477 — António Bernardo Damas Paiva — Comerciante — Porto
 N.º 478 — José Gonçalves Pereira — Comerciante — Valongo
 N.º 479 — Renato Ferreira Lopes Pereira — Capitão do exército — Areosa — Porto
 N.º 480 — Tarcísio Teixeira Vidigal — Estudante — Belo Horizonte — Brasil
 N.º 481 — Mamede Mendes de Sousa Fialho — Engenheiro — Porto
 N.º 482 — António da Costa Pereira — Padeiro — Gabela — Angola
 N.º 483 — Camilo Moreira Nunes — Correspondente de Línguas — Porto
 N.º 484 — António Antunes Gonçalves Soares — Empregado de escritório — Porto
 N.º 485 — Adérito Jaime Mendes Madeira — Médico cirurgião — Aveiro
 N.º 486 — António Infante da Câmara — Industrial — Lisboa
 N.º 487 — Jaime Duque Simões Reis — Comerciante e Industrial — Entroncamento
 N.º 488 — João Loureiro Saavedra Machado — Conservador do Museu Etnológico — Lisboa
 N.º 489 — Eurico Silvério de Castro e Silva — Industrial — Nazaré
 N.º 490 — Jorge de Almeida Monteiro — Artista Plástico — Bombarral
 N.º 491 — David Lee Adams — Aviador da Força Aérea dos Estados Unidos da América
 — Winchester — Virgínia

- N.º 492 — Abílio Augusto Sá Leão e Seabra — Empregado de Navegação — Porto
 N.º 493 — Jorge Armando Oliveira Santos Bento — Empregado de escrit. — Leça da Palmeira
 N.º 494 — Arlindo Macedo Mota — Empregado comercial — Porto
 N.º 495 — António da Silva Neto — Engenheiro — Porto
 N.º 496 — Joaquim Manuel Fonseca Silva — Gerente comercial — Porto
 N.º 497 — Augusto Alvaro Marques Duarte — Agente Técnico de Engenharia — Porto
 N.º 498 — Henrique Pereira do Vale — General — Lisboa
 N.º 499 — Gilberto Homem de Freitas — Engenheiro Agrónomo — Funchal
 N.º 500 — José Rodrigues de Almeida — Engenheiro — Lisboa
 N.º 501 — Daniel Benoliel de Carvalho Vera-Cruz — Engenheiro — Lisboa
 N.º 502 — Jorge Ângelo Ramos dos Santos — Estudante — Porto
 N.º 503 — José Joaquim Águas Cruz — Professor dos Liceus — Figueira da Foz
 N.º 504 — Manuel Pinto Ferreira — Industrial — Funchal
 N.º 505 — Milton Augusto de Azevedo Morais Sarmento — Estudante — Funchal
 N.º 506 — José João Borges dos Santos — Militar — Lisboa
 N.º 507 — João Carlos Vilar — Comerciante — Aveiro
 N.º 508 — Vítor Filipe Falcão Pais — Regente Agrícola — Figueira da Foz
 N.º 509 — Fernandino Elisio Guedes de Lacerda — Empregado bancário — Espinho
 N.º 510 — Vítor Ricardo Barbosa Horta — Empregado Bancário — Espinho
 N.º 511 — Luís Rocha — Funcionário público — Porto Amélia
 N.º 512 — Celso Isla Couto — Comerciante — Vigo — Espanha
 N.º 513 — Domingos Pereira — Mestre tintureiro — Porto
 N.º 514 — Tomás Garcia Duarte Júnior — Empregado escritório — Horta
 N.º 515 — José Rodrigues Ribeiro — Militar — Angra do Heroísmo
 N.º 516 — José Manuel Bernardo Cabral — Comerciante — Ponta Delgada
 N.º 517 — Mário António da Silva Nunes — Funcionário público — Amadora
 N.º 518 — Américo Alves de Sá — Agente Técnico de Engenharia — Espinho
 N.º 519 — Jorge Vera-Cruz Barbosa — Reverificador das Alfândegas — Cabo Verde
 N.º 520 — Manuel Rufino Teixeira — Proprietário — Funchal



BIBLIOTECA DA S. P. N.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Da EDITORA ARCÁDIA

— Os Descobrimientos e a Enomia Nacional — N.º 1 a 18

Do SR. DR. JOÃO AFONSO CORTE REAL

— A Propriedade Urbana

— Testemunho de Acção Ultramarina na Regência de D. João VI

— Proprietariado

Do SR. DR. RAÚL FERREIRA GONÇALVES

— Monografia — 1.ª Parte

Do SR. JOAQUIM DIAS MOTA

— Numismática de Angola

Do SR. DR. JUIZ JOSÉ DE BARROS DA ROCHA CARNEIRO

— Do Estudo e Origem da Moeda (1924)

Da LIVRARIA FERNANDO MACHADO — PORTO

— Descrição Geral e Histórica das Moedas Cunhadas em nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal

Do SR. MIGUEL AUGUSTO COIMBRA PACHECO

— Auktion N.º 31

Do SR. DR. LUÍS PINTO GARCIA

— Descrição das Moedas de Angola e S. Tomé e Príncipe

Do SR. JOSÉ ALVES DAS NEVES

Mucanda — Boletim do Grupo Desportivo do Banco de Angola

Do CLUBE FILATÉLICO DE MOÇAMBIQUE

— Boletim N.º 47

Do MUSEUM MIASTA-POLÓNIA

— Sztuka Medalierska W. Polsee Ludowej — 1945-65

Da CASA DA MOEDA

— Legislação relativa a Moedas, Notas, Valores Selados e Postais

— Legislação relativa a Cédulas, Medalhas, Valores Selados e títulos de Dívida Pública e Contrastaria

— Legislação sobre Moedas na origem do Regimen Republicano de 1910 a 1923

— Legislação relativa a Moedas e Cédulas de 1923 a 1928

Da REVISTA FILATÉLICA BRASILEIRA

— N.ºs 38 a 44

Da CÂMARA MUNICIPAL DO BARREIRO

— O Barreiro Contemporâneo — 1.º volume

- DE OSCAR RINALDI: Casteldário — Mantova — Itália
— Itália Numismática — N.ºs de Junho de 1964 a Setembro de 1966
- Da CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO
— Boletim Cultural. Vol. XXVI. Fasc. 3-4-63. Vol. XXVII, 1-2-65 e XXVIII, 1-2
— Apontamentos para um Dicionário de Artistas
— Código das Posturas do Município do Porto, de 1905
— O Rio e o Mar na Vida da Cidade
— Inauguração da Ponte da Arrábida
- Da JUNTA DISTRITAL DO PORTO
— Revista de Etnografia, N.ºs 5 a 12 e Les Bateux du Douro — Etudes Origines
- De B. A. SEABY — LONDRES
— Seaby's Coin and Medal — Boletim mensal. N.ºs de Junho de 1964 a Setembro de 1966
- Da STADT UN-UNIVERSITÄTSBIBLIOTHEK — BERNA
— Schweizer Münzblätter. N.ºs de Maio de 1964 a Agosto de 1966
- Da SOCIEDADE MARTINS SARMENTO
— Revista de Guimarães. Vol. LXXIV, 1-2, 64, 3-4. Vol. LXXV, 1-4, 965. Vol. LXXVI, 1-2, 966
- Do MUSEUM FÜR HAMBURGISCHE GESCHICHTE — ALEMANHA
— Numismatisches Nachrichtenblatt. N.ºs de Junho de 1964 a Outubro de 1965
— Hamburger Beiträge Zur Numismatik. N.ºs 18 e 19, 1954-65
— Schweizerische Numismatische Rundschau XLIV
- Da SOCIEDADE NUMISMÁTICA BRASILEIRA — S. PAULO
— Boletim da Sociedade. N.ºs 20, 1964 e 26 de 1965
- Da SOCIEDADE NUMISMÁTICA DE PUEBLA — MÉXICO
— Monedas. N.ºs 21 a 29. Vol. II
- De SPINK & SON, LTD. — LONDRES
— The Numismatic Circular. N.ºs de Junho de 1964 a Outubro de 1966
- Da INSTITUCIÓN «PRÍNCIPE DE VIANA» — PAMPLONA — ESPANHA
— Príncipe de Viana. Ano 25 N.ºs 94-95, 96-97 e ano 26, 98-99
- Da SOCIEDADE IBEROAMERICANA DE ESTUDOS NUMISMATICOS — MADRID
— NVMISMA. N.ºs de Novembro-Dezembro, 963 a Setembro-Outubro, 1966
- Da ASSOCIAÇÃO PORTUENSE DE EX-LIBRIS — PORTO
— A Arte do Ex-Libris. N.ºs de 1964 e 1965
- Da CESKOLOVENSÁ AKADEMIE VED — CHECOSLOVAQUIA
— Bulletin. N.ºs de 1964, 1965 e 1966
— Science and Books. N.º 1-966
- Da FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN — LISBOA
— Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira. Vol. IV N.º 4. Vol. V, N.º 1 a 3, Vol. V, N.º 4 e Vol. 6, N.º 1 a 3
- Da POLKIE TOWARZYSTWA — POLÓNIA
— Wiadomości Numizmatyczne. N.ºs 31, 33, 35
— Slezsky Numismatik. N.º 3(43)
- Da ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O PROGRESSO DAS CIÊNCIAS
— XXVI Congresso Luso-Espanhol. Tomo III.

- Da ASOCIACIÓN NUMISMÁTICA ARGENTINA — BUENOS AIRES
—Revista Numismática Argentina. N.ºs 42 a 49
- Da UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA — ESPANHA
—Boletim de La Universidade Compostelana — 71-72
—Memória del Curso 1963-64 - 64-65
—El Hospital Real de Santiago — 1499-1531
—RECEPCION E INVESTIDURA DE S. E. EL JEFE DEL ESTADO
- Do GRUPO AMIGOS DE LISBOA
—Olisipo N.º 108
- Do BANCO ECONÓMICO DA BAÍA
—Festejos do 4.º Centenário do Rio de Janeiro
- Do BANCO NACIONAL ULTRAMARINO
—Boletim N.º 63-64
- Da ACADAMIE DE LA REPUBLIQUE POPOULAIRE ROMENA — ROMÉNIA
—Studii si Cercetari de Numismática. Vol. II
- De J. VINCHON & Cie. — PARIS
—Monnaies de Collection — 1965 e 1966
- Do ISTITUTO ANTÓNIO AGUSTIN — ESPANHA
—Numário Hispánico — Tomo X
- Do THE ROYAL NUMISMATIC SOCIETY — INGLATERRA — BRITISH MUSEUM
—The Numismatic Chronicle. Vol. N.º 3 de 1963 e 4 de 1964
- Da ASOCIACIÓN NUMISMÁTICA ESPANHOLA — ESPANHA
—Catálogos de leilões N.ºs 4 a 7
- Do CLUBE DOS GALITOS — AVEIRO
—Selos & Moedas. N.ºs 7 a 14



CATÁLOGOS DE VENDAS DE MOEDAS

RECEBIDOS:

- Numismática* — Giuseppe de Falco — Nápoles. N.ºs de Junho, Setembro e Dezembro 1964, Junho, Setembro e Dezembro de 1965 e Março, Julho de 1966
- Numismática* — Walter Munchietti — Udine. N.ºs 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35
- Arnaldo Forni-Itália*. N.º 36 de 1966 e *The Greek Coins*
- Le Club Français de La Médaille* — Paris. N.º 12 1966
- Le Public Auction* — Hans Schulman — New-York — U. S. A.. N.ºs de 1964, 1965 e 1966
- Revista Filatélica Brasileira* — S. Paulo — Brasil N.ºs 38 a 44
- 1.º Exposição Filatélica e Numismática da Queima das Fitas* — Universidade de Coimbra
- Abner Kreiberg*. N.º de Junho de 1965
- Coins and Medails* — Jacques Schulman — Amesterdam. N.º 241-1966
- Conimbriga* — Faculdade de Letras — Coimbra. Vol. II e III

ÍNDICE

ÍNDICE DAS MATÉRIAS

	N.ºs	Págs.
B		
BARBUDA (UMA) DE CRUZ LISA — ACHEGAS AO ESTUDO DA NUMISMÁTICA FERNANDINA — <i>Eng.º Agr.º Valdemar Cordeiro</i>	26-27	18- 21
C		
CISTÓFOROS (COMENTARIO HISTÓRICO-NUMISMÁTICO) — <i>Dr. António Manuel de Guadan y Láscaris Comneno</i>	28	123-149
CARTAS DO ABADE DE BAÇAL AO PROF. JOSÉ MANUEL LANDEIRO (ANOTADAS PELO DESTINATÁRIO) — <i>José Manuel Landeiro</i>	26-27	3- 17
CONTOS PARA CONTAR — ACHEGAS PARA A SUA CLASSIFICAÇÃO — <i>João Costa Lopes</i>	26-27	61- 66
D		
DESCRIÇÃO DAS MOEDAS DE ANGOLA E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — <i>Kurt Prober</i>	28	170-178
DINHEIROS — <i>Eng.º Paulo Ferreira de Lemos</i>	26-27	53- 57
DINHEIROS E MEALHAS DOS NOSSOS PRIMEIROS REIS — <i>Dr. Raul Soares Duque</i>		
E		
ENSAYO SOBRE LA EVOLUCION COMERCIAL Y MONETARIA EN BYZANCIO — <i>Dr. Antonio Manuel de Guardan y Láscaras Comneno</i>	26-27	22- 51
I		
IN MEMORIAM	28	183

M	N.ºs	Págs.
«MEDALHAS DA REAL EFIGIE» DE D. MIGUEL — <i>Alexandre Ferreira Barros</i>	26-27	113-117
MINISTRO VISITA A S.P.N. (UM)	28	153-155
MOEDA INÉDITA (UMA) — <i>António Pinto de Sousa</i>	26-27	112
MOEDAS DE PRATA DA ÍNDIA PORTUGUESA — <i>Eng.º Joaquim Fronzeira</i>	26-27	67-111
MOEDAS DA ÍNDIA PORTUGUESA CHAMADAS «RODAS» (DAS) — <i>Eng.º Joaquim Fronzeira</i>	28	156-166
MOTIVOS NUMISMÁTICOS — <i>Carlos Fernando de Sousa Santos</i>	28	181-182

N

NOTA PRÉVIA	28	167-169
-----------------------	----	---------

P

PROJECTO PARA UMA MEDALHA DO CONCÍLIO «VATICANO II» — <i>Mário Areias</i>	26-27	118-120
---	-------	---------

R

RESPIGOS NUMISMÁTICOS — TORNÊS DE CRUZ DO PORTO — <i>Dr. Alexandrino Passos</i>	26-27	59- 60
---	-------	--------

V

VARIANTES INÉDITAS DE MOEDAS PORTUGUESAS DA 4.ª DINASTIA — <i>J. O. de Sousa Nunes</i>	28	179-180
VIDA SOCIAL	28	184-189

ÍNDICE DOS AUTORES

A

AREIAS (<i>Mário</i>) — Projecto para uma medalha do Concílio «Vaticano II»	26-27	118-120
---	-------	---------

B

BARROS (<i>Alexandre Ferreira</i>) — «Medalhas da Real Efigie» de D. Miguel	26-27	113-117
---	-------	---------

C	N.ºs	Págs.
COMNENO (<i>Dr. Antonio Manuel de Guadan y Láscaris</i>) — Ensayo sobre la evolucion comercial y monetaria en Byzancio	26-27	22- 51
COMNENO (<i>Dr. Antonio Manuel de Guadan y Láscaris</i>)	28	123-149
COMENTARIO HISTORICO-NUMISMÁTICO SOBRE LOS CISTOFOROS.		
CORDEIRO (<i>Eng.º Agr.º Valdemar</i>) — Uma Barbuda de cruz lisa — Achegas ao estudo da numismática Fernandina	26-27	18- 21
D		
DUQUE (<i>Dr. Raul Soares</i>) — Dinheiros e Mealhas dos nossos Primeiros Reis	28	150-152
F		
FRONTEIRA (<i>Eng.º Joaquim</i>) — Moedas de prata da India Portuguesa	26-27	67-111
FRONTEIRA (<i>Eng.º Joaquim</i>) — Das Moedas da India Portuguesa chamadas «Rodes»	28	156-166
L		
LANDEIRO (<i>José Manuel</i>) — Cartas do Abade de Baçal ao prof. José Manuel Landeiro (anotadas pelo destinatário)	26-27	3- 17
LEMOES (<i>Eng.º Paulo Ferreira de</i>) — Dinheiros	26-27	53- 57
LOPES (<i>João Costa</i>) — Contos para contar — Achegas para a sua classificação	26-27	61- 66
N		
NUNES (<i>J. O. de Sousa</i>) — Variantes Inéditas de Moedas Portuguesas da 4.ª Dinastia	28	179-180
P		
PASSOS (<i>Dr. Alexandrino</i>) — Respigos numismáticos — Tornês de Cruz do Porto	26-27	59- 60
PROBER (<i>Kurt</i>) — Descrição das Moedas de Angola e S. Tomé e Príncipe	28	170-178
S		
SANTOS (<i>Carlos Fernando de Sousa</i>) — Motivos Numismáticos	28	181-182
SOUZA (<i>António Pinto</i>) — Uma moeda inédita?	26-27	112

